

MARIA TERESINHA PY ELICHIRIGOITY

ARGUMENTAÇÃO NA MONOGRAFIA:
UMA QUESTÃO DE POLIFONIA

PORTO ALEGRE

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

ARGUMENTAÇÃO NA MONOGRAFIA:
UMA QUESTÃO DE POLIFONIA

MARIA TERESINHA PY ELICHIRIGOITY

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ANA ZANDWAIS

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE, 2007.

DEDICATÓRIA

Para minhas amadas filhas
– Cíntia, Karina e Fabiana –
sentido essencial na minha busca constante do
sentido.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me proporcionou essa oportunidade de realização e crescimento profissional, agradeço, assim como à Pró- Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Católica de Pelotas, por seu auxílio durante algum tempo deste trabalho.

À Prof.^a Ana Zandwais, minha profunda gratidão, por ter acreditado nas minhas possibilidades, por tudo quanto me ensinou, pela incansável e fecunda reflexão, pela pertinente crítica e acompanhamento que me permitiram concluir este trabalho.

Às professoras Regina Varini Mutti e Maria Marta Furlanetto, por suas leituras, avaliações e sugestões enriquecedoras durante a banca de qualificação deste trabalho, meu agradecimento.

À Prof.^a Freda Indursky, meu reconhecimento tanto por sua atuação profissional exemplar, como pelo acolhimento atento e carinhoso dispensado a seus alunos.

Aos professores Hilário Bohn, Carmen Lúcia Matzenauer, Aracy Ernst que me incentivaram no início desse processo, quer com uma palavra inspiradora, uma recomendação ou um aconselhamento, eu agradeço.

À Prof.^a Aline Delias de Souza, Coordenadora dos trabalhos de monografias jurídicas da Escola de Direito da UCPel, que tão prontamente me proporcionou o acesso ao corpus dessa pesquisa, e aos demais professores entrevistados, cujos pareceres também muito me ajudaram, para que eu refletisse sobre a produção desses textos, muito obrigada, pois sem tal auxílio, esse trabalho não teria sido possível.

À Márcia Cidade, que gentilmente me auxiliou em algumas traduções de textos de leitura em francês, assim como a meus queridos primos Ruth e Jean Claude Lepine, também registro meu agradecimento.

Aos colegas com quem convivi durante este período de estudo na UFRGS, agradeço o carinho, a solidariedade, o auxílio sempre que solicitado e os exemplos de perseverança, paciência e humildade.

Aos meus familiares que souberam entender e respeitar a necessidade de um relativo afastamento durante esse período de estudo, mas que estiveram sempre por perto me incentivando, que partilharam das minhas dificuldades e se alegraram com qualquer sucesso obtido, todo o meu afeto.

RESUMO

Este estudo representa a aposta na possibilidade de articulação das teorias de Ducrot e Bakhtin, ao abrir uma nova perspectiva para a Semântica Argumentativa, servindo-se de um corpus discursivo de monografias realizadas como Trabalhos de Conclusão do Curso de Direito da UCPel-RS. Pensamos em mostrar a polifonia como recurso de argumentação, na medida em que se observa a maneira pela qual o produtor do enunciado se posiciona em relação às perspectivas de outros enunciadore. Assim, ao reconhecer que o enunciado comporta perspectivas diferentes que se mostram por marcas lingüísticas indicantes da polifonia e que realizam movimentos com orientação argumentativa antagônica ou equivalente, demonstramos, também, que se constitui um sujeito descentrado, social e histórico, e não somente aquele cuja perspectiva domina o texto.

Para a realização dessa proposta, apresentamos, no primeiro capítulo, a importância do estudo da monografia, devido ao seu largo uso na esfera universitária, e diferentes orientações dadas para o trabalho monográfico em livros de metodologia, indicados para o ensino superior, assinalando, inclusive, a tentativa de efeito de “dessubjetivação” na formulação científica do texto.

No segundo capítulo, nos preocupou primeiramente, o campo epistemológico da argumentação e buscamos a retórica de Aristóteles cujos princípios são retomados por Perelman, já no século XX, ao formular a sua Teoria da Argumentação, opondo-se ao raciocínio formal lógico até então preponderante e que não dava conta da lógica do discurso ético, político e jurídico. Por outro lado, aponta-se a fissura ética entre a argumentação

dialética e a retórica, uma vez que Perelman prevê posições tomadas pelo orador levando em conta apenas a tipologia de seu auditório, com a intenção de persuadir ou convencer. A seguir, trazemos a idéia de dialogia e de polifonia de Bakhtin, materializada na elocução que se expressa de um ponto de vista cujo grau de consciência é proporcional ao seu grau de orientação social. Além disso, é abordada a idéia de gênero do discurso como reflexo de práticas sociais o que nos faz refletir sobre o caráter da monografia na universidade. Por outro lado, são revistos conceitos básicos sobre a relação entre ideologia e história, entre consciência social e signo, entre infra-estrutura e superestrutura no discurso, tudo isso com o objetivo de, finalmente, mostrar como acontece a instauração formal das vozes do discurso no texto e a subjetividade do sujeito, sob o ponto de vista bakhtiniano, a qual encontra seu fundamento no materialismo histórico e transforma-se na polifonia. Fechando essa parte, é apresentada uma visão crítica sobre a obra de Bakhtin, a partir do posicionamento de estudiosos russos da atualidade. Na seção seguinte, trazemos a trajetória teórica de outro estudioso da argumentação, o francês Oswald Ducrot. E é com a influência da formalização de sua Teoria Polifônica da Enunciação, acrescida de conceitos bakhtinianos que damos consecução ao terceiro capítulo.

Nessa terceira parte do estudo, apresentamos a metodologia do trabalho, as análises das condições de produção das monografias sob ponto de vista dos professores, além de reflexões sobre esse ponto de vista dos orientadores das monografias, pois este estudo quer falar mais diretamente com os próprios professores do ensino superior. A seguir é traçado o percurso de produção escrita do aluno-escritor acerca de seu conhecimento do tema das monografias selecionadas o que vai, inclusive, justificar o movimento argumentativo apresentado na análise da polifonia dos recortes analisados. Assim, realiza-se a análise, evidenciando-se as marcas lingüísticas sinalizadoras da polifonia, com o objetivo de localizar os locutores no enunciado, identificar as apropriações de vozes e o lugar social que ocupam, num primeiro nível, para logo a seguir, aprofundando a observação da enunciação, formalizar suas perspectivas com os movimentos argumentativos que realizam.

A conclusão nos aponta para a importância do aprofundamento dos estudos da Lingüística da Enunciação e da Semântica Argumentativa para o aprimoramento da metodologia de

ensino-aprendizagem da leitura/interpretação e escrita tanto no que se refere à formação dos professores, quanto ao trabalho já em realização na sala de aula. Para tanto, propomos o trabalho com análises semântico-enunciativas, pois mostramos nesta Tese que, com a apreensão dos efeitos de sentido dos discursos, com a percepção da polifonia e dos movimentos argumentativos que realizam os locutores, além das perspectivas dominantes, a produção do texto torna-se consistente e, somente assim, a interpretação é realmente viável e justificada.

RESUMÉ

Cette étude mise sur la possibilité d'une articulation entre les théories de Ducrot et de Bakhtine, en ouvrant une nouvelle perspective pour la sémantique argumentative, par l'utilisation d'un corpus discursif de monographies rédigées dans des mémoires de fin de cours de droit de l'UCPel-RS. Nous cherchons à présenter la polyphonie comme un moyen d'argumenter, dans la mesure où nous observons la manière dont le locuteur se positionne par rapport aux perspectives d'autres énonciateurs. Ainsi, en reconnaissant que l'énoncé comporte des perspectives différentes qui se signalent par des marques linguistiques indicatrices de la polyphonie et qui créent des mouvements d'orientation argumentative antagonique ou équivalente, nous démontrons aussi que se constitue un sujet décentré, social et historique, et non seulement un sujet dont la perspective domine le texte.

Pour réaliser cette proposition, nous montrons, dans le premier chapitre, l'importance de l'étude de la monographie, due à sa large utilisation dans le domaine universitaire, et présentons les différentes orientations du travail monographique qui sont données dans les livres de méthodologie recommandés pour l'enseignement supérieur, y compris en signalant la tentative d'effet de « dé-subjectivation » dans la formulation scientifique du texte.

Dans le deuxième chapitre, le champ épistémologique de l'argumentation a été notre première préoccupation. Nous y avons étudié la rhétorique d'Aristote, dont les principes sont repris au XX^e siècle par Perelman dans sa formulation de sa théorie de l'argumentation, qui s'oppose au raisonnement formel logique, jusqu'alors prépondérant, mais qui ne rendait pas compte de la logique du discours éthique, politique et juridique. D'autre part, nous soulignons la fissure éthique entre l'argumentation dialectique et la

rhétorique, puisque Perelman prévoit les positions prises par l'orateur en ne tenant compte que de la typologie de l'auditoire qu'il a l'intention de persuader ou de convaincre. Ensuite, nous introduisons l'idée de dialogie et de polyphonie de Bakhtine, matérialisée dans l'élocution qui s'exprime d'un point de vue dont le degré de conscience est proportionnel à son statut social. De plus, c'est l'idée d'envisager le type de discours comme reflet de pratiques sociales qui nous a fait réfléchir sur les caractéristiques de la monographie dans l'université. Par ailleurs, sont revus les concepts de base sur la relation entre idéologie et histoire, entre conscience sociale et signe, entre infra-structure et superstructure dans le discours, le tout avec, finalement, pour objectif, de montrer comment apparaissent l'instauration formelle des voix du discours dans le texte et la subjectivité du sujet, du point de vue bakhtinien, cette dernière se fondant sur le matérialisme historique et se transformant en polyphonie. Pour terminer cette partie, nous présentons une vision critique de l'œuvre de Bakhtine à partir de la position de chercheurs russes contemporains. Dans la section suivante, nous abordons la trajectoire théorique d'un autre spécialiste de l'argumentation, le Français Oswald Ducrot, dont l'influence de la formalisation de sa théorie polyphonique de l'énonciation, à laquelle s'ajoutent des concepts bakhtiniens, nous fournira la transition vers le troisième chapitre.

Dans cette troisième partie, nous présentons la méthodologie de notre travail, le point de vue des professeurs sur les conditions de production des monographies, ainsi que les réflexions des directeurs de monographies sur ce point de vue, car cette étude entend s'adresser plus directement aux professeurs de l'enseignement supérieur eux-mêmes. Ensuite est détaillé le parcours de la production écrite de l'élève-écrivain dans sa connaissance du thème des monographies sélectionnées, ce qui va justifier, notamment, le mouvement argumentatif présenté dans l'analyse de la polyphonie des extraits choisis. L'analyse permet ainsi de mettre en évidence les marques linguistiques qui sont des indices de la polyphonie, avec l'objectif de localiser les locuteurs dans l'énoncé, d'identifier les appropriations de voix et le lieu social qu'elles occupent, en première approche, pour ensuite, en approfondissant l'observation de l'énonciation, formaliser ses perspectives avec les mouvements argumentatifs.

La conclusion nous amène à souligner l'importance d'études plus approfondies de la linguistique de l'énonciation et de la sémantique argumentative, pour perfectionner la méthodologie de l'enseignement-apprentissage de la lecture/interprétation et de l'écrit, aussi bien pour la formation des professeurs, que pour améliorer le travail qu'ils effectuent déjà en classe. Pour cela, nous proposons un travail fondé sur des analyses sémantico-énonciatives, car nous montrons dans cette thèse que, avec l'appréhension des effets de sens du discours, avec la perception de la polyphonie et des mouvements argumentatifs que créent les locuteurs, au-delà des perspectives dominantes, la production du texte prend de la consistance et que ce n'est que de cette manière que l'interprétation est réellement viable et justifiée.

SUMÁRIO

INTRODUZINDO O ASSUNTO	15
CAPÍTULO 1: NOÇÕES E DESCRIÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA MONOGRAFIA NOS MANUAIS	
1.1 Importância do Estudo do Texto Monográfico	23
1.2 A Orientação Tradicional dos Estudos Monográficos	25
1.3 Análise de uma Proposta Metodológica com base na Semiótica	44
CAPÍTULO 2: UMA ABORDAGEM DO TEXTO ARGUMENTATIVO PARA ALÉM DOS MANUAIS	
2.1 As Origens da Retórica	64
2.2 O Funcionamento Retórico da Argumentação de acordo com a Ótica de Perelman	70
2.3 A Construção do Conceito de Polifonia na Obra de Bakhtin	
2.3.1 Prismas da obra bakhtiniana	87
2.3.2 A idéia de gênero do discurso como reflexo das práticas sociais	95
2.3.3 A relação entre Ideologia/História – Consciência Social e Signo, Infra-estrutura e Superestrutura no discurso	100

2.3.4 A instauração formal das vozes do discurso no texto	107
2.3.5 Visões críticas da obra de Bakhtin na Rússia atual e últimos posicionamentos	112
2.4 Ducrot e a Argumentação – Trajetórias de sua Teoria	120
2.4.1 De volta às origens da Teoria da Argumentação	121
2.4.2 Teoria da Argumentação na Língua	123
2.4.2.1 A Teoria dos Topoi na língua	127
2.4.2.2 Operadores argumentativos representados por expressões adverbiais e conjunções: escalaridade e movimento argumentativo	132
2.4.3 Teoria da Argumentação e dos Topoi a partir de uma ótica enunciativa	147
2.4.3.1 Um esboço inicial da Teoria Polifônica: a argumentação por autoridade, a ironia, a negação	152
2.4.3.2 A Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot	165
2.4.4 Concluindo o Capítulo	176
CAPÍTULO 3: ANALISANDO O FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO E POLIFÔNICO DE MONOGRAFIAS DA UCPel	
3.1 Metodologia do Trabalho	179
3.2 A Prática de Análises	187
3.2.1 Reflexões sobre o Ponto de Vista dos Orientadores	187
3.2.2 Embasamento histórico do Aluno-escritor acerca do Tema da Monografia M1	191

3.2.2.1 Análise da Argumentação da Polifonia do Discurso da Monografia M1	193
3.2.3 Embasamento Histórico do Aluno-escritor acerca do Tema da Monografia M2	217
3.2.3.1 Análise da Argumentação da Polifonia do Discurso na Monografia M2	223
AS CONCLUSÕES POSSÍVEIS	241
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247
ANEXOS	251
ANEXO I – MONOGRAFIA 1	
ANEXO II – MONOGRAFIA 2	

INTRODUZINDO O ASSUNTO

Entender e explicar como acontece a argumentação na linguagem a partir das Ciências Humanas e Sociais tem sido uma constante tentativa de estudiosos desde a antigüidade, envolvendo áreas distintas do conhecimento, tais como Filosofia, Psicanálise, História, Psicologia, Sociologia, Matemática e, sobretudo, a Lingüística. Estes estudos estão em constante expansão, à medida que o homem, na sua interação com o mundo, com o outro, estabelece novas relações, reconsidera, intui, conclui ou amplia conceitos, renovando cada vez mais a ciência.

Para introdução desta Tese parece importante relatar suas motivações iniciais. Durante estudos anteriores (mestrado), lidei com a razão dos deslocamentos dos termos das orações e isso me levou a observar, também, o movimento das próprias orações entre si e os efeitos de sentido que isso provocava. A teoria funcionalista, que então embasava as minhas análises, não dava conta de forma satisfatória, por exemplo, de advérbios que não se relacionavam com os termos constituintes da oração, mas sustentavam um ponto de vista que opinava sobre o que estava sendo dito. Tais estruturas só se justificariam na enunciação. Portanto, em função das lacunas, percebi a necessidade de estudar mais profundamente essa idéia de movimento do texto, mas em seu aspecto dialógico: gerador de polifonia. Por outro lado, trabalhando, nesse período, também com português no curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, freqüentemente me deparava com a dificuldade de produção textual, de sustentação coerente na argumentação, por parte dos alunos. Por que essa dificuldade na articulação dos argumentos? Por que a monografia exigida no final do curso e defendida oralmente parecia aos estudantes, em geral, um terrível obstáculo a ser superado para que eles concluíssem seu curso de graduação? Por que a grande dificuldade da maioria em organizar coerentemente a argumentação em um

texto escrito? Afinal, o curso de Direito pressupõe um constante exercício de argumentação. Mas como acontece a argumentação? De que depende ela? Pode ser ensinada?

Todas essas dúvidas e experiências foram me encaminhando para os Estudos das Teorias do Texto e do Discurso. Deste modo, ao iniciar meus estudos, parti da leitura sobre a orientação dada em alguns manuais para a produção de monografias, pois esse gênero serviria de corpus para meu trabalho. Procurei embasamentos teóricos que sustentassem o sentido da argumentação, que é o tipo dominante desse gênero discursivo, ou seja, os textos monográficos de conclusão de curso. Minha intenção era, a partir de estudos semânticos de Ducrot, já na sua visão polifônica do enunciado, enriquecer essas vozes com a possibilidade de reconhecer nesse entremeio da linguagem um tom social e histórico que sustentasse seu sentido e, para isso, busquei também Bahktin. Na verdade, o objetivo era compreender como se constitui e sustenta a argumentação e, teoricamente, como isso funciona e se explica. Além disso, havia a questão de como se produz conhecimento acerca da argumentação. Será que os manuais que orientam a elaboração de textos monográficos dão conta da essência da argumentação ou se atêm à explicação sobre a estrutura do texto, apenas? E os orientadores, como vêem essa questão? Como atuam durante a orientação? E os estudantes, realmente lêem os manuais? Então, esta Tese buscará explicar o funcionamento da argumentação no discurso do texto monográfico, por ser esse gênero o mais constantemente solicitado nas universidades para avaliar acadêmicos em final de curso, inclusive no curso de Direito da UCPel.

Para tanto, abrimos nossa Tese focalizando, no Capítulo I, noções e descrições sobre o funcionamento da monografia nos manuais. A escolha desses manuais deve-se à bibliografia indicada aos alunos pelos professores de metodologia do trabalho científico, ou pelos orientadores das monografias, ou ainda, na tentativa de avaliar uma orientação diferenciada, para cotejo, como na seção 1.3 em que se apresenta uma análise de proposta metodológica com base na semiótica. Nesse primeiro capítulo são analisados quatro manuais, sendo que os três primeiros (“Normas para a apresentação de trabalhos científicos” da Universidade do Paraná; “Manual da Monografia” de Rizzato Nunes e

“Metodologia do Trabalho Científico” de Lakatos e Marconi), apresentam uma orientação tradicional dos estudos monográficos, como se lê na seção 1.2.

Ao analisar esses manuais, alguns aspectos foram criticados:

- a orientação tradicional dos estudos monográficos, essencialmente preocupados com a estrutura, além das falsas expectativas de completude e clareza total que levantam;
- a pressuposição, pela orientação do manual, de uma homogeneidade consensual na universidade com relação à verdade científica, ao que é óbvio, ao que é considerado como voz de autoridade;
- a orientação sobre a elaboração de citação por meio de paráfrase, em que tal noção se assemelha mais à perífrase, pois encaminha apenas para a substituição de uma noção por um grupo de termos, sem implicitar uma intenção de desambiguação no discurso, ou a propriedade de expansão dos sentidos, ou recorrer a um contexto enunciativo;
- a idéia da verdade permanente, o que é, do ponto de vista científico, questionável, assim como a idéia de comunicação plenamente eficaz, pressupondo a transparência da língua.

Criticou-se, também, a falta da idéia de relatividade das verdades de uma determinada cultura, assim como a falta de explicação sobre o uso da linguagem argumentativa, como se tais questões não merecessem a devida atenção que realmente demandam. É justamente em função de valores argumentativo que a monografia é utilizada na avaliação de várias áreas de conhecimento, mas as características discursivas pressupostas em sua construção, não são contempladas nos manuais com a orientação que se faria necessária para a produção escrita.

Quanto à orientação do último manual analisado “A redação de trabalhos acadêmicos” de Simões e Henriques(2002), há nele, a tentativa de aplicação da teoria semiótica para melhor compreensão dos itens que estruturam um projeto que orientará a pesquisa de uma monografia. Em nosso entendimento, considerar as hipóteses como índices (representantes de relações de contigüidade), pouco ajudaria os estudantes a levantarem hipóteses com mais propriedade. Também a visão dos dados coletados como ícones (entendidos como estabelecadores de relações de similaridade) não os tornariam mais significativos para os

estudantes pesquisadores. E as conclusões, consideradas como símbolos, se aprimorariam por serem entendidas como produto de convenção? Creio que não. Além disso, verifica-se, também, a ausência da idéia de multiplicidade de interpretações de um mesmo sinal. Além desses aspectos, ainda neste manual, questiona-se também a idéia de ordem lógica, sugerida como primordial na escrita da monografia, porque acreditamos que a idéia de “ordem” não deve ser a de regra e especificidade de um gênero discursivo, mas a de funcionamento da língua em relação ao sentido. Noutro capítulo deste manual, o ponto de vista do autor em face do assunto é explicado como a possibilidade de uso de estruturas objetivas, por exemplo, o plural de modéstia, ou “majestático”, em contraposição ao uso da primeira pessoa em estruturas consideradas subjetivas e inadequadas para o gênero monográfico. Parece impróprio confundir ponto de vista do autor com estrutura, uma vez que se entende ponto de vista como uma perspectiva, aspecto, em nosso entender, fundamental para a compreensão do sentido do discurso.

Também critiquei a idéia de que a impessoalização do texto pelo uso do apassivador “se”, o torne mais objetivo. Cria-se, isso sim, uma passiva medial em que o mais importante é o processo (verbo) que se afirma, mas isso não significa que tal proposição tem mais objetividade. O que existe no texto científico, predominantemente, pensamos nós, é um enunciador universal, com o ocultamento do agente, porém nem sempre as regularidades lingüísticas encontradas nas estruturas têm o mesmo sentido.

Assim, o sentido do texto inclusive os de caráter científico, como a monografia, está na língua e fora dela, ao mesmo tempo. Toda a linguagem tem um continuum discursivo com pólos de mais ou menos subjetividade, mas em parte alguma, sem qualquer subjetividade. Toda essa questão de uso e sentido é quase praticamente ignorada nos manuais e aí está sua grande limitação. É a qualidade discursiva do texto monográfico que precisa ser teorizada e exposta.

Então, o primeiro capítulo mostrará como alguns manuais tentam orientar, ensinar a produção do texto monográfico e, até que ponto, a linguagem com seu movimento de argumentação é considerada como qualificação para esse tipo de texto. Mas, para avançar

nessa reflexão crítica sobre argumentação é preciso construir relacionamentos conceituais e buscar mecanismos para análise. Essa análise não pode ser apenas lingüística, porque a argumentação está muito além da língua. Por isso, no Capítulo II que pretende mostrar a possibilidade de abordagem do texto argumentativo de uma forma diferente das explicitadas nos manuais analisados no Capítulo I, na seção 2.1, um pouco da história da argumentação é contada. Assim, a partir da origem mitológica e grega da argumentação, é focalizado o pensamento de Aristóteles (384 a.C.-322) com suas obras contidas no Organon, em que se vê que a lógica formal aristotélica, essencialmente demonstrativa, foi por ele mesmo contestada, pois no Tomo V- Tópicos (1986), ele apresenta um método de argumentação - o dialético - que parte de lugares comuns (coleção de topoi), geralmente aceitos, ou pela maioria, ou pelos mais eminentes (os filósofos). As provas dialéticas são reconhecidas com seu papel específico, impossível de ser cumprido por meio das provas analíticas cujo papel e forma de constituição são diferentes.

Na seção 2.2, chega-se à segunda metade do séc. XX, quando ocorreu uma redescoberta das diversas formas de racionalidade de Aristóteles pelos filósofos. Perelman (1996), insatisfeito com o raciocínio formal lógico que não justificava, por exemplo, a lógica do discurso ético, político e jurídico, volta-se para os Tópicos de Aristóteles e formula uma nova retórica com a sua Teoria da Argumentação.

Para Perelman (1996), o objeto da Teoria da Argumentação “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.” Mas essa adesão dos espíritos às teses é variável. Então, para o autor, de um lado estão os aspectos do raciocínio, relativos à verdade, e do outro, os aspectos sobre a forma como essa argumentação é apresentada para surtir maior efeito sobre o auditório. Deve haver uma comunidade intelectual que aceite debater uma questão determinada e tenha uma linguagem comum. Então, aquele que argumenta precisa, segundo Perelman, construir uma idéia de “auditório presumido” que está em estreita relação com a posição do locutor em relação aos outros e, além disso, é indispensável o conhecimento daqueles que se pretende conquistar pelo discurso.

Mas essa construção da idéia de auditório da retórica, também induz à adaptação posterior do locutor, independentemente do que acredita ser verdadeiro, a esse auditório, o que provoca uma fissura ética, entre a retórica e a dialética. No entanto, essa atitude que criticamos como anti-ética, não será semelhante ao ajuste de ponto-de-vista que os TCCs exigem dos acadêmicos, na universidade, quando eles pressupõem como seu auditório, um professor avaliador?

Perelman distingue, na argumentação, o convencimento da persuasão. Segundo ele, chega-se ao convencimento pela inteligência, pela razão, pela objetividade – assim se constituiria o auditório universal. Já a persuasão se relacionaria à emoção, ao valor particular de juízo, à vontade, à ação em que os fins justificariam os meios- assim se constituiria o auditório particular. Porém, se a persuasão tem um caráter emocional, em que os fins justificam os meios, deveria ter como oposição não a pura convicção formal, mas o convencimento, com sua perspectiva racional que ocupa um espaço ético em que os meios dão credibilidade aos fins. Por outro lado, toda argumentação também carrega subjetividade e todo saber está sujeito a regionalidades que a filosofia chama de diferenças históricas e culturais, então não se pode afirmar que a argumentação possa ter caráter puramente universal e objetivo. Perelman também tenta retirar da ação (que ele relaciona à persuasão), sua carga de argumentatividade, que, por sua vez, é considerada exclusivamente racional

Já na seção 2.3, é focalizado o autor soviético Mikhail Bakhtin (1895-1975) e prismas de sua obra, notadamente o que se refere aos conceitos de dialogia, polifonia e gêneros do discurso como reflexo de práticas sociais. E, para que melhor se compreendesse como o autor explica a instauração das vozes do discurso no texto, foi necessário que se estabelecessem, anteriormente, relações entre Ideologia e História, consciência social e signo, infra-estrutura e superestrutura no discurso. Além disso, buscou-se conhecer a crítica da obra de Bakhtin, a partir de uma visão atual de especialistas reunidos por Tchougounnikov (2001), para que as leituras e conclusões sobre a teoria pudessem ter seus horizontes ampliados para além do que se pensa no ocidente.

A trajetória dessa Tese - que começa da observação de como os manuais orientam a produção de monografias e justificam a importância desse gênero por sua modalidade argumentativa a qual, por sua vez, possibilita melhor avaliar o desenvolvimento crítico e amadurecimento teórico de universitários em fim de curso de graduação - mostra que se entende a argumentação para muito além dos limites das formatações de textos e das estruturas lingüísticas. Ela precisa desse corpo material, mas não se reduz a ele. Nessa tentativa de realizar a análise da argumentação no seu aspecto tangível, justifica-se a inclusão de aspectos da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), de Oswald Ducrot, que abre a seção 2.4. intitulada Ducrot e a Argumentação-trajetória de sua Teoria. Cabe ressaltar que a trajetória teórica de Ducrot não é homogênea, desse modo, os pressupostos que predominam na TAL são questionados e muitos deles são reformulados durante o processo em que Ducrot (1987) produz a Teoria Polifônica da Enunciação. Assim, dando continuidade aos estudos, Ducrot, a partir de sua Teoria da Argumentação e dos Topoi, assimila, gradualmente, uma ótica enunciativa e organiza, finalmente, sua Teoria Polifônica da Enunciação, como é explicitado da seção 2.4.2 até a seção 2.4.3.2 .

Por fim, no Capítulo III, a seção 3.1 vai se ocupar com a metodologia de análise das monografias do Curso de Direito que servem como corpus para esta Tese. Tais monografias têm um tema comum- a reforma agrária- e foram escolhidas exatamente por isso, para que se pudessem comparar os pontos de vista apresentados nesses trabalhos e como as vozes argumentam nos enunciados, ou contrapondo idéias, ou concordando ou reforçando argumentos que encaminham para as mesmas conclusões, ou as ampliam. Além das análises de recortes dos textos monográficos, buscou-se conhecer as condições de produção dos mesmos, mediante entrevista com os professores orientadores das monografias selecionadas. Nestas entrevistas foram levantadas diferentes questões com o objetivo de que compreendêssemos sob que circunstâncias os alunos do Curso de Direito da UCPel produzem textos monográficos.

Para a constituição do corpus, entre as monografias pré-selecionadas, foram escolhidas duas, privilegiando-se o quesito qualidade, em vez de quantidade, uma vez que nosso objetivo é mostrar perspectivas diferentes, a questão do lugar da enunciação e como o

aluno- escritor joga com locutores que assumem posições diferentes. Nessas análises, portanto, são considerados os locutores e suas perspectivas com base na teoria ducrotiniana, mas não desvinculados de seus aspectos sócio-históricos, na tentativa de que se possa reunir, na prática, verdadeira e metodologicamente, Bakhtin com sua visão de polifonia com base no materialismo histórico e Ducrot com seus estudos de semântica argumentativa e idéia de descentramento do sujeito, abrindo assim, uma outra brecha para a análise de discursos, que talvez, muitos já tenham pensado em sua possibilidade, mas não a realizaram.

Enfim, nessa análise de recortes do corpus da seção 3.2, mostramos a argumentação pela constituição polifônica do enunciado, as posições de locutores e enunciadorees que remetem a diferentes perspectivas, explicitamos pistas lingüísticas que atestam como os operadores argumentativos marcam a polifonia. Chegamos, então, às Conclusões Possíveis, em que se reformulam alguns conceitos de Ducrot , tais como os de enunciado e enunciação, tendo vista a ênfase dada, ao longo desta Tese, à polifonia e à visão do discurso como um reflexo de dominantes ideológicas, conforme Bakhtin e a teoria marxista. Por outro lado, há reflexões em que se conclui sobre o trabalho monográfico proposto na universidade, sua orientação e resultados. Somando-se a esses aspectos, essa forma de análise dos enunciados é sugerida como uma possibilidade de desenvolver a capacidade de leitura, interpretação e escrita para além das estruturas dos textos argumentativos. Mas para tanto, também é preciso que os docentes que se envolvem com a escrita de textos argumentativos repensem as condições de produção, a forma como orientam e percebem a argumentação na linguagem e até que ponto julgam ser ela importante para a construção dos efeitos de sentido.

1 NOÇÕES E DESCRIÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DA MONOGRAFIA NOS MANUAIS

1.1 Importância do Estudo do Texto Monográfico

Para abertura desse capítulo, antes que se tragam noções e descrições sobre o funcionamento da monografia nos manuais, é preciso que se busque justificar o porquê do interesse pelo estudo do texto monográfico.

A produção escrita na universidade tem recebido, constantemente, críticas tanto de professores quanto de alunos que, na maioria, sentem dificuldades para produzir, por exemplo, no final de seus cursos, um texto¹ reconhecido como monográfico. Se há um funcionamento discursivo próprio para o discurso monográfico na academia, pressupõe-se que este deva ser objeto de investigação, a fim de que se possa caracterizar seu funcionamento.

Há uma tendência à preocupação maior em ensinar a estrutura convencional do texto, classificado em gêneros, a definição de modalidades, com vistas a possibilitar a formulação de um conjunto de regras que organizam o objeto texto. Mas é necessário que se pensem e se discutam questões sobre a produção do texto acadêmico hoje, na universidade, mais especificamente o discurso acadêmico monográfico e seu funcionamento. Por outro lado, um estudo sobre a dialogia no texto monográfico poderá sinalizar até que ponto esses

¹ O texto, na perspectiva do discurso, é um objeto lingüístico-histórico, uma unidade aberta, pois tem relação com outros textos, com suas condições de produção (os sujeitos, as contingências em que se produz), com sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

escritores universitários transpõem o discurso de outrem² para o ponto de suas próprias enunciações.

Brait³(2003:24) relembra que, para Bakhtin, as relações de sentido entre os diversos enunciados implicam dialogismos de diferentes graus, que devem ser considerados em suas especificidades. Por exemplo, pode haver dialogia da parte de quem fala/escreve ao estabelecer um confronto entre a teoria de autores que jamais se leram, o que não implica dialogismo nato entre esses teóricos. Da mesma maneira, afirma Brait (2003:25), “há o dialogismo não intencional representado pelas inúmeras vozes que habitam o indivíduo, constituindo a fala interna e condicionando um incessante diálogo, pois para Bakhtin os elementos históricos, sociais e lingüísticos atuam de forma decisiva no cerne da personalidade do indivíduo, e se manifestam de forma dialógica em seus discursos”.

Assim, ao buscar entender como está funcionando o texto monográfico, como ele produz sentidos, este trabalho estará auscultando as vozes da comunidade acadêmica nos seus aspectos teóricos específicos, sociais, culturais e políticos. Visa, também, a uma dimensão pedagógica, na medida em que, ao analisar o funcionamento do texto monográfico, buscando compreender como ele produz sentidos, poderá provocar uma reorientação no modo de pensar as condições de produção desse tipo de texto e, com isso, trará implicações para o ensino/aprendizagem da produção textual dentro da academia.

Essa pesquisa sobre texto monográfico se justifica internamente no momento em que tentará analisar os indícios da subjetividade que fazem aparecer no enunciado, um sujeito particular, mas não individual; um sujeito polifônico e descentrado, não somente aquele cuja perspectiva domina o texto e a quem é atribuída a responsabilidade do dito⁴, para que

² A base teórica desse aspecto está em Bakhtin, no capítulo 9 - “O discurso de outrem” da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, editada pela primeira vez em 1929/30, sob a assinatura de Volochinov em Leningrado.

³ BRAIT, Beth. *As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso*. In: BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, J. L.(orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2 ed. São Paulo:EDUSP, 2003

⁴ Tendo em vista as teorias em que se apóia esse trabalho, é bom que se explicita, que para Bakhtin, o mecanismo do processo de apreensão do discurso de outrem não se situa na alma individual, mas na sociedade que escolhe e gramaticaliza o que é socialmente pertinente e constante e que, por consequência, tem seu fundamento na existência econômica de uma determinada comunidade lingüística. Já a Teoria Polifônica da Argumentação de Ducrot analisa, nos enunciados, três aspectos: o dos pontos de vista dos

possamos chegar a uma conclusão sobre o processo discursivo dialógico do texto monográfico. Portanto, o objetivo dessa pesquisa consiste no estudo e análise do funcionamento discursivo do texto monográfico produzido no contexto acadêmico.

A fim de iniciar o percurso proposto, o objetivo desse capítulo, como indica o título, visa a, principalmente, investigar as noções de monografia apresentadas em manuais, que enfatizam a repartição do texto em determinadas estruturas e caracterizam-se, em geral, pela pouca discussão sobre o papel que esses elementos desempenham na argumentação, assim como pela ausência de uma fundamentação teórica consistente que leve em conta pressupostos que caracterizam o funcionamento do discurso argumentativo. É o que será visto a seguir. Passemos, então, à leitura dos manuais.

1.2 A Orientação Tradicional dos Estudos Monográficos

Começamos pela análise do volume 2 da coleção “Normas para a apresentação de trabalhos científicos” da Universidade Federal do Paraná⁵, que trata do trabalho monográfico. Foi encontrada seguinte definição:

monografia é a exposição exaustiva de um problema ou assunto específico, investigado cientificamente. O trabalho de pesquisa pode ser denominado monografia quando é apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de especialista, ou pode ser denominado trabalho de conclusão de curso, quando é apresentado como requisito parcial para a conclusão de curso. A monografia pode ser defendida em público ou não. A monografia publicamente comunicada em congressos, encontros simpósios, academias, sociedades científicas, segundo normas estipuladas pela coordenação dessas reuniões e/ou entidades, é denominada memória (p.2).

diferentes enunciadores, o da posição do locutor em relação aos enunciadores, o da identificação de um enunciador com um sujeito. A filiação a Bakhtin se faz sentir quando Ducrot considera o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem e do sentido dos enunciados, porém, enquanto o autor russo se prende à história, o teórico francês baseia-se no conceito aristotélico de *topos* – crença comum de determinada comunidade social. História e *topos*, respectivamente, para Bakhtin e Ducrot, servem como suporte da produção de sentidos do enunciado, pois representam o lugar de onde se enuncia, ainda que esse lugar abrigue diferentes perspectivas o que viabiliza o funcionamento discursivo das operações argumentativas.

⁵UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000 (Normas para a apresentação de documentos científicos; 2).

Como se verifica, tal definição encaminha para a idéia de que monografia é a descrição completa de um fato problemático ou tema determinado que possa ser pesquisado com metodologia científica. Mas haverá a possibilidade de completude real no texto ou na análise de problemas?

Também indica quando esse tipo de texto é usado e qual sua utilidade prática dentro da academia: avaliação para a obtenção de títulos. Tal uso já justifica parte da dificuldade do estudante em produzir monografias. Ele escreve para um avaliador em situações, geralmente estressantes, de final de curso. Por outro lado, indica a possibilidade de a monografia denominar-se “memória” em determinadas circunstâncias. Cabe ressaltar que a referência à memória, neste manual, não apresenta nenhuma especificação de fundamentação teórica que possa ter ancoragem em base filosófica – trata-se de memória mnemônica apenas. E o que fica de fora, também, naquela definição, é a importância da apresentação de pontos de vista que argumentem entre si, com base em valores diversos que movimentam o texto e que o transformam em um rico tecido em que se entrelacem, metodologicamente, leituras, vivências, argumentações e conclusões de um autor.

Então, essa é uma das definições de monografia como trabalho científico, corrente na universidade, mas torna-se indispensável, como ponto de partida sobre nosso trabalho, que focalizará a dialogia no texto monográfico, que se tenha uma visão sobre o que pensam alguns teóricos a respeito desse gênero textual e qual a medida de sua importância.

Ora, como já foi visto pelo conceito citado anteriormente, acredita-se, na universidade, que uma das boas maneiras de avaliar o processo ensino/aprendizagem é por meio da elaboração de uma monografia. Essa é também a opinião de Nunes⁶ (2000), Juiz de Direito do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo e professor da graduação e pós-graduação da PUC/SP, que considera a elaboração de monografias fundamental não só porque mostra o conhecimento que o aluno tem da matéria tratada, como também, simultaneamente, permite ao estudante, em uma tarefa isolada, aprofundar seu aprendizado

⁶ NUNES, L.A.Rizzato. **Manual da monografia**: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2000.

no tema tratado. Segundo ele: “...*atualmente não se pode mais aceitar a idéia (dogmática) de que `é o professor que ensina`, mas sim de que é `aluno que aprende`. A função do professor é orientá-lo...*(NUNES, 2000:3).”

Nunes (2000:3) afirma, ainda, que a monografia de conclusão de curso, como requisito curricular obrigatório, implica alterações positivas sobre a qualidade do curso, como, segundo ele, atestam várias pesquisas junto a instituições e como é expresso em praticamente todos os encontros, seminários e congressos desde sua implementação. Como argumentação favorável, cita, em nota de rodapé, a obrigatoriedade da elaboração de monografia em fim de curso na Itália, reportando-se a Umberto Eco⁷. Mas não complementa a crítica feita por este filósofo, ensaísta, teórico da comunicação de massa, crítico, semiótico e romancista que, ao escrever *Como se faz uma tese* considera a universidade italiana, hoje, uma *universidade de massa com seus deveres sociais*, que transforma os alunos (geralmente, numerosos e apressados) em pesquisadores por obrigação para ascender profissionalmente e ocupar qualquer posto em um meio provinciano, em contraposição à antiga *universidade de elite*, também superada por ser exclusivista, feita para poucos, economicamente privilegiados. Então, a característica da tese de licenciatura é ser uma imposição legal *`destinada a criar aquela pretensiosa dificuldade final para selecionar os futuros profissionais`*. Na verdade, Eco critica, além da qualidade dos trabalhos apresentados, na maioria das vezes, todo o sistema de ensino, inclusive o universitário, que não dá o apoio suficiente para que estudantes mais carentes possam realmente dedicar-se ao estudo.

Mas, voltando à orientação dada por Nunes (2000), o trabalho monográfico, como já designa o nome, deve ter por objeto um único assunto ou tema. E, para essa escolha, o autor dá alguns conselhos, tais como: selecionar um tema realmente do interesse do pesquisador, mesmo que o assunto seja pouco conhecido por ele. Uma alternativa para a escolha do tema é buscá-lo em obras de autores conhecidos. Se o discente optar por autores vivos e na ativa pode correr o risco de eles mudarem de opinião, após vários estudos. Além disso, alerta

⁷ ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

Nunes (p. 12), é raro encontrar bibliografia comentada de autores vivos, o que dificulta o trabalho.

Como segundo conselho, sugere que o tema escolhido seja definido e limitado claramente, mas, antes de tomá-lo como definitivo, alerta o pesquisador para que faça leituras prévias de textos já escritos sobre o assunto. O tema da monografia além de ser único deve ser restrito a determinado aspecto para que haja um aprofundamento de seu conteúdo. Então, além de restringir o conteúdo, é preciso situá-lo no tempo e no espaço. Uma boa técnica para auxiliar na limitação do tema é submetê-lo a um questionamento adequado. Para isso, o pesquisador deve problematizar o tema (ibid, p. 10).

A problematização do tema, além de ser uma maneira crítica de verificar todos os ângulos da questão, para ver se ele resiste às perguntas feitas e é possível realizar uma monografia, aparecerá também como meio de levantar questões para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração do texto. A seguir, o autor (ibid, p.13), orienta para que se faça uma pesquisa prévia com o objetivo de ver se as fontes de consulta estão disponíveis, e orienta para mudar de tema se, após algum tempo de trabalho, o pesquisador chegar à conclusão de que não era bem aquele o tema objetivado. Segundo Nunes, uma pequena variação no tema não compromete o trabalho monográfico, a não ser que o trabalho seja do tipo com tema indicado e o orientador não concorde, embora isso não seja próprio de uma boa orientação:

Se isso ocorrer, o seu orientador deve ser informado, mas não deverá opor-se à alteração, já que ela surgiu da necessidade aposta por seu trabalho de pesquisa. Você poderá ter algum tipo de problema de relacionamento nesse caso, especialmente se sua monografia for do tipo com tema indicado. Não desista. Tente convencê-lo de que a mudança do tema, que não será tão grande assim, propiciará a produção de uma melhor monografia. Se o orientador se opuser à alteração, saiba que ele está errado e confunde orientação com imposição de regras de conduta sem sentido. Você está certo. Insista na alteração. (Nunes, 2000:15).

Depreende-se dessas palavras de Nunes que há possibilidades de um jogo de poder que manipula o que deve ser dito e pesquisado na monografia a despeito dos resultados concretos contrários levantados à priori. Pode-se considerar até um alerta para o estudante se precaver, tentando manter a sua voz.

Focaliza, mais adiante (p.17), os tipos ideais⁸ de monografia, numa divisão de caráter didático, reconhecendo a possibilidade de esses tipos se combinarem durante a realização concreta do trabalho monográfico. São eles: a monografia de compilação, a monografia de pesquisa de campo e a monografia “científica”.

A monografia de compilação consiste na exposição do pensamento dos vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. O estudante deve, então,

demonstrar que examinou o maior número possível de obras publicadas sobre o assunto versado; sendo capaz de organizar as várias opiniões; antepô-las logicamente, quando se apresentam antagônicas, harmonizar os pontos de vista existentes na mesma direção, enfim, tem de ser capaz de apresentar um panorama das várias posições, de maneira clara e didática. Deve, também, o estudante dar sua opinião sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões (p.17).

É interessante que se comente a crença de harmonia entre os pontos de vista, ainda que isso pareça razoável, caso os argumentos se movimentem na mesma direção. O que se quer observar é que harmonia não significa igualdade. Estudos teóricos sobre topoi (Ducrot, 1987), já demonstram a heterogeneidade da constituição de cada topos, o que nos obriga também a reconhecer em asserções com a mesma orientação argumentativa e tema parecido, possibilidades de conclusões com nuances diferentes. Por outro lado, a qualidade de uma monografia não está apenas na harmonia dos pontos de vista, mas, principalmente, no seu antagonismo e como as conclusões acarretadas, a partir daí, são expostas.

Continuando a explanação, segundo a obra de Nunes, a monografia de pesquisa de campo prevê a investigação do estudante tanto nos aspectos teóricos publicados em textos quanto nos dados concretos. A pesquisa de campo é empírica, realiza-se pela indagação concreta das pessoas envolvidas e interessadas no tema objeto do estudo. Serão também de campo, a pesquisa de documentos históricos, a experimental e a clínica.

Após a elaboração do trabalho de campo, cabe ao investigador organizar o material colhido de forma lógica e sistemática. Essa organização dependerá das premissas levantadas pelo estudante antes do início do trabalho para que a coleta de dados seja significativa e

⁸ Conf. Nunes, tipo ideal é uma abstração utilizada como paradigma para explicar uma realidade concreta. O autor baseia-se na noção de tipo ideal dada por Max Weber, *Economia y sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, s.d., p.706 e 1057.

consistente. As hipóteses de trabalho podem ser extraídas de obras doutrinárias ou de pesquisas anteriormente feitas e publicadas. Ainda, segundo Nunes, o aluno pode, inclusive, atualizar uma pesquisa bem antiga, caso desconfie de que as condições reais se alteraram com o passar do tempo ou de que a pesquisa antiga está equivocada.

Seria interessante, neste ponto, enfatizar, o equívoco da idéia de que a ordem do real é estática e de que, portanto, os resultados de pesquisa podem ser cristalizados. Isso é uma ilusão criada para o leitor, quando o autor do manual apenas sugere a possibilidade de atualização de “pesquisa bem antiga”. Na verdade, os objetos de pesquisa se alteram constantemente.

Finalmente, é apresentado o terceiro tipo: a pesquisa “científica” (p.24). O autor reconhece que qualquer dos outros tipos também pode ser assim designado, desde que, como trabalho de cunho científico, seja útil à comunidade científica à qual se dirige e à comunidade em geral, de alguma forma. Para isso, diz Nunes, é preciso que o trabalho consiga dizer algo que ainda não foi dito (embora reconheça que originalidade total é impossível, pois alguém já deve ter escrito alguma coisa direta ou indiretamente ligada ao assunto), ou com uma ótica diferente daquilo que já foi dito, ou venha a contestar alguma posição anterior.

Já a monografia de compilação, conforme Nunes (p.25), uma vez que nada acrescenta de novo, só poderá ser considerada científica, se compilar todos os livros, textos e autores que tratam do assunto até certo momento, de tal forma que o resultado do trabalho se torne útil aos demais investigadores, o que exige uma pesquisa muito longa e bastante arriscada.

Parecem, no entanto, questionáveis os critérios de base adotados pelo autor para definir a monografia de compilação. É o conteudismo seu critério principal? À reunião de dados e informações pode-se dar o nome de monografia, já que pode haver uma monografia não científica? Qual seria, então, a diferença entre os bancos de dados da Internet e uma monografia de compilação? Ou então, pode-se considerar um extenso banco de dados sobre determinado assunto como uma monografia científica? Temos certeza de que não. Porque falta uma metodologia de investigação determinada, um eu crítico definido, um ponto de vista centralizador que vai justificar toda a argumentação e possibilitar a produção de um

texto que dê ao leitor uma sensação de completude com suas conclusões, apesar de todas as infinitas continuidades possíveis que uma pesquisa e um texto possam ter.

Por outro lado, Nunes não descarta, como já foi dito à página 7, que o estudante, na monografia de compilação, deva indicar sua posição sobre os pontos relevantes, bem como suas conclusões. Mas a orientação que dá, leva a uma interpretação termo-a-termo entre pensamento/linguagem/mundo, como se a relação entre palavras dos textos lidos e coisas fosse uma relação natural e não lingüístico-histórica. Então, o que se conclui é que, para Nunes, a monografia de compilação, para ser científica, deve ser essencialmente longa e conteudística. Orlandi⁹ (1996:64) já denunciou esse comportamento das ciências humanas pelo qual elas deixam pensar que pela busca dos conteúdos se podem descobrir os verdadeiros sentidos do discurso que estariam escondidos. Comenta Orlandi:

Se não nos ativermos aos conteúdos da linguagem, podemos procurar entender o modo como os textos produzem sentidos e a ideologia será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. A ideologia não é um conteúdo “x”, mas o mecanismo de produzi-lo (p.65).

Voltando ao que diz Nunes, em síntese, uma monografia científica desenvolve-se da seguinte maneira: após a escolha e delimitação do tema, o pesquisador elabora um relato sobre o que vai ser pesquisado e apresenta os problemas que pretende solucionar; levanta, então, hipóteses com as quais se fará a investigação, com vistas à solução dos problemas apresentados. Começa, assim, a desenvolver a pesquisa empírica de campo e/ou a buscar fundamentação em teoria já estudada e provas que possam embasar a argumentação, desenvolvida numa concatenação lógica, para comprovar ou não, suas hipóteses. Esses elementos probatórios constituirão o corpo da redação. Finalmente, após análise e conclusão dos dados, serão redigidas as conclusões. Essa é a forma lógica do texto científico, conforme orienta Nunes (2000:27). Observa, ainda, que, mesmo não solucionando os problemas levantados, a pesquisa se fez completa e será útil aos futuros pesquisadores que a tomarão como guia para refazê-la ou rejeitá-la.

⁹ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

O autor (ibid, p.28) passa, então, para o início das tarefas de montagem provisória da monografia. Observa que o sumário, que vem no início do trabalho monográfico, tem como função indicar ao leitor as principais divisões do texto, capítulos, itens etc. Mas ele só pode ser feito depois de se ter escrito todo o texto. Entretanto, fazer um roteiro a ser seguido, antes mesmo da própria pesquisa bibliográfica, é de grande utilidade para a montagem do corpo a ser construído. De caráter provisório, esse roteiro pode basear-se em itens dos livros lidos, durante a pesquisa prévia para determinação do tema. O pesquisador tem que conjecturar como é que deveria ser a seqüência do trabalho, capítulo por capítulo. À medida que vai desenvolvendo a pesquisa e a redação do texto, perceberá que deve inserir um novo capítulo ou, talvez, excluir algum aspecto que julgara necessário. Portanto, um roteiro provisório é muito importante e útil na construção do texto da monografia.

Em seu Manual da Monografia, Nunes (2000:40) orienta ainda sobre leitura e relatório de leitura (fichamento de textos). Qualquer relatório de leitura deve ter anotado, de forma clara, a origem do material. Podem ser feitos relatórios de: bibliografia, obras, temas, anotações pessoais/observações gerais, dados biográficos dos autores. O autor aconselha, ainda que o pesquisador leia primeiro o que é fundamental e, depois, os textos de apoio. Metodologicamente, o capítulo 5 (p. 40) trata sobre a leitura e o fichamento de textos. Orienta, então, sobre como marcar o texto, grifando os aspectos mais importantes; como abrir fichas, folhas ou páginas do editor de textos do microcomputador com anotações colhidas ao longo das leituras (transcrições ou paráfrases).

Quanto ao momento próprio da redação da monografia, o autor (ibid, p. 60) ressalta as características da linguagem do trabalho científico: utiliza linguagem técnica da área específica da investigação; apresenta proposições controláveis em termos de rigor lingüísticos e que permitam à comunidade científica na qual o trabalho está inserido, entender a comunicação. Nunes chama a atenção para a necessidade de se evitar, portanto, o uso de termos vagos, imprecisos e ambíguos, ainda que se tenha de usar a linguagem natural. Isso significa que não se podem usar termos técnicos com os mesmos vícios que a linguagem comum comporta, como por exemplo, cita Nunes (p.61) dentro da área jurídica, trocar “seqüestro” por “raptto” ou “parecer” por “decisão judicial” e assim por diante. O

investigador deve deixar claro qual o sentido de determinado termo técnico, se ele comportar mais de um, enfatiza o autor.

Mas essa alegada clareza do texto jurídico, sabemos, nós, é uma falácia. O que existe, além da tentativa de transparência no uso da linguagem natural, que é constitutivamente opaca, são termos técnicos com os quais pretendemos ser mais pontuais na descrição ou na tentativa de interpretação da realidade que, por si só se refaz constantemente, o que transforma cada enunciado em um acontecimento único, sendo que até os próprios termos técnicos, muitas vezes, tomam sentidos diferenciados (e isso Nunes reconhece), ou não dão conta da nuance de sentido buscado.

Nunes (2000:62) afirma que a comunicação científica deve ter um caráter formal e impessoal, evitando-se a construção da oração na primeira pessoa do singular. São adequadas, para o autor, estruturas como: “percebe-se pela leitura do texto”, “é válido supor”, “será verificado” etc. O uso do “nós” é permitido, embora não seja necessário, pois, em vez de dizer “conforme vimos no item anterior”, podemos dizer “conforme visto no item anterior”, impessoalizando todo o texto.

Entretanto, é interessante notar que o próprio Nunes reconhece ser impossível em determinados trechos do trabalho, não utilizar o “eu” para não prejudicar o entendimento, por exemplo, de um procedimento específico (p.63). Por outro lado, o autor não especifica qual a função do uso da linguagem impessoal no texto monográfico. Por que os alunos são orientados para que escrevam com estruturas que omitem os agentes? Será redundante explicitá-los? Não há conveniência em fazê-lo? Ou será uma forma de o autor-pesquisador generalizar as afirmações, considerando-as aceitas por todos, e, com isso, aumentar a força ilocucional¹⁰ dessas suas afirmativas, numa tentativa de convencer mais fortemente o

¹⁰ Na oposição entre “dizer algo” e “fazer algo”, Austin, em sua obra **How to do things with words** (1962) no capítulo referente à XII Conferência - Classes de força ilocucionária, faz intervir a noção de Força Ilocucional (FI)- que é a doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem – cuja constituição se dá de acordo com as circunstâncias especiais de ocasião em que o proferimento é emitido. Assim, a constituição da FI se localiza no ato ilocucionário e coloca a exterioridade como fator determinante na questão da significação. Austin tenta classificar os proferimentos, considerando os que somente descrevem o mundo e os que produzem alguma mudança no mundo, a partir da enunciação, tomando os verbos como categoria. Reúne os verbos em cinco classes, a partir da FI predominante, localizada por critérios lexicais. Apesar disso, o

leitor? O certo é que a orientação dada no manual passa a ilusão de que a comutação de pessoa apaga a subjetividade e isso, realmente, não ocorre.

Após esses comentários sobre a linguagem do texto monográfico, Nunes (ibid, p.63) passa a orientar a redação da introdução: é um texto sintético que deve propiciar ao leitor uma visão panorâmica do que virá, introduzindo-o no tema explorado. Portanto, irá focalizar o tema explorado, as dificuldades para sua escolha; eventuais dúvidas e problemas surgidos durante a investigação; o método utilizado na elaboração da monografia (pesquisa, organização, redação) e se necessário, a forma especial de raciocínio utilizada. Na introdução, orienta o autor, não se desenvolve qualquer assunto, evitam-se citações de autores e notas de rodapé. A introdução é a última parte do texto a ser escrita (ibid, p. 64).

Enuncia, a seguir, as fases do desenvolvimento: problematizar os tópicos relevantes e tentar solucioná-los ao longo do texto, baseando-se no roteiro provisório elaborado anteriormente; sustentar as proposições apresentadas ou a solução do problema levantado mediante apresentação de elementos comprobatórios, no corpo da redação (ibid, p. 65).

Segundo Nunes, a transcrição literal tem de ser fiel ao trecho transposto e até eventuais erros (do autor ou da edição) devem ser mantidos, embora o pesquisador possa, por meio da expressão “sic” (que significa “assim mesmo”) colocada logo após o uso considerado inadequado, manifestar sua estranheza, pelo sentido ou incorreção. Como o artifício da ironia “deve ser muito sutil em uma comunicação científica”, Nunes (ibid p.74) alerta que o uso de tal expressão, seguida, às vezes, de ponto de exclamação, reforça, para o leitor, uma severa crítica ao autor citado, e que “a grossa ironia” mais desconstitui o enunciador do que àquele a que ela pretendia atingir. Por outro lado, as citações do óbvio devem ser evitadas. São usadas citações quando se precisa da autoridade de alguém para dar validade ao que se diz; “as citações não devem ser usadas para reforçar algo notório e do consenso acadêmico” (p.78).

próprio Austin reconhece, finalmente, que não há possibilidade de simetria entre proferimento e feitos: qualquer aspecto pode estar presente em qualquer classe e isso se manifesta na situação em que ocorre.

Pelo que se depreende, Nunes não leva em conta a base do princípio dialógico de qualquer enunciado, que é a relação com o outro e o sentido ideológico que as palavras carregam. Parece, pelo manual, que o texto monográfico tem um leitor pré-determinado sempre, e que há uma homogeneidade consensual na universidade, inexistindo valores ideológicos contraditórios que permitam duvidar de verdades aceitas pela maioria. Mas, reportando-nos a Bakhtin¹¹, se os signos mudam como reflexo das condições do meio social, conclui-se que tanto o julgamento do óbvio, como o conceito de autoridade, podem variar. Considerando-se que a alteridade intervém sempre na subjetividade, pois a identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura, pergunta-se: em que se apóia nossa universidade “de massa”¹², como sociedade, para inserir seus alunos na cultura científica de seu tempo, a fim de que eles possam distinguir e debater entre o óbvio e a citação da autoridade?

Com relação ao modo de citar na monografia, referindo-se às citações feitas por meio de paráfrases, o autor diz que a melhor maneira de produzi-las é, após leitura atenta do trecho escolhido, escrever com as próprias palavras o pensamento do autor. As paráfrases, assim como as citações literais, cumprem também, a outra missão da remissão ao texto original utilizado: a indicação ao leitor de sua posição precisa no texto.

Cabe aqui uma observação sobre o conceito de paráfrase e sua distinção com relação à perífrase. Segundo Zandwais¹³(1996:12), “ao abordar fenômenos parafrásticos, alguns semanticistas como Palmer (1976) e Lyons (1977) partem do pressuposto de que não existem co-ocorrências exatas, mesmo no interior de uma única língua”. Tanto as transposições de registro oscilam, em termos de efeitos semânticos, quanto as transposições

¹¹ BAKHTIN, M. (1929) em sua obra **Marxismo e Filosofia da Linguagem – Problemas fundamentais do Método sociológico na ciência da Linguagem**, ao apresentar o problema da relação entre a infra-estrutura e as super-estruturas (cap.2), explica também como se dá a refração do ser no signo ideológico pelo confronto de interesses sociais (luta de classes) nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica. “Assim classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios” (p.46).

¹² Retomo aqui a idéia de Eco (1977) ao referir-se à “universidade de massa” cujas características são explicitadas à p. 5 desta tese, embora referindo-me à situação precária da universidade brasileira, como um todo, com raras exceções.

¹³ ZANDWAIS, Ana. *A heterogeneidade do conceito de paráfrase*. In: LIMA, M. dos S.; GUEDES, P. C. **Ensaio – Estudos de linguagem**, v. 10. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996 (11-18).

parafrásticas entre vocábulos pertencentes a um mesmo registro, pois há diferentes ordens de referências subjetivas em que os vínculos estabelecidos entre significado e significante podem se inscrever, de acordo com o usuário da língua”. Zandwais (1996:13) lembra ainda que, pela ótica de Lyons, “as relações de compatibilidade/incompatibilidade de transposições sinonímicas não são fornecidas somente pelo sistema, mas também criadas pela força de convenções sócio-culturais dos grupos”. Já na perspectiva da enunciação, a autora baseia-se na ótica de Parret (1988), segundo a qual “o ato de transposição pode ser considerado como fundador do sentido, na medida em que, como ato produtor, opera com valores emergenciais do sentido, e não com valores já determinados por hipóteses intralingüísticas”. Para esse autor, segundo Zandwais (ibid., p.14), as transposições parafrásticas são vistas tanto como operações de tradução intralingüística como expansões de sentido. Mas as transposições parafrásticas originam-se da “necessidade de desambigüizar conteúdos semânticos por referência ao contexto ou à instância de enunciação”. Então, para não confundir o ato de parafrasear com a operação de tradução, Parret observa que a polissemia está sempre sujeita à paráfrase, como um ato desambiguador, constituindo uma dinâmica dialética, criando-se, na verdade, novas polissemias que serão parafraseadas sucessivamente”. Portanto, conforme assinala Zandwais (1996:15), para Parret, “as produções parafrásticas, enquanto fatos do discurso, são sempre reguladas por mecanismos de enunciação”. Mas não parece ser esta a idéia de paráfrase contida no manual de Nunes. Assemelha-se mais à idéia de perífrase que se caracteriza pela substituição de uma noção por um grupo de termos, sem implicar uma intenção de desambiguação no discurso, nem repousar sobre a propriedade de expansão dos sentidos, ou recorrer a um contexto enunciativo.

Dando seqüência à orientação dada no manual, para Nunes (ibid., p.78), a citação indireta ocorre quando o pesquisador apresenta a posição de alguém citado por outrem, mas, por ser uma opinião importante, que merece ser citada, deveria ser consultado diretamente. Então, a citação indireta só é aceitável quando não é possível obter, por algum motivo, o texto do autor indiretamente citado. E o autor segue orientando sobre a forma de fazer a citação indireta de transcrição literal ou de “paráfrase” do pensamento do outro (uso de aspas duplas ou aspas simples ou, ainda recuo diferencial e o uso do “apud” antes da citação da

obra diretamente consultada). Na referência de rodapé, cita-se também, primeiramente, a obra indireta e a seguir coloca-se “apud” antes da citação da obra diretamente consultada. O autor e a obra citados indiretamente não entram na bibliografia final.

Ainda no capítulo 6 (p.82), é criticado aquele pesquisador que apenas mostra posições de diferentes autores a respeito do tema investigado, mas não dá sua opinião a respeito. Ele deve deixar claro aquilo que pensa, embora não precise, de antemão, segundo Nunes, “estar do lado deste ou daquele”. Quanto a esse último aspecto, discordamos do autor, pois parecer-nos ser impossível arrolar os argumentos ao longo da elaboração de uma monografia, sem se ter, uma posição razoavelmente definida. Ela poderá não ser revelada em sua totalidade, mas é ela que orienta a própria seleção das citações e, à medida que o pesquisador justifica ou não, as posições de diferentes autores, estará desvelando sua própria posição.

O Manual da Monografia de Nunes (2000:99) também orienta sobre as regras especiais para se fazerem as referências bibliográficas que devem ser seguidas, de acordo com o tipo de fonte consultada. Aconselha a seguir a orientação oficial da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT.). Escrito todo o trabalho, inclusive a introdução, poderá então ser elaborado o sumário que auxiliará na revisão final do texto, pois mostrará de forma esquemática, toda a monografia. O sumário deve abrir o trabalho, sendo inserido logo após as folhas de rosto, de dedicatória e de agradecimentos, e antes da introdução (que tem de estar indicada no sumário). Nesta fase da redação final, aspectos gráficos e técnicos são enfatizados no manual (p.134), apresentando a monografia a seguinte disposição geral: capa; folha de rosto; folha para a banca examinadora assinar; dedicatória; agradecimentos; sumário; introdução; capítulos (desenvolvimento); conclusão; apêndice; bibliografia; terceira e quarta capas.

Como se vê, o autor parte da escolha do tema, seguindo todos os passos que lhe parecem essenciais para a feitura da monografia, dando grande destaque à estrutura e a questões normativas. No final, inclusive traz orientações sobre como proceder durante a defesa, perante a banca. Percebe-se que o autor persegue, como objetivo de seu manual, alcançar uma padronização escrita do texto monográfico e de sua defesa oral para que seja o

pesquisador aprovado por uma banca constituída por autoridades acadêmicas de sua área de conhecimento. No entanto, o uso da linguagem argumentativa, indispensável para a produção desse tipo de texto é quase inexplorado, como se fosse uma qualidade inata ao estudante, dispensável de aprimoramento (ou impossível?). Há um vazio nessa orientação toda que precisa ser repensado e, se possível, preenchido. Mas passemos à análise de outros autores de manuais, para ver se neles, o foco na linguagem é mais privilegiado.

Além do manual de Nunes, que é mais recente, a obra de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi – Metodologia do trabalho científico¹⁴ - é também utilizada na universidade para orientação de trabalhos científicos. Para Lakatos e Marconi (1992:152) que reúnem conceitos de vários autores, a monografia apresenta algumas características básicas por elas designadas em itens. Ordenando-se tais características, pode-se dizer que a monografia é um “trabalho escrito, sistemático e complexo” que “focaliza um tema específico de uma ciência ou parte dela”; é, também, um “estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso”, dando-lhe “um tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”; usa “sempre uma metodologia científica” e deve trazer uma “contribuição importante, original e pessoal para a ciência”.

Entre essas características, expressas pelas autoras, algumas justificam comentário, tendo em vista a ambigüidade e/ou a alta expectativa que levantam. Que entenderá o acadêmico inexperiente na tarefa da escrita do texto monográfico, quando se deparar com essa orientação (“tratamento extenso em profundidade, mas limitado em alcance”) que parece contraditória? Acredita-se que queiram dizer que deve ser feito um recorte do tema e, sobre este aspecto, aprofundar-se o máximo possível. Por outro lado, poderá a realização de uma monografia, texto dialógico por natureza e em nível de graduação, ser qualificada como contribuição “pessoal”?

As autoras (ibid, p. 152) citam Barquero¹⁵ para afirmar que a monografia é um trabalho que

¹⁴ LAKATOS, Eva M. ; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992

¹⁵ BARQUERO, R.. (1979:16-25) **Como se realiza um trabajo monográfico**. EUNIBAR.

- observa e acumula observações;
- organiza essas observações e informações;
- procura as relações e regularidades que podem haver entre elas;
- indaga sobre os seus porquês;
- utiliza de forma inteligente as leituras e experiências para comprovação;
- comunica aos demais seus resultados.

Na verdade, quem observa, organiza, procura indaga, utiliza e comunica é o pesquisador que produz a monografia. Talvez essa forma de redação utilizada pelas autoras seja, inconscientemente, um reflexo da importância que dão à tentativa de apagamento da subjetividade na produção do texto monográfico. É interessante lembrar um artigo de Larrosa¹⁶(2003:101) em que o autor denuncia o apagamento do gênero ensaio dentro da universidade, considerado por ele como gênero híbrido, “ancorado num tempo espaço claramente subjetivos, o que parece opor-se, ponto a ponto, às regras de pureza e objetividade que imperam na academia”. Larrosa (2003:103) cita uma escritora malaguenha, Maria Zambrano¹⁷, para quem, tanto o triunfo da forma sistemática de fazer filosofia, como o da razão técnico-científica derrotaram não só o ensaio mas, também, outras formas de escrita, o que marginaliza os autores e culturas que as utilizam, “relegando-os à periferia da cultura vencedora e, hoje, dominante”.

Voltando à análise do manual de Lakatos e Marconi, vê-se que sob o aspecto das finalidades da monografia, ainda baseadas em Barquero, as autoras focalizam cinco itens básicos(p. 153): “descobrir e redescobrir a verdade; esclarecer fatos ou teorias obscuras; enriquecer e aprofundar o rol de noções científicas por intermédio de um trabalho metódico e rigoroso; ordenar e hierarquizar conhecimentos e experiências; comunicar eficazmente as descobertas”.

Cabem aqui alguns questionamentos. Quando as autoras, baseadas em Barquero, dizem que o trabalho monográfico visa a “descobrir e redescobrir a verdade”, será esta a mesma verdade, tendo em vista que é um novo acontecimento? Será ela semelhante para todos,

¹⁶ LARROSA, Jorge. *O Ensaio e a escrita acadêmica*. In: **Educação e Realidade**, v.28, n.2, julho/dezembro/2003.

¹⁷ZAMBRANO, M. *La guía como forma del pensamiento*. In: **Hacia um saber sobre el alma**. Madrid: Alianza, 1987.

como, por exemplo, para os estudantes das diversas áreas de conhecimento de uma universidade? Para o Direito, a lei é a verdade? E a lei é aceita por todos? Ou depende do ponto de vista de interlocutor, ou seja, do lugar onde ele se coloca? Não sofre transformações e adaptações?

Para Lakatos e Marconi (1992:153), as afirmações científicas componentes da monografia “expressam uma descoberta verdadeira”; “apresentam provas conclusivas”; pretendem ser “objetivas, ou seja, independentes do pesquisador que as apresenta – qualquer outro pesquisador deve poder encontrar o mesmo resultado”; possuem uma “formulação geral”, são, geralmente, “sistemáticas (ordenadas segundo princípios lógicos)”; e “expõem interpretações e relações entre os fatos-fenômenos assim como suas regularidades”.

Como se observa, as autoras pretendem que as monografias comuniquem eficazmente as descobertas por meio da linguagem, não levando em conta os princípios da não-literalidade e opacidade. Ou seja, esquecem o espaço da subjetividade, que é inerente ao funcionamento da linguagem, assim como de seus aspectos exteriores que implicam sentidos diversos. Guimarães¹⁸ (2002:23) fala sobre a trajetória do sentido no mundo a partir de semânticas formais que consideram, por um lado, “que se deve tratar do sentido do enunciado (a unidade não é o signo)” e, por outro, “que o sentido é uma relação com um estado de coisas” No segundo aspecto, o sentido é tratado a partir do conceito de verdade. Isso quer dizer que, nessa semântica lógica, o sentido é visto como “o que uma expressão traz para as condições de verdade da sentença” (p.26), ou seja, “o que uma expressão traz para uma sentença é algo que diz respeito à relação desta sentença com fatos no mundo”. Guimarães (2002:27) cita Frege¹⁹ e sua distinção entre sentido e referência, embora este alemão, nascido em 1848 e falecido em 1925, tenha sido matemático e lógico. Seus escritos (entre eles, este ensaio II -sobre Sentido e Referência- indispensável também à reflexão sobre a negação, a pressuposição, o estudo dos implícitos na língua) influenciaram o desenvolvimento da semântica moderna. Com relação à citação de Guimarães, segundo

¹⁸ GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2002.

¹⁹ FREGE, G. (1892) “Sobre o Sentido e a Referência”. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

Frege, para ter sentido, busca-se, para cada nome, a referência; e a referência é buscada porque se está preocupado com seu valor de verdade. No entanto, Frege considera que expressões distintas podem ter sentidos diferentes e o mesmo referente. Então, conclui Guimarães (2002, p.28) “no campo da lógica, a preocupação com a verdade liga-se à necessidade de encontrar as múltiplas maneiras por que o pensamento se apresenta. Tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas suas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência”. Disso tudo se conclui que, entre o universo e aquilo que se representa desse, está a linguagem e o homem e que, nessa intermediação, a apresentação do mundo tal qual ele é, torna-se impossível. Mas, tentando deixar de lado as considerações mais diretamente ligadas a filósofos e lógicos, ao falar em sentido da linguagem, pensa-se em Semântica e no primeiro lingüista a usar tal termo: Bréal²⁰.

Michel Bréal, em seu Ensaio de Semântica(1992), que remonta a 1897, diz que “a linguagem é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras desfeitas e desaparecidas”. Assim, a linguagem representa, para Bréal, “um acúmulo do trabalho da inteligência e a causa de seu desenvolvimento (mudança) é a vontade humana perseverante, ainda que muitas vezes errática”. Então, a vontade humana, em matéria de linguagem, é que o homem seja compreendido, segundo sua intenção. Portanto, é o movimento dessa vontade que ocasiona as mudanças da linguagem as quais são, por sua vez, instrumento de civilização. Em Bréal, a idéia de que a linguagem progride, se desenvolve, tem relação com a historicidade, ou seja, “o histórico diz respeito à intervenção do sujeito na linguagem, da vontade na linguagem, que é, inclusive, uma intervenção da vontade na inteligência”, comenta Eduardo Guimarães, um dos tradutores de Ensaio de Semântica, no prefácio da obra. Observa, ainda, que o histórico para Bréal difere da idéia mecanicista de relação atomizada entre algo que veio antes e o que veio depois. Esse questionamento da sucessividade está fundamentalmente ligado à importância do sentido na linguagem, pois, ao questionar a sucessividade, Bréal mostra, numa dimensão teórico-metodológica, que não se deve tratar os fatos em si, mas no sistema de que faz parte e revela, também, numa dimensão

²⁰ BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. trad. Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC, 1992.

descritiva, o conceito de polissemia: uma mesma forma pode ter, em momentos diferentes, significados também diferentes, numa coexistência simultânea de sentidos constituídos ao longo dos tempos. Instala-se, assim, a simultaneidade como uma relação lingüística. Mas essa idéia de historicidade da linguagem e sua simultaneidade de sentidos parecem, pelo texto de Lakatos e Marconi, que não afetam as afirmações ditas científicas, nas monografias. Será isso possível? Vejamos ainda, o que nos diz Bréal.

Nos idos de 1904, Bréal já publicava a 3ª edição de *Ensaio de Semântica* com o acréscimo de um capítulo: *A lingüística é uma ciência natural?* Já pelo título depreende-se que Bréal considera a lingüística como ciência, mas, ao longo do trabalho, o autor argumentará que o objeto da lingüística, a linguagem, não existe na natureza, pois é um ato humano, ou seja, não existe fora da atividade humana. Com isso, nega o caráter natural, mecânico, da linguagem, opondo-se à lingüística dos naturalistas de sua época. Ele foi mais além. Bréal preocupou-se com o subjetivo da linguagem, considerado por ele como fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado, - muito antes de surgirem Bally e Benveniste. Para Bréal a história diz respeito a uma relação do sujeito (do homem) com a linguagem e há marcas de subjetividade daquele que fala naquilo que fala, graças à escolha de elementos próprios da língua e que marcam essa presença (tais como advérbios, modos e tempos verbais, conjunções, discurso indireto e pessoas). Pode-se observar, atualmente, a retomada desses estudos em alguns autores que se dedicam à análise sobre argumentação, tais como Ducrot e Anscombre²¹. Mas, voltando a Bréal, a subjetividade é uma relação homem (eu)/mundo, que instala um tu, também uma subjetividade, destacada do mundo. Então o sentido é uma relação dessas subjetividades com o mundo. A partir daí, como negar a subjetividade na linguagem, mesmo nas monografias ditas científicas? Como se constitui o sentido na monografia? Parece uma ingenuidade dos manuais que orientam a elaboração desse tipo de texto, embora se reconheçam as boas intenções de seus “objetivos práticos”.

²¹ Entre as obras desses autores, citam-se:

ANSCOMBRE.&DUCROT. *L'argumentation dans la langue*, Mardaga, Bruxelas, 1983.
DUCROT. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

Mas, por outro lado, Lakatos e Marconi (1992:153) relacionam alguns aspectos do objetivo interno da monografia que têm a ver com a satisfação interior. O primeiro é “manifestar a própria personalidade, revelando os gostos e as tendências, exteriorizando o espírito de iniciativa e a criatividade, demonstrando a amplitude de juízos, demonstrando a capacidade de seleção em função de metas determinadas, revelando progressiva liberdade no trato científico”. O segundo objetivo interno da monografia é “expor a própria cultura e experiência adquirida das leituras, vivência, conhecimento, etc; expor a capacidade analítica e valorativa em relação a princípios objetivos e critérios próprios e a capacidade de distinguir os fatos das opiniões, as diferentes relações entre os fatos e os fenômenos, expressando as próprias opiniões, deduções, realizações etc”. O último objetivo interno é “comunicar por escrito o resultado de uma descoberta pessoal”.

Essas últimas orientações podem parecer bastante contraditórias ao aluno escritor, pois acenam com uma certa satisfação interior, o que remete à subjetividade, completamente ignorada, anteriormente, graças a tantas recomendações metodológicas e sugestões de apagamento da autoria. Sente-se falta aí, ainda, de uma orientação e justificativa mais evidente para que o estudante que se propõe a elaborar uma monografia refute as condições de verdade postas “à priori”. Para Ducrot²², por exemplo, o poder argumentativo vem da exterioridade e é fundamental. A lógica veritativa cede lugar, então, à lógica das convenções sociais, que por sua vez suporta apenas uma universalidade própria a determinadas condições culturais. Isso justifica a sustentação de diferentes posições argumentativas como forças ilocucionais que dependem das condições de produção. O que se quer criticar, amparada também pela teoria de Ducrot, é que, em momento algum perpassa na orientação do manual, a idéia de relatividade das verdades de uma determinada cultura.

²²DUCROT, O. **Polifonia y argumentación**. Cali, Universidad del Valle, 1988.

_____. *Topoi e formas tópicas*. Trad. BIRCK, C. In: ZANDWAIS, Ana (org.) **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre:Ed. Sagra Luzzatto, 2002. (Coleção Ensaios, n. 17), p. 10-21.

Por tudo que foi exposto até aqui, vê-se que a escolha do texto monográfico para estudo se justifica não por sua importância na avaliação do processo ensino/aprendizagem, mas pelas características discursivas pressupostas em sua construção, embora os manuais não contemplem esse último aspecto com a profundidade de orientação que se faria necessária para a produção escrita. Assim, num primeiro momento, a pesquisa com base no texto monográfico, nos encaminha para o estudo da modalidade argumentativa, analisando o posicionamento do produtor do enunciado com relação às outras vozes que constroem seu texto.

Mas, como se pode observar pelas orientações dadas nos manuais já citados, o papel conferido à monografia como trabalho científico é muito mais percebido como uma prática com valor utilitário, independentemente da concepção de monografia que os autores tenham apresentado. Na busca de possibilidades diversas de orientação, para nossa análise, vejamos, a seguir, como a monografia é apresentada por outros autores.

1.3 Análise de uma Proposta Metodológica com base na Semiótica

Com base em afirmações encontradas no prefácio do livro *A redação de Trabalhos acadêmicos – Teoria e Prática*²³, constituído por ensaios de vários autores, o trabalho monográfico na universidade pode vir a contribuir para a melhor formação do universitário, “objetivando o exercício da cidadania e a prática profissional”. Reconhecem os autores, também, que os estudantes apresentam dificuldades no que tange a aspectos formais relativos à construção do texto e ao desenho de uma linha argumentativa que possibilite a devida exposição e entendimento de idéias e fatos.

²³ SIMÕES, Darcília; HENRIQUES, C.(org.) **A redação de trabalhos acadêmicos**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002 (p.7)

Na introdução do livro acima citado, Darcília Simões (2002:13) pondera que “o modelo estrutural praticado nas décadas de 60 ou 70 criou hábitos dicotômicos que parecem haver restaurado o maniqueísmo confortável que leva o homem a oscilar entre o bem e o mal, o certo e o errado, enfim, entre duplas antagônicas responsáveis pela instauração de um comportamento binarista, redutor e simplista que acaba gerando uma visão simplória dos fenômenos experimentados ou apreciados”. E, segundo Simões, essa não é a melhor maneira de o homem relacionar-se com o mundo na busca de formulação de conceitos.

Então, para autora, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, vem decaindo a qualidade do ensino e da escola, pois, quanto mais se estudam metodologias de ensino e quanto mais se descobrem novos caminhos para o prolongamento da vida, menos se auxilia o homem a desenvolver, efetivamente, sua intelectualidade. *Os progressos detectáveis são fruto de um conjunto ínfimo de estudiosos afortunados que, por sorte ou por arrojo, conseguem transpor as barreiras políticas do descaso com a educação e avançam no estudo e na pesquisa, teimando*, conforme sutilmente ironiza Simões (2000:15), *em crescer e ajudar no desenvolvimento de sua nação.*

A autora traz à baila uma reflexão sobre pré-condições de formação dos indivíduos no que se refere ao entendimento de si mesmos e do mundo que os cerca. Alerta para a necessidade de uma leitura do contexto sociocultural, embasada em uma instrumentalização mais forte, mais significativa e mais consciente que perceba a questão filosófico-ideológica relativa à competência dos discursos que conduzem uma nação. Mas pergunta “*como irá a massa desenvolver elucubrações organizadas, eivadas de lógica, acerca dos disparates observados no cotidiano nacional, se não lhes é dado o direito à aprendizagem sequer de sua língua*” (ibid, p.16).

Toda essa crítica inicial, despertou nosso interesse pela leitura do manual, na expectativa de encontrar um viés diferente para a orientação dos trabalhos ditos acadêmicos e, em especial o da monografia, ao mesmo tempo em que focalizasse a linguagem argumentativa indispensável para a produção desse tipo de texto.

Com a intenção de embasar teoricamente sua crítica, a autora aborda, de forma sucinta, a trindade semiótica - **ícone, índice e símbolo**²⁴ – com que o homem comum lida sem saber – e que deve ser revelada desde as primeiras séries escolares, para que esse lidar seja consciente e proveitoso. O ícone, explica ela, estabelece relação por similaridade (fundado, portanto, na semelhança), o índice prepara o indivíduo para a existência do fenômeno (fundado na contigüidade, é um signo cujo significado se revela mediante os efeitos produzidos pelo seu objeto) e o símbolo é convencional (como signo, se associa ao objeto através de idéias produzidas por uma convenção, associação triádica de idéias gerais; é uma espécie de lei - *legissigno*).

Simões (ibid., p.18-19) acredita que,

com base nesse tipo de conhecimento, pode-se dar início a uma série de discussões de natureza educacional, ou seja, de desenvolvimento cognoscitivo, uma vez que os símbolos nacionais ou religiosos, os dogmas, as crenças, os mitos, as leis passam a ser hermeneuticamente analisados, permitindo assim um entendimento mínimo da organização social, da distribuição das classes, das escalas discriminatórias, das hierarquias, enfim, da estratificação social, de seus comandos e de seus desmandos.

Tudo isso significa que autora pretende chamar a atenção para a importância da ciência semiótica em nosso século como uma forma de ver e entender melhor o mundo, evitando a massificação da cultura sob rótulos como, por exemplo, globalização, interdisciplinaridade ou outros termos que, em seu entender, camuflam um discurso autoritário que coloca o homem cada vez mais distante do poder e mais próximo da robotização. Por outro lado, manifesta sua crítica para a necessidade de modificação do processo educacional. No entanto, sugere que as leis sejam hermeneuticamente analisadas, o que nos encaminha para uma idéia de análise que esgota apenas o conteúdo das palavras do texto, na crença de chegar à verdade, mas não alcança a interpretação do discurso que leva ao seu sentido no enunciado. É preciso buscar a história, as condições sociais que propiciam os discursos, pois, sem essas bases, o sentido se perde.

²⁴ com base na classificação dos signos em relação ao seu objeto referente – cf. Peirce, *Collected papers*- área da Semiótica. Peirce, filósofo, cientista, matemático e historiador norte-americano, morreu em 1914, e seus manuscritos foram editados por Hartshorne e Weiss, na década de 30, em seis volumes. Em 1950, Burk edita os volumes 7 e 8 de *Collected papers* sobre a filosofia da mente e discussões a respeito da teoria dos signos.

Mais adiante, no capítulo 3 (p. 44) ela explana, de forma mais direta, como se encaixam os signos nas pesquisas. Considerando a formulação teórica nada mais do que um conjunto de sinais que servem de roteiro ao pesquisador para a análise de um fenômeno e para a elaboração de conclusões acerca de dados obtidos durante a coleta e posterior análise, Simões (2002:45) discorre sobre as contribuições metodológicas da Semiótica de Peirce²⁵ para a elaboração da pesquisa científica.

...Em Linguística, por exemplo, é possível produzir-se uma tabela probabilística da incidência de determinada estrutura, levando-se em conta variáveis como o tipo de texto, de emissor (sexo, idade, escolaridade, profissão...) com vistas a auxiliar nos métodos de ensino-aprendizagem. Isto porque o que se busca na atividade científica são explicações que gerem formulações de leis gerais combinadas a condições iniciais (circunstâncias) que possam explicitar a ordem presente na natureza.

Quando se obtém conclusões generalizáveis sobre um dado fato ou fenômeno, é gerada uma lei. As leis, por sua vez, quando reunidas num conjunto articulado de idéias (normalmente fundadas no raciocínio lógico), constroem uma teoria. A formulação teórica não é senão a reunião de um conjunto de sinais, que sirvam de roteiro ao pesquisador para a análise de um fenômeno e para a elaboração de conclusões acerca de dados obtidos durante a análise (Simões,2002:44-45).

Mas, ante tal posicionamento, pergunta-se se toda essa formulação teórica considerada, depois, como lei, não é apenas o sujeito em plena atividade de interpretação, atribuindo sentido a suas próprias palavras em condições específicas? E não será a própria ordem do simbólico um estruturante do equívoco, no fato lingüístico, que tenta sua formulação teórica num constante relançar de interpretações? No entanto, não é enfatizada por Simões, essa possibilidade de multiplicidade de interpretações dos sinais graças às suas formas de relacionar-se com diferentes contingências sociais e históricas, evidência de sua relatividade, o que impede o engessamento teórico.

Mais adiante (p.45), numa tentativa de apresentação sintética dessa metodologia, a autora parte da divisão peirceana dos esquemas de raciocínio para a formulação de uma lei ou teoria, e que se classificam em três espécies, assim explicadas por ela:

²⁵ PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.

“- abdução (lógica da descoberta - se volta para o estudo dos fatos e a criação de uma teoria que os explique);
 - dedução (lógica da matemática – o raciocínio dedutivo visa à aplicação de regras gerais, partindo de uma hipótese cuja verdade ou falsidade não está relacionada com o raciocínio, sendo que a autora considera as conclusões também idéias);
 - indução (lógica do raciocínio científico em que as conclusões podem ser obtidas através de teste experimental de uma teoria e é feito pela indução que parte do particular para o geral e aponta uma inferência provável). Então, desses modelos de raciocínio, emergem sinais (ou signos) com os quais o pesquisador deve operar (a trindade semiótica já citada anteriormente)”.

Para Simões (2002:47), que se embasa no trabalho de de Ferrara²⁶ sobre Peirce, o signo é um *representâmen*, ou seja, algo que cria na mente do intérprete (receptor, decodificador), um sinal equivalente ou talvez um signo mais bem desenvolvido denominado interpretante do primeiro signo.

Neste ponto, acredito que cabe perguntar: quem é, para os autores desse Manual, seu pressuposto leitor? Os professores orientadores? Se este Manual, conforme se subentende no prefácio, é dirigido a estudantes universitários, de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, para orientar na produção textos acadêmicos exigidos durante o ensino superior, parece incabível que a Teoria Semiótica seja apresentada de forma tão reduzida, para que seja entendida como uma metodologia de apoio ao pensamento crítico. Se não, vejamos esta explicação:

Para melhor entender a interpretação (descodificação, leitura), é preciso ver as categorias peirceanas como grandes classes, como classes universais (abstratas) presentes nos elementos, independentemente do pensamento. São três: *qualidade*, *reação* e *representação*. Elas não dependem do homem, são classes gerais que a ele se aplicam e não dependem da maneira como as sentimos ou percebemos (Simões, 2002:46).

A autora (p.46) comenta ainda que, para Peirce, há três diferentes espécies de fenômenos que constituem as categorias: primeiridade – é aquilo “que não pode ser pensado”, é a “experiência em si, o fenômeno nele mesmo” (imaterial, pura positividade); secundidade –

²⁶ FERRARA, Lucrecia D’Aléssio. **Estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

“é também imperceptível porque é o mundo das reações e tem uma dimensão psicológica” (“trata-se da resposta da relação entre o signo e o seu objeto”), são estados que interrompem o fluxo e a autora dá como exemplos, “o conflito, a surpresa, um choque elétrico”; terceiridade – “é a mediação entre as categorias anteriores, é onde se verifica a matéria de que a consciência produz os signos”.

Forma-se então a relação triádica do signo, quando há alguém que possa interpretá-lo. E citando Peirce, Simões(2002:47) complementa: “ **o signo**, ao criar na mente de alguém um signo equivalente ou outro, mais elaborado (no sentido do desenvolvimento), estará criando **um interpretante** e a coisa representada recebe a designação de **objeto**”.

Na teoria de Peirce, conforme o Manual ora analisado, apesar de toda a proposta política apresentada na introdução, parece que a interpretação simplesmente acontece de forma aleatória (“um signo é um signo quando há alguém que possa interpretá-lo como signo de algo”p.47).Fica no ar a pergunta: de onde e por que alguém é capaz de interpretar um signo? Buscando uma resposta, lembramos Pêcheux²⁷ e, mais próxima de nós, Eni Orlandi.O primeiro afirma que a interpretação é um “gesto”, ou seja, um ato no nível simbólico. Eni²⁸ complementa:

O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história (Orlandi, 1996:18).

Então, a interpretação sempre se dá de algum lugar da história ou da sociedade e tem uma direção que a Análise do Discurso denomina de política. Já Ducrot, em sua Teoria da argumentação, busca também um apoio para justificar os pontos de vista, os movimentos argumentativos e o encontra nos Topoi - o que será explanado mais pontualmente em capítulo posterior

²⁷ PÊCHEUX, M. *Analyse Authomatique du Discours*, Paris: Dunot, 1969.

²⁸ ORLANDI, Eni P. *Interpretação*; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Voltando á análise do texto de Simões (2002:48), vemos que a autora continua tecendo relações entre o trabalho de pesquisa e a teoria semiótica. Para ela, as hipóteses podem ser tomadas como **índices** por sua relação de contigüidade (cf. pistas) que encaminham o raciocínio em determinada direção. Os dados obtidos podem ser vistos como **ícones** (por sua relação de similaridade) de modelos gerais de dado fato ou fenômeno que, por sua vez, serão testados para posterior formulação de interpretações. Por fim, a produção de uma conclusão seria o **símbolo** do encerramento de um processo de análise – com desfecho positivo (caso se confirme a hipótese) ou negativo (caso se negue a hipótese).

Como se vê, toda essa teoria aplicada à elaboração de um projeto de pesquisa pode ser interessante, mas exige um ajustamento metalingüístico simbólico que nos parece superficial, do modo como é abordado, para a compreensão e produção, por exemplo, de um trabalho monográfico. Será que, graças a essas possíveis relações teóricas, hipóteses(consideradas como *índices*) seriam levantadas com mais propriedade? Os dados, se vistos como *ícones*, se tornariam mais significativos, seriam percebidos de outra forma pelo pesquisador? E as conclusões(consideradas como *signos*) se aprimorariam por serem entendidas como produto de convenção?

Mas Simões (ibid., p.50) afirma que, a partir daí, é possível entender-se a construção de paradigmas como “produção de signos que podem orientar determinadas análises”. E ressalta que um paradigma pode ser tomado como ícone (enquanto modelo estruturador de raciocínio), índice (na medida em que materializa um processo de análise a partir das relações de contigüidade emergentes da situação dos dados em seu interior) ou símbolo (na condição de representar-se como *representâmen* de um processo de raciocínio aplicável a situações análogas) - dependendo de sua utilização.

A autora acredita que a associação desses fundamentos semióticos ao processo de relato da pesquisa aperfeiçoará a qualidade dos textos dos trabalhos acadêmicos, entre eles, a monografia, no sentido de transformá-los em signos o mais possível representativos das investigações a que se referem, pois, segundo ela, “os avanços no processo científico são conseqüência das explanações objetivas e precisas que viabilizam o aperfeiçoamento das

descobertas”. Passa, depois, no entanto, a orientar sobre o *desenho* (esquema) do projeto de pesquisa de forma tradicional (itens de um projeto de pesquisa-p. 51).

Mas o manual *A redação de Trabalhos Acadêmicos*, apresenta também, o texto do professor Cláudio Cezar Henriques²⁹ que, assim como Darcília Simões, ajudou a organizar os demais artigos do livro. Esse capítulo (1) trata sobre a linguagem e a norma. Henriques (p. 26) enfatiza que o trabalho escrito acadêmico “depende tanto do domínio do conteúdo a ser exposto quanto do domínio das estruturas sintáticas do português, do enriquecimento do vocabulário e da capacidade expressiva”. A língua padrão é uma norma como outra qualquer e, no caso dos textos científicos, é a forma praticada para comunicação. Portanto, a confecção do texto acadêmico exige formalidades, assim resumidas por Henriques:

- escrever o texto observando regência e concordância, colocações e tratamentos, não abusando das repetições nem dos chavões, alcançando coerências e coesões, parágrafos argumentativos e arrazoados dissertativos, atacando ou defendendo, lendo e relendo, mas sempre expondo de forma crítica o conteúdo propriamente dito;
- levar em consideração também os níveis de linguagem, as variações individuais, sociais e regionais, de modo a concretizar a gestão orgânica do trabalho a ser avaliado;
- ter em mente que esse tipo de texto inclui a figura de um *leitor marcado* que, contrariando a estética da recepção, não tem nada de hipotético e diante do qual o autor do trabalho acadêmico precisa assumir todos os prós e contras decorrentes dessa ostensiva presença;
- observar, mas sem exageros, os zeugmas e as elipses, as ressalvas e os “não pretendemos”, avaliando até que ponto se pode adotar o que chamo de *estilo preventivo*, com o qual é possível recorrer a um estoque de expressões de postergamento..... auto-defesa.... ou neutralidade..... (Henriques, C. 2002:27-28)

Pelo que se vê, quase nada de novo ou além do que outros manuais já dizem, inclusive os já analisados e criticados neste trabalho. Destaca-se, no entanto, por chamar a atenção para a figura de um leitor marcado e isso significa, e deveria ser dito, que esse leitor marcado tem um feixe de pontos de vista que julgará as proposições do autor do trabalho; então, conhecer esse posicionamento é muito importante para a produção da argumentação.

Após aquelas observações feitas por Henriques, já agora no terceiro capítulo, Darcília Simões (2002) delinea definições e objetivos de gêneros de composição exigidos na universidade, entre eles a monografia cuja definição segue:

- trata-se de uma modalidade de trabalho escrito que versa sobre tema único, elaborado individualmente, e que visa a cumprir, pelo menos, um dos seguintes

²⁹ HENRIQUES, Cláudio C. *A linguagem e a norma*. In: HENRIQUES & SIMÕES (org.) **A redação de trabalhos acadêmicos** – Teoria e Prática, 2002.

objetivos: reapresentar estudo sobre determinado tema em forma de compilação; opinar sobre determinado ponto de vista relativo a um assunto; questionar parte de um enfoque dado a certo tema; apresentar bibliografia específica comentada sobre algum assunto; estudar certo assunto com vistas a polemizar enfoque vigente, analisar textos literários ou não com apoio bibliográfico atualizado; desenvolver raciocínio prospectivo sobre possível enfoque para certo tema (p.36).

A autora não fecha a relação de possibilidades de um trabalho monográfico e justifica-se, uma vez que a natureza da monografia já a impôs como uma modalidade aberta, de acordo com a trajetória da ciência. Por outro lado, mais adiante (p. 36), alerta o estudante sobre a importância de buscar a originalidade, evitando a “colcha-de-retalhos” em que a confecção dos trabalhos não passa de um *recortar- e- colar* de fragmentos de outros textos, numa apropriação indébita.

Acreditamos que essa idéia de “originalidade” deva se relacionar com a questão da autoria e seu conceito o que não foi mencionado no manual. Orlandi³⁰ (1996:68) traz a reflexão de Foucault³¹ pela qual “o autor é princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações, o que o coloca como responsável pelo texto que produz”. Mas na Análise do Discurso, a noção de autor é uma função da noção de sujeito. Segundo Orlandi (ibid. p. 69), “a função autor não se limita, como em Foucault (1983)³², a um quadro restrito e privilegiado de produtores ‘originais’ de linguagem (que se definiram em relação a uma obra)”. Para a AD, a função-autor se realiza toda a vez que “*o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação do dizer comum, afetada pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem*”(Orlandi, 1993)³³. Isso significa que o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. Então, embora ele se constitua pela repetição, esta repetição renovada deve constituir outro acontecimento da história, e não mero exercício mnemônico. Portanto, para a AD, o sujeito só se faz autor se o que ele produz for

³⁰ ORLANDI, Eni P. **Interpretação-** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3 ed.. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.

³¹ FOUCAULT. **A ordem do discurso**. São Paulo:ed. Loyola, 1998.

³² _____ . **Qu’est-ce qu’un auteur**. Littoral, Paris, 1983.

³³ ORLANDI, E. **Discurso fundador**. Campinas: ed. Pontes, 1993

interpretável, se ele produzir um lugar de interpretação no meio dos outros. Assim ele historiciza o seu dizer, inscrevendo sua formulação no interdiscurso. Seria essa a idéia de originalidade para a qual o manual gostaria que os estudantes se voltassem? Isso não fica definido.

Quanto à idéia de apropriação indébita e de *recortar e colar* fragmentos de outros textos, criticada no manual analisado, como ação realizada freqüentemente pelos estudantes na produção dos textos, podemos relacionar com o conceito de plágio que, a nosso ver, explica melhor tal procedimento. Tomando, novamente, uma visão da AD, pode-se dizer que o plagiador é aquele que silencia seu trajeto, ele cala a voz do outro que ele retoma. E mais, denuncia (Orlandi. 1996:72), “*o enunciador que repete e apaga toma o lugar do autor indevidamente, nega a trajetória do sentido, nega a identidade do outro e trapaceia com a sua própria. Estanca o fluir histórico do sentido. Esse plagiador não atravessa, nem se deixa atravessar por outros discursos*”. E, como finaliza Orlandi (p.73), “*ilude-se com a existência da idéia absoluta e ‘esquece’ que todo dizer é necessariamente incompleto (assim como o sujeito)*”. Por outro lado, este recortar-e-colar pode representar um segundo aspecto do plágio. Orlandi fala que o plágio também pode representar um sintoma de uma mudança na função de autoria, ou seja, a desnecessidade de um marco de origem como responsável pelo dito, pela sua coerência, não-contradição e unidade. “*Estar-se-ia então, devolvendo o texto à sua dispersão e o sujeito à sua descontinuidade*”. Haveria uma outra forma de relação entre o sujeito e a interpretação, mas, segundo a AD, como o autor é função da forma-sujeito e dos modos de individuação sócio-historicamente determinados, essa mudança de relação deve ser acompanhada de transformações no tecido da formação social. Acredito, realmente, que estamos frente a possíveis mudanças de conceituação sobre autoria, quando penso nos hipertextos da Internet, por exemplo, e mais, quando passam eles a dar sustentação à pesquisa monográfica.

Retornando à leitura do manual, mais adiante (p.53-54), Simões diz que “a relevância dos resultados de uma pesquisa depende do grau de aplicabilidade demonstrado pelo pesquisador, assim como da coerência entre os raciocínios desenvolvidos e as conclusões obtidas”. Tal coerência, conforme a autora, assenta-se na capacidade de generalização do

produto, sua extensão a situações similares em condições idênticas ou análogas. E isso é o atingimento da qualidade de *legissigno* a qual Simões propugna ao longo de sua orientação teórica como a característica das conclusões de um trabalho disciplinado, organizado e sustentado técnico-teoricamente e que resultará no avanço significativo da ciência.

O ensaio (p.55-59) que constitui o capítulo 4 do livro em exame foi escrito por Vânia Lúcia Rodrigues Dutra e trata sobre a clareza textual nos trabalhos científicos, sendo considerada essa qualidade como o resultado de uma série de procedimentos que atestam o domínio das leis de organização e funcionamento do sistema lingüístico por parte de quem escreve. Considerando que trabalhos técnico-científicos, fundamentalmente informativos, pressupõem um conteúdo que exige rija atenção do leitor e uma construção clara, orienta a quem escreve que apresente, em relação à concatenação dos elementos da frase (ou construção sintática), de preferência, uma ordem lógica ou direta (sujeito, verbo, complementos). Segundo Dutra, a autora (p. 57) desse capítulo, a ordem indireta, por apresentar um certo nível de subjetividade, pode suscitar uma leitura imprevista. Mas reconhece que isso não é uma norma imperiosa e que há estruturas em que a ordem inversa é a vernácula e a mais adequada. Por outro lado, enfatiza que “a ordem direta tem a seu favor a força do uso e a previsibilidade de funções e valores que concorrem para uma leitura linear, emergente de uma estrutura normatizada”. Com o uso da ordem direta, conforme Dutra, reduz-se a subjetividade, caracterizando-se, assim, o enunciado objetivo, indispensável para a eficácia do discurso científico.

Mas essa afirmação de que a ordem inversa deve ser evitada por produzir um enunciado pouco objetivo deve ser mais questionada. Vejamos o que nos diz Bréal, no final do século XIX, em seu Ensaio de Semântica, sobre a ordem das palavras. Para este semanticista fundador, é a ordem das palavras o meio mais imaterial de expressão de que se servem as línguas, podendo a inversão da ordem de colocação dos termos, gerar afirmações contrárias. Bréal justifica a necessidade de uma ordem fixa devido à perda das flexões, que foram aos poucos se decompondo, até sumirem em muitas línguas. Por outro lado, reconhece que textos de caráter oficial em que era importante evitar, na medida do possível, equívocos, além de introduzirem o hábito de uma construção uniforme, tentavam a retenção

do uso das desinências. Encara a ordem pré-estabelecida como um descanso –para quem lê ou ouve. Por outro lado, com a ordem das palavras tornando-se mais rigorosa (à medida que diminuem os recursos gramaticais) toda alteração na construção pode modificar o sentido. Critica também a expressão “ordem lógica”, pois ela é ilusória, tendo em vista a variação da ordem nas várias línguas. Ele pensa, finalmente, que uma língua que se despoja de seu aparato gramatical, terá na ordem toda a gramática. Portanto, nas línguas modernas, modificando-se a ordem ou modifica-se o sentido, ou deixa-se de compreender. Com referência à lógica da linguagem, diz que ela é especial. A lógica propriamente dita proíbe, por exemplo, “reunir em um juízo termos contraditórios, mas a linguagem aceita isso tranqüilamente”. Assim a linguagem extrapola a lógica, tendo um procedimento próprio que chega a construir grupos gramaticais que não se relacionam a uma concepção abstrata. Bréal explica como a lógica da língua repousa sobre a analogia, sendo essa a maneira de raciocinar das crianças e do povo. “Dada uma locução, tira-se outra dela, mais ou menos semelhante. Por sua vez, esta última produz uma terceira, um pouco diferente, que provoca por seu lado imitações, sem que por isso, a primeira e a segunda tenham cessado de ser produtivas. A linguagem, assim, pode ir muito longe” (p. 155). Mais adiante (p.165), diz que uma língua saída de um sistema, em que cada palavra ficasse para sempre delimitada pela sua definição, e na qual a afinidade das palavras fosse colocada sobre o encadeamento verdadeiro ou suposto das idéias, uma tal língua pode ser conveniente para algumas ciências especiais como a química, mas aplicada ao pensamento humano, em sua variedade e complexidade, com suas flutuações e progressos, acabaria tornando-se, ao fim de algum tempo, um entrave e uma camisa de força. Para o autor, a linguagem é uma tradução da realidade, uma transposição na qual os objetivos figuram generalizados e classificados pelo trabalho do pensamento. O que se entende disso tudo é que Bréal renunciava a ultrapassagem da organização (regra e sistematicidade) e buscava chegar à ordem (funcionamento e falha) da língua para alcançar o sentido. Em outras palavras, apontava para o discurso. Mas agora, voltando ao manual, o que não está dito lá é que a colocação dos constituintes da oração, fora da organização convencional, transforma o sentido e tem usos especiais que a justificam. Dutra (p.55) aconselha, no entanto, que inversões que permitam a ampliação do campo significativo, pela maior ambigüidade que podem acarretar, devem ser evitadas no texto científico.

Como se vê, este manual organizado por Henriques e Simões faz uma orientação diferenciada dos manuais em geral, graças às implicações semióticas que evidencia na produção da monografia, embora tais relações sejam colocadas de modo abstrato no manual. E, com respeito ao uso da linguagem em si, pouco avança além do já dito. Resta ainda analisar um capítulo sobre o ponto de vista no texto acadêmico, título que, à primeira vista, nos levanta a expectativa de comentários sobre discurso e polifonia, palavras jamais empregadas pela autora, Magda Schlee (p.61), uma vez que ela se fixa nas características das estruturas usadas.

A autora desse capítulo diz que o ponto de vista consiste na atitude do autor em face do assunto a ser tratado e, como o texto técnico científico é necessariamente objetivo quanto ao ponto de vista, o autor deve preocupar-se em usar estruturas que permitam eficácia e exatidão da comunicação. Explica, então, as diferentes formas de o autor se colocar diante de seu trabalho por meio de estruturas diferenciadas. A primeira forma prevê a utilização dos pronomes de primeira pessoa do singular (que, segundo a autora, devem ser evitados pela desagradável sensação de valorização pessoal, embora em alguns casos, como agradecimentos, sejam usados com freqüência). Outra estrutura usa a primeira pessoa do plural (plural de modéstia - o verbo concorda com o pronome mas não com o adjetivo ou particípio que, por sua vez, concordam com o sujeito – por exemplo – “*Nós não estamos convencida* de que essa análise seja a melhor”). Neste uso da primeira pessoa do plural a autora também considera a possibilidade de usar-se, por exemplo, “*Nós não estamos convencidos* de que essa análise seja a melhor” em que o uso do adjetivo no plural parece expandir a opinião para outras pessoas. Observa ainda a possibilidade, em textos científicos, do uso da primeira pessoa do plural sem adjetivos em que o verbo no plural se refere tanto ao eu-autor como ao você-leitor (exemplo 1) ou é, apenas, um plural de modéstia (exemplo 2).

- (1) **Vimos** que ele admite a língua como instituição social sob a influência de Durkheim, não absoluta, mas através do ambiente da Sociologia francesa.
- (2) **Acreditamos**, porém, ter havido um certo rigorismo descabido nesses opositores de Saussure. (p.65)

Parece que a autora está sugerindo essas estruturas como “objetivas” em contraposição ao uso de estruturas que utilizem a primeira pessoa (eu). No entanto, essas estruturas sugeridas, que aparentemente escondem o eu do autor, na verdade, não impedem que a subjetividade extravase, tanto nelas mesmas, com efeitos de sentido, como pela inserção, durante a produção do texto, de outros índices lingüísticos, que, como signos “vazios”, se tornam “plenos”, assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. São rastros da subjetividade. Baseio-me em Benveniste³⁴ (1995) que fala sobre classes de palavras como demonstrativos, advérbios, adjetivos que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e suas numerosas correlações “isso, ontem, no passado, amanhã”, etc. Mostra ele, também, como a temporalidade humana, com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem. Então, o momento eternamente presente, embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia “objetiva”, é determinado cada vez pelo locutor, para cada uma das instâncias do discurso referido. A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão. Com relação às estruturas sugeridas no manual, e citadas anteriormente, todas usam a primeira pessoa do plural, o que não deixa de incluir o “eu”. Por outro lado, o uso da forma plural dita como de “modéstia” no manual, é, por outros autores, denominada também de “plural majestático”, o que parece bem contraditório. Talvez tais designações se justifiquem devido ao efeito de sentido ambíguo quanto ao grau de autoridade da força argumentativa que o próprio sujeito se autorga ou representa socialmente. Como se vê esse sujeito? Uma voz identificada com a coletividade, sem identidade (modéstia), ou uma voz de autoridade que se assume como representante das demais (majestática)? No uso da primeira pessoa do plural com verbo e adjetivo também no plural, o clítico não é uma tentativa de o sujeito representar a coletividade? Então, o que se observa neste capítulo é a idéia de que a atitude do autor se constitui em um ponto de vista que surge sob o aspecto de estrutura. Em nosso entender, há, portanto, nesse enfoque, uma impropriedade com relação aos conceitos de ponto de vista, subjetividade e autoria.

³⁴ BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I** (trad. NOVAK, M. da G.; NERI, M.L.). 4ª ed.- Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.

Mais adiante, e no mesmo capítulo, Schlee (p.65) refere-se a uma outra forma bastante adotada nos textos argumentativos que envolve o uso da partícula *se*, “tendo em vista a tendência à linguagem despersonalizada que se observa nos trabalhos científicos”. Em relação ao comentário, embora o conceito de texto argumentativo não me pareça incluir a idéia de linguagem despersonalizada, como pretendo explicar em capítulo posterior, entende-se que Schlee, apesar dessa ambigüidade de lingüística, esteja falando sobre outras formas que a gramática denomina de impessoalização do texto, ou seja, a indeterminação do sujeito ou a construção de orações passivas por meio da partícula *se*. Diz ela, ainda, que tais construções criam um distanciamento maior do autor em relação ao seu texto, transmitindo o grau de objetividade necessário aos trabalhos técnico-científicos. Na verdade, a voz passiva com *se* omite o agente (por ser passiva) e até o sujeito paciente é detematizado (por ser invertida). Cria-se a passiva medial, caracterizada pela morfologia verbal ativa na terceira pessoa à qual se une o clítico pronominal reflexivo. Assim, o mais importante é o processo (verbo) que se afirma, e ele se impõe como fato reconhecido de forma genérica e de consenso o que dá à proposição uma suposta credibilidade e autoridade como linguagem científica porque parece dita por todos, ou qualquer um que fale sobre aquele tema. Isso tudo, no entanto, não quer dizer que tal proposição apresente, necessariamente, mais objetividade.

Por outro lado, essa é uma questão do sujeito na linguagem, portanto parece fazer sentido trabalhar com uma fundamentação teórica da semântica da enunciação, que é fundamentalmente dialógica. Ora, no espaço de uma concepção histórica, a noção de dialogia se opõe³⁵ à noção de dialética e prevê a dispersão da representação do sujeito. Além disso, o próprio pronome *eu*, que Schlee considera “personalizado” pode, em determinadas situações ser indeterminado, assim como o *você*, como bem se percebe no exemplo colhido em *Vozes e contrastes – Discurso na cidade e no campo*³⁶, embora baseado numa seqüência falada e não em um enunciado escrito:

³⁵ Refiro-me às teorias que tratam o sujeito como ser empírico (como a Pragmática e o Sócio-interacionismo).

³⁶ ORLANDI, E.P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Vozes e contrastes. Discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989 (capítulo 2- Enunciação e formas de indeterminação, p. 45-77)

Não, o período de acomodação não teria aqui, vamos dizer que o período de acomodação aqui, ele fosse, desse uma curvinha aqui em cima/ do seguinte tipo, ta? Então, veja, **vocês** teriam aqui esse período de acomodação, então aqui esse gráfico poderia ser alguma coisa do seguinte tipo...(ORLANDI et al., 1989:50).

O vocês em negrito poderia ser parafraseado por: *ter-se-ia* aqui.... *Vocês*, nesta situação, acolhe tanto a voz dos alunos como a do locutor ou a da ciência.

Então, o que existe no texto científico, predominantemente, é o enunciador universal, junto com o ocultamento do agente, porém nem sempre as regularidades lingüísticas encontradas nas estruturas têm o mesmo sentido. Tais posicionamentos não foram encontrados nos manuais analisados e em que se busca orientar os estudantes para a escrita da monografia.

Mas Schlee (p.65), autora do capítulo 5, reconhece que a indeterminação e voz passiva parecem dar mais autoridade ao que se diz (embora não explique por que), atendendo assim, às intenções que permeiam os textos argumentativos – “*é a chamada força perlocutória*³⁷, *que caracteriza o desejo de convencer*”. Sem maiores explicações, passa à observação de problemas de concordância (sujeito paciente e verbo), geralmente encontrados pelos estudantes, com relação à voz passiva sintética. Analisa também a diferença entre a estrutura de indeterminação do sujeito com *se* e a da voz passiva sintética, no aspecto da concordância gramatical e afirma que o uso das estruturas com *se* “por certo contribuem sobremaneira para a objetividade exigida não só pelo tipo de texto, mas também pelo próprio tema em questão”. A essas e outras formas estruturais chama de “ponto de vista”, o que pode, sem dúvida, confundir o estudante que, porventura, pergunte se isso se relaciona com as várias possibilidades de sentido dadas a um tema.

No penúltimo capítulo do livro em análise (A Redação de Trabalhos Acadêmicos – Teoria e Prática), Simões (ibid., p.70) retoma a palavra e focaliza “fatos de natureza gramatical e estilística” que julga relevantes na elaboração de um trabalho monográfico. Entre os conjuntos de normas específicas que garantirão a inteligibilidade e a confiabilidade do texto, a autora destaca a articulação entre o discurso do autor e as transcrições ou citações

³⁷ Acredito que se trata de força ilocucionária, na verdade, noção que Austin faz intervir na oposição entre “dizer algo” e “fazer algo ao dizer” e que produz conseqüências, por parte do interlocutor (ato perlocucionário).

trazidas ao texto como forma de ilustração ou endosso “de modo a se combinarem as idéias expressas sem que se perca de vista a travessia dos discursos, uma vez que o discurso técnico-científico é obrigatoriamente polifônico (porque recorre a outros textos) já que o saber humano é produto incontestavelmente coletivo”.

Ao apontar a constituição do texto nessa mobilização de vozes, autora, no entanto, não enfatiza que o sentido se constrói, essencialmente no dialogismo de uma enunciação em que não se separam o enunciador e o tu, os dois são co-enunciadores. Por outro lado, caberia alertar sobre como as citações recortadas podem mudar de sentido ao serem colocadas em um novo contexto, dependendo da intenção do autor que pode, assim, também manipular as vozes de que se serve.

Simões traz, ainda, exemplos da formatação que o texto endossante deve receber de acordo com a forma como o texto do relatante dele se apropria (transcrição ou citação, ilustração, endosso, justaposição ou destaque) embora a autora lembre que as orientações ali expostas “não têm caráter normativo, mas pretendem demonstrar fatos e sugerir soluções com fundamento técnico” (p.75).

Essa consciência de que a norma na formatação, diagramação do texto possui um farto cardápio de modelos de referenciação, havendo dificuldade de critérios plenamente uniformes, também se verifica no último capítulo, escrito por Henriques, embora reconheça a tendência, cada vez maior, de as regras expostas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) e a NBR 6023 (da ABNT) atualizada em agosto de 2000, serem as mais recomendáveis e exigidas nos meios acadêmicos.

Como se percebe, pelos comentários tecidos sobre as orientações do manual *A Redação de Trabalhos Acadêmicos*, Darcília Simões (p.21), em especial, julga que o domínio de uma teoria de bases filosófico-fenomenológicas como a de Peirce³⁸ exige dos estudiosos um pré-preparo de conhecimentos gerais “que atuarão como facilitadores na compreensão dos

³⁸ PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.

caminhos da percepção dos fenômenos, bem como da reação cognoscitiva e conseqüentes operações que daqueles extrai fórmulas de reorganização das coisas do mundo”. A adoção do método científico, que se submete ao real se justifica, segundo Peirce (1975:34), “porque as crenças das pessoas são determinadas não por algo humano, mas por alguma permanência exterior – por algo sobre que não age o pensamento”. E a tríade semiótica de Peirce que classifica os signos em suas relações com os objetos já é um passo adiante, acredita Simões, para que o homem aprenda a se relacionar com o mundo “sem que se torne presa fácil dos milhares de modelos científicos de discurso que o inserem no contexto do discurso dito competente, anulando sua curiosidade, sua natural busca do saber e neutralizando sua experimentação”. Mas, pergunto eu, é possível acreditar na transparência do signo? Ao adotar uma metodologia, uma teoria, não estará o homem se submetendo a uma perspectiva, a um ponto de vista? Com certeza ele estará se inserindo em um nicho que lhe permitirá ler os signos. Mas isso, necessariamente, não anula sua curiosidade, para que avance os limites invisíveis das teorias e ciências e invada outros domínios, outras formações discursivas. Acredito que esses limites são semeados de silêncios e condicionamentos sociais – os grandes empecilhos para que sejam transpostos.

Simões (2002:19) também se apóia em Foucault³⁹, para quem a organização dos conceitos cria um emaranhado de encontros e desencontros que requer, para seu enfrentamento, uma concentração de forças lógicas que nos permita destrinchar os valores ideológicos que subjazem em relação aos conceitos, para que se possa então entendê-los e, se for o caso, refazê-los em benefício do progresso social.

Acredito que seria importante acrescentar sobre o pensamento de Foucault⁴⁰, embora de outra obra, a idéia de que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível maturidade....Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala:

³⁹ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁴⁰ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 4 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (Foucault, 1998: 8-9).

A partir daí, Foucault pergunta o que orienta a nossa vontade de saber a verdade; a resposta a esta questão vai recair no reconhecimento de um sistema de exclusão, que constrange todo nosso discurso, pois “a sociedade tem uma espécie de temor do surgir dos enunciados, esse grande zumbido incessante e desordenado do discurso” (p.50). Então, *“para avaliar os discursos, é preciso que se entenda que eles se constituem também no jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso e devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”* (p. 52).

E todo esse jogo também perpassa pela discurso científico do texto monográfico.

Simões (2002:19) denuncia o jogo do poder também com relação à ciência, quando uma intenção (relacionada a determinado objeto) transforma-se em evento, projeto ou programa de trabalho por meio dos quais as mudanças sociais são promovidas, embora prevaleça o desejo das elites com efeitos danosos à massa, generaliza a autora. Mas, pergunta-se a autora, como pode o estudante municiar as idéias produzidas, difundidas e incutidas em suas mentes por terceiros, por seu contexto cultural e criar uma dupla possessão: a de sua mente pelas idéias e a das idéias por sua mente, num jogo dialético em que idéias e reflexões se confrontam? Simões (ibid., p.20) busca apoio em Morin⁴¹, crítico dos exageros da sociedade do conhecimento, que pretende, em primeiro lugar, mostrar que razão e desrazão integram qualquer tipo de cognição e que é preciso que nos deixemos contaminar pelo “princípio de incerteza racional”⁴². Simões (p. 13) cita Morin: “Devemos reconhecer nosso duplo enraizamento no cosmos físico e na esfera viva e, ao mesmo tempo, nosso desenraizamento propriamente humano. Estamos simultaneamente dentro e fora da natureza”.

⁴¹ MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/Unesco, 2000.

⁴² No primeiro saber que, segundo Morin (2000), será necessário à educação do futuro, o autor fala sobre “as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”. Para ele, é necessário introduzir e desenvolver na educação, o estudo das características cerebrais, mentais, culturais dos conhecimentos humanos, de seus processos e modalidades, das disposições tanto psíquicas quanto culturais que o conduzem ao erro ou à ilusão. E no terceiro saber, comenta como a educação deve incluir o ensino das incertezas e as estratégias para enfrentar os imprevistos – “é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza”(p.16).

Creio que, assim, multiplamente enraizado, também está o discurso de todos os textos (inclusive aqueles de caráter científico, como a monografia, que tentam primar pela objetividade e clareza e obrigam o uso da linguagem padrão): seu sentido está na língua e está fora ao mesmo tempo. Orlandi⁴³ (1987:275) alerta: “O sentido está sempre no viés”, ou seja, deve-se perguntar “o que o discurso não está falando quando está falando disso”. A partir dessas observações, pode-se afirmar que toda a linguagem tem uma construção discursiva, um continuum discursivo com pólos opostos, um de mais e outro de menos subjetividade, mas, em parte alguma, de nenhuma subjetividade.

Porém, toda essa questão do uso e sentido da língua é quase totalmente ignorada nos manuais analisados. Há informações sobre estruturas a serem seguidas, com modelos e descrição de cada item e seu conteúdo, além da orientação sobre os métodos científicos de trabalho. Nas poucas vezes em que se observa uma preocupação com a linguagem, encontram-se coisas como: procure escrever na ordem direta para ser mais claro, não use “até porque”, pois o “até” é desnecessário. Ignoram tais autores o movimento argumentativo da própria ordenação dos constituintes do enunciado, além de tentarem apagar operadores argumentativos dos quais negam o sentido.

Todavia, isso não significa que tais manuais não tenham valor. Pelo contrário. Eles são um grande incentivo porque a descoberta de seus limites nos auxiliam a avançar. O problema agora revelado refere-se, portanto, a outro aspecto: a qualidade discursiva do texto produzido - e o texto é argumentativo. Como pensá-lo? Vamos às teorias que estão além dos manuais.

⁴³ ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

2 UMA ABORDAGEM DO TEXTO ARGUMENTATIVO PARA ALÉM DOS MANUAIS

2.1 As Origens da Retórica

Antes que se aborde “a nova retórica” de Perelman, seria interessante relembrar um pouco do mito, da história e do pensamento grego, de onde remontam as bases de teorias da argumentação. Segundo Christian Plantin⁴⁴ (1996: 4-5), no século V a.C., a Sicília foi governada por dois tiranos, que confiscaram as terras aos seus legítimos proprietários e as distribuíram pelos soldados. Em 467 a.C., derrubada a tirania, os proprietários espoliados reclamaram a reposição da legalidade; foram então instaurados processos confusos e difíceis de resolver. Teria sido nestas circunstâncias, para falar diante do tribunal, que Córax (aluno de Empédocles) e Tísias compuseram o primeiro tratado de argumentação. Barthes⁴⁵ (1970:173) relaciona, então, a retórica a "um processo de propriedade" - "começamos no ocidente a refletir sobre a linguagem para defender o nosso quinhão"(ibid.: 176). Paralelo a esse mito fundador da argumentação há, curiosamente, o mito que funda a geometria. Heródoto (século V a C.) atribui a sua invenção aos egípcios que todos os anos se viam obrigados a reparar os prejuízos causados pelas cheias do Nilo. Nos dois casos, trata-se de uma questão de limites desfeitos, num caso pelo rio, noutra pelo tirano. Como restabelecer os limites das propriedades? “A *geometria* é dada como resposta para as catástrofes naturais; a *argumentação* como resposta para as catástrofes culturais”. Plantin, que estabelece este paralelismo, entende que esta oposição é de um caráter exemplar na

⁴⁴ PLANTIN, Christian. **L'argumentation**, Paris, Seuil (Col. "Mémo", n. 23), 1996.

⁴⁵ BARTHES, Roland. "L'ancienne rhétorique", **Communications**, n. 16, 1970, pp. 172-229.

distribuição das tarefas que realiza: “aquilo que é feito pelas palavras, é por elas que pode ser desfeito”.

Mas na história de Córax, além da argumentação, aparece em toda sua força o caráter astucioso e desprovido de ética da técnica retórica. Como é assinalado em algumas narrativas, Córax aceitara ensinar a sua técnica a Tísias e apenas ser pago em função dos resultados obtidos pelo seu aluno, o que provava, aliás, a absoluta confiança que nele depositava. Caso Tísias ganhasse o primeiro processo, teria que pagar ao seu mestre; se perdesse, nada teria a pagar.

Tísias, acabados os estudos, resolve levantar um processo contra o mestre sustentando não lhe dever nada. Tratava-se do primeiro processo do aluno Tísias, e das duas uma, ou o ganhava, ou o perdia. Na primeira hipótese, se ganhasse o processo, pelo veredicto dos juízes, nada devia. Na segunda hipótese, se perdesse, conforme o acordo estabelecido com o mestre, nada teria que lhe pagar. Em ambos os casos, Tísias teria as contas saldadas com o mestre. Não se conformou Córax com isso. Constrói, então, um contra-discurso, em que inverte o esquema da argumentação de Tísias, embora o retome ponto por ponto. Primeira hipótese: Tísias ganha o processo. Dado o acordo que fez com o mestre, Tísias tem que lhe pagar. Segunda hipótese: Tísias perde o processo. Segundo a lei, Tísias é obrigado a pagar o ensino que recebeu. Nos dois casos, Tísias não tem outra saída que não seja pagar. Como se vê, essas conclusões não têm por base o mesmo ponto de vista, que é substituído na medida em que a conclusão daí advinda beneficia o interessado.

Para Platão e Aristóteles, essa fórmula "fazedora de persuasão" vê-se ameaçada pela possibilidade de se esgotar na astúcia, de tornar forte o argumento mais fraco, através de uma sedução enganadora, que desvie, e encante, e calcule. Platão a considerou como presunção de verdade. Esse terrível caráter da retórica, que Platão⁴⁶ denunciou no *Górgias* e no *Fedro*, e sobre o qual sempre refletiu, está presente, como se vê, no mito da origem da argumentação.

⁴⁶ PLATÃO. *Gorgias – Ménon*. Paris: Société d'Editon "Les Belles Lettres", 1966.

Dessa forma de pensamento origina-se a má fama da sofística, em geral, impregnada na retórica, embora, mesmo assim, tenha contribuído para o desenvolvimento da teoria argumentativa. É o discípulo de Platão, Aristóteles, quem, depois, tenta transformar a retórica em uma disciplina nobre.

Então, do ponto de vista retórico, a argumentação é entendida como o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo. Na *Retórica*, Aristóteles propôs o silogismo entimemático como suporte de tais estratégias. O entimema, explica Garcia⁴⁷ (1988:305) “é um silogismo incompleto ou truncado cuja finalidade mesma é persuadir e não propriamente demonstrar (enthymema- em= em; thymos= espírito, pensamento) . É um raciocínio de fácil manejo, mesmo entre os incultos”. Mas, além do ponto de vista retórico da argumentação, há também um ponto de vista lógico, que se pode chamar "científico". Na perspectiva lógica, a argumentação é um tipo de raciocínio que, fundado na prova e na demonstração, procura estabelecer o verdadeiro. Nos *Analíticos*, Aristóteles desenvolveu este ponto de vista ao expor a teoria do silogismo lógico.

Sabe-se da importância da obra de Aristóteles (384-322 a.C.) para a cultura ocidental nesses dois mil e quatrocentos anos. O grande pensador grego foi, durante toda a Idade Média, considerado o mais importante filósofo, e foi com base em sua obra que Santo Tomás de Aquino buscou, em seus escritos, harmonizar razão e fé. A obra aristotélica é a base tanto para a Filosofia quanto para as reflexões jurídicas contemporâneas, área de conhecimento relacionada às monografias cujos discursos serão analisados ao longo deste trabalho. Nesse aspecto, destacam-se obras como: a "*Ética a Nicômaco*", os "*Analíticos*", os "*Tópicos*", embora outras, como, por exemplo, a "*Política*", ou a "*Retórica*", também sejam fundamentais para uma correta compreensão da importância do pensamento aristotélico para o Direito de hoje.

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles expõe uma teoria do *ethos* e da justiça da Atenas do século IV a.C., discutindo conceitos como "o bem", "a virtude", "a justiça", "a lei", "a amizade" e "a felicidade". Essa obra está incluída entre outras obras éticas deste filósofo

⁴⁷ GARCIA, O. **Comunicação em prosa moderna**. 14 ed. Rio de Janeiro:Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

grego: a *Ética a Eudemo* e da *Grande Moral (Magna Moralia)*. Os Analíticos e os Tópicos fazem parte das obras lógicas, constantes do *Organon*⁴⁸ aristotélico, assim composto: I- Categorias - tem por tema os dez gêneros do ser (as dez classes de predicados); II- Periérmeneias (De Interpretatione)- sobre os futuros contingentes e as construções modais; III- Analíticos Anteriores- sobre a Teoria do Silogismo, as propriedades do silogismo, as falsas conclusões e os raciocínios próximos do silogismo; IV- Analíticos Posteriores- acerca da demonstração, visando unicamente as condições formais e sobre a teoria da definição e da causa; V- Tópicos (Topicorum – Dos Lugares), apresenta um método de argumentação (o dialético) que parte de opiniões geralmente aceitas (lugares comuns – coleção de *topoi*), por todas as pessoas ou pela maioria, ou pelos mais eminentes (os filósofos); VI- Elencos Sofísticos- é um apêndice ao livro dos Tópicos.

Voltando à *Ética a Nicômaco*, Aristóteles discute os meios para se atingir a felicidade e considera as virtudes, as formas de excelência para essa conquista. As virtudes são disposições de caráter cuja finalidade é a realização da perfeição do homem, enquanto ser racional. A virtude consiste em um meio-termo entre dois extremos, entre dois atos viciosos, um caracterizado pelo excesso e outro pela falta, pela carência.

Dividem-se as virtudes em dianoéticas (ou intelectuais), às quais se chega pelo ensinamento, e éticas (ou morais), às quais se chega pelo exercício, pelo hábito. As virtudes éticas, enquanto virtudes do saber prático, não se destinam ao conhecer, como as dianoéticas, mas à ação. Para sua aquisição o conhecimento tem pouca ou nenhuma importância. Das virtudes dianoéticas, a de maior importância é a *phrónesis* (prudência), capacidade de deliberar sobre o que é bom ou mal, correto ou incorreto. Das virtudes éticas, a mais importante é a justiça.

Aristóteles distingue a justiça em duas importantes classes: a universal e a particular. A justiça universal é o cumprimento da lei (lei, na Antiguidade, designava mais o modo de ser da *pólis* do que propriamente uma prescrição). O homem justo, portanto, é aquele que, cumpre a lei. Neste caso, abrange as demais virtudes, pois o que a lei manda é cumprir

⁴⁸ ARISTÓTELES. *Organon*. (tradução de Pinharanda Gomes). Lisboa: Guimarães Editores, Lda., 1986, v. 1, 2,3,4,5. (Coleção de Filosofia & Ensaios).

todas as virtudes éticas particulares. A justiça particular é o hábito que realiza a igualdade, a atribuição a cada um do que lhe é devido. Neste caso, a justiça se coloca ao lado das demais virtudes, pois respeitar a igualdade implica, quando necessário, agir com coragem, ou com temperança etc.

A justiça particular, por sua vez, divide-se em duas: a justiça distributiva e a justiça corretiva. A justiça distributiva é a mais importante, pois responsável pela manutenção da ordem e da harmonia da *pólis*. Consiste em atribuir a cada um o que lhe é devido, tendo em vista sua excelência, seu valor (*areté*) para a comunidade e baseando-se numa igualdade geométrica. Já a justiça corretiva, ou retificadora, baseia-se numa igualdade aritmética. A justiça corretiva não trata das relações dos indivíduos com a comunidade, mas das relações dos indivíduos entre si (interpessoais), como, por exemplo, as de troca de bens.

Como já foi citado, nos Analíticos, Aristóteles estabelece as bases do que posteriormente denominou-se lógica formal, expondo os raciocínios analíticos, que têm por base o silogismo dedutivo. O silogismo de Aristóteles pode ser definido assim: é um trio de termos, no qual o último, que é a conclusão, contém uma verdade à qual se chega obrigatoriamente, através dos outros dois. A lógica formal aristotélica, essencialmente demonstrativa, foi, no entanto, por ele mesmo contestada. Na verdade, em Tópicos, Aristóteles desconstrói os fundamentos formalistas, concedendo às provas dialéticas um papel específico, impossível de ser cumprido por meio das provas analíticas.

No início da segunda metade do século XX ocorreu uma redescoberta das diversas formas de racionalidade de Aristóteles pelos filósofos. O primeiro foi Chaim Perelman que, insatisfeito com o formalismo lógico, foi buscar nos Tópicos e na Retórica de Aristóteles a lógica do discurso não formalizável (ético, político e jurídico), formulando sua "Teoria da Argumentação", mais conhecida por "nova retórica", uma retomada da retórica e principalmente da dialética aristotélica. Os Tópicos, portanto, foram revalorizados, sendo considerados não mais como um modo de pensar do passado, mas como um modo de pensar diferente do contido nos Analíticos. Os raciocínios dialéticos expostos nos Tópicos não se referem às demonstrações científicas (apodíticas), mas às deliberações e às controvérsias. Diferentemente dos raciocínios apodíticos (analíticos), que partem de

premissas verdadeiras e primeiras, esses raciocínios partem de opiniões geralmente aceitas e, por isso, são prováveis e verossímeis, funcionam como meio de persuasão por um discurso cuja função é levar a uma decisão.

A estrutura da argumentação dialética, que motiva uma decisão, é diferente do silogismo, pelo qual se passa das premissas à conclusão necessariamente. Nesse caso, premissas falsas acarretam sempre falsas conclusões. A passagem dos argumentos dialéticos à decisão, no entanto, envolve a possibilidade de mais de uma conclusão, dependendo do topos com que se relacionam as proposições.

Mais de vinte séculos passados sobre as suas origens, a retórica e a argumentação voltam a estar na ordem do dia. Vê-se a reabilitação da retórica, associada à(s) crise(s) contemporâneas dos valores e do sujeito e da objetividade científica. E num contexto ameaçador à sua cultura, seja pelo mercado competitivo como pela exclusão social ou discriminação racial e qualquer outro tipo de intolerância, ou pela violência urbana ou, ainda pelo desastre ecológico entre tantas outras formas de tiranias, irrompe a argumentação na defesa do homem. À semelhança do que aconteceu outrora na Sicília com Córax e Tísias, a argumentação é brandida hoje como a resposta que é possível dar às catástrofes culturais: aquilo que é feito pelas palavras, só por elas pode ser desfeito (Plantin, 1996: 4-5).

Neste processo de reabilitação acadêmica da retórica, é fundamental, como já foi dito, o tratado de Chaim Perelman e Olbrecht-Tyteca, de 1958, que procura no pensamento argumentativo um meio de fundar uma racionalidade específica, que se exerce nas práticas humanas.

2.2 O Funcionamento Retórico da Argumentação de acordo com a Ótica de Perelman

O pensamento de Chaim Perelman que, nascido em Varsóvia, emigrou para a Bélgica, onde lecionou na Universidade de Bruxelas até 1978, realizou uma obra de reabilitação da retórica e da argumentação que, desde o anátema lançado sobre elas por Platão, eram bastante rejeitadas no campo da reflexão filosófica. Perelman⁴⁹ (1996), ao vincular seu Tratado de Argumentação à remota retórica e dialética grega, estabelece uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes. Se o campo da argumentação é o do verossímil, do provável e escapa às certezas do cálculo, opõe-se ao ideal cartesiano em que o lógico só se contenta no estudo dessas provas que Aristóteles⁵⁰ já chamava de analíticas. Em *Analíticos Posteriores*, Aristóteles diz, no entanto, que os raciocínios dialéticos, sejam eles feitos por silogismo ou por indução, ensinam através de um conhecimento anterior:

...no primeiro caso assumindo que as premissas são admitidas pelo outro; no segundo caso demonstrando o universal mediante o particular já conhecido. Por outro lado, é de análogo modo que os argumentos retóricos persuadem, uma vez utilizarem, ou paradigmas, o que é uma espécie de indução, ou entimemas, o que não deixa de constituir um silogismo (*Analíticos Posteriores*, p.9).

É bom lembrar, ainda, que Aristóteles não aceitava que a realidade captada pelos nossos sentidos fosse apenas considerada aparências sobre as quais nenhum verdadeiro conhecimento se pudesse constituir, conforme pensava Platão. Bem pelo contrário, para ele não havia conhecimento sem a intervenção dos sentidos. A ciência teria de ser o conhecimento dos objetos da natureza que nos rodeia. Mas reconhecia que os sentidos só dão o particular e não há ciência senão do universal. No entanto, para ele, e ao contrário do

⁴⁹ PERELMAN, C..OLBRECHT-TYTECA,L..**Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁵⁰ ARISTÓTELES. *Analíticos Posteriores* . In: **Organon** (tradução de Pinharanda Gomes). Lisboa: Guimarães Editores Lda., 1986, v. 4 (Coleção de Filosofia & Ensaios).

seu mestre, o universal inferia-se do particular. Aristóteles achava que, para se chegar ao conhecimento, precisávamos da única realidade existente, aquela que os sentidos nos apresentavam. Sendo assim, o que tínhamos de fazer consistia em partir da observação dos casos particulares do mesmo tipo e, pondo de parte as características próprias de cada um (por um processo de abstração), procurar o elemento que todos eles tinham em comum (o universal). Por exemplo, todas as árvores são diferentes umas das outras, mas, apesar das suas diferenças, todas parecem ter algo em comum. Só que não poderíamos saber o que elas têm em comum se não observássemos cada uma em particular, ou pelo menos um elevado número delas. Ao processo que permite chegar ao universal através do particular chama-se «indução». A indução é, pois, o método correto para chegar à ciência.

No Analíticos Posteriores (p.65), Aristóteles afirma, ainda, que a perda de um sentido acarreta necessariamente o desaparecimento de uma ciência, que se torna impossível de adquirir. Só aprendemos, com efeito, por indução ou por demonstração. Ora, a demonstração faz-se a partir de princípios universais, e a indução, a partir de casos particulares. Mas é impossível adquirir o conhecimento dos universais a não ser pela indução, visto que até os chamados resultados da abstração não se podem tornar acessíveis a não ser pela indução. Mas induzir é impossível para quem não tem a sensação, isso porque é aos casos particulares que se aplica a sensação; e para estes, não pode haver ciência, visto que não se pode tirá-la de universais sem indução, nem obtê-la por indução sem a sensação.

Como observa Almeida⁵¹ (2004:5), Aristóteles representa um avanço importante para a história da ciência, pois, além de ter fundado várias disciplinas científicas (como a taxionomia biológica, a cosmologia, a meteorologia, a dinâmica e a hidrostática), deu um passo a mais na direção da ciência tal como hoje a conhecemos: pela primeira vez encarou a observação da natureza de um ponto de vista mais sistemático.

⁵¹ ALMEIDA, Aires. **Filosofia e ciência da natureza**: alguns elementos históricos. <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/aires.htm> em 09 set 2004.

Mas por muito tempo, na civilização moderna, a influência de lógico-matemáticos determinou que as questões de sentido fossem estudadas pela lógica formal, ou seja, fossem limitadas ao estudo dos meios de prova utilizados nas ciências, considerando tudo que escapa à lógica formal como fora da razão. Faz sentido, então, o questionamento de Perelman (id., p.3), ao perguntar se a razão deveria ser julgada totalmente incompetente nos campos que escapam aos cálculos.

Mas Aristóteles, conforme Perelman (1996:5) enfatiza, já analisava tanto as provas dialéticas (verossímeis) - examinadas por ele nos Tópicos e cuja utilização mostra na Retórica – quanto as analíticas (necessárias), comparando-as respectivamente, com as que são empregadas na argumentação e na demonstração. A verdade é que surgem elementos como a imaginação, a paixão, a sugestão e fontes supra-rationais de certeza como o coração, a graça ou a intuição quando o objeto do conhecimento não é evidente. E isso escapa das possibilidades analíticas de demonstração.

Por outro lado, Perelman (ibid: 4), ao admitir o uso da razão em sua tese da argumentação, critica *a idéia de evidência* pela qual toda mente normal tem de ceder por ser sinal de verdade, e se contrapõe tanto a Pascal (“o que é evidente, prescinde de prova”) quanto a Leibniz que pretendia que “se proporcionasse um meio de demonstrar todos os axiomas⁵² que não fossem primitivos, sem levar em consideração a opinião que os homens têm deles e sem se preocupar se para tanto, eles lhe dão seu consentimento ou não”. Perelman (p. 4) afirma que a teoria da argumentação não se pode desenvolver se toda prova é concebida como redução à evidência.

A questão fundamental reside no fato de que, a natureza das provas dos textos argumentativos não é homogênea porque a condição das diferentes ciências impõe que nem

⁵² *Axiomas são as verdades atemporais porque consideradas universais, e são demonstráveis, independem de qualquer topos para que sejam validadas. Já as teses não são evidentes, não são verdades primeiras e nem se provam pela demonstrabilidade, mas confirmam-se pela força de argumentação e pelos consensos de que são objeto.* Tais definições encontram-se nos registros de discussões feitas ao longo da disciplina Semântica Argumentativa ministrada por Zandwais em Curso de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003).

todos os raciocínios sejam puramente analíticos. O Direito, por exemplo, que se enquadra dentro da área de ciências humanas e sociais, pressupõe a necessidade de trabalhar com o raciocínio dialético, que é considerado paralelo ao raciocínio analítico, por tratar do verossímil em vez de tratar de proposições necessárias. E a dialética de Aristóteles pressupõe a arte de raciocinar a partir de opiniões opostas, mas geralmente aceitas, enquanto a retórica representa a ação sobre o espírito por meio do discurso.

Voltando a Perelman (p.6), ele justifica sua maior adesão à retórica, explicando que *é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve*. Por outro lado, o objeto da teoria da argumentação “é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”(p.4). Mas a intensidade da adesão dos espíritos às teses é variável. É preciso estudar separadamente, a princípio, os aspectos do raciocínio relativos à verdade e os que são relativos à adesão, mesmo que, depois, se analise a interferência de um sobre o outro ou sua correspondência eventuais. Há, dessa forma, uma teoria da argumentação de alcance filosófico centrada, no entanto, na argumentação de textos escritos, pois o autor vai se preocupar, sobretudo com a “estrutura da argumentação”, não insistindo “na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório” (p. 6).

Ora, se toda a argumentação visa à adesão dos espíritos, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. Isso exige uma ordem em que os argumentos devem ser apresentados para exercer maior efeito sobre o auditório, condicionando-o, e auxiliando na persuasão por meio do discurso, explicita Perelman (id. p. 9). Logo, para que haja argumentação também é necessário existir uma comunidade intelectual que aceite debater uma questão determinada e tenha uma linguagem comum.

Mesmo no plano da deliberação íntima existem condições prévias para a argumentação; o locutor concebe-se como dividido em, pelo menos, dois interlocutores que participam da deliberação, diz Perelman (p.16). Então, nessa deliberação consigo mesmo também devem se encontrar “a maioria dos problemas relativos às condições prévias para a discussão com outrem”. Vê-se surgir, aqui, um sujeito cindido, mas em função de objetivos propostos pela

persuasão. Perelman (p.18), considera que para argumentar é preciso a formação de uma comunidade efetiva dos espíritos, e nisso se inclui também “ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”. E quem argumenta precisa “assinalar por discursos ao público, o valor que dá à sua apreciação”(id., p.18).

Então, percebe-se que o valor da subjetividade no funcionamento argumentativo em Perelman é como uma projeção imaginária do sujeito sobre um auditório ao qual o orador busca se modular e adequar, numa subjetividade cindida e idealizada. Veja-se o que diz sobre “o tomar a palavra e ser ouvido”.

Para Perelman (1996:21), quanto à linguagem oral, tomar a palavra e ser ouvido exige qualidades que variam conforme as circunstâncias, como por exemplo, qual a função do indivíduo no grupo, qual sua posição com relação aos outros elementos. Ser ouvido cria “condições prévias para uma eventual argumentação e estabelecimento do contato entre os espíritos”. Portanto a argumentação deve ser relativa ao auditório que se pretende influenciar. Na retórica, o auditório é definido como *o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação* (p.22). Esse “auditório presumido” é construído por quem argumenta, de uma forma mais ou menos sistematizada.

Tudo isso significa que é indispensável o conhecimento daqueles que se pretende conquistar. E Perelman critica o discurso da escola, com sua visão estereotipada de auditório, o que impossibilita a argumentação de realmente alcançar a todos:

A retórica, tornada exercício escolar, dirige-se a auditórios convencionais e pode, sem inconvenientes, ater-se a visões estereotipadas deles o que contribui, tanto quanto a artificialidade dos temas, para fazê-la degenerar. (Perelman,1996:22)

A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade. Então, uma imagem inadequada do auditório, numa tentativa de argumentação persuasiva pode ocasionar um efeito contrário à proposta do locutor. Perelman (p.23) relembra os ensinamentos de Aristóteles (em sua Retórica), de Cícero e Quintiliano que, embora com focos diferentes de observação, mostram bem a importância do conhecimento do auditório para adequação das falas do orador. Isso remete tanto à importância de conhecimentos de psicologia como a de conhecimentos de sociologia,

tendo em vista que, ao levar em conta as funções sociais cumpridas pelos ouvintes que influem em suas atitudes, o orador que quer persuadir um auditório particular, conforme Perelman (p.23),”tem de se adaptar a ele”.

Como se vê há uma fissura ética, separando a retórica da dialética. Na argumentação retórica não importa o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, ele se move no espaço do simulacro onde os fins se sobrepõem aos meios. Interessa a ele agradar àqueles a quem ele se dirige. Então o orador usa a argumentação que lhe convém para alcançar seus objetivos, independentemente de seu próprio julgamento de valor. Já na dialética, a argumentatividade não transcende o espaço ético, a argumentação submete-se à ética – a ordem dos sentidos deve estar ligada a um campo de valor. E esse campo de valor está ligado e se estabelece com a história, a cultura da comunidade em que o orador se insere, ainda que esses valores possam ser mutáveis, de acordo com os grupamentos sociais. Então, o que origina essa fissura ética entre a retórica e a dialética é que a primeira permite a um único locutor reunir fundamentos de verdade de comunidades diversas e, ainda que tais fundamentos não sejam verdade para si próprio, usá-los em seu discurso, ou quem sabe, dizer só o que interessa e não pode prejudicar o alcance de seu objetivo que é o de persuadir a platéia cujas características ele presume.

Buscando as origens da retórica, Perelman (1996:24) relata sobre estudos antigos que chegaram a classificar os gêneros oratórios de acordo com a função do auditório a quem se dirigia o discurso: deliberar, julgar ou apenas usufruir. Mas alerta sobre a possibilidade de haver um auditório heterogêneo constituído por diferentes grupos sociais (políticos, profissionais, religiosos) o que exigiria um grande orador cuja argumentação conseguisse integrar em algum lugar comum, os valores aos quais aderem esses ouvintes.

Ao referir-se sobre relações de alteridade ou intersubjetividade, em seu Tratado de Argumentação, Perelman compara as posições tomadas pelo orador. “Aquele movido pela paixão pode escolher razões restritas e relativas e, ao mesmo tempo, tomar posições extremistas, encarando seus interlocutores como parte de um único auditório. Se for de posição moderada, irá encarar seus interlocutores como parte de, pelo menos, dois

auditórios distintos”. Quem conhece seu auditório conhece também os meios de influenciá-lo, pois sabe como é condicionado a cada instância do discurso. Isso significa que o orador se adapta ao auditório para manipulá-lo e aqui, então, a nosso ver, surge a questão ética. Afinal, qual é o verdadeiro parecer do orador? Observa-se que o aconselhamento para o sucesso na argumentação retórica é ir ao encontro do parecer daqueles a quem ela se dirige sem que se leve em conta a integridade ética do orador. Portanto, “a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores são determinados pelo auditório”, diz Perelman (1996:27).

Pensando nos objetivos que movem esta pesquisa, é bom que se questione até que ponto toda essa teoria sobre a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores pode ser relacionada com a produção escrita do texto monográfico. Uma coisa é comum, evidentemente, tanto para a argumentação oral quanto para a escrita: a importância da idéia que o orador/escritor tem do auditório/leitor. Mas o texto monográfico produzido ao final do curso de graduação como trabalho de conclusão, diz a tradicional orientação dos manuais, deve ser objetivo, apresentando argumentações lógicas e conclusões comprovadas ou justificadas.

Como já foi dito em capítulo anterior em que analisamos alguns manuais, as condições de produção da monografia na universidade estão, geralmente, relacionadas com processos de avaliação, em final de curso, quando o aluno não tem um auditório, mas interlocutores questionadores que se inscrevem em uma mesma comunidade, a acadêmica. Será que este aluno-escritor, produzindo texto para avaliação, Trabalho de Conclusão de Curso, se atreve realmente a mostrar seu ponto de vista e busca convencer ou é simplesmente um escritor condicionado ao seu auditório/leitor? Saberá ele tomar posições diferenciadas das do auditório/leitor que pressupõe? E, pela escrita do aluno, o que se pressupõe que ele pense sobre seu auditório/leitor? Para encontrarmos o começo dessas respostas vamos ver como Perelman entende a distinção entre argumentação persuasiva e argumentação convincente, ou seja, a diferença entre persuasão/convicção.

Para Perelman (1996:31) a argumentação persuasiva pretende valer só para um auditório particular, enquanto a convincente deveria obter a adesão de todo ser racional. Aqui, no entanto, já se percebe um problema: como é possível se constituir um auditório tão imenso e com as mesmas crenças? O próprio Perelman reconhece que essa divisão é sutil, pois “depende essencialmente, da idéia que o orador faz da encarnação da razão”. Será que todos os homens, seres racionais, aceitam o mesmo conjunto de fatos, de verdades? Como conceituar o que seria um “homem normal”?

Mesmo o autor mais consciencioso tem, nesse ponto, de submeter-se à prova dos fatos, ao juízo de seus leitores. Em todo caso, ele terá feito o que depende dele para *convencer*, se acredita dirigir-se validamente a semelhante auditório. (Perelman, 1996:31).

Perelman (1996:32) discorda de Kant, para quem a convicção é fundamentada na verdade de seu objeto e, por isso, válida para qualquer ser racional (auditório universal), apenas ela pode ser provada, enquanto a persuasão tem um alcance apenas individual (auditório particular)⁵³. Então, como para os auditórios particulares que são o campo da retórica (campo dos múltiplos desejos) há outros meios de prova, a argumentação concernente a eles tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva, contrapõe Perelman (id:32). E propõe uma distinção “entre persuasão e convicção que explique indiretamente o vínculo que se costuma estabelecer, ainda que confusamente, de um lado entre persuasão e ação, do outro entre convicção e inteligência”.

Perelman comenta também que, para Kant, a experiência que se faz no entendimento dos outros, sobre os princípios válidos para o orador, com a finalidade de descobrir se eles produzem sobre a razão alheia o mesmo efeito que produzem sobre o orador, serve para desvendar o valor particular do juízo, ou seja, o que nele é apenas persuasão. Kant faz da oposição - objetivo/subjetivo - o critério da distinção entre razão/emoção (convicção/persuasão). Sendo assim, a convicção é fundamentada na verdade de seu objeto, e, por isso, válida para qualquer ser racional, enquanto, a persuasão tem um alcance apenas individual. Para Perelman (id, 32) tal concepção só pode ser admitida se pensarmos que o que não é necessário não é comunicável, o que excluiria qualquer argumentação relativa a auditórios

⁵³ Kant descarta a argumentação não-coerciva da filosofia (porque não apresenta prova puramente lógica), e exclui, conseqüentemente, a argumentação concernente a auditórios particulares.

particulares, que é, no entanto, o campo preferido da retórica. Por outro lado, objeta o autor (p.32), se a existência de outros meios de prova for admitida, além da prova puramente lógica, “a prova necessária”, a argumentação concernente a auditórios particulares ultrapassará “a crença meramente subjetiva”. Como já foi comentado no parágrafo anterior, pode-se também considerar que o sujeito tenha uma crença em seu próprio espírito e experimente verificar se ela é válida para o auditório, não para tentar convencer este auditório, mas tentando descobrir o valor particular do juízo, ou seja, o que “nele é apenas simples persuasão”. E nessa citação de Kant, Perelman (id., p. 32) transcreve: “Posso guardar para mim a persuasão, se me dou com ela, mas não posso, nem devo fazê-la valer fora de mim”. E nessa difusa relação entre razão e valor particular de juízo se estabelece o limite impreciso entre razão/emoção.

Enfim, a teoria da argumentação de Perelman não aceita essa dicotomia kantiana de objetivo versus subjetivo como características da convicção e da persuasão. Relaciona, isso sim, a persuasão com a ação/vontade e a convicção com a inteligência. Mas, se a persuasão tem um caráter emocional (os fins justificam os meios), deveria opor-se, não à pura convicção formal, mas ao convencimento, com sua perspectiva racional que ocupa um espaço ético em que os meios dão credibilidade aos fins. Teríamos, assim, a oposição entre convencimento e persuasão, ou seja, razão versus emoção.

Essa questão da Teoria de Perelman nos permite justificar a perspectiva racional e ética que tem sido indicada como norteadora do trabalho dito científico. Convencer pela inteligência na apresentação de meios que dêem credibilidade às conclusões é característica do trabalho científico, embora saibamos que houve, ao longo da história da ciência, muitas distorções de provas e argumentos, além de camuflagens de meios pelos quais renomados pesquisadores⁵⁴ armaram conclusões persuasivas, movidos por sua intuição, emoção e vontade.

⁵⁴ Entre esses cientistas, cita-se Kepler com sua medição que estabeleceu a órbita elíptica dos planetas em torno do sol, em 1609. Conta seu historiador, o americano William Donahue, que Kepler, o pai da Astronomia, exagerou dados para convencer seus contemporâneos. Newton agiu pior. O descobridor da Lei da Gravidade arredondou alguns cálculos para tornar sua teoria mais atraente e escreveu um relatório de acusações contra Leibniz, um gênio do cálculo, para dar a entender que se tratava não de uma acusação pessoal, mas sim, de resultado de investigação de uma comissão independente, no que se pode também

Voltando à idéia de auditório, observa-se que Perelman (id, p.34) tipifica a questão das formações imaginárias em três espécies de auditórios “aos quais é atribuído um papel normativo que permite decidir da natureza convincente de uma argumentação”: o *auditório universal* – constituído por todos os homens adultos e normais – o que leva a crer que o acordo de um auditório universal não é uma questão de fato, mas de direito; o *auditório formado no diálogo*, pelo interlocutor a quem se dirige; e, por fim, o *auditório constituído pelo próprio sujeito*, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. Vejamos algumas considerações a respeito desses auditórios.

Apesar de o auditório universal de cada orador poder ser considerado, de um ponto de vista exterior, um auditório particular, ainda assim, a cada instante e para cada qual, existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como um auditório particular. Por outro lado, o indivíduo que delibera, ou o interlocutor do diálogo, podem ser percebidos como um auditório particular, com reações e características conhecidas. No entanto, o locutor, quando estiver às voltas consigo mesmo e com o interlocutor do diálogo, pode ser considerado encarnação do auditório universal, porque adquiriu o privilégio filosófico confiado à razão, e a argumentação a ele dirigida é, constantemente, assimilada a um discurso lógico. Há um jogo constante entre os papéis da razão particular e universal. Como se percebe, há de permanecer, na prática, uma imprecisão entre convencer e persuadir, pois a distinção entre os diversos auditórios é muito mais incerta do que as fronteiras entre a inteligência e a vontade.

Perelman(id, p.37) ainda explica que, se a argumentação dirigida a um auditório universal não convence a todos, ela será desqualificada, podendo ser excluída da comunidade humana. Mas, se os autores de tal argumentação forem muitos, será necessário opor ao auditório universal, um “auditório de elite, dotado de meios de conhecimento excepcionais e infalíveis”. O auditório de elite, em geral, caracteriza-se por sua hierarquia e se distingue do homem comum. É a vanguarda determinante, mas só encarna o auditório universal para

enxergar um deslize ético, conforme relatam William Broad e Nicholas Wade, autores do livro *Traidores da Verdade*.

aqueles que o reconhecem como vanguarda. O cientista dirige-se a certos homens particularmente competentes, que admitem os dados de um sistema bem definido, constituído pela ciência em que são especialistas. Contudo, esse auditório tão limitado é, geralmente, considerado pelo cientista não como um auditório particular, mas como sendo, realmente, o auditório universal (p.38). Neste caso, segundo Perelman, o cientista “supõe que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões”. Isso leva a um conceito de auditório universal idealizado pelo cientista e para esse auditório se supõe o mesmo comportamento, o mesmo julgamento.

Esperamos que os nossos juízos sejam confirmados pelas reações dos outros. Os “outros”, aos quais apelamos assim, não são quaisquer “outros”. Apelamos somente àqueles que refletiram devidamente sobre a conduta que aprovamos ou desaprovamos. (Perelman, 1996:38)

Esse auditório universal idealizado é constituído por um público longe do real e dessa distância entre o público idealizado e o real nasceu a idéia de universalidade abstrata, criticada por Sartre como ilusória, pois, segundo ele, “os escritores deveriam sempre dirigir-se à universalidade concreta”, conforme relata Perelman (id:39). No entanto, critica Perelman, “é a essa universalidade abstrata que o próprio Sartre se dirige para expor suas opiniões sobre universalidade abstrata e concreta”.

Portanto os auditórios não são independentes. Perelman (id, p.39) acredita que

são os auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual a legitimidade desse critério. (Perelman, 1996:39)

Assim os auditórios julgam-se uns aos outros. E esse é o contexto de produção do texto científico em que se pressupõe um auditório universal idealizado.

Perelman (1996:39) também teoriza sobre o número de interlocutores constitutivo dos auditórios. Sintetizando as possibilidades de interlocução e características nas situações de argumentação, consideram-se:

-“o discurso perante um único ouvinte” - que tende a tornar-se *diálogo*, ou seja, uma discussão em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido;

-“a *dialética*”- que seria a técnica da controvérsia com alguém; no discurso dialético, o locutor se preocupa a cada passo de seu raciocínio com a concordância de seu interlocutor e isso levanta a discussão na busca da verdade. No entanto, “no debate cada interlocutor só aventaria argumentos favoráveis à sua tese e só se preocuparia com argumentos que lhe são desfavoráveis para refutá-los ou limitar-lhes o alcance”(p.42);

-“a *retórica*” - técnica do discurso dirigido a muita gente;

-“a *lógica*”- que, por fim, se identifica com as regras aplicadas para conduzir o pensamento próprio.

Em se considerando essas divisões, como se deve julgar conveniente a argumentação de uma monografia? A argumentação na área da ciência, embora nem todos tenham embasamento teórico para entendê-la, deve ser considerada um ato de convencimento, necessariamente? É possível isso? Por outro lado, o discurso do Direito, tão importante para o viver da sociedade humana, e de onde serão extraídos os textos de análise para esta tese, consegue escapar da argumentação persuasiva já que tantas vezes tenta alcançar objetivos imediatos?

Ora, se reconhecemos que os fatos de linguagem só têm sentido dentro de um fato histórico, numa herança do pensamento grego, recuperado na visão filológica e semântica de Bréal⁵⁵, diremos que a argumentação é indicadora de racionalidade, mas não há simetria entre razão e verdade, como já apontara Aristóteles em sua segunda fase – Tópicos. Aristóteles busca fragmentar a relação entre razão e verdade, mostrando que a verdade pode ser uma asserção, algo demonstrável ou verificável, mas também há verdades que não podem ser empiricamente verificadas e, portanto, dependem do consenso. Esse consenso pode se constituir em lugares múltiplos onde o pensamento se coloca como uma verdade – são os lugares da argumentação – topoi. Assim, Aristóteles fragiliza as bases da lógica

⁵⁵ Bréal, no capítulo XXV de seu Ensaio de Semântica escrito no final do séc. XIX, já evidenciava o elemento subjetivo da linguagem tanto por meio de palavras ou membros de frase como por formas gramaticais ou até pelo plano geral de nossas línguas. Na verdade, a subjetividade é constitutiva da linguagem em Bréal.

analítica, fundada em princípios de verdade (racionalidade)/falsidade (irracionalidade) e comprova a falta de simetria entre razão e verdade, ao romper com os pressupostos de Analíticos. Se não há simetria entre a razão e a verdade, então a racionalidade não é comum a todos da mesma forma (os saberes não são homogêneos). Com isso confirma-se a impossibilidade da dicotomia persuasão/convencimento adotada por Perelman (ainda que ele relacione essa dicotomia mais à ação/inteligência, respectivamente), pois toda argumentação carrega também subjetividade. Se a ação de argumentar está ligada à racionalidade e todo saber está sujeito a regionalidades, que a filosofia denomina de diferenças históricas e culturais, então não se pode afirmar que a argumentação tem caráter puramente universal e objetivo.

Perelman (p.50) enfatiza, como já foi dito, que os efeitos da argumentação eficaz são provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento, desencadeando nos ouvintes a ação pretendida (ação pretendida ou abstenção) ou criando neles uma disposição para a ação no momento oportuno. No entanto, para Platão⁵⁶ (em Fedro) a retórica digna do filósofo devia ser sempre condicionada pela verdade. Em contraponto, o próprio Perelman cita Leibniz que, vinte séculos mais tarde observa a limitação do ser humano, incapaz, muitas vezes de fornecer provas suficientes da verdade de toda asserção e preconiza que, pelo menos “o grau de assentimento concedido a uma tese qualquer fosse proporcional ao que ensina o cálculo das probabilidades ou das presunções”.

Isso nos reporta à avaliação do trabalho científico, de teses, por exemplo, que, embora não tenham a força da verdade dos axiomas, devem ser validadas graças à força argumentativa do consenso de que são objeto, a probabilidade de acerto que acarretam.

Assim, no início da segunda metade do século XX, Chaim Perelman, insatisfeito com o formalismo lógico, foi buscar nos Tópicos e na Retórica de Aristóteles a lógica do discurso argumentativo (ético, político e jurídico), formulando sua "teoria da argumentação", mais

⁵⁶ PLATÃO. “Fedro”, in *Diálogos*, vol. V; trad. Carlos A. Nunes. - Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

conhecida por "nova retórica" da qual fazemos o recorte. Tais estudos significaram, como se tem visto, uma retomada da retórica e principalmente da dialética aristotélica. Os Tópicos, portanto, foram revalorizados, sendo considerados não mais como um modo de pensar do passado, mas como um modo de pensar diferente do contido nos Analíticos. Por outro lado, Perelman(1996:52) pergunta se a existência dos dois tratados de Aristóteles consagrados à argumentação – Tópicos e Retórica- um referente à discussão teórica de teses e modalidades de categorias lógicas, o outro de considerações sobre as particularidades dos auditórios, não favoreceu a distinção tradicional entre a ação sobre o entendimento e a ação sobre a vontade. Para Perelman (p.53), as idéias de que a ação sobre o entendimento é inteiramente pessoal e intemporal (faculdade da razão), e a ação sobre a vontade é totalmente irracional (faculdade do desejo) baseiam-se no erro de conceber o homem como constituído de faculdades completamente separadas.

No entanto, o próprio Perelman, em sua teoria, refere-se à idéia de que a argumentação (racionalidade) se embasa na inteligência, enquanto a persuasão se pauta pela ação. Não seria essa divisão meramente metodológica, uma vez que, é inegável serem as fronteiras entre argumentação e a persuasão bastante tênues? Por outro lado, Austin⁵⁷, em seus estudos dos “atos de fala” já comprovava que toda linguagem é ação. Como se poderá constituir uma argumentação sem ação? Então, o problema detectado na teoria de Perelman é que ele retira da ação, a sua carga de argumentatividade. Toda argumentação é um ato de fala, portanto toda argumentação é ação. E a própria persuasão que tem seu foco principal deslocado para o emocional do auditório, objetivando a ação, é um ato de fala, é uma ação argumentativa. A ação também é movida pela inteligência e não somente pelo desejo.

Perelman analisa ainda os gêneros argumentativos a partir de Aristóteles e observa que outros teóricos incluem em seus tratados de retórica, além do gênero oratório deliberativo - que aconselha o útil – e do gênero judiciário – que pleiteia o justo, o gênero epidíctico que elogia o belo ou censura o feio. Diferentemente dos debates políticos e judiciários que se assemelham a combates a respeito de matérias controvertidas em que os dois adversários procuram ganhar a adesão de um auditório que decide o desfecho de um processo ou de

⁵⁷ AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

uma ação por empreender, os discursos epidícticos apresentam um orador que se contenta, na maioria das vezes, com matérias escritas que não levantam oposição, não supõem conseqüências práticas e têm como auditório, ouvintes que são meros espectadores. Tal gênero (discurso epidíctico) era apreciado como obra de artista, tratado como espetáculo de teatro ou competições atléticas, sendo uma atração das elites nas festas que reuniam os habitantes de uma cidade. O discurso epidíctico que parecia ter por objetivo pôr em evidência os participantes, representava uma forma degenerada de eloqüência, que só procurava agradar e realçar fatos manifestos ou incontestes. Se o discurso epidíctico trata de elogiar o belo ou censurar o feio, deve reconhecer valores.

No entanto, depois de Aristóteles, filósofos e teóricos do discurso, conforme denomina Perelman(1998:54), sem a noção de juízo de valor e de intensidade de adesão, misturam a idéia de belo, - objeto do discurso, equivalente à idéia de bom-, com a idéia de valor estético do próprio discurso, Com isso, dá-se, aos poucos, a desagregação da retórica, e os gêneros deliberativo e judiciário foram anexados à filosofia e á dialética, enquanto que o gênero epidíctico foi englobado pela prosa literária. Houve, assim, o abandono dos estudos dialéticos na academia romana, sendo estes substituídos por estudos retóricos voltados a questões de estilística, o que passou a valorizar o modo de dizer em detrimento de seu conteúdo.

Por outro lado, Perelman (1998:54) considera os discursos epidícticos uma parte central da arte de persuadir. Para o autor, a eficácia de uma exposição relaciona-se tanto ao objetivo a que o orador se propõe quanto à intensidade de adesão que pode ter resultados puramente de aceite intelectual ou desencadeamento de ações. E a intensidade de adesão, visando à ação eficaz não pode ser medida pelo grau de probabilidade conferido à tese aceita, mas pelos obstáculos que a ação supera, e escolhas que ela acarreta. Mas, no caso do discurso epidíctico, apesar de poder ser eficaz, a adesão que desencadeia a ação é mera persuasão e não convencimento. E essa adesão pode aumentar graças à continuidade do discurso epidíctico, intercalado entre a decisão tomada e a própria ação, pois o orador procura criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valores tradicionais e aceitos, os quais são objeto da educação, e não os valores revolucionários que suscitam

controvérsias e discussões. Na epidíctica, o orador transforma a unanimidade do pensamento social em valores universais, quase verdades eternas. Então, na epidíctica, o orador se faz educador, diz Perelman (id., p.57).

Essa é uma visão irônica sobre o discurso do educador, considerando-o como aquele que apenas repete e massifica seu auditório, buscando a unanimidade de valores tradicionais. Embora não possa concordar com esse parecer sobre o verdadeiro educador, admite-se que a grande maioria dos que assim se intitulam, segue aquele procedimento. Acredita-se, isso sim, que o real educador invade auditórios em que sua temática pode gerar controvérsias e debate e argumenta, porque crê no que diz e pode conquistar, com isso, o prestígio nessa comunidade diferenciada. Acredito que o educador não é apenas um adestrador e que as pessoas não devem ir para a escola ou academias para serem apenas *treinadas*. O educador não é apenas “um repetidor”, como afirma Perelman (1996:58), ou “hábil organizador e apresentador de valores pré-estabelecidos”, embora também o seja, pois ninguém consegue evitar a repetição e a constante reapresentação/ contestação de valores mesmo quando o locutor começa a enunciar os princípios próprios de uma nova matéria. Perelman (1996:60) confunde o educador com um propagandista que abusa da confiabilidade depositada nele, julgando o discurso da escola, representado pelo discurso do educador, apenas como uma tentativa de aumento da adesão daquilo que já é aceito, ao mesmo tempo em que (como a propaganda) tira benefícios de qualquer mudança perceptível que procura realizar ou realiza. Mas existe educação sem mudança de comportamento? E inexiste a vanguarda na educação? Ou no texto de Perelman se confundem educação e persuasão? Não estará ele confundindo a educação com a instituição escola?

Mais adiante, ainda tentando caracterizar argumentação, Perelman (1996:61) diz que ela é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes e reconhece que isso acontece até no discurso epidíctico, embora com diferenças: o discurso epidíctico deseja reforçar valores estabelecidos e o orador assemelha-se a um guarda, enquanto no discurso em que se debatem idéias o orador funciona mais como um agressor. E nesse aspecto de reforçar valores do discurso epidíctico, se encaixa o discurso da escola,

caracterizado pela cristalização e universalização de valores que não são verdadeiros para todos, mas circulam como se o fossem

Os discursos epidícticos são harmonizadores em situações comunitárias: comemorações de fatos que interessam ao país, ofícios religiosos, cerimônias fúnebres e “outras manifestações que servem à comunhão dos espíritos”. O autor aponta para a busca do poder pelos dirigentes, quando tentam aumentar sua ascendência sobre o pensamento dos membros de seu grupo por meio de reuniões de caráter educativo, chegando em alguns casos, à ameaça ou coerção para “impregná-los de valores comunitários”. E será considerado “ato revolucionário”, passível de censura e privação de argumentação, qualquer ataque contra valores oficialmente reconhecidos. Então, esses “atos revolucionários”, se quiserem continuar na luta, serão compelidos ao uso da força.

Já o recurso à argumentação supõe “o estabelecimento de uma comunidade dos espíritos que, enquanto dura, exclui o uso da violência”, o que subentende uma vontade de compreender outrem, um “dever do diálogo” que Calogero⁵⁸ (apud Perelman, 1996:62) apresenta como o fundamento absoluto de uma ética liberal.

Mas a unanimidade é ilusória, mesmo quando parece ser ditada pela razão ou tenta resolver os problemas, embora ela auxilie na generalização da instrução. Embora precária e ilusória a unanimidade é uma força social que pode levar o elemento que se opõe a sofrer punições. Por outro lado, como a argumentação se relaciona à ação e se desenvolve numa situação social e psicologicamente determinada, ela compromete e envolve os que dela participam.

Além dos questionamentos já feitos, podem-se acrescentar algumas observações sobre os aspectos estudados da teoria de Perelman. O autor trata da subjetividade de forma bastante superficial: por meio de uma tipologia de auditórios. Confunde, indiretamente, o conceito de educação com o de adestramento. E mais, as fronteiras entre a inteligência e a vontade – pontos limítrofes em sua teoria para a caracterização da argumentação - não são

⁵⁸ CALOGERO. *Why do we ask why*, Acts du Xéme Congrès International de Philosophie, XIV, p.260.

impermeáveis como ele pretende. Por outro lado, embora o autor tenha reconhecido a fragilidade teórica das espécies de auditório, não conseguiu fugir da morbidez da lógica formal com seu imaginário de auditório universal ideal e homogêneo. Realmente, nem as leis, nem as verdades são homogêneas, pois defendem os interesses dos grupos, de acordo com os lugares onde eles se colocam. Se, no auditório particular, as razões e argumentos são diferentes do consenso, o que é o real e a verdade? Não é tudo relativo? E se o consenso é a ordem do direito, até que ponto essa ordem de direito legitima a ordem de fato, as realidades particulares? E a intencionalidade, que é a premeditação da ação, não é racional? Não faz parte da argumentação?

2.3 A Construção dos Conceitos de Dialogia e Polifonia na Obra de Bakhtin

...em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas, ou semi-ocultas e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor. (Bakhtin, 1997:318)

2.3.1 Prismas da obra bakhtiniana

Autor soviético, formado em História e Filologia em 1918, Mikhail Bakhtin (1895-1975), segundo Tzvetan Todorov⁵⁹, parece, à primeira vista, ser mais um teórico e historiador da literatura da época que agora chamamos a dos “formalistas russos”. Mas, na verdade, Bakhtin foi um filósofo, um pensador cujos escritos abarcaram, ao lado da lingüística, da psicanálise, da teologia e da teoria social, a poética histórica, a axiologia (teoria crítica dos conceitos de valor) e a filosofia. Clark & Holquist (1998:21) lembram, ainda, os trabalhos mais especializados de Bakhtin dedicados ao Vitalismo, ao Formalismo, a Dostoievski, a Freud, a Goethe e a Rabelais. Figura marginal na intelectualidade russa, exilado político no

⁵⁹ Todorov - prefaciador do livro **Estética da criação verbal** de Bakhtin, editado em Moscou em 1979 e, no Brasil, em 1992, pela Martins Fontes.

período de Stálin, Bakhtin teve sua obra vertida para o inglês somente após quatro anos de sua morte.

Bakhtin não se insere na consagrada tradição dos lutadores pela verdade no meio da intelectualidade russa, até porque se opõe, fundamentalmente à noção de que possa haver “uma única verdade”. Bakhtin passou por várias fases, que se refletiram em suas obras, conforme apontam Clark & Holquist(*ibid.*, p. 30):

- a) fase filosófica, metafísica (aproximadamente entre 1918 e 1924)- sob pesada influência do neokantismo e da fenomenologia, tentou pensar cabalmente uma compreensiva filosofia própria;
- b) fase de diálogo com movimentos intelectuais como freudismo, marxismo soviético, o formalismo, a lingüística e até a fisiologia (entre 1925 e 1929);
- c) fase de procura de uma poética histórica na evolução do romance (durante os anos de 30);
- d) retorno à metafísica a partir de uma nova perspectiva da teoria social e da filosofia da linguagem (nas décadas de 60 e 70).

Assim, Bakhtin é visto pelos críticos literários como o autor do livro sobre Dostoiévski que apresentou uma nova teoria sob o ponto de vista autoral: a polifonia. Folcloristas e antropólogos o definem por seu livro sobre Rabelais, como o teórico do carnaval e da ruptura da hierarquia social. Historiadores intelectuais e teóricos do campo social buscam seu livro “O Marxismo e a Filosofia da Linguagem” devido ao pensamento marxista ali expresso. Já os intérpretes anglófonos o viram como o teórico do romance por sua obra *A Imaginação Dialógica*. Mas o próprio Bakhtin, como relatam seus biógrafos (Clark & Holquist, 1998:31), não se via como um teórico da literatura, pois julgava o que estava tentando fazer como uma “antropologia filosófica”.

Além disso, para entender Bakhtin, é preciso ver a identidade de uma coisa não como algo solitariamente isolado de todas as outras categorias, mas como uma variável contrastante de todas as outras que poderiam, sob condições diferentes, preencher a mesma posição na existência. Para entender essa simultaneidade difundida por toda a

parte, Bakhtin busca uma explicação no conhecimento da existência. Na própria energia da existência encontram-se duas forças opostas básicas que também a produzem, numa atividade incessante:

- as forças centrífugas – que se empenham em manter as coisas variadas e apartadas umas das outras; que compelem ao movimento, ao devir e à história; e desejam a mudança, a vida nova;
- as forças centrípetas - que se empenham em manter as coisas juntas e unificadas; resistem ao devir, abominam a história.

Bakhtin dedicou-se, ao longo de sua vida, à compreensão e especificação dos vários modos particulares com que o grande diálogo entre tais forças se manifesta em outras espécies de diálogos: nas relações sociais, entre indivíduos, classes econômicas e culturas inteiras.

Para Clark&Holquist (1998:36) o que diferencia Bakhtin dos outros filósofos que se ativeram a estudos semelhantes é ter colocado a dinâmica social da prática observável da linguagem como força especificadora que estrutura as relações interpessoais, em sua filosofia da linguagem. O que o distingue, portanto, é sua ênfase na linguagem como prática tanto cognitiva quanto social, aspectos esses que lhe permitem compreender e explicar os complexos fatores que tornam possível o diálogo que abrange, simultaneamente, as diferenças.

Mas o que torna diferente as diferenças? Essa questão dos filósofos modernos também preocupa Bakhtin e ele se concentra na “possibilidade de abranger diferenças numa simultaneidade”. Assim, Bakhtin julga como forças interativas, o que outros pensam ser excludentes, como por exemplos, a necessidade de estabilidade das sociedades ser conciliada com sua necessidade de adaptar-se a novas condições históricas, ou de um texto ser diferente em contexto diferente, ou, ainda, de um eu individual incorporar tanta coisa que é compartilhada com outros.

O bloco fundamental com que Bakhtin constrói sua concepção dialógica em que tais forças díspares coexistem é a *elocução*. Uma elocução escrita ou falada sempre se expressa de um ponto de vista. O ponto de vista, para Bakhtin, é mais um processo do que um lugar. Para Bakhtin (1995:114), o grau de consciência, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social. Exemplifica isso com a sensação de fome cuja tomada de consciência pode dispensar uma expressão exterior, mas não uma expressão ideológica. Como toda tomada de consciência implica “discurso interior, entoação interior e estilo interior”, a tomada de consciência de fome (por exemplo) pode ser acompanhada de “deprecação, de raiva, de lamento ou de indignação, com matizes mais grosseiros ou marcados da entoação interior embora a atividade mental possa ser marcada por “entoações sutis e complexas”. A expressão exterior, na maior parte dos casos, prolonga e esclarece a orientação tomada pelo discurso interior, e as entoações que ele contém.

E é essa possibilidade de imprimir valor às palavras que permite a atividade autoral, quer quando falamos ou escrevemos. Essa é a idéia de autor para Bakhtin. Mas é preciso especificar que moldamos os valores como formas (palavras) a partir de um ponto de vista. A forma como operamos os valores dependerá de como articulamos o que somos em meio à heteroglossia⁶⁰ de possibilidades ideológicas abertas a nós em qualquer momento dado. Para Bakhtin, em nosso diálogo com o mundo, num labor prático de construção, determinamos a arquitetônica de nossa própria responsabilidade.

Clark & Holquist (1998:38) julgam Bakhtin um filósofo da liberdade, liberdade essa assentada na natureza dialógica da linguagem e da sociedade e que se realiza por meio do jogo de valores condicionado pelas possibilidades sociais e políticas. Bakhtin vê a

⁶⁰ Como Bakhtin julga a linguagem num espaço semântico de “entremeio”, esse entremeio sugere tanto a necessidade de compartilhamento do significado, como um constante grau de multiplicidade e embate. De um lado reúnem-se as forças para unificar o significado, na tentativa de uma estruturação e sistematicidade (forças centrípetas). Em oposição, colocam-se as tendências que mantêm abertas os caminhos da diversidade que conduzem ao mundo contextual, constantemente flutuante, que cerca qualquer enunciação. Bakhtin estuda as forças centrífugas da linguagem, à medida que se revelam nos vários patoás de profissões, classe, geração, período e outros que os governos, as escolas, a academia, enfim, as chamadas políticas de manutenção da unidade nacional procuram conter ao buscar manter uma linguagem nacional. A heteroglossia refere-se a essa estratificação, diversidade e aleatoriedade na vida da linguagem e este conflito anima todo proferimento concreto feito por qualquer sujeito falante.

fonte do significado da linguagem no social, ao contrário das correntes personalistas que sustentam que a fonte do significado é o indivíduo singular (Vossler, Croce, Wundt). Isso significa que, para Bakhtin, “nossas palavras já vêm envoltas em muitas camadas contextuais sedimentadas pelas numerosas intralinguagens e pelos vários patoás sociais, cuja soma constitui a linguagem de nosso sistema cultural”.

Então, como o significado se produz? Onde se situa este significado?

Para Bakhtin o significado está em algum lugar no entremeio, compartilhado e múltiplo. Cada um pode *significar* o que diz, mas só indiretamente, com palavras que são tomadas da comunidade e que são a ela devolvidas, conforme os protocolos que ela observa. Logo, “a voz de cada um pode significar, mas somente com outros – às vezes em coro, mas na maioria das vezes em diálogo”. Assim acontece a criação e uso dos signos.

Além disso, considerando a concepção saussureana, entre a língua e a fala, ou seja, sistema e desempenho, Bakhtin propõe um continuum de complementariedade entre ambos. Para Bakhtin (1995:92), “o sistema lingüístico é produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação”. Para o locutor não importa a forma lingüística, mas aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta. Para o locutor importa somente a forma lingüística como signo sempre variável e flexível, levando em consideração tanto o seu ponto de vista (do locutor) como o de seu interlocutor e o meio social. Portanto, o elemento que torna a forma lingüística um signo, não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica, isto quer dizer que a compreensão da palavra no seu sentido particular depende da compreensão da orientação que é conferida a essa palavra por um contexto e uma situação precisos. “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (id., 1995:95). As formas lingüísticas vazias de ideologias são apenas sinais da linguagem. Por outro lado, não há interlocutor abstrato, pois não teríamos linguagem

comum com tal interlocutor. Quando pretendemos nos exprimir de forma impessoal, como se o nosso interlocutor fosse o mundo, estamos, na verdade, falando do prisma do meio social concreto que nos engloba. E, conforme Bakhtin,

na maior parte dos casos, é preciso supor, além disso, um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (Bakhtin, 1995:112).

Sendo assim, cada indivíduo realiza suas reflexões e tem seu mundo interior com base em um *auditório social* próprio e bem estabelecido. A palavra que usa está vinculada a si próprio e ao outro, ela é o *produto da interação do locutor e do ouvinte* e, ainda que como signo essa palavra seja extraída pelo locutor de *um estoque social de signos disponíveis*, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. Até os estratos mais profundos da estrutura da enunciação “*são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor*” (id., 1995:114).

Há de existir sempre uma orientação social de caráter apreciativo em toda a atividade mental. Na relação com o outro, para Bakhtin (1995:115) há dois pólos dos quais se realiza a tomada de consciência e a elaboração ideológica: a *atividade mental do eu* e a *atividade mental do nós*. No primeiro caso, a atividade mental tem caráter primitivo, perde sua modelagem ideológica, sua orientação social, sua representação verbal, aproximando-se da reação fisiológica do animal. No segundo caso, a *atividade mental do nós* permite diferentes tipos de modelagem ideológica. Então o mundo interior do indivíduo, seu grau de consciência será cada vez mais distinto e complexo conforme a firmeza e organização da coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta. Bakhtin (1995:116) dá como exemplos dessa *atividade mental do nós* as diferentes formas de reação ante a situação de fome vivida tanto por grupos de camponeses em seu país, antes da revolução de 1917, isolados e resignados - como por membros de uma comunidade unida por vínculos materiais objetivos (operários que tenham amadurecido a idéia de “classe para si”, como operários reunidos no interior da usina, por exemplo)- cuja atividade mental leva ao protesto ativo e seguro de si.

Não se pode esquecer que o tema— dialogia — manifestou-se também na obra de Bakhtin, sob o prisma da literatura. Ele se preocupou com o criador e os seres criados por este (autor e herói). No início, ele pensava que a construção estética somente poderia acontecer se uma vida fosse vista do exterior, como um todo (“englobada no horizonte do autor”), para ter sentido. Nesta fase, ele pensava ainda que a criação estética era um exemplo particularmente bem sucedido de um tipo de relação humana, embora assimétrica de exterioridade e de superioridade, o que seria condição indispensável à criação artística. Reconheceu, mais adiante, que tal exigência de “exotopia” correspondia ao clássico e que autores como Dostoiévski esquecem essa lei estática de superioridade do autor sobre a personagem e, em suas obras abalam essas posições, colocando tanto autor como personagem no mesmo plano.

Então Bakhtin refere-se à sua concepção anterior (da relação de superioridade do autor sobre o herói) com o nome de “monologismo” e trata o estilo de escrita e concepção do mundo encontrado em Dostoiévski como “dialogismo”, assinala Todorov (p.8). Assim, apesar da crítica de 1929, assinada por Volochinov (um dos nomes que assumiram os trabalhos de Bakhtin)-pela qual o autor denunciava que a sociedade moderna não ousava dizer nada com convicção e para dissimular as incertezas, as pessoas refugiavam-se nos diversos graus de citação, o que fazia o autor renunciar à sua superioridade - Bakhtin também rejeita a referência ao absoluto e à realidade que sustentava a concepção anterior. Reconhece, então, que o romance “monológico” só admite duas possibilidades:

- a) ou as idéias são assumidas por seu conteúdo, e então são verdadeiras ou falsas;
- b) ou são tidas por indícios da psicologia das personagens.

Já a “*arte dialógica*” *tem acesso a um terceiro estágio, acima do verdadeiro e do falso, do bem e do mal, assim como no segundo, sem que por isso se reduza a ele: cada idéia é a idéia de alguém, situa-se em relação a uma voz que carrega e a um horizonte a que visa*, explica Todorov (p.8). Assim, no lugar do absoluto, encontramos uma multiplicidade de pontos-de-vista: os das personagens e o do autor que lhes é assimilado – sem privilégios ou hierarquias.

Bakhtin compara o pluralismo de Dostoievski e Dante, embora reconheça em Dante o caráter vertical das vozes do universo que apresenta (os ocupantes de todas as esferas terrestres e celestes), enquanto Dostoievski apresenta um mundo “horizontal” de vozes que coexistem. A concepção bakhtiniana de “outro” desenvolve-se na análise da tessitura polifônica do conjunto da obra de Dostoievski, desvendada por Bakhtin em seu trabalho *Problemas da Poética de Dostoievski*, especialmente com relação à novela “O duplo”. Bakhtin analisa essa peça literária sob o prisma discursivo, “enquanto trama sintática das formas de presenças de vozes que se espelham, que se mimetizam, que se antagonizam, expondo os conflitos existentes entre o mesmo e o outro”, observa Brait (2001). E a autora conclui:

Com extremo rigor, Bakhtin vai perseguir no texto as várias formas de presença da palavra do outro, do discurso do outro no discurso do protagonista, descrevendo, analisando e apontando as conseqüências das diferenciadas relações suscitadas no que diz respeito a esse discurso, advindo ficcionalmente da projeção e desdobramento do mesmo em outro. (Brait⁶¹, 2001:13)

Ainda para Brait (ibid:13), esse estudo de Bakhtin sobre a novela “O duplo” é uma das peças de resistência para o desvendamento dos conceitos de “outro”, “alteridade”, “vozes”, “polifonia” e “dialogismo”, pois em sua análise da materialidade lingüística ele destaca os fios discursivos que vão constituindo vozes e estabelecendo conflitos constitutivos desse sujeito e de sua linguagem. Por exemplo, na análise do diálogo do protagonista consigo próprio mostra como esse protagonista trata a si como outra pessoa, substituindo com sua própria voz a voz de outra pessoa. E a voz dessa segunda pessoa aparece como calma e segura e até provocante e zombeteira, enquanto a primeira é insegura e tímida.

Conforme Brait, Bakhtin, portanto, percebeu que a obra de Dostoievski representava, simultaneamente e no mesmo plano, várias consciências, umas tão convincentes quanto as outras; mas, enquanto romancista, mantém uma fé na verdade como horizonte último. Mas “do próprio conceito de verdade única não decorre, em absoluto, a necessidade de uma única e mesma consciência. Pode-se perfeitamente admitir e pensar que uma verdade única exige uma multiplicidade de consciências” (na obra *Dostoievski*, p.107). Então, ao admitir-se a pluralidade de consciências não se exige a renúncia à verdade única?

⁶¹ BRAIT, Beth. *Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo*. In: BRAIT, B. (Org.) **Estudos enunciativos no Brasil**: Histórias e Perspectivas. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

A essa questão, Bakhtin interpõe a idéia de inter-humanidade. O inter-humano é constitutivo do homem, ou seja, a multiplicidade dos homens é a verdade do próprio ser do homem – e essa convicção que também une Bakhtin a Dostoievski, por outro lado, como se vê, não se reduz a uma ideologia individualista.

Assim, na ordem do ser, a liberdade humana é apenas relativa e enganadora; mas na ordem do sentido, ela é absoluta porque o sentido nasce do encontro de dois sujeitos, e esse encontro recomeça constantemente - “O sentido é, de fato, esse elemento de liberdade que transpassa a necessidade. Sou determinado enquanto ser (objeto) e livre enquanto sentido (sujeito)”. Portanto, para Bakhtin o sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício. Mas com tudo isso, o homem não escapa de sua inserção nos gêneros do discurso que emanam das mais diversas esferas da atividade humana, em qualquer enunciado que produza. Vejamos como isso acontece.

2.3.2 A idéia de gêneros do discurso como reflexo de práticas sociais

Ao focalizar o problema dos gêneros do discurso, Bakhtin⁶² (1986:60) diz que a riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são ilimitadas por dois motivos: primeiro, porque as possibilidades de atividade humana são inesgotáveis e os integrantes de cada esfera de atividade humana, constantemente, geram enunciados (orais ou escritos) únicos e concretos; e, segundo, porque cada esfera de atividade contém um repertório inteiro de gêneros de discurso que se diferenciam e se desenvolvem à medida que essa esfera particular se amplia e se torna mais complexa.

Então, chama-se gênero do discurso *tipos relativamente estáveis de enunciados* cujas características do conteúdo temático, do estilo lingüístico (ou seja, a seleção dos recursos

⁶² BAKHTIN, M. (1986). *The Problem of Speech Genres*. In: EMERSON e HOLQUIST (eds.) **Speech Genres and other late Essays**. Austin University of Texas Press. Pp.60-102.

lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e, acima de tudo, de sua estrutura composicional fundem-se a aspectos que são determinados pela natureza específica da esfera particular de interação social.

Devido à extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso, poderia parecer que não há um nível comum único pelo qual eles pudessem ser estudados. Mas Bakhtin (1986:61) considera dois tipos de discurso: o primário (simples) e o secundário (complexo). O que muda, na verdade, é o grau de complexidade da circunstância de interação social e a forma como o discurso é apresentado. Assim, no processo de formação, os gêneros secundários do discurso - como as novelas, o teatro, todos os tipos de discurso resultantes de pesquisa científica, os grandes gêneros de exposição de idéias etc. – surgem principalmente escritos e em circunstâncias de uma interação cultural (artística, científica, sócio-política, etc.) mais complexa e evoluída com relação aos gêneros que lhe deram origem. Isso quer dizer que os gêneros secundários “absorvem e transmutam” os gêneros primários que se constituíram em circunstância de uma interação verbal espontânea.

Os gêneros primários, que se caracterizam por sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios (como a réplica do diálogo cotidiano, a carta – eu diria, hoje, acrescentando gêneros da cultura eletrônica, o e-mail, a teleconferência, o chat e assim por diante), poderiam ser inseridos, por exemplo, em outros gêneros mais complexos. Assim, todos os gêneros secundários (nas artes e nas ciência) incorporam tanto os gêneros primários do discurso na construção do enunciado como a relação entre estes gêneros primários (os quais se transformam em função das transformações das práticas sociais). Recorre-se, então, principalmente nos gêneros discursivos escritos, a recursos lingüísticos que tentam acomodar e, por vezes, subtrair essas vozes que teimam em se mostrar, fenômeno que pode ajudar a entender a complexidade do que se compreende como um sujeito cindido, heterogeneidade discursiva, polifonia e dialogismo.

Além disso, é essa inter-relação entre gêneros primários e secundários e o processo histórico da formação dos gêneros secundários que esclarece a natureza do enunciado e permite perceber a correlação entre língua, ideologias e visões do mundo.

O enunciado, então, é visto por Bakhtin (1986:67) como uma unidade de interação discursiva, diferente, portanto, das unidades da língua: as palavras e as orações. Isso porque a oração só poderá funcionar como enunciado completo ao se tornar individualizada, e ser abstraída de uma situação concreta de comunicação verbal.

Para Bakhtin (1997:298), cada obra de construção complexa tem como sujeito falante o autor, que manifesta sua visão de mundo, o que distingue esta obra das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural, quer como apoio ou oposição. Portanto, toda obra tem também uma relação dialógica com as outras obras-enunciado. Para que se alcance o acabamento do enunciado (que proporciona a possibilidade de compreender de modo responsivo), há três fatores ligados em seu todo orgânico:

- a) o tratamento exaustivo do objeto do sentido;
- b) o querer-dizer do locutor (intuito discursivo);
- c) a escolha de um gênero discursivo (formas estáveis do gênero do enunciado). Sendo assim, definida a temática, a individualidade do sujeito se adapta ao gênero discursivo determinado em função da especificidade de uma dada área da comunicação (ibid.,1997:301).

Essas áreas ou esferas da comunicação verbal, há tanto tempo delineadas por Bakhtin, parecem corresponder ao que hoje, no Brasil, Marcuschi⁶³ cita como *domínios discursivos*:

Usamos a expressão domínio discursivo para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc., já que as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas (Marcuschi, 2003:24).

⁶³ MARCUSCHI, L. A. . *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. . **Gêneros textuais & ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.

Marcuschi não usa a terminologia gênero do discurso, mas gênero textual. Ele parte do pressuposto básico de que toda comunicação verbal se realiza a partir de algum gênero, assim como também é impossível a comunicação verbal sem algum texto. Daí a comunicação verbal somente ser possível mediante algum gênero textual e, segundo ele, essa posição também é defendida por Bakhtin (1997). Mas se o texto verbal (parte do núcleo duro da comunicação) só se constitui a partir do uso efetivo da língua, da relação entre diálogos e lugares sociais, não será ambígua a terminologia “gênero textual” quando queremos nos referir ao gênero do discurso que se constitui justamente na exterioridade da língua, na interação social, suas necessidades e seu condicionamento histórico, apesar de ter sua materialidade no texto? Essa terminologia (gênero textual), apesar de compreendermos a intenção de Marcuschi, parece estar compactando, de uma forma simplista, níveis diferentes da estruturação da linguagem verbal.

Bakhtin (1997), realmente, se preocupa com o problema do texto e o considera como “mônada específica que refrata (no limite) todos os textos de uma dada esfera...Interdependência de sentido (na medida em que se realiza através do enunciado)” (p.331). Além disso, ele analisa a bipolaridade do texto. Por um lado, cada texto pressupõe o uso de uma língua, um sistema convencional além de elementos que se poderiam chamar de técnicos (aspecto técnico da grafia, da elocução etc.). Tudo isso é reproduzível e repetitivo. Essas unidades da língua cumprem sua função lingüística e se definem por relações de oposição, comutação, distribuição etc. Por outro lado, o autor fala sobre o texto em sua qualidade de enunciado, considerando-o, por esse prisma, como único, irreproduzível (embora possa ser citado) e individual. Aqui, o que liga as unidades de comunicação (os enunciados) é uma relação dialógica.

Lê-se também em Bakhtin (1997:312) que, no gênero, a palavra comporta certa expressão social porque os gêneros correspondem a circunstâncias e temas típicos da interação verbal, o que acarreta significações específicas da palavra com relação à realidade concreta. É como se fosse uma superestrutura da palavra, porque essa expressividade típica do gênero não pertence à palavra como unidade da língua, e não entra na composição de sua

significação, mas apenas reflete a relação que a palavra e sua significação mantêm com diferentes práticas de interação social. A experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua com os enunciados individuais do outro. Bakhtin (ibid, p.314) julga isso um processo de assimilação mais ou menos criativo, das palavras do outro (e não das palavras da língua).

Considerando as monografias, que compõem o corpus de análise desta pesquisa, poderíamos imaginar que sua enunciação, por ser uma obra científica, deveria ter caráter monológico devido a sua concentração em um objeto. Mas esse enunciado (cada monografia) não pode deixar de ser uma resposta, em certo grau, ao que já foi dito sobre o mesmo objeto. Essas “tonalidades dialógicas” preenchem os enunciados e deverão ser levadas em conta se quisermos compreender até o fim as condições de produção do texto monográfico. Além disso, a escrita deste texto tem como índice constitutivo o fato de estar voltado para um destinatário específico, a academia. A composição e o estilo do enunciado dependem da forma como o locutor imagina seu destinatário. Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero. Portanto o locutor já está respondendo ao outro, ao produzir o seu texto, concordando, opondo-se, executando, etc., ao mesmo tempo em que presume outra resposta para seu próprio enunciado, o que influi na sua composição. Isso também nos interessa descobrir a longo da análise a que nos propomos.

Como se pode perceber, pelo que foi exposto até aqui, toda essa reflexão multiforme de Bakhtin que engloba os conceitos de dialogismo ou de polifonia parece, sob algum aspecto, fazer parte de campos referentes à análise do discurso, à pragmática, à sociolinguística, às teorias da enunciação, à semântica argumentativa, entre outras áreas do conhecimento muito atuais, apesar das oito décadas decorridas desde seus primeiros textos. Acredito que a obra de Bakhtin na plenitude de seu sentido está, assim, a se revelar na *grande temporalidade*, para usar um termo dele próprio, o que “o liberta de sua época” e suscita uma *compreensão ativa*, dentro do nosso lugar, do nosso tempo e da nossa cultura. Para tanto, voltemos às reflexões e conceituações de Bakhtin, feitas sob a influência da teoria marxista.

2.3.3 As relações entre Ideologia/História – Consciência social e Signo, Infra-estrutura e Superestrutura no discurso

Marxismo e Filosofia da Linguagem é “um livro principalmente sobre as relações entre linguagem e a sociedade, colocado sob a ótica da dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais”, diz Yaguello(p.13), na introdução desta obra de Bakhtin (1995) no Brasil. Considerando o signo e a enunciação de natureza social, Bakhtin questiona em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; e, em que medida a ideologia determina a linguagem. Entende o produto ideológico como parte de uma realidade (social ou natural), como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo. Porém esse produto ideológico – signo ideológico – também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior, pois tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Assim, um objeto físico vale por si próprio, mas toda imagem artístico-simbólica ocasionada por ele (objeto físico particular) constitui um produto ideológico. Essa é a conversão do objeto físico em signo. A partir daí esse objeto passa a refletir e a refratar uma outra realidade. Portanto a ideologia surge dos embates sociais - tem sua existência nos signos, sendo que o signo verbal é o que vai nos interessar nesse trabalho.

Para Bakhtin a língua poderia ser, como para Saussure, um fato social cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, enquanto Saussure e os estruturalistas, seus seguidores, dedicam-se ao estudo da língua como um objeto abstrato ideal, um sistema sincrônico e homogêneo, Bakhtin valoriza a fala, a enunciação, afirmando sua natureza social (não individual). Para Bakhtin a fala está sempre ligada às condições sociais de interação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Portanto, a comunicação verbal revela e confronta valores sociais contraditórios que lutam entre si estabelecendo relações de dominação, de resistência, de adaptação ou resistência à

hierarquia e implica também, a utilização da língua pela classe dominante como recurso para reforçar seu poder. E essas relações são analisadas por Bakhtin no uso dos recursos lingüísticos que constituem a materialidade do enunciado, graças às formas de apresentação do discurso do outro.

Como sabemos, as diferentes classes sociais têm registros de língua diferentes. Bakhtin considera a ideologia como um reflexo das estruturas sociais; portanto, diferentes classes sociais possuem ideologias diferentes, o que acarreta modificações nos gêneros discursivos e na língua, também.

Ao observar os conflitos geradores das variações de um mesmo sistema, ele conclui que os motivos dessas variações da língua obedecem tanto a leis internas (reconstrução analógica e economia) como, principalmente, a leis externas, de natureza social. Bakhtin critica a idéia de sistema de oposição língua/fala, sincronia/diacronia de Saussure⁶⁴ por julgar o signo dialético, vivo. Bakhtin (1995:89) questiona qual o verdadeiro núcleo da realidade lingüística e opta não pela língua, mas pelo ato individual da fala - a enunciação. Para ele, o modo de existência da realidade lingüística é a evolução criadora ininterrupta e não a imutabilidade de normas idênticas a si mesmas. A forma lingüística é sempre mutável. Na enunciação, então, juntam-se outras condições (como entonação, conteúdo ideológico, situação social determinada) que afetam a significação, dando valor novo ao signo. É a classe dominante que tenta tornar o signo monovalente, mas o signo é sempre plurivalente e só a dialética pode resolver a contradição entre a unicidade e pluralidade de significação.

Como conceitua Bakhtin (1995:44), o signo é “o resultado de um consenso entre os indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação”. Portanto, “as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos

⁶⁴ Para Saussure, a língua se opõe à fala como o social ao individual. Portanto, a língua, para Saussure, é um princípio de classificação, ela é um produto que o sujeito registra passivamente. A fala, ao contrário é um ato individual de vontade e de inteligência no interior do qual se distinguem, além de combinações - pelas quais o falante utiliza o código da língua para expressar seu pensamento pessoal, - também o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar estas combinações. Então o sistema lingüístico, que constitui um fato objetivo externo à consciência individual - ou seja, a língua, seria um sistema sincrônico. Já a fala, que para Saussure constitui a história da língua, com seu caráter individual e acidental, seria um processo diacrônico. Para Bakhtin, esse sistema sincrônico, objetivamente, não existe em nenhum verdadeiro momento da história e portanto, em nenhum momento efetivo do processo de evolução da língua.

como pelas condições em que a interação acontece”. Isso significa que qualquer mudança dessas condições ou organização, ocasiona uma modificação do signo. Existe uma mudança social do signo lingüístico num processo de refração realmente dialético do ser no signo.

Ao conceituar o signo, outra crítica de Bakhtin refere-se ao objetivismo abstrato da lingüística de Saussure que analisa um corpus de forma semelhante ao trabalho de um filólogo, num descritivismo abstrato e faz do signo apenas um sinal. Como já foi dito em capítulo anterior, para Bakhtin a palavra pode ser neutra em relação a qualquer função ideológica específica, mas o signo não o é. Apesar dessa neutralidade ser usada como símbolo virtual, a palavra pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. Isso porque a materialidade do discurso é diferente da materialidade da língua.

Criticando todos os procedimentos formalistas de análise lingüística (fonéticos, morfológicos e sintáticos), Bakhtin enfatiza que a unidade da língua, a enunciação, seja ela constituída por uma palavra, uma frase ou seqüência de frases, não existe fora de um contexto social e histórico e, portanto, é ideológica.

Por outro lado, o signo (sendo ideológico) e a situação social estão sempre ligados. Então a ideologia modela sistemas semióticos e, por meio deles, se revela. Mas as ideologias constituídas, reveladas pelas palavras – signos ideológicos, por excelência – estão se renovando cotidianamente, mediante os contatos e confrontos sociais.

Se a palavra também é o material semiótico da vida interior, da consciência, (discurso interior) não pode funcionar como signo sem expressão externa. Portanto, a palavra acompanha os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos que não podem operar sem o discurso interior; ela é instrumento da consciência, funcionando como elemento essencial que acompanha toda e qualquer criação ideológica, pois mesmo os signos não-verbais, por serem signos culturais, dotados de um sentido, tornam-se parte da unidade de consciência verbalmente constituída por processos sociais e históricos. Como se vê, “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação”(ibid.,p.38), o que faz dela o objeto fundamental dos estudos das ideologias.

Bakhtin(1995:38) conclui que deve haver uma filosofia do signo ideológico para que o marxismo possa dar conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “imanescentes”.

Para Bakhtin o psiquismo interage com a ideologia constantemente e de uma forma dialética. Isso porque o signo ideológico se realiza no psiquismo e, por sua vez, a realização psíquica - como forma superior, que implica a consciência de classe, atividade mental do “nós”- se sustenta na ideologia.

Tudo isso significa que “o pensamento não existe fora de sua expressão potencial e, por consequência, fora da orientação social dessa expressão e do próprio pensamento”. No entanto, “cada campo de criatividade ideológica tem a sua própria função no conjunto da vida social (representação do símbolo religioso, da fórmula científica, da forma jurídica, etc.), ainda que todos tenham o mesmo caráter semiótico”.

Por outro lado, a compreensão só se manifesta através de um material semiótico, no qual um signo somente adquire valor por sua relação com determinantes históricos. Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual a consciência individual, ligando-as em processo de interação de onde emergem os signos. Assim, para Bakhtin, diferentemente da filosofia idealista e do psicologismo, a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico.

Se os signos só podem aparecer em um terreno interindividual, é bom esclarecer que essa relação deve ser constituída por indivíduos socialmente organizados, para que possam criar um sistema de signos. Isso porque, conforme o materialismo histórico, a consciência individual nada pode explicar, mas, ao contrário, ela própria deve ser explicada a partir do meio ideológico e social. Assim, “a consciência individual é um fato sócio-ideológico” (ibid, p.35). Isso significa que a psicologia deveria se apoiar no estudo da ideologia, pois a consciência desaparece se a privarmos de seu conteúdo semiótico e ideológico. A realidade dos fenômenos ideológicos é a mesma dos signos sociais cujas leis são as da comunicação semiótica- diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. Então, a

realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica (ibid., p.36) cujos elementos reagem sempre que há uma modificação da infra-estrutura, ou seja, no processo sócio-econômico.

Então, o que nos interessa, é saber como a infra-estrutura (a realidade) determina o signo e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação, considerando-se a palavra como o signo por excelência. Ora, acontece que as lentas mudanças sociais se acumulam na palavra, até que adquiram um novo caráter ideológico. Existe, então, um “inconsciente coletivo” (a psicologia do corpo social) que se exterioriza na palavra, no gesto, no ato. E, com base no materialismo histórico, Bakhtin (1985:42) caracteriza todas as formas e meios de interação verbal entre os indivíduos como determinadas pela estrutura sócio-política que, por sua vez, deriva das relações de produção.

Portanto, todos os contatos verbais (no trabalho, na vida política, na criação ideológica) obedecem essa “alma coletiva”- a psicologia do corpo social – que é o meio ambiente inicial dos atos de fala de toda espécie, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta que caracterizam a fala do cotidiano, o discurso interior, e a consciência auto-referente, a regulamentação social etc. Então, a psicologia do corpo social (teoria de Plekhánov⁶⁵), considerada pelos marxistas como uma espécie de elo entre a estrutura sócio-política e a ideologia (no sentido estrito do termo- arte, ciência etc) manifesta-se nos mais diversos aspectos da enunciação, sob a forma de diferentes modos de discurso, interiores, exteriores. Esse conceito de uma possível ideologia do cotidiano, que permite a interação entre os homens, independentemente de sua esfera ideológica, como se vê, remete a conceitos posteriores, formulados pela Análise do Discurso da linha francesa, como por exemplo, as idéias de interdiscurso e formação discursiva.

⁶⁵ Em meados do século XX, Plekhánov estabeleceu na Rússia, uma base filosófica para a abordagem da obra literária ligada a idéias especificamente marxistas, argumentando que o ser social determina a consciência social. Por isso, para avaliar uma obra de arte, os críticos deviam elucidar o aspecto particular da consciência social ou de classe por ela expressa. Isso deu origem ao chamado “método sociológico” de análise literária a cujo determinismo Bakhtin se opôs.

Além disso, Bakhtin (ibid.,p.43) preocupa-se com a pesquisa das formas concretas da expressão da psicologia do corpo social, isto é, com as formas de comunicação no contexto da vida e através de signos. A tipologia dessas formas é um dos problemas vitais para o marxismo, porque ancorada no campo da práxis.

Por outro lado, Bakhtin, em conexão com o problema da enunciação, aborda o problema dos gêneros discursivos, que já foi visto anteriormente neste trabalho. Considera então, a comunicação sócio-ideológica de cada grupo social em sua época, o que resulta num repertório de formas de discurso. A cada forma de discurso social corresponde um grupo de temas. Assim, entre as formas de interação verbal, a forma de enunciação e o tema existe uma unidade orgânica indestrutível que se baseia no componente hierárquico do processo de interação verbal - ou seja – o domínio das relações sociais sobre as formas de enunciação.

Embora pouca ou nenhuma referência seja feita a Bakhtin, muito dessa teoria toda é retomada pela AD francesa, por exemplo, quando, nas formações discursivas, se considera o que pode ou não ser dito. E Bakhtin (ibid., p.44) fala, ainda no “horizonte social de uma época e de um grupo social”, responsável pela inserção dos grupos de objetos que darão origem aos signos, assim como pela atribuição do valor que afeta o conteúdo desses signos. Para que esses objetos, pertencentes a qualquer esfera da realidade se insiram no horizonte social do grupo, desencadeando reações semiótico-ideológicas (transformando-se em símbolos), é preciso que se relacionem às condições sócio-econômicas essenciais do referido grupo.

Então, fazendo algumas retomadas, podemos dizer que a filosofia marxista da linguagem, para Bakhtin⁶⁶ (1995), coloca na base de sua doutrina, a enunciação como realidade da língua e, ao mesmo tempo, da estrutura sócio-ideológica. Assim, o discurso interior (sentido que algo tem para determinada pessoa) parte da consciência individual que se constrói pela consciência social (diálogo social). E a consciência individual está

⁶⁶ A obra original em que Bakhtin trata desse assunto - *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, escrita em russo e assinada por Volochinov, data de 1929.

impregnada de conteúdo ideológico. Portanto, não existe uma consciência fora da ideologia, embora possa haver modificações ideológicas. As transformações ideológicas acontecem como reação a uma modificação da infra-estrutura (realidade vista como relações de produção e estruturas sócio-políticas derivadas) num processo dialético de transformação social. Essa mesma realidade determina o signo cujas formas são condicionadas tanto pela organização social dos indivíduos quanto pelas condições superestruturais.

Assim, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações, em todos os domínios” (ibid., p. 41). Serão, por este motivo, as palavras, “os indicadores mais sensíveis de todas as transformações sociais, desde as mais insipientes ou efêmeras”.

Mas, se os mesmos signos ideológicos (como os de uma língua) servem a diferentes classes sociais, inevitavelmente irão se confrontar índices de valores contraditórios. Isso torna o signo plurivalente, vivo e móvel, capaz de se transformar. Então, segundo Bakhtin (1995:46), “a refração do ser no signo ideológico é determinada pela luta de classes (confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica).” As tensões da luta social fazem parte do signo, mas também o tornam um instrumento de deformação e refração do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo um caráter monovalente. Mas o signo vivo é ambivalente, reflete a ordem heterogênea do real, carrega em si crítica e elogio; verdade e mentira, em sua dialética interna. Mas, observa o autor (1995:47), “essa dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser na época de crise social e de comoção revolucionária”. E é assim, a partir de uma ótica de enunciação embasada na filosofia marxista da linguagem que Bakhtin observa as várias vozes que falam simultaneamente em seqüências de enunciados, dando ênfase ao domínio da polifonia nas condições de produção da enunciação.

Sintetizando, a condição da enunciação, em Bakhtin, é afetada pela ordem social e histórica. Ela é uma réplica do diálogo social. Portanto, a consciência individual é reflexo

de uma consciência social. A subjetividade só pode ser social e histórica e depende das práticas discursivas.

Então, fundamentado no materialismo dialético, Bakhtin afirma as relações de contradição que estão presentes nas relações de produção e reprodução (toda realidade tem caráter refratário), daí considerar a condição inerente do signo como constitutivamente dialética. Isso porque a realidade em sua totalidade é impossível de ser percebida, é inacessível porque não é homogênea. Então, o signo é dialético porque reflete uma realidade e refrata outra, o signo ao dizer, aponta também uma contradição.

Em síntese: a ideologia permite explicar as estruturas sociais que, ao se modificarem acarretam modificações discursivas que modificam, por sua vez, a própria língua, motivo pelo qual a língua não é uma superestrutura, para Bakhtin. Portanto, se por um lado, ao tratar fundamentalmente da enunciação na constituição do texto, Bakhtin manifesta sua concordância ao materialismo histórico (“Não é o conhecimento que comanda a realidade, mas a realidade que comanda o conhecimento”, conforme Marx), por outro, vai de encontro a Stálin cuja prática revolucionária de homogeneização de classes (Revolução bolchevique) pretendia tornar também a língua homogênea, apagando as diferenças de classe. Para Bakhtin, ao homogeneizar-se uma língua não se esvaziam as diferenças de classe, mas o processo histórico, as condições de produção, reprodução e transformação de uma língua.

2.3.4 A instauração formal das vozes do discurso no texto

Em “O discurso de outrem”, Bakhtin (1995:146) afirma ser a sociedade quem associa, às estruturas gramaticais da língua, os elementos de apreensão ativa, apreciativa da enunciação de outrem. Tais elementos são pertinentes e constantes e, como são inseridos pela sociedade, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade lingüística dada. Com esse fundamento marxista, Bakhtin descarta a subjetividade individual e psicologista do indivíduo, mas não o sujeito. Por isso, a subjetividade, sob a

perspectiva bakhtiniana, encontra seu fundamento no materialismo histórico e transforma-se na polifonia.

Mas as formas de transmissão do discurso de outrem são *uma relação ativa* de uma enunciação a outra que podem ser apreendidas por meio de construções específicas da língua. As formas sintáticas do discurso direto e indireto constituem-se em esquemas formados a partir de tendências dominantes em cada época, da apreensão do discurso de outrem. Se a língua é o reflexo das relações sociais dos falantes, dependendo da época (história), dos grupos sociais, do contexto (espaço) vemos dominar diferentes variantes ao longo do tempo. Se os meios lingüísticos permitem a apreensão do discurso de outrem e mais, a infiltração de réplicas e comentários do dizer de um no dizer de outro, esse tipo de apreensão tem por objetivo neutralizar, apagar as fronteiras do discurso de outrem para colocar em destaque um ponto de vista dominante. Sobre essa orientação temos, conforme Bakhtin (1995:115):a) o discurso indireto sem sujeito aparente;b) o discurso indireto livre;c) as variantes do discurso direto e indireto.

As variantes são formas que se encontram ou num processo de gramaticalização, ou estão em vias de desgramaticalização. Seriam, nos casos limítrofes, formas ambíguas em que se podem captar as tendências da transformação da língua.

O discurso indireto e suas variantes são a versão analítica do discurso de outrem, ou seja, implicam uma análise da enunciação simultânea ao ato de transposição e inseparável dele. A tendência analítica do discurso indireto é lacunar, principalmente, pelo fato de que os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas nas formas de enunciação. Por exemplo, para transpor essa enunciação direta:-Muito bem! Que grande realização! – para o discurso indireto, não podemos usar a estrutura: Ele disse que muito bem e que grande realização. Mas, sim: Ele disse que estava muito bem e que era uma grande realização. Tendo em vista que tal fato reflete uma lacunaridade na língua russa, isso se reflete, com certeza, também em outras línguas.

Também as peculiaridades de construção e de entoação dos enunciados interrogativos, exclamativos ou imperativos não se conservam no discurso indireto, aparecendo apenas no conteúdo. A tendência analítica no discurso indireto pode tomar duas orientações:

- discurso indireto analisador da conteúdo;
- discurso indireto analisador de expressão.

No discurso indireto analisador de conteúdo a enunciação de outrem é apreendida no plano meramente temático, como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante (o que disse o falante). O discurso indireto analisador de conteúdo abre-se à réplica e ao comentário, mas conserva distância entre o que diz o narrador e as palavras citadas. Parece preservar a integridade e autonomia da enunciação, embora haja uma certa despersonalização do discurso citado. Como exemplo, criado por nós, para melhor explicitar, temos a transformação de:

“-Que lindo!” em “Ele disse que era muito lindo”.

Já no discurso indireto analisador de expressão, as maneiras de dizer as palavras de outrem são introduzidas de tal forma que “sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos”, sendo colocadas “entre aspas”, muitas vezes. Transcrevemos um dos exemplos dados por Bakhtin (1995:162). Nele, Bakhtin, observa, inclusive, a pontuação usada na construção do discurso indireto que retém a entoação expressiva da mensagem original – discurso direto:

Ele encontrou Nastasia Filippovna num estado próximo da completa loucura; dava gritos, tremia, berrava que Rogójin estava escondido no jardim na sua própria casa, que ela acabava de vê-lo, que ele ia *matá-la...cortar-lhe a garganta!* (Dostoievski, O Idiota)

Essas duas variantes do discurso indireto exprimem abordagens lingüísticas divergentes do discurso de outrem e da personalidade do falante. Na primeira variante (discurso indireto analisador de conteúdo) “a personalidade do falante ocupa uma posição semântica determinada (cognitiva, ética, moral, de forma de vida)”, transmitida “objetivamente”. Na segunda variante (discurso indireto analisador de expressão), “a individualidade do falante se cristaliza ao ponto de formar uma imagem” que nem sempre corresponde à ordem do real. Neste caso, a individualidade do falante, diz Bakhtin (ibid., p. 164) é apresentada

como “maneira subjetiva (individual ou tipológica) como modo de pensar e falar, o que implica, ao mesmo tempo um julgamento de valor do autor sobre esse modo”.

A meio do caminho, entre essas duas variantes, Bakhtin (ibid:165) refere-se à que trata o discurso de outrem com bastante liberdade e como uma transmissão do discurso interior, indicando apenas seus temas e dominâncias. Chama, por isso a essa variante, de impressionista cujas particularidades seriam próprias de uma época determinada.

Ao analisar o *discurso direto*, Bakhtin estuda variantes em que se constata um estágio recíproco entre o discurso narrativo e o discurso citado. A primeira variante do discurso direto ele denomina *discurso direto preparado* em que o discurso direto surge dentro do indireto livre, pois a natureza desse último é meio narrativa, apagando portanto, as marcas do dizer de outrem. Há, neste caso, o enfraquecimento das fronteiras da enunciação de outrem.

Outra tendência é denominada de *discurso direto esvaziado* em que o peso semântico das palavras citadas diminui e sua significação caracterizadora, sua tonalidade se reforçam, pois o autor, com suas apreciações, antecipa as palavras do personagem, esvaziando seu conteúdo ideológico.

Já o *discurso indireto livre*, para Bakhtin (1995:170) constitui “o caso mais importante e sintaticamente mais bem fixado de convergência interferente de dois discursos com diversas orientações do ponto de vista da entoação”. Ao discurso indireto livre, ele dedica um capítulo inteiro, e reporta-se a outros estudiosos, como o alemão Lerch⁶⁷, de quem

⁶⁷ Lerch dá exemplos (retirados de Balzac) de discurso indireto livre e suas transformações que constam como nota de rodapé (p. 174), escrita em francês, inserida pelos tradutores, na obra de Bakhtin. Faço a seguir, uma tradução para o português desses exemplos com suas transformações a fim de especificar mais as estruturas sobre as quais estamos falando.

Ele afirma: “Seu pai a odiava”. (indireto livre)

Discurso direto: Ele afirma e exclama: “ - meu pai te odeia”.

Discurso indireto: “Ele afirma e exclama que seu pai a odiava”.

Discurso indireto livre; Ele afirma: “seu pai, exclamava ele, a odiava”.

tomou a terminologia⁶⁸. Para Bakhtin (1995:176), o falante nunca criará uma nova tendência na comunicação sócio-verbal, um novo esquema lingüístico. Suas intenções subjetivas terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma coisa que coincida com tendências em processo de formação na comunicação sócio-verbal dos falantes; e essas tendências dependem de fatores sócio-econômicos. Para que se constituísse o discurso indireto livre (uma forma nova de percepção do discurso de outrem) foi preciso que se produzisse alguma mudança no interior das relações sócio-verbais e da orientação recíproca das enunciações. E, com base em Lerch, define o discurso indireto livre (DIL) como o “discurso vivido” em contraste com o discurso direto (“discurso repetido”), e com o indireto ou “discurso relatado”. Bakhtin se utiliza do DIL para elucidar como diferentes vozes podem povoar os mesmos enunciados sem estarem formalmente marcadas.

Por fim, Bakhtin (ibid, p.194) conclui que há vários “caminhos para estudar a transformação dialética da palavra”. Mas o melhor caminho para estudar a transformação dialética da palavra seria estudar a transformação da própria língua como material ideológico, “como meio onde se reflete ideologicamente a existência”. Este caminho leva ao estudo da “reflexão da evolução social da palavra na própria palavra”, dentro de contextos sócio-históricos.

Para Bakhtin (ibid:195) a palavra categórica e assertiva só existe em situações científicas herdeiras da tradição positivista, pois em todas as outras situações a atividade verbal consiste em “ distribuir a palavra de outrem e a palavra que parece ser a de outrem”. O autor julga que não se leva mais a sério o conteúdo semântico da enunciação. Essa reificação da palavra significa uma deteriorização do valor temático da palavra.

De toda essa riqueza teórica, seus conceitos e desdobramentos que até hoje se fazem sentir e inspiram estudos das teorias do texto e do discurso, o que fala a crítica que se dedica aos

⁶⁸ Em português, usa-se a terminologia “discurso indireto livre”, adotada pela tradução francesa e usada também por Mattoso Câmara Junior, embora o termo alemão *Uneigentliche direkte Rede* tenha melhor tradução no inglês que usa “quasi-direct discourse”, é a opinião dos tradutores (p.174) da obra de Bakhtin-Marxismo e Filosofia da Linguagem. Também preferimos, para esse termo, a tradução americana.

estudos bakhtinianos? Vejamos, mais especificamente, algumas opiniões de pensadores russos da atualidade.

2.3.5 Visões críticas da obra de Bakhtin na Rússia atual e últimos posicionamentos

Percebe-se, pelo que foi exposto até aqui, a atualidade do pensamento de Bakhtin que, segundo Tchougounnikov⁶⁹ (2001:117), desde a década de 90, tem suscitado inúmeros estudos na Rússia, por autores que tentam resgatar suas idéias. Entre eles, é citado Ivanov, com um texto publicado na revista especializada em pesquisas bakhtinianas: “Diálogo, Carnaval e Cronotopos”. Segundo Tchougounnikov, Ivanov estrutura sua exposição sobre aquisições essenciais do pensamento de Bakhtin das quais explicitamos a seguir, de forma sintética, alguns pontos:

a) Bakhtin estudou a cultura através de seus signos e as linguagens constituídas por esses signos. Mas o estudo tão somente do aspecto material do signo não é suficiente, como o demonstra na sua crítica ao formalismo russo. Bakhtin se volta para as significações do signo e, de seu ponto de vista, está particularmente de acordo com a lingüística contemporânea;

b) Bem antes dos artigos de Benveniste e do advento do texto como objeto principal de estudos na escola de Moscou e de Tartu, Bakhtin chegava à conclusão de que o signo (por exemplo, a “palavra”) adquiria no texto qualidades que a distinguiam do signo no sistema construído fora dos textos. Segundo Ivanov, há aqui lugar para falar da complementaridade de duas abordagens: o signo (por exemplo, a ‘palavra’) não cessa de ser um elemento do sistema, mas, no interior do texto, ele vive sua vida específica, que depende de um ato de linguagem concreto. O estruturalismo e a desconstrução pós-modernista visam a cada um dos aspectos deste fenômeno;

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. *L'ideologème comme procédé ou la querelle de Bakhtine*. In: **Histoire, épistémologie, langage**. Paris: PUV, 2001.

c) Para reunir estas duas abordagens complementares do signo como elemento do sistema e como parte integrante do texto, existe em Bakhtin um conceito particularmente importante, o do gênero do discurso (recevoj zavr) sobre o qual trabalhou durante os últimos decênios de sua vida. As diferentes línguas e as diferentes sociedades se distinguem pelos seus gêneros de discurso;

d) A concepção bakhtiniana da diferença entre os discursos de cada um e o discurso do outro, e, de outra parte, entre os diversos graus de transição de um a outro é o resultado de uma evolução em duas direções diferentes (de um lado, a representação do discurso do outro sob diferentes formas - discurso direto e discurso indireto, discurso indireto livre, narração na primeira pessoa; do outro lado, a concepção das relações de concordância dialógicas entre o eu (moi) e o tu (o outro));

e) A teoria do carnaval de Bakhtin comporta uma nova compreensão da função do “corpo grotesco”. Ivanov e outros semióticos moscovitas influenciados por Freud (autor proibido na época) estavam marcados pela nova interpretação do inconsciente nos trabalhos de Bakhtin e por suas ligações com a “multidão do carnaval sobre o lugar público”. Ivanov descobre aí muitas perspectivas de pesquisa: de um lado a arte primitiva, com uma maioria de tradições conhecidas, apresenta o corpo humano precisamente como grotesco; de outro lado, a neuropsicologia concluiu que na substância cortical do cérebro do homem, este se representa sempre, como a imagem de seu corpo, um corpo grotesco- um homúnculo com alterações grotescas de proporções. As correlações dos traços de cultura carnavalesca dos “lugares públicos” (por exemplo, os palavrões) ao hemisfério direito, estabelecidas pela neuropsicologia, permitem desenhar alguns vínculos que o próprio Freud havia esperado examinar na época de seus estudos neuropsiquiátricos;

f) Bakhtin foi um dos primeiros representantes importantes do pensamento filosófico contemporâneo a elaborar suas conclusões no domínio das ciências humanas sobre o fundamento das analogias com as ciências naturais das quais ele utilizava amplamente a terminologia. Como exemplo de uma tal aproximação, Ivanov cita a famosa noção de “cronotopos” introduzida em biologia a partir da metalinguagem da física teórica contemporânea (space-time em inglês). Bakhtin esteve entre os primeiros a ligar o estudo do tempo à análise do espaço e às outras características, tanto da ação romanesca quanto de seus heróis; isso é considerado por Ivanov como um passo decisivo para a criação da tipologia do

romance, estendida, em seguida, como modelo aos outros estudos tipológicos na arte e na teoria da literatura.

Mas o artigo de Tchougounnikov (2001:121) traz outras visões sobre o trabalho de Bakhtin, como a de Boris Grois (em 2001, reitor da Universidade de Viena); Grois aborda a questão da polifonia bakhtiniana em um artigo intitulado “Totalitarism Karnavala”⁷⁰ (O Totalitarismo do Carnaval) e impõe teses implacáveis com relação ao pensamento de Bakhtin. Segundo ele, Bakhtin, influenciado por Marx, Freud, Nietzsche, reagiu negativamente à “teoria vanguardista” dos formalistas russos, que postula a primazia do autor sobre o material da obra artística e o caráter ‘fabricado’ desta. Ainda, conforme Grois, no texto de Tchougounnikov (2001:122), se Bakhtin vê no acento monológico colocado sobre a instância do autor a continuação do “monologismo” tradicional que afirma a situação privilegiada da voz do autor na narração é porque, para Bakhtin, toda palavra não é mais que “uma réplica no diálogo infinito de todo o mundo com todos”. A palavra bakhtiniana é sempre “inicial e em parte passiva, alienada daquele que fala, sempre ‘material’”: as vozes dos outros estão sempre presentes nele sob uma forma reduzida. Mas não somente a palavra como “corpo material do pensamento” é não autônoma, não autêntica – o corpo humano como tal não é mais que uma parte do ‘corpo grotesco’ - único, universal do corpo do povo. No cruzamento de suas aberturas e de suas fronteiras, o ‘corpo grotesco’ reúne a materialidade universal e o Eros mundial, que se manifestam no carnaval, destruindo a “inviolabilidade e a imunidade humanas”. É por isto que o ‘romance polifônico’, ultrapassando a paternidade de um livro individual, e mais freqüentemente toda individualização, é enraizado por Bakhtin no carnaval, segundo Grois. Este romance é interpretado por Bakhtin, como resultado da ‘carnavalização da literatura, isto é, como produto da destruição do caráter isolado, individual da palavra, da abolição dos direitos do autor a ter um discurso individual. Este último se dissolve na polifonia geral da linguagem cujo portador é o “povo”.

Se a maioria dos pesquisadores considera o polifonismo bakhtiniano como protesto contra o monologismo da ideologia stalinista e a ‘carnavalização’ como uma reação ao tom sério autoritário do discurso soviético oficial, Grois sublinha o caráter totalitário do carnaval de

⁷⁰Artigo editado em junho de 1989 na Alemanha.

Bakhtin. O carnaval totalitário tem por efeito primordial destruir e absorver todo corpo individual ; o carnaval de Bakhtin é totalmente popular (observaroden). Tchougounnikov (ibid., p.122), comenta ainda que, segundo Grois, “Bakhtin experimentou uma antipatia marcada com relação a todo liberalismo e a toda democracia totalitária”: tais coisas são para ele sinônimos de enclausuramento da individualidade, de ausência da unidade e da universalidade natural da vida cósmica e popular. Para Grois, é com alegria que Bakhtin reproduz as descrições rabelaisianas das ‘matanças’ carnavalescas terríficas, as imagens da “morte triunfante do carnaval, encarnando a alegria provocada pelo ‘perigo de tudo aquilo que está morto e nulo’”. Bakhtin saúda “(...) a ênfase carnavalesca à ‘morte determinada’ de tudo aquilo que é individual, a vitória do princípio puramente material, corporal, relativamente a tudo aquilo que é transcendental, ideal , individualmente imortal”.

Segundo Grois, as descrições bakhtinianas do carnaval e da carnavalização são certamente influenciadas pela experiência da Revolução e da guerra civil; mas mais ainda, elas são inspiradas pela atmosfera do terror stalinista com seus paradoxos de carnaval (com seus fuzilamentos públicos, por exemplo, julgo eu). Para Grois, todos estes desdobramentos indicam que o objetivo de Bakhtin não era a crítica democrática da revolução, nem o terror stalinista, mas a justificação teórica disso tudo sob a forma de um ritual relevante da tradição arcaica (um exemplo dessa tradição, creio que possa ser o a-historicismo da carnavalização das antigas festas saturnais, em tempo de colheita). Então, o carnaval apresenta-se em Bakhtin, não como a revolução frustrada que não havia podido realizar seu potencial, mas ao contrário, ele justifica o absurdo e a crueldade da Revolução, transferindo isso para o espaço não –histórico do rir puro e universal, espaço este da alienação.

Outro filósofo moscovita, ligado ao Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da Rússia, que apresenta sua crítica a Bakhtin no texto de Tchougounnikov (2001:124) é Mixail Ryklin. Ele sinaliza igualmente a ‘ênfase coletivista’ no pensamento de Bakhtin e qualifica seu livro sobre Rabelais de “hino ininterrupto aos elementos da coletividade triunfante”. Segundo Ryklin, o enfraquecimento do princípio personológico foi (em Bakhtin) a tal ponto

completo, que “toda forma de individualização aparece como um elemento diabólico, a individualização como fracasso por excelência”.

Segundo Ryklin, o protesto de Bakhtin contra o terror dos anos 30 exprime-se no seu livro sobre Rabelais pela atribuição à palavra de “uma graça específica”: tornando-se auto-suficiente, a palavra apresenta-se impotente para expandir-se sobre os corpos. “O terror não conhece mais que os corpos, a palavra, ao contrário, não conhece corpos, ela é intransitiva no sentido gramatical e filosófico desta palavra”. Consegue-se “enclausurar o povo na palavra ao preço de negação do princípio de realidade ou de pressuposições implícitas não discursivas da linguagem”. Por exemplo, penso que se pode citar a fala dos partidários de Mitterrand que, ao vê-lo eleito na França, gritavam nas ruas de Paris: “Nós ganhamos”, numa pressuposição de representarem com esse “nós” a totalidade do povo, o que não era verdade. Assim, a palavra liberada ajuda a confinar o povo nos limites das idéias normativas que lhe são próprias, para aprisioná-lo na palavra. Ali a situação real aparece invertida: se a realidade exterior da cultura da palavra (recevoj kul'tury) própria deste período era a totalidade de uma violência sem palavras, ela aparece substituída na concepção de Bakhtin pela totalidade de uma palavra que busca abolir a violência. Submeter a consciência e a palavra totalmente significa sujeitar-se ao terror invisível, não confirmado, mas real.

Tchougounnikov (ibid., p:125) relembra que Ryklin designa pelo termo ‘escopos de Bakhtin’ a distinção radical que ele estabelece entre proposições (predlozenie) e enunciação (vyskazyvanie), entre fatos lingüísticos e fatos do discurso, notadamente no seu texto “Le problème des genres de parole” – distinção geneticamente ligada aos trabalhos do Círculo Bakhtiniano dos anos 20⁷¹. Para Ryklin, em Bakhtin, perceber a enunciação como parte da linguagem não basta para responder a esta enunciação. “O caráter finito da enunciação está ligado ao esgotamento do projeto discursivo daquele que fala, em que a vontade se manifesta na escolha do gênero do discurso (recevoj zavr)” . A proposição, ao contrário, se refere ao

⁷¹ Bakhtin pertencia a um pequeno grupo de intelectuais e de artistas, tais como Marc Chagall e Sollertinsky. Além desses, constam o professor do Conservatório de música de Vitebsk, V.N. Volochínov, e P. N. Medviédiev, empregado de uma casa editora, ambos alunos e amigos devotados de Bakhtin. Segundo seus historiadores, o “círculo de Bakhtin”, não participou dos movimentos formalista e futurista de sua época, mas foi “um cadinho de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade, particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas”.

contexto não verbal, não de maneira imediata, mas através de todo o contexto que a envolve, através da totalidade da enunciação.

“A palavra bakhtiniana é sempre cheia de um conteúdo e de uma significação ideológica e vital”. Para Ryklin, uma tal afirmação significa que a verdade não precede o encadeamento coletivo dos enunciados, nem determina as condições próprias da fala, mas ela é um epifenômeno deste encadeamento coletivo de enunciados. No contexto de uma tal concepção, a consciência aparece como completamente dependente do ‘conteúdo ideológico dos signos’ ao lado do qual não resta mais que o ato fisiológico nu e não esclarecido pela consciência.

Tchougounnikov (2001: 126) recupera a revisão teórica de Ryklin segundo o qual a consciência, de acordo com Bakhtin, alicerça o mundo, ao mesmo tempo em que tem a função de corpo coletivo da comunicação. Só o próprio corpo da comunicação que se alarga até o infinito possui a consciência de si. O ato da consciência individual não interrompe jamais esta cadeia, a consciência é produzida pelos ‘atos de fala’ de outrem. “O ‘eu’ transforma-se na função da voz coletiva dos outros, o ‘eu’ possui a palavra do outro”. A consciência é característica de todo sujeito falante, todo o mundo é consciente a priori. Deste ponto de vista, Ryklin afirma que o verdadeiro autor para Bakhtin é aquele que restaura a paternidade da palavra primordial na cultura, em detrimento de uma paternidade secundária e artificial. O verdadeiro autor é aquele que reconduz as vozes a seus autores iniciais (aos pré – autores), restituindo aos enunciados seu caráter coletivo primordial. O dialogismo é a paternidade primária, a abertura à polifonia da palavra, enquanto que o monologismo é a forma de valorizar uma paternidade literária secundária. É por isso, sublinha Ryklin, falando da necessidade de ultrapassar a instituição da paternidade literária, que “Barthes e Bakhtin visam a coisas diferentes”. Para Barthes trata-se da destruição da ‘última voz’ – da voz da escritor-autor, do enfraquecimento do último nome que é o seu. Para Bakhtin está, antes de tudo, “a dissolução da paternidade literária secundária na paternidade primária, isto é, o fortalecimento indireto da primeira pela manifestação completa da segunda, a única verdadeira”.

Para Ryklin, de acordo com Tchougounnikov, Bakhtin é revolucionário no sentido de que ele toma abertamente o partido dos corpos privados pela cultura, do direito de se enclausurar na palavra; corpos que têm, por isso, necessidade de uma literatura profundamente excêntrica, que seja o bem próprio deles. “Só o enfraquecimento/ “apagamento” do sujeito abre a linguagem à sua própria visualização, para tudo aquilo que escoia através da linguagem e que fica sempre exterior”. O enunciado não é somente dotado de numerosos acentos, pelos quais se vislumbram “os jogos silenciosos do poder”, mas “é nele que se situa o dispositivo social do espaço da palavra, que se dá no inconsciente”.

Tchougounnikov (ibid., p.135) traz ainda, entre outras, a crítica de Lineckij sobre a concepção bakhtiniana de entonação – “a pedra angular” da teoria do dialogismo cujos processos essenciais são o pluralismo dos sentidos e a ambivalência semântico-semiótica – e que se apóia no conceito da palavra bivocal (“a palavra sobre a palavra”- a palavra que “não esquece seu itinerário e não pode se liberar definitivamente do poder dos contextos concretos, dos quais faz parte”- mas, para Bakhtin, essa heteroglossia existe na consciência das pessoas, do escritor). Lineckij redefine a “palavra bivocal”, a palavra dialógica, como “uma palavra que esquece sua denotação, mas guarda suas conotações, que, assim como o bilingüismo da entonação, são efêmeros, dependendo dos aspectos contextuais ou históricos”. A entonação que coincide com a apreciação social e pressupõe um aporte histórico é, por outro lado, para Bakhtin, o fundamento de duas noções-chave de sua teoria do romance: a polifonia e o cronotopos, mas a entonação não tem nem acesso, nem enraizamento orgânico no texto romanescos.

Voltando a Tchougounnikov (ibid., p.138), ao concluir seu artigo, ele agrupa a crítica russa em três paradigmas, conforme a leitura e atitude relativamente à obra de Bakhtin: 1- semiótico; 2- crítico-ideológico (influenciado pela ótica desconstrutivista); crítico- patriótico (ligado à tradição russa espiritual, mostra Bakhtin em oposição ao pensamento ocidental).

Essa duas últimas correntes, reunidas no espaço da crítica ideológica, fundam-se na noção de ideograma ou “produto ideológico”- “parte da realidade material e social que envolve o

homem, momento do horizonte ideológico materializado”, segundo Medvedev/Bakhtin⁷², lembra Tchougounnikov (2001:138). Este termo exprime “o princípio da encarnação material” e o caráter de “um dado totalmente objetivo de toda criação ideológica”, da “existência material” do fenômeno ideológico, o “laço objetivamente expresso entre os indivíduos e suas reações”(Bakhtin/Medvedev, 1998:115-16).

Entendo que ideologema significa o signo com sua carga ideológica. Por isso, o próprio Bakhtin é considerado por Tchougounnikov como um ideologema encarnado, nos debates russos atuais, “como um dispositivo que articula as formas dos discursos e os discursos”. Ele se projetou como um tipo de sinal ideológico, do qual ele mesmo soube tão bem descrever o funcionamento. De seu lugar, dito “atópico”, Bakhtin decompôs um feixe de visões, mostrando “o encaixe do avesso e do direito”. Considerando que não há ideologia sem signo, ele próprio se insere como um “símbolo opaco”, ao mesmo tempo ideológico e poético. Ele é como “o slovo”- “a palavra bakhtiniana, situada na zona da exotopia, no contorno vazio, pela habilidade de ter esvaziado seu próprio conteúdo ideológico, escapando, por este meio, para o universo dos signos, da palavra anônima e apagada”. A construção esvaziada da palavra, que resiste ao universo social totalmente ideológico, é um esvaziamento do inconsciente investido e penetrado pelos sinais ideológicos, de onde a famosa divisão em consciência oficial e consciência não-oficial. A palavra bakhtiniana, neste sentido, é como um quadro vazio, deixando circular livremente os fluxos ideológicos. É a palavra nua e essa nudez é o seu disfarce que a envolve em uma “vida secreta” de espião, cita Tchougounnikov (ibid., p. 140). Em face da materialidade agressiva daquilo que parecia imaterial, a Palavra, simulando o ideológico e o social, atribuindo-lhe a materialidade em questão, se descreve e se traduz na impassibilidade das oposições abstratas do gênero “alto e baixo”. Na Palavra, então “se manifesta a hipertrofia dos discursos constituídos pelos signos ideológicos”. Em outros termos, diria que é na materialidade do texto (esta “zona morta”) que os signos ideológicos perdem sua materialidade e resgatam sua auto-suficiência ideológica ao serem percebidos como discurso. Por outro lado, “o conceito de *slovo* (palavra) refrata a ótica bakhtiniana pela qual toda zona cultural pode ser privada de território interior e situar-se nas fronteiras,

⁷² BAKHTIN (Medvedev). **La Méthode formelle en science de la littérature**, Tetralogie. Moskva:Labirint, 1998.

enquanto a cultura e a consciência ditas “oficiais” podem aparecer somente como um contorno vazio e morfologicamente impotente, suscetível de acolher todo conteúdo ideológico.”

Após todas essas observações, falar em conclusões definitivas ou término de visão sobre a teoria bakhtiniana pareceria estranho à própria teoria exposta, e um contra-senso, uma vez que nela acreditamos. Mas uma coisa é certa, essa teoria nos encaminha para o risco de desembocar *nas águas turvas, mas atraentes do discurso*⁷³. Bakhtin é um grande rio que nos conduz para o mar da enunciação.

2.4 Ducrot e a Argumentação - Trajetórias de sua Teoria

Na seção 2.1, já abordamos as origens da retórica, passando pela mitologia e a cultura grega que veio a influenciar filósofos e teóricos de século XX. Como se tem observado, a compreensão e análise de sua própria linguagem – essa “ferramenta imperfeita” – tem sido uma preocupação constante do homem. Na atualidade, sob pontos de vistas variados, como o estrutural, o gerativista, o lógico, o psicológico, o psicanalítico, o ideológico, o enunciativo entre outros, inúmeros teóricos buscam explicá-la, focalizando-a sob diferentes aspectos, tais como, fonológico, sintático, semântico, pragmático, textual ou discursivo.

Nosso trabalho persegue a meta de investigar os aspectos dialógicos e polifônicos da argumentação observados em textos monográficos. Por isso nos interessa a Teoria da Argumentação proposta por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe⁷⁴, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Trata-se de uma abordagem semântico-argumentativa que parte do princípio de que a função mais importante da linguagem é a de argumentar. Por isso, o sentido é definido como sendo essencialmente argumentativo e,

⁷³ Termos usados por Vogt (1973) logo no início de seu artigo “A Palavra envolvente”.

⁷⁴ ANSCOMBRE & DUCROT. *L'argumentation dans la langue*, Mardaga, Bruxelas, 1983.

segundo a primeira fase da Teoria, está marcado, inscrito na língua por meio de operadores lingüísticos que, de acordo com os estudos da linguagem, corresponderiam a nomes, conjunções, advérbios etc.

Ao longo do percurso de seus estudos, Ducrot foi reformulando suas bases teóricas. Assim, para justificar novas visões de sua teoria, busca os *Topoi* e reformula o conceito de polifonia bakhtiniana. Afinal, onde se encontra a argumentação, como se constitui a argumentação? - é sua questão. Vamos então, analisar a trajetória da Teoria da Argumentação, ainda que de forma sucinta, mas suficiente para que entendamos o desenvolvimento do pensamento deste semanticista.

2.4.1. De volta às origens da Teoria da Argumentação

Na antiga Grécia, os estudos de semântica embasavam os de lógica argumentativa. Como já vimos na seção 2.1, filósofos, como Aristóteles - em sua primeira fase, investigavam sobre a lógica formal. Tais estudiosos, denominados analíticos, fundavam sua lógica em princípios de verdade/falsidade e buscavam as verdades universais passíveis de demonstrabilidade. Daí, considerarem a razão igual à verdade e a falácia correspondente à falsidade.

Retomando o que já comentáramos anteriormente, na segunda fase de Aristóteles (obra *Tópicos*), ele - que fora aluno de Platão - busca fragmentar essa igualdade entre razão e verdade. Mostra que a verdade, além de poder ser uma asserção, algo demonstrável ou verificável, pode, também depender do consenso, não sendo empiricamente verificada. A esses lugares onde o pensamento se coloca como uma verdade - que são lugares múltiplos, lugares de argumentação - chama-os de *topoi*. Com isso, Aristóteles fragiliza as bases da lógica analítica, e é justamente, esta fase que vai inspirar os estudos sobre o papel da argumentação na língua em Ducrot.

Percorrendo rapidamente a trajetória dos estudos sobre a semântica, vê-se que esta é substituída pelos estudos de retórica na sociedade romana, após a conquista da civilização grega pelos romanos. Os estudos romanos focalizam, então, a questão do estilo, efeito da palavra. A retórica é reduzida à estilística, o que apaga a dominância dos estudos semânticos na linguagem, oriundos da tradição filosófica grega.

Dando um salto no tempo e transpondo-nos para o mundo ocidental, vê-se a semântica renascer como ciência em 1897, na França, com o filólogo Michel Bréal, em *Ensaio de semântica: ciência da significação*, havendo uma retomada da cultura clássica grega. Enquanto os formalistas identificam a Lingüística como uma ciência natural (semelhante à medicina e à biologia, por exemplo) que estuda os processos de transformação dos seres de acordo com os processos por que passam, para Bréal⁷⁵, a lingüística é uma ciência humana e histórica, pois não há linguagem sem subjetividade, não há como abstrair o sujeito da linguagem (sujeito versus objeto). Assim, o sujeito é constitutivo da linguagem que, por sua vez, é histórica porque os processos de transformação não dependem de fatos naturais, mas da história de uma língua e do trabalho lingüístico dos homens. Portanto, o estudo dos processos de transformação por que passa a linguagem em sua ampliação e modificação de sentido, deveria ser, para Bréal, o fundamental dos estudos lingüísticos. Com sua visão filológica e refletindo sua herança do pensamento filosófico grego, enfatiza o elemento subjetivo como constitutivo da linguagem, a inscrição do sujeito na linguagem e o sujeito e sua relação com a história na construção do sentido.

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL) retoma, de certa forma, as bases do pensamento filosófico grego, mas não mais à moda de Bréal, abstraindo de suas investigações o método comparatista. Seus fundamentos iniciais estão nas chamadas teorias estruturalistas. Vamos, então, a seguir, explicitar essa primeira posição estruturalista de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua.

⁷⁵ BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.

2.4.2. Teoria da Argumentação na Língua

Na primeira fase dos estudos de Oswald Ducrot, em que, juntamente com Anscombre, elabora a Teoria da Argumentação na Língua (TAL), percebe-se a preocupação desses estudiosos com a materialidade lingüística – a argumentação está na língua. São textos representativos dessa época: *Princípios de Semântica lingüística – dizer e não dizer* (1977), *Provar e Dizer* (1981). Nas obras dessa primeira fase, Ducrot (1977) afirmava que o ponto de partida do componente lingüístico era o enunciado e não a enunciação (o que, em princípio, já difere do posicionamento de Bakhtin), embora ele não descarte a interferência da enunciação nas significações constitutivas do seu ponto de chegada: “rompemos, portanto, definitivamente com a crença(..)segundo a qual tomar por ponto de partida os enunciados é apenas renunciar a considerar a enunciação” (ibid:141). Nesta primeira fase, em “*Provar e Dizer*”, essas relações são apenas parcialmente observadas, ainda que reconheça que “há encadeamentos que são contrários ao espírito da língua” (1981:230), mas logicamente justificáveis. Ducrot (1981:229) considera que a redução à lógica é “entendida como sistema de valores de verdade”. Em *Dizer e não dizer* (1977), Ducrot discute o problema geral do implícito - como se pode dizer uma coisa, sem, no entanto, aceitar a responsabilidade de tê-la dito; como a implicação pode surgir de forma involuntária com relação ao locutor, que manobras estilísticas usa o locutor para implicar sentidos no seu dizer e como Ducrot descreve essa espécie de segundo código que se superpõe à língua descrita nas gramáticas e dicionários.

Já, na elaboração da Teoria da Argumentação na língua, Ducrot (1989) busca definir conceitos e princípios, estabelecendo diferenças entre: enunciado/frase; sentido/significação. Assim, considera ser o enunciado da ordem do empírico, jamais se repetindo, pois o momento da enunciação é que faz significar o enunciado (leva em conta, para isso, um produtor, um lugar, uma data e o(s) ouvinte(s)); pode haver, isso sim, uma igual seqüência de palavras – mas o sentido será diferente, pois está atrelado à instância de enunciação.

Para Ducrot, a frase é uma unidade abstrata, objeto do gramático e não tem realização empírica. A partir daí, o autor distingue sentido – valores semânticos atribuídos ao enunciado – e significação – valores semânticos atribuídos à frase. A frase mostra o caminho a ser seguido para interpretar o que é enunciado, especifica o que se deve procurar no contexto. Portanto, a significação é constituída de diretivas, de instruções e pistas lingüísticas para que o sentido do enunciado se estabeleça.

Ou seja, para Ducrot, há entre sentido e significado uma diferença de natureza, porque há no sentido, uma preocupação com o externo da língua; sendo assim, o sentido não está numa relação contínua com o significado, uma vez que esse restringe seu campo às instruções lingüísticas contidas no enunciado. Em “*Dizer e não dizer*”, Ducrot (1977:229) conceitua o efeito de sentido como a ação imposta pela enunciação, através da inscrição do implícito, no enunciado. Mas somente coloca em relevância o que é externo ao contexto semântico do dito no tratamento sobre como funcionam os subentendidos.

Ainda nesta primeira fase, Ducrot (1972)⁷⁶ procura estudar também as maneiras como as variáveis argumentativas (morfemas, locuções conjuntivas, conjunções, adjetivos e advérbios) apontam diretivas e instruem para compreensão do sentido dos enunciados. Ou seja, Ducrot acredita, então, que essas variáveis argumentativas funcionam como espécies de códigos, que nos conduzem para uma determinada estratégia argumentativa. Mas, para argumentar, bastará ter pleno domínio dessas marcas ou códigos?

Ducrot critica a concepção tradicional da argumentação que mostra, por exemplo, seqüências como:

A	C
<i>A logo C</i> – Sou pobre, logo terei de economizar para estudar.	
C	A
<i>C já que A</i> – Economizarei para estudar já que sou pobre.	

⁷⁶ Essa data corresponde à publicação de “Dire et ne pas dire- Principes de Sémantique Linguistique”, publicado em Paris. Também em “O dizer e o dito” (1987), reúnem-se artigos escritos por Ducrot entre 1968 e 1984 os quais tratam desde a relação da pressuposição com os atos de fala até a argumentação como um predicado lingüístico da linguagem e por fim a teoria polifônica da enunciação.

Na teoria tradicional da argumentação, a falsidade ou a verdade do argumento implica, necessariamente, a falsidade ou a verdade da conclusão. Isso significa que A remete a um fato F e que este fato pode ser considerado verdadeiro ou falso, ou seja, ele pode ser validado ou não, com base na verificação factual da realidade externa. Tratar do sentido, nesta teoria tradicional equivale a tratar da verdade ou da falsidade dos enunciados.

Ducrot também critica o papel secundário dado à língua nesta concepção tradicional da argumentação, pois, apesar da relação argumentativa entre A e C, apontada por conectivos, a verdade de F é determinante da passagem de A para C. Nesta fase, Ducrot resiste em admitir e aceitar a situação externa como algo constitutivo da língua, mas não aceita também os princípios do distribucionalismo. E busca justificar-se, mostrando duplas de frases (noção de algoritmo de paráfrase⁷⁷, oriunda do distribucionalismo) que podem indicar o mesmo fato F cujos enunciados, ainda que a situação de discurso seja idêntica, não autorizam a mesma argumentação. Ducrot apresenta alguns enunciados para criticar a noção de equivalência binária, proposta a partir de bases distribucionalistas. O autor (1987:27), ao descrever a determinação do subentendido, explica, por exemplo, a diferença de efeito de sentido entre “pouco” e “um pouco”:

- (1) “*Pedro trabalhou pouco*”;
- (2) “*Pedro trabalhou um pouco*”.

O conteúdo factual de (1) e (2), embora semelhante, tem intenções argumentativas diferentes e não justifica a mesma conclusão, ou a justifica de maneira diferenciada. Assim os argumentos (1) e (2) permitem, respectivamente, as conclusões:

- (1’)-“*Ele não será bem sucedido*”.
- (2’)-“*Ele será bem sucedido*”.

⁷⁷ Nos conjuntos binários de paráfrase, segundo os distribucionalistas, tanto são possíveis “apagamentos” (ex.: (1) *Pedro bebeu e (2) Maria também bebeu* por (3) *Pedro e Maria beberam*) como “transformações” (ex.: (4) *Trabalha bem mas é neurótico* por (5) *É neurótico mas trabalha bem*). Tais apagamentos e transformações mantêm inalterados os sentidos dos enunciados, segundo os distribucionalistas. Certamente isso é contestado, pois “apagamentos e transformações das estruturas oracionais nem sempre produzem resultados previsíveis e ‘regulares’ sob o ponto de vista semântico”, conforme explica e exemplifica Zandwais (1996:12). Explicando mais: no exemplo (4) a orientação argumentativa encaminha para uma conclusão negativa do tipo “Não vamos contratá-lo pois é neurótico”. Já a paráfrase de transformação (5) encaminha para uma conclusão positiva do tipo “Podemos contratá-lo, apesar de ser neurótico, pois é trabalhador”. Como se vê, há uma transformação do sentido na passagem do argumento para a conclusão.

Mas, para chegar a essas conclusões, é preciso que alguém se coloque num lugar especial de argumentação, um lugar “moral”, ou seja, um topos, que afirma: *Trabalhar é bom*. Ora, esse topos pressupõe a existência de duas formas tópicas (FT) recíprocas:

FT¹ – *Quanto mais se trabalha mais se tem êxito.*

FT² – *Quanto menos se trabalha menos se tem êxito.*

Por outro lado, se alguém a partir de (1)- *Pedro trabalhou pouco*, concluisse

(1'') *Ele será bem sucedido*; e a partir de

(2)- *Pedro trabalhou um pouco*, concluisse

(2'') *Ele não será bem sucedido*, teríamos um outro

topos, segundo o qual o êxito não depende do valor do trabalho:

O trabalho não leva ao êxito.

Claro que as formas tópicas desse último topos serão recíprocas, mas invertidas com relação às FT do primeiro topos. Então, como FT do segundo topos, temos:

FT^{1'} – *Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito.*

FT^{2''} – *Quanto mais se trabalha, menos se tem êxito.*

Dessa maneira, conforme ressalta Guimarães (2002:55),

a Teoria da Argumentação na língua passa a distinguir um valor argumentativo tratado num nível semântico “mais profundo” e o ato de argumentação que se realiza na enunciação. Ao mesmo tempo considera que o valor argumentativo está fundamentado em topoi que são graduais, segundo formas tópicas recíprocas (Guimarães, 2002:55).

Na verdade, neste estudo, Ducrot (1988:144) conclui que “*pouco e um pouco não determinam o topos, mas a forma tópica do topos convocado*”.

Mas, voltemos aos pressupostos da Teoria da argumentação, quando, graças à análise e à descrição semântica de operadores argumentativos, Ducrot afirma que a argumentação está na língua, e através da língua é possível determinar os valores das orientações argumentativas. Então, de acordo com a teoria da argumentação na língua, Ducrot enfatiza que os enunciados apresentam força ou valor argumentativo diferentes – essa força ou valor argumentativo são a chave do sentido do enunciado, pois orientam sobre o funcionamento do sentido a ser atribuído a este e são atestados por operadores lingüísticos tais como advérbios, conjunções, quantificadores, etc. Parece agora, importante retomar alguns

conceitos e exemplos de descrições da Teoria dos Topoi na língua. É o que faremos a seguir.

2.4.2.1 Teoria dos Topoi na língua

Do grego, o termo *topos*, como já dissemos, significa *lugar*. Ducrot, inspirado em Aristóteles, apropriou-se dessa terminologia para forjá-la, já que *topos*, para o antigo filósofo significava uma espécie de depósito onde um orador pode encontrar toda classe de argumentos que lhe servissem para defender sua tese. Em *Tópicos*, Aristóteles⁷⁸ define os *topoi* como premissas que, não podendo ser julgadas em termos de verdade ou falsidade, passam a constituir um conjunto cuja aceitabilidade depende de um consenso entre aqueles que são reconhecidos como detentores do saber na sociedade grega.

Na tentativa de restringir sua Teoria da Argumentação na Língua (TAL) à descrição do funcionamento dos operadores argumentativos na materialidade da língua, Ducrot trabalha com uma concepção reducionista de *topos*, limitando-o a relações escalares, como já mostramos na seção anterior. Para Ducrot, o *topos* limita os conjuntos de encadeamento entre certos argumentos e suas conclusões. Então, no início dessa teoria, Ducrot (1989) ainda tenta ligar a noção de *Topoi* à materialidade da língua. Ducrot caracteriza o *topos* por três propriedades:

1^a) universalidade – o *topos* é compartilhado por uma comunidade lingüística da qual fazem parte a fonte e o alvo. Deixa claro, no entanto, que a universalidade é apenas suposta ou pretendida;

2^a) generalidade – o *topos* é apresentado como válido em uma infinidade de situações análogas, inclusive por sua condição de universal;

3^a) gradualidade – esta é a única propriedade do *topos* que remete novamente para dentro da língua. Todo *topos*, segundo Ducrot, considera duas propriedades graduais: P e Q. Uma variação na propriedade P (aumento ou diminuição) implica uma variação na propriedade

⁷⁸ ARISTÓTELES. *Organon*: *Tópicos*. Trad. de Pinharanda Gomes. Vol. IV. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

Q, se todas as outras condições se mantiverem. Ilustramos a questão com o seguinte exemplo:

(3) “Está fazendo 30°, vamos à praia.”

P

Q

Topos: *o calor torna a praia agradável*, cujas formas tópicas seriam:

FT¹-Quanto mais calor, mais agradável a praia;

FT²- Quanto menos calor, menos agradável a praia.

Esse topos coloca em relação a escala da temperatura (graus) com a escala do que se torna agradável. Para justificar a natureza gradual do topos, Ducrot julga, empiricamente, que há uma homogeneidade entre o predicado utilizado no topos e o que intervém no argumento. Voltando ao exemplo, ele afirma que um grau de calor superior, tornaria a praia ainda mais agradável, o que mantém a homogeneidade entre a direção do argumento e o topos. Assim, quanto mais elevada a temperatura, mais agradável será ir à praia; quanto menos elevada a temperatura, menos agradável seria ir à praia. Então, o que pretendia mostrar, inicialmente, é que a gradualidade, que incide em variações das propriedades dos morfemas inseridos nos enunciados, justifica tanto uma condição de homogeneidade entre os predicados mobilizados por um topos, como sustenta, ao mesmo tempo, o fato de que não se pode passar de um lugar, de uma perspectiva para outra, senão pela mediação de escalas, de relações graduais. Portanto, é pelas formas tópicas que Ducrot pretende “amarrar” a Teoria dos topoi na língua.

Um outro feixe de exemplos, que talvez mostre mais a idéia de gradualidade com sua relação à forma tópica e o topos homogêneo, poderia ser:

(4) Está fazendo 14°. Podemos sair.

(4¹) Está fazendo 16°. É bom para sair.

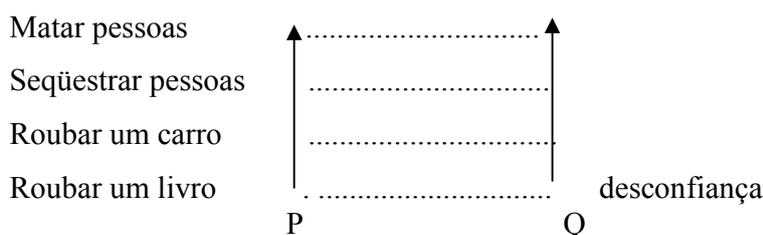
(4²) Está fazendo 20°. É ótimo para sair.

O topos homogêneo desses enunciados seria: Quanto mais elevada a temperatura, mais agradável para passear. Mas seriam essas as conclusões e o topos para um homem que vivesse numa região completamente diferente, um esquimó, por exemplo? Pode mesmo o topos ser homogêneo? Parece que neste período da Teoria, Ducrot não levantava essas questões.

Ducrot (1989:29) em suas considerações sobre a gradualidade, descreve dois argumentos encadeados pelo conectivo “*até mesmo*”, como por exemplo: (5) “*Faz 16º, talvez até mesmo 18º, vamos passear*”. Neste caso, o topos seria “*Uma temperatura mais alta torna o passeio agradável*”. Se o argumento fosse invertido (6) “*Faz 18º, talvez até mesmo 16º*” e a conclusão fosse a mesma: “*Vamos passear*”, o topos seria ao contrário: “*Uma temperatura mais baixa torna o passeio mais agradável*”. Disso, Ducrot conclui que o segundo argumento, introduzido por *até mesmo*, é sempre mais forte que o primeiro, e que o conectivo *até mesmo* atribui aos argumentos uma conclusão com formações tópicas graduais dentro de um mesmo topos. “Se um topos aplicado a dois argumentos, leva a ver um como mais forte do que o outro, é inevitável que o topos seja gradual, que ele coloque em correspondência gradações” (Ducrot, 1989 p.29). Isso acontece nos exemplos (5) e (6), em que o argumento se apresenta explícito como escala lingüística. Mas como considerar o topos gradual no exemplo a seguir?

(7) “Pedro roubou-me o livro, desconfie dele”.

Para Ducrot o topos poderia ser explicado sob a forma “quanto mais alguém agiu desonestamente, mais se deve desconfiar dele. Esquemáticamente teríamos:



Preocupado em justificar a natureza gradual do topos, por meio da materialidade lingüística, Ducrot (1989:30) afirma que é sempre possível em uma argumentação A----}C, “retificar A por um argumento mais forte com *até mesmo*, ou menos forte com *em todo caso*, retificação essa que, mantendo o mesmo topos, implica que ele seja gradual. Exemplifica, supondo que, para inocentar alguém de um assalto cometido em Paris, se possa utilizar o seguinte argumento: (8) “No momento do crime ele estava em Versailles”.

O Topos correspondente seria: *Se estamos longe de um lugar, não se pode ter feito alguma coisa aí*. No entanto, pode haver uma retificação na argumentação com *até mesmo*: “No momento do crime ele estava em Versailles e até mesmo em Chartes”. Essa retificação na argumentação convoca o mesmo topos, mas com uma diferença gradual: *Quanto mais longe se está de um lugar, menos se pode ter feito alguma coisa aí*.

Ducrot analisa também a situação do topos na refutação. Exemplo: (9) “Está fazendo calor, mas não o suficiente para irmos à praia”. Embora o locutor admita tanto o fato de que está quente como a validade do topos (o calor torna a praia agradável) ele o refuta (mas não o suficiente), o que não aconteceria se o calor fosse maior.

Retomando o que já foi dito, o autor parte do pressuposto de que os encadeamentos colocam em jogo uma “garantia” que autoriza a passagem de A a C. Essa garantia são os topoi cujas bases de funcionamento ou estão determinadas por estruturas (condições de justificabilidade) ou por saberes já cristalizados no interior da própria língua (condições de aceitabilidade). Então Ducrot passa a alicerçar o trabalho da argumentatividade em propriedades que ele atribui à noção de topos: universalidade, generalidade e gradualidade – conforme já foi explicitado anteriormente.

Quanto ao critério de aceitabilidade, está relacionado a princípios que, por força da repetibilidade, cristalizaram-se na língua e passam a apresentar o valor semântico das palavras como “*uma espécie de partilha, ou de uma referência que se estabiliza, à semelhança de um senso comum que, ao valorizar determinados princípios, passa a excluir ou interditar outros*”. Dando como exemplo, a valorização do princípio da economia, Zandwais (2002:53) observa que um enunciado como (10) “Um pacote turístico para Europa sai caro”, possa ser encadeado a conclusões do tipo:

(11)C1- “*É preciso ter bastante dinheiro para viajar*”.

(12)C2- “*Não dá para viajar senão pagando em prestações*”;

mas ficam interdidadas, por exemplo, conclusões como:

(13)C3- “*Vamos adquiri-lo imediatamente*”;

(14)C4- “*Esta é uma boa oferta*”.

Para que esses encadeamentos ocorram de forma lógica, Ducrot postula o princípio da justificabilidade, tanto para sustentá-los quanto para provar que a própria língua oferece garantias para regular as condições de encadeamento entre os argumentos e conclusões admitidos como não-aceitáveis. Assim, conforme analisa Zandwais,

se não se pode fazer uma passagem do argumento r- Um pacote turístico para a Europa sai caro para a conclusão c- Esta é uma boa oferta, trata-se de justificá-la, isto é, autorizar a passagem por meio da inserção de um operador argumentativo como “entretanto”, na conclusão, operador esse que funciona como uma garantia de que “ a argumentação tem valor (Zandwais, 2002:54).

O critério de justificabilidade torna apropriada, por meio da inserção de um operador argumentativo, uma argumentação que seria imprópria pelo consenso puro. Com isso, Ducrot evita tratar com a exterioridade da língua e com o pressuposto de que o funcionamento argumentativo pode situar-se “em encruzilhadas, onde é possível passar de um topos a outro, dentro de uma mesma situação enunciativa, sem a necessidade de admitir a condição de gradualidade” (ibid, p. 54).

Pertinentemente, Zandwais (2002:54) levanta as seguintes questões:

- a) A validação dessa teoria pode sustentar-se quando passamos a pressupor a não-necessidade de considerar uma relação homogênea entre o topos e os argumentos, de tal modo que se possa tomar como objeto de debate o mesmo tema a partir de lugares de enunciação distintos?
- b) Se o ato de argumentar já se constitui, enquanto discursividade – calcado em premissas de diferença, de correlação de forças – como é possível querer restringir a natureza dos argumentos que entram em jogo para que fiquem evidentes posições que não se assimilam, dentro de um topos considerado homogêneo? (Zandwais, 2002:54-5)

Então, perceber que o topos de um enunciado pode ser heterogêneo e não-gradual parece invalidar a existência dos topos na Teoria da Argumentação na língua. Essas questões começam a ser respondidas pelo próprio semanticista, quando Ducrot (1988) assume, em primeiro lugar, que, assim como o valor das palavras não é integralmente lingüístico e depende de uma realidade externa – um topos – a argumentação também não se funda na língua, tendo em vista o fato de que há argumentos que se produzem em torno da própria ambigüidade de valores que são dados aos signos devido às condições históricas em que o sujeito passa a inscrevê-los, determinando, em última instância, os sentidos que lhe são

atribuídos. Ducrot, então, busca a descrição dos valores que os operadores argumentativos podem assumir independentemente de relações escalares, além delas.

2.4.2.2 Operadores argumentativos representados por expressões adverbiais e conjunções: escalaridade e movimento argumentativo

Ducrot distancia-se da abordagem distribucionalista ao buscar descrever o funcionamento das expressões argumentativas que se diferenciam no próprio funcionamento dos enunciados. Conforme a Teoria da Argumentação na língua, três condições são necessárias para a constituição de operadores argumentativos:

1ª) construção de P' a partir de P, pela introdução de x em P, ou seja, $P' = P+x$. Exemplo:

P – Ele estudou muito. P' - Ele estudou muito *mais*.

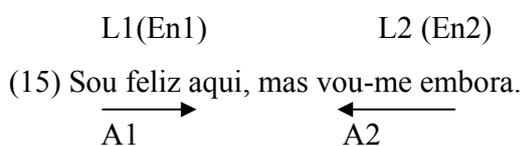
2ª) P e P' não possuem o mesmo valor argumentativo.

3ª) a diferença argumentativa introduzida pelo operador argumentativo não pode ser derivada de uma diferença factual entre as informações fornecidas na situação do discurso (aqui concebida como realidade factual) entre P e P'.

Neste caso, a expressão adverbial *muito mais* é um operador argumentativo, pois se encaixa nas três condições, assim como no exemplo “Pedro trabalhou um pouco” (com relação a “Pedro trabalhou pouco”), a expressão *um pouco* é também um operador argumentativo, pois justifica a conclusão de maneira diferente. Como se vê, esses operadores têm relação direta com o conceito de escalaridade tópica, conforme vimos em seções anteriores. Por outro lado, ao dizer “pouco” o enunciado encaminha para um movimento conclusivo negativo enquanto que, ao dizer “um pouco” o enunciado já encaminha para um movimento conclusivo positivo. Então, Ducrot vai descrever, também, os valores de outros operadores que sinalizam o movimento argumentativo do enunciado, sem se prender apenas à escalaridade de formas tópicas, conforme concebera antes, tomando o topos como homogêneo.

Para melhor esclarecimento dessa caracterização dos movimentos argumentativos, serão feitas a seguir, a partir de enunciados e sua enunciação, descrições do valor argumentativo de alguns operadores constituídos por conjunções. Começemos pelo operador **Mas**.

A conjunção “mas”, muito estudada por semanticistas, recebeu também criteriosa análise de Ducrot. Na estrutura X mas Y, X e Y representam argumentos (A^1 e A^2 , respectivamente) com orientações argumentativas opostas. Por exemplo: (15) “Sou feliz aqui, mas vou-me embora”. A conclusão orientada por X seria: “Vou morar aqui”. No entanto Y orienta para: “Vou morar em outro lugar”. Assim, toda estrutura que autoriza a passagem de um argumento para uma conclusão, possui uma orientação argumentativa que não necessariamente deve ser simétrica. Neste exemplo (15), “mas” tem um valor que se diria na lógica, de oposição contraditória, porque articula argumentos cujas conclusões têm orientações argumentativas que movimentam os sentidos para lugares diferentes. Formalizando⁷⁹ teríamos:



Neste caso, o operador “mas” introduz uma **contradição** com relação ao argumento anterior por meio de uma nova voz no enunciado que se orienta por outra perspectiva, que poderia ser “Além de ser feliz, é preciso buscar a independência econômica”.

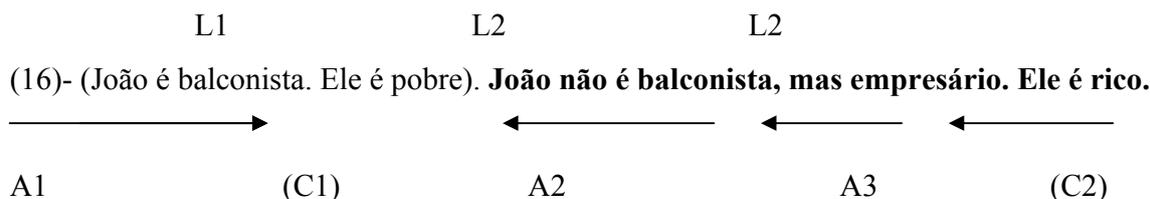
Consideremos agora, uma situação em que, falando sobre João, X afirme: João é balconista, ele é pobre. Ante tal afirmação, Y se contrapõe, retificando a informação dada por X:

(16) Y - “João não é balconista, mas empresário. Ele é rico”. Então o argumento, introduzido pelo operador *mas* aparece para retificar o enunciado de X, já negado por Y no primeiro argumento do enunciado, a fim de que se possa articular uma conclusão como C.

⁷⁹ Em nossas formalizações faremos as seguintes representações:

L= locutor; En = perspectiva ; A = argumento; C= conclusão, que serão numerados de acordo com a ordem de surgimento na enunciação. As flechas, por sua vez, marcarão o movimento da argumentação de acordo com os locutores e argumentos a que se referem.

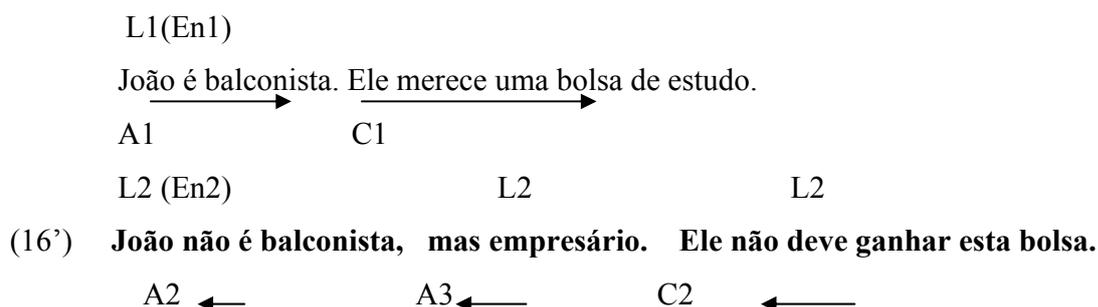
No exemplo (16), o movimento argumentativo articulado pelo operador “*mas*” vai ao encontro do que é postulado na conclusão, estabelecendo entre o argumento introduzido por *mas* e a conclusão (C), uma relação de simetria. Então, formalizando X como L1 e Y, como L2, teremos:



Como se vê, o A², no exemplo (16’), dito pelo locutor L2, nega a afirmação (A1) anterior de um outro locutor (L1): *João é balconista*, afirmação essa que, por senso-comum, levaria à conclusão de que “*ele é pobre*”. Assim, na tentativa de se explicar os movimentos argumentativos e o sentido dos operadores, precisamos ouvir as vozes da enunciação que falam através do enunciado. Portanto o “*mas*”, no exemplo (16), retifica polifonicamente, pois, na verdade esse operador está articulando a **retificação** referente à voz de um outro locutor (L1) e sua perspectiva, que é diferente da perspectiva do locutor L2, que orienta para outra conclusão: (C2).

Em uma enunciação seguinte, os mesmos interlocutores X e Y conversam sobre João que teria se candidatado a uma bolsa de estudos na universidade, o “*mas*” poderia assumir um valor de **refutação**, tendo em vista que, na nossa sociedade, segundo as normas para a distribuição de bolsas de estudo, um dos critérios é a real dificuldade financeira do candidato. Ora, se João é um empresário, pressupõe-se, considerando-se ainda nosso contexto social, que ele tenha condições de financiar seus próprios estudos. Então enunciado (16’) de Y- “*João não é balconista, mas empresário. Ele não deve ganhar a bolsa*”, embora os dois primeiros argumentos sejam semelhantes aos do enunciado (16), a enunciação é outra, pois Y - o locutor L2 - não tem a intenção de apenas retificar o argumento de L1, mas, além disso quer refutar a condição de João ser candidato, ao negar que ele é balconista e argumentar que é empresário. Isso permite também perceber um

ponto de vista orientado pela conclusão: “Ele não deve ganhar esta bolsa” (porque, é rico – o auxílio das bolsas de estudo deve ser exclusivo dos pobres). Logo o movimento argumentativo de C seria simétrico ao do A¹. Então, para poder dizer que o valor do “mas” é de **refutação**, precisamos perceber as vozes do enunciado e seus movimentos argumentativos. Assim, teríamos, numa representação da polifonia da enunciação do enunciado (16’):



Portanto, para que se conclua que o ponto de vista de L¹, que acredita ser João balconista, seja: “João deve ganhar essa bolsa”, é preciso, reconhecer a existência de todo um feixe de topoi –segundo a teoria de Ducrot- que pode orientar essa enunciação. Como se sabe que, em geral, no Brasil, a profissão de balconista é mal remunerada, conclui-se que João é pobre. E sob um topos como: “Os pobres devem receber o auxílio das bolsas de estudo”, abriga-se a argumentação de L¹, que orienta sua conclusão: Ele merece uma bolsa de estudo.

L², então, retoma o argumento A¹ de L¹, negando-o (A2) e acrescentando o argumento A³, com o objetivo de, ao opor-se a L¹, refutar sua argumentação.

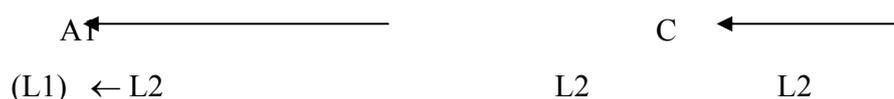
Considerando o mesmo topos que orienta L1 (Os pobres devem receber o auxílio das bolsas de estudo auxílio), para refutar a conclusão de L1, L2 argumenta que João é empresário, argumento esse que levanta uma forma tópica contrária na situação enunciativa (ou seja, *os empresários são ricos*). E, levando ainda em consideração o topos da enunciação, ser rico é uma idéia que se opõe à necessidade de auxílio de bolsa de estudo. Então o A² encaminha para uma conclusão também negativa: *João não deve ganhar esta bolsa*. Assim

o topos: “O auxílio monetário é partilhado entre os que não detêm condições econômicas”, desvelando-se dessa forma, também a polifonia do enunciado.

Mas, além desses valores de **contradição, retificação e refutação** que acabamos de apresentar, a conjunção “mas” pode assumir outros valores distintos como o de **compensação**. Imaginemos uma situação em que dois professores avaliam o desempenho da aluna Helena. O primeiro a julga fraca e o segundo, apesar de concordar com aquele ponto de vista, ratificando-o no A1, tenta, no entanto, compensá-lo ao introduzir o A2, o que permitirá uma conclusão favorável à Helena. Vejamos a formalização dessa problemática através do enunciado (17):

L1(En1)

Helena é uma aluna fraca que tem dificuldade de aprender. Ela não vai passar de ano



(17) **Helena não é a melhor aluna da classe, mas é estudiosa. Ela vai passar de ano.**



Considerando a enunciação do enunciado (17), vemos que o argumento negativo (A1) de L2, não nega, mas ratifica a avaliação negativa feita por L1 a respeito de Helena (argumento A1 de L1). Por outro lado, com o depoimento de que ela é estudiosa, introduz uma idéia positiva sobre Helena, que não chega a anular o argumento negativo, embora se sobreponha a ele. Assim percebemos o valor do operador “mas” como o de uma **oposição compensatória** que orienta o sentido para um movimento diferente..

Outro valor que a conjunção *mas* pode assumir é o de **objeção**. Para que tal valor se evidencie é necessário que se estabeleça uma contextualização do enunciado. Imaginemos uma situação em que uma jovem (Y) e seu namorado (Antônio) marcam um encontro num bar. A jovem espera por ele por mais de duas horas. Mas ele não aparece. No outro dia, ao encontrarem-se no trabalho, como de costume, ele não se desculpa por sua falta, nem se justifica, apenas a adverte para não aborrecê-lo com tomadas de satisfações. Finalmente,

conversando com uma amiga X-(L1) que julga Antônio muito bonito, a jovem-Y (L2) observa que mesmo sendo muito bonito ele é mal educado e não serve para ela. Observemos esse exemplo formalizado a seguir:

L1(En1)

X-Ele é muito bonito. Deve ser muito bom tê-lo como namorado.

A1 \longrightarrow C \longrightarrow

(L1) \rightarrow L2

L2(En2)

L2(En2)

(18) Ele é bonito, mas é mal educado. Não serve para meu namorado.

A¹ \longrightarrow A² \longleftarrow C \longleftarrow

No enunciado (18), L2 parece concordar, inicialmente, com a perspectiva de L1 pela qual “*a beleza torna as pessoas desejáveis*”, porém objeta a importância desse argumento ante a força do A2- ele é mal educado. Esse argumento (A2) baseia-se no topos de que “*a educação está acima da beleza*”. Como se percebe, existe, em toda argumentação, uma perspectiva ideológica que a sustenta e permite chegar a conclusões que, neste exemplo, seria: *ele não serve para meu namorado*.

Observa-se, portanto, que os movimentos argumentativos, representados pelas flechas, se modificam em cada um dos exemplos, assim como o valor argumentativo do operador “mas”, apresentado nos exemplos 15 e 16 para articular os argumentos. A partir do funcionamento heterogêneo desse operador, conclui-se que não há simetria entre forma e sentido na linguagem, pois o mesmo operador produz efeitos diferentes nos enunciados, remetendo para conclusões distintas. Uma mesma estrutura pode remeter a diferentes passagens do argumento para a conclusão. Parece certo, por outro lado, que, na estrutura *X mas Y*, a força argumentativa de Y é sempre maior que a de X, independente da direção de sua argumentação (esquerda/negativa ou direita/positiva) e Y (ou A²) nos conduzirá a uma conclusão. Por isso, no enunciado (17), o A2 - que é positivo, como já comentamos - encaminha (graças ao topos a que o vinculamos) a uma conclusão também positiva. Já no enunciado (18), o A2 - que é negativo – encaminha a uma conclusão também negativa. Mas só se pode perceber movimentos argumentativos positivos e negativos se tivermos uma

posição de julgamento, uma perspectiva ideológica, embasada em princípios éticos que orientam nossas relações sociais. Por isso, em sua teoria, Ducrot recorreu ao que denominou topos, embora em sua primeira fase, não tenha formulado esse conceito à semelhança dos pressupostos de Aristóteles.

Por outro lado, observa-se que a falta de simetria entre forma e sentido também permite que conclusões com movimento argumentativo oposto –X mas Y- (como as explicitadas anteriormente com o operador *mas*) possam também ser expressas por construções (também conjunções), tais como: - *embora X, Y* ; - *porém*; - *ainda que*. Vamos aos exemplos de cada um desses operadores. Começemos com a construção *embora X, Y*. Considerando uma situação em que X- o pai de João (L1), conversa com Y (L2) - o professor de seu filho, que o chamara para alertá-lo sobre a atuação e João na escola, diz:

L1(En1)

X- João é estudioso. Ele aprende. Ele passará de ano na escola.



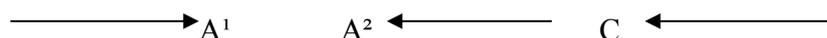
Ao que Y- o professor (L2), retruca:

(L1)→ (L2)

L2 (En2)

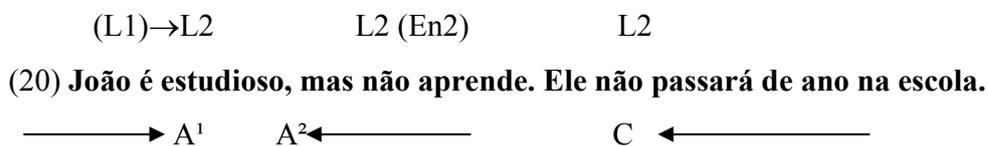
L2

(19) **Embora João seja estudioso, ele não aprende. Ele não passará de ano na escola.**



O argumento de L1 - João é estudioso- é positivo e encaminha para a conclusão: ele passará de ano na escola. Mas, ao ser retomado por L², que o aceita parcialmente, já vem sinalizando a entrada de um outro ponto de vista, contrário a L¹ e marcado por *embora*, o que evidencia, neste enunciado, a necessidade de um A² negativo que enfatize a conclusão negativa de L2. Como se vê, na própria análise do movimento argumentativo sempre se reconhece a inscrição da polifonia no enunciado. É ela, pois que permite caracterizar as perspectivas da enunciação que se articulam no enunciado.

Por outro lado, o exemplo (19), considerando a mesma situação de enunciação, pode ser parafraseado pelo enunciado (20), pois tem o mesmo movimento argumentativo de *X mas Y*, como se observa na construção abaixo:



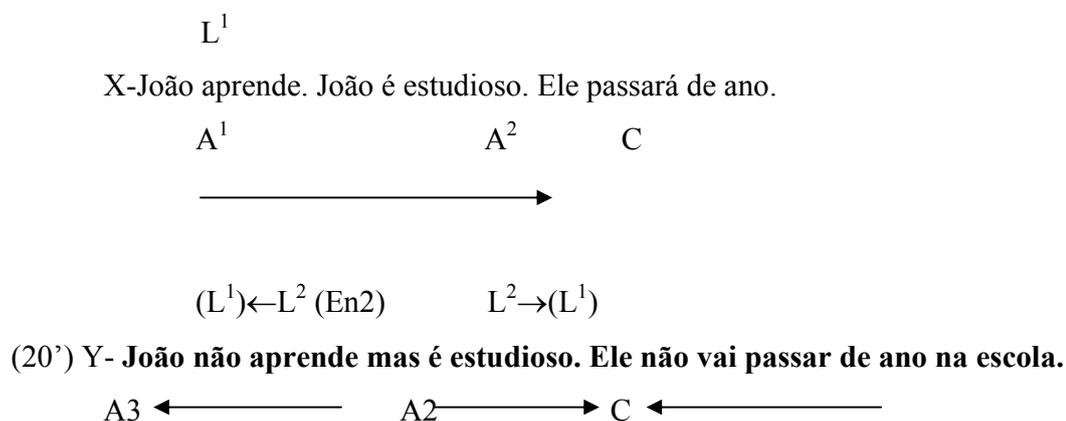
Qual seria a diferença entre os argumentos de (19) e (20) Não seria a forma diferente de desdobramento das vozes na apresentação dos argumentos? Em outras palavras, no enunciado (20) há uma força argumentativa de oposição contraditória, diferente da que se revela em (19) em que o locutor (L2) admite a possibilidade de ser estudioso sem aprender. No entanto, em ambos enunciados a conclusão é a mesma: “Ele não passará na escola. O que se conclui é que a **conjunção *mas*, com sentido de oposição** (seja por contradição, retificação, refutação ou objeção) como se viu anteriormente, **introduz os argumentos que o locutor pretende que sejam dominantes no enunciado, levando a uma conclusão cujo movimento argumentativo possa ser simétrico ao do argumento introduzido pelo *mas***. Por outro lado, a **conjunção *embora* introduz argumentos com força argumentativa insuficiente para sustentar uma conclusão ante outro argumento**.

Entretanto, para comprovar que não são as conjunções exatamente que marcam a orientação da argumentação, mas a própria constituição polifônica que se esconde no enunciado, vejamos, em um exemplo parafraseado, novamente a conjunção *mas*, agora sem valor de oposição :

(20') João não aprende mas é estudioso.

A que conclusão podemos chegar, considerando a mesma situação do professor falando ao pai? A conclusão será a mesma dos enunciados (19) e (20): *Ele não passará de ano na escola*. Neste caso, cai por terra toda aquela teoria de que o *mas* introduz o argumento mais forte, pois o A2 (*estudioso* tem uma carga positiva) e a conclusão deveria então ser: *ele passará de ano?* Na verdade, o “mas”, neste enunciado, não tem valor de oposição compensatória, nem de objeção. Como se estabelece, então, essa relação entre os

argumentos do enunciado (20')? Em (20') a polifonia mostra um L1 (o pai - X) , argumentando para o professor - Y:

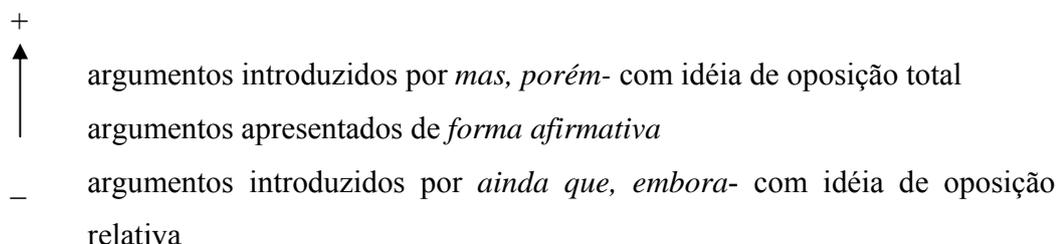


Então L^2 retoma o A^1 de L^1 , negando-o e também retoma o A^2 de L^1 , que embora positivo, e introduzido pelo *mas*, não orienta para uma conclusão positiva, semelhante a de $L1$. Então o valor do “mas não é compensatório porque o argumento introduzido por ele não orienta a conclusão. O argumento introduzido pela conjunção *mas*, neste caso, tem outro efeito de sentido. Nesse exemplo (20') nossa gramática tradicional diria que o “mas” tem uma função concessiva porque pode ser substituído por *ainda que*. Mas, para se explicar essa possibilidade de o “mas” ter esse efeito de sentido de concessão é preciso falar de polifonia e força argumentativa do enunciado, e isso, não está explicado lá. Mostra-se assim, em (20'), um “mas” com sentido de “embora”, que introduz argumentos que não dominam a perspectiva do enunciado. Portanto, dizer que o sentido de *João é estudioso, mas não aprende* é exatamente igual ao de *João não aprende, mas é estudioso*, significa desconhecer as nuances de perspectivas dos locutores.

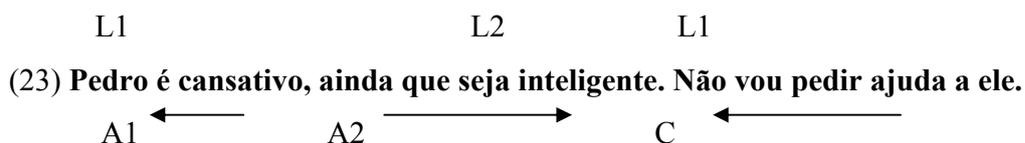
Continuando a exemplificação que comprova a falta de simetria entre forma e sentido, vemos também que outras conjunções podem agir da mesma maneira que o operador *mas*, mantendo o mesmo movimento argumentativo e trazendo à cena do enunciado as vozes da enunciação, conforme está sendo demonstrado. Vejamos um exemplo com *porém* . Pensemos num grupo de estudantes, em que Pedro (Y) se destaca por sua inteligência,

argumentos introduzidos até por uma simples afirmação. Numa tentativa de esquematizar essa idéia teríamos:

Força argumentativa/ perspectiva dominante



Então, no enunciado (22), o efeito parafrástico, com relação a “**Pedro é cansativo, mas é inteligente. Vou pedir ajuda a ele**”, acontece por um movimento inverso, em que o operador *ainda que* introduz a descompensação (*ainda que Pedro seja cansativo*), enquanto o *mas* introduz um argumento de compensação. Na verdade, mantém-se o mesmo movimento da argumentação, tendo em vista que os mesmos topoi são mobilizados, embora com intensidade argumentativa diferentes, eu diria, como sinaliza o uso dos articuladores diferentes. Dá-se uma semelhança dos sentidos, porque permitem a mesma conclusão. Observe-se também que, se alterássemos o enunciado (22), e o *ainda que* introduzisse o A2, teríamos a maior força argumentativa no A1, o que impediria de chegarmos à mesma conclusão do enunciado (22). Teríamos, então:

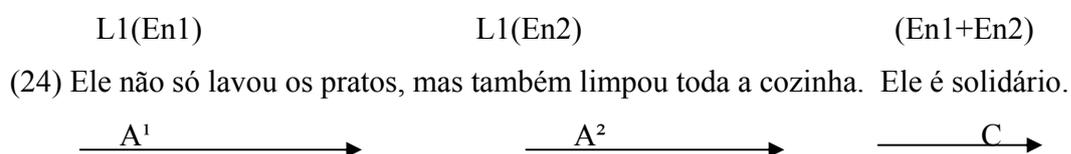


Neste caso (23), a perspectiva de L1 é dominante (movimenta um topos tal como: *ser cansativo é um defeito*), contrariando a perspectiva dominante de L2 do enunciado **Pedro é cansativo, mas é inteligente (Vou pedir ajuda a ele)** - que movimenta um topos como: *ser inteligente é uma qualidade que supera qualquer defeito*. Portanto, aqui, não há paráfrase.

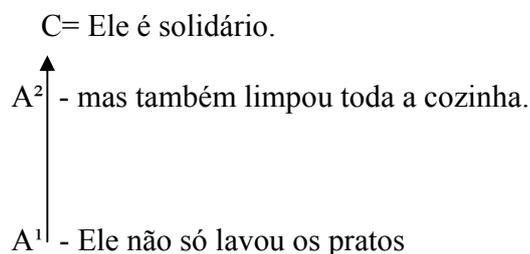
De tudo isso, se deduz que a paráfrase não se sustenta por hipóteses intralingüísticas, mas em virtude dos topoi que regulam os movimentos de sentido da argumentação. Portanto, é possível construir enunciados com operadores argumentativos diferentes, produzindo um

mesmo efeito de sentido, desde que se invoquem os mesmos topoi, embora a intensidade da força argumentativa desses enunciados possa ser diferente, os movimentos argumentativos têm a mesma orientação. Novamente forma e sentido não mantêm uma correspondência única.

Seguindo com o estudo sobre o operador “mas”, veremos que ele pode não funcionar apenas para articular argumentos contrários, ao aparecer em outras estruturas do tipo: *Não só X, mas também Y*. Supondo uma situação em que um casal convida um amigo para jantar. Após o jantar, o marido arruma toda a cozinha, fato comentado depois pelo amigo, com terceiros:

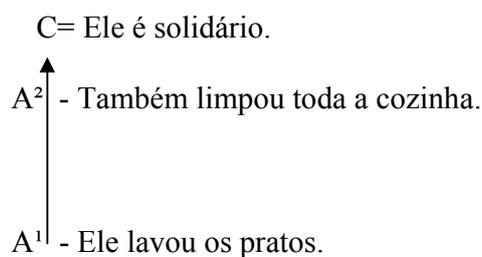


No exemplo (24), o primeiro argumento é reforçado pelo segundo, autorizando a passagem para uma conclusão positiva. Há um efeito de inclusão, representado por um movimento argumentativo em escala ascendente:



Esse mesmo efeito de inclusão pode ser produzido por outros operadores que, em funcionamento, também articulam argumentos simétricos em direção a uma mesma conclusão, tais como: *e, também, além de, além disso*.

Por exemplo (25): Ele lavou os pratos. *Também* limpou toda a cozinha.



É inevitável que, para se chegar a essa conclusão, apesar da presença de operadores com formas diferentes, tenhamos de recorrer a conjuntos de princípios que determinem o lugar de onde é feita a enunciação, assim como devemos recorrer aos sentidos possíveis de se atribuir, em uma dada instância de enunciação, ao enunciado. E esse lugar de enunciação entra na teoria, como já explicitamos anteriormente, com o nome de *topos*. E, à multiplicidade de lugares possíveis, denominamos *topoi*. Como se vê, argumentos simétricos constituem uma escala ascendente da argumentação em que o *topos* é determinante. Nesses casos (24 e 25), poderíamos mobilizar o *topos*: *Os homens solidários ajudam as mulheres nas tarefas domésticas*. Então, poderíamos considerar as relações escalares acima de “Ele lavou os pratos” a partir da forma tópica *-Homens que ajudam nas tarefas domésticas são prestativos*. Ao acrescentarmos o A2 (Também limpou toda a cozinha), a forma tópica provavelmente seria – *Quanto mais um homem ajuda nas tarefas domésticas, mais prestativo é*. Portanto, como dissemos acima, o *topos* que encabeça tais formas tópicas, relativas a cada argumento é: *Os homens solidários ajudam as mulheres nas tarefas domésticas*.

Essa gradualidade do *topos* e a sua expansão em formas tópicas (como já explicitamos inclusive nas seções 2.4.2 e 2.4.2.1) é muito enfatizada por Ducrot para que ele possa garantir a inscrição da argumentatividade na língua. Essa gradualidade pode ser percebida mais facilmente, acredito, com o emprego dos operadores, “*mesmo*”, “*até mesmo*”, “*inclusive*”. Para (Ducrot, 1981), tais operadores situam o enunciado numa escala gradual e apontam com uma maior força para uma determinada conclusão (o que vai determinar sua escalaridade argumentativa). Exemplo:



Então, para provar que nem sempre x é um argumento mais forte, para uma conclusão alcançada por *quase x*, o semanticista (1988:93) supôs uma situação em que uma pessoa estivesse sendo levada para o hospital e, no caminho, o enfermeiro que está acompanhando o paciente, dissesse para o motorista:

(30) “Motorista, ele está quase morto” ou (31) “Motorista, ele está morto”.

Se em (30- quase morto) caberia uma conclusão como “*Temos que nos apressar*”, em (31), x (morto) não é um argumento com potencial maior para uma conclusão do tipo: “*Temos que correr muito*”, mas ao contrário - “*Não adianta mais nos apressarmos*”. Isso contraria o postulado de topos na teoria da argumentação na língua e torna-se um indício de que a noção de escalaridade não responde, como ele gostaria, à descrição do funcionamento dos operadores argumentativos. Ducrot busca respaldo, então, na noção de forma tópica, que inclui em sua teoria. Segundo ele, um enunciado do tipo “**quase x**” tem por forma tópica: *quanto maior a gravidade, maior a necessidade de intervir*. Mas a qualidade de “morto” não consiste simplesmente em um grau superior do estado de gravidade em relação ao grau indicado pela expressão “quase morto”. Aqui há uma mudança de situação entre estar vivo e estar morto. Essa seria a evidência pela qual o princípio da gradualidade do topos não vai sustentar essa fase da Teoria da Argumentação na Língua.

Assim, no início, com sua teoria amarrada à materialidade estrutural, Ducrot realizou um estudo alicerçado na descrição dos operadores argumentativos na língua. No entanto, ele, aos poucos, como se observou pelos exemplos citados anteriormente, não consegue mais negar que a argumentação depende de aspectos externos à língua, ou seja, reconhece que aspectos da situação do discurso vão influir no funcionamento e na descrição semântica do operador argumentativo. Passa, então, a introduzir a segunda noção de topos com base em hipóteses extra-lingüísticas.

2.4.3 Teoria da Argumentação e dos Topoi a partir de uma ótica enunciativa

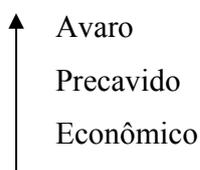
Como já vimos, ao abordar a questão dos topoi, no início de sua Teoria da Argumentação, Ducrot ainda consegue sedimentá-los na própria língua. Sustentados na materialidade lingüística, eles acabam integrando uma espécie de memória que se estabiliza no interior da língua, efeito de consenso, cristalização dessa memória. Nesta fase, para Ducrot (1988:150), “o valor argumentativo dos pontos de vista dos enunciadores consiste em convocar topoi graduais a propósito do estado das coisas de que se fala”. E porque o topos é gradual, cada um deles possui duas formas tópicas equivalentes, denominadas formas recíprocas:

[+P, +Q] e [-P, -Q] - quando se trata do topos que une Q a P;

ou [+P, -Q] e [-P, +Q], quando se trata de topos que contrapõe Q a P, como já exemplificamos na seção anterior. Mas com a idéia dos Topoi em sua Teoria, Ducrot vê-se obrigado a traçar relações entre a argumentação, a língua e as práticas sociais : sua segunda acepção de topoi.

Considera, em primeiro lugar que “a utilização de uma língua que possui palavras como *pouco, quase e até*, pressupõe que a coletividade possui topoi”, o que “não significa dizer que a língua determina quais são os topoi usados pela coletividade”. Então Ducrot (ibid,150) conclui que o que a língua impõe é a existência de topoi, embora não os produza. Por outro lado observa que há também determinadas classes de palavras nas línguas, tais como os adjetivos cujos valores são regulados pelas culturas, pelas práticas sedimentadas em diferentes comunidades e que, por serem heterogêneas, implicam conseqüências também no interior de uma mesma língua. Nesta fase, as formas tópicas não respondem mais às questões anteriormente propostas. Ele coteja então adjetivos que poderiam ser considerados antônimos, como por exemplo: *avaro/generoso; econômico/perdulário* se fizermos uma comparação da doação de um mesmo valor em dinheiro em situações diferentes. O que faz alguém distinguir um ato de avareza de um ato de economia? Não estarão esses conceitos diretamente ligados à situação econômico-social do sujeito a quem a

ação se refere? Economicamente falando, o que significa ser avaro, precavido ou generoso para qualificar um sujeito de uma classe social que vive do salário mínimo? Se determinada causa, dependendo da situação do sujeito, pode qualificá-lo de forma diferente: se considerado rico, para os padrões de sua comunidade e doar o mesmo que o cidadão mais pobre, poderá ser o primeiro, considerado avaro. Já, o segundo poderá, até, ser considerado perdulário, por esbanjar o que necessita para sua própria subsistência. No entanto, a mesma doação do rico, transposta para outra comunidade que pense diferente poderá ser considerada muito boa, e ele será qualificado como “generoso”. Explicando de outra forma, vamos supor ainda a escalaridade



Referindo-se a um mesmo sujeito, em uma mesma ação a ser julgada (por exemplo, a doação feita por José, de uma quantia X a uma campanha beneficente) ser avaro, precavido ou econômico vai depender da situação econômico-social, do momento e do lugar que esse José ocupa em sua comunidade, e como pensa tal comunidade a respeito desses valores. Esta tentativa de julgamento de José, qualificando-o, é sempre em relação ao ‘outro’, ao que se pode considerar politicamente correto ou adequado para um determinado momento, numa determinada situação e numa determinada comunidade. Portanto, todas as formas tópicas dependem desse contexto extra-lingüístico e não mais de simples relações de gradualidade, em virtude do jogo de valores que presidem os grupos sociais e que também se modificam.

Então, Ducrot, no final do texto da sexta Conferência de Calli, (1988:151) afirma que “*a língua é feita para uma sociedade que contém uma ideologia e que se adapta a essa ideologia, funciona graças a ela. A língua necessita da ideologia*”. O que se conclui é que essa relação de valor que o topos pressupõe está, nessa fase, diretamente relacionada à ideologia, às práticas sociais e é por isso que, nesta fase, se diz que Ducrot coloca o topos “fora” da língua.

Recapitulando, podemos dizer que, no início da teoria, Ducrot alicerça o trabalho da argumentatividade nos topoi que são, em princípio, uma possibilidade de partilha dos saberes de uma comunidade, que valida esses saberes em situações específicas, em determinado tempo, embora também reconheça a existência de argumentos que são justificados com base em perspectivas de enunciação diferenciadas e articuladas pelos operadores argumentativos. Na primeira fase dos topoi na língua, o topos é considerado homogêneo; depois, Ducrot reconhece as formas tópicas e finalmente, não pode negar a existência de argumentos dialéticos, que geram controvérsias, pois nem sempre se fundamentam em verdades universais. Assim, Ducrot passa da idéia do topos escalar para a possibilidade do topos heterogêneo, o que o faz agora entender a argumentação como produtora de efeitos na língua, em vez de entender os recursos lingüísticos como instruções semânticas que orientam a argumentação. Então, percebe-se que o conceito de topos de Ducrot, aproxima-se de uma relação com questões ideológicas, ao entender-se o conceito de ideologia, no seu aspecto filosófico, como :

um conjunto articulado de idéias, valores, opiniões, crenças etc, que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa, etc) seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores (conforme FERREIRA⁸⁰, 1999:1072).

Então, parece que o conceito de topos de Ducrot vai se aproximando de um conceito amplo de ideologia, ao ser redefinido como um conjunto de valores, princípios, crenças de uma comunidade ou grupo social, julgadas em épocas e contextos diferentes.

Mas onde se situa toda essa ideologia? Para Pierre Achard⁸¹ (1999), a partir de uma ótica discursiva, os implícitos nunca estão ancorados na materialidade da língua. Há, em virtude da repetição, a formação de um efeito de série, pelo qual uma “regularização” se inicia e passa a funcionar como um dispositivo de recolhimento de implícitos. Os implícitos, por sua vez, retornam sob a forma de remissões, retomadas e paráfrases. O conteúdo do implícito é memorizado e sua explicitação constitui uma paráfrase controlada por esta memorização que repousaria sobre um consenso entre determinados grupos, segundo suas posições e interesses. Este consenso seria uma espécie de “concordância coletiva”, ou seja,

⁸⁰ FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. Novo Aurélio-Século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁸¹ ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

por meio de um processo de regularização, idéias, impressões e conhecimentos já vivenciados passariam a fazer parte do domínio comum de um determinado grupo social, regulando os comportamentos aceitáveis dentro desta ou daquela comunidade.

Embora qualquer forma de expressão exija que nos reportemos a implícitos, a explicação e exposição deles não são necessárias, a priori, para a compreensão do sentido, pois o implícito é representado por um imaginário social e historicamente construído que se cristaliza na memória do sujeito. Na perspectiva social de cada discurso, pressupõe-se um imaginário interiorizado, reconstruído e inserido por paráfrase, remissivas ou retomadas. Logo, jamais poderemos provar ou supor que estes implícitos existam em algum lugar como discurso autônomo (como materialidade inscrita na língua, à semelhança do que ocorre com Ducrot em *Princípios de Semântica Lingüística*), porque estes implícitos remetem a realidades sócio-históricas determinadas.

Os implícitos, então, para Achard, representam esta memória cristalizada e estabilizada nos discursos e nas formações discursivas (FD) que representam e é através da memória histórica que nossas palavras adquirem sentido e, ainda que elas já tenham sido ditas e esquecidas, continuam nos afetando, determinando os sentidos que damos às práticas sociais e lugares sociais de inscrição dos sujeitos.

Estes implícitos ou memória cristalizada, a que Pêcheux (1999) refere-se como “estereótipos”, constituem o lugar dos princípios que mobilizam os topoi na teoria de Ducrot. Entretanto, Ducrot, em um primeiro momento, busca regular a descrição dos topoi no interior da própria materialidade lingüística, afastando-se assim, de uma ótica discursiva.

Sabe-se, no entanto, que tentar encaixar todas as situações de argumentação e conclusão em relações de aceitabilidade ou justificabilidade as quais controlam o papel da contradição, é impossível, porque os conjuntos de estereótipos que regulam o comportamento de um povo, não regulam o comportamento de outro. E a língua por si só, também não é capaz de explicar tais relações. Portanto, o ideal de homogeneidade do topos não existe.

Existe, sim, uma memória ligada a valores regionais: sociais, culturais, morais; uma memória que varia de grupo para grupo, que não é universal, nem homogênea, que se modifica constantemente, não é presa à língua. É uma memória aberta a múltiplas vivências e experiências. Um exemplo claro dessa heterogeneidade da memória e sua vinculação com a cultura é o uso da cor branca no oriente para simbolizar luto, o que causaria estranheza na cultura ocidental, para quem o luto é representado pela cor preta. Então, para um ocidental julgar coerente um enunciado como (32) “Tenho de ir a um funeral, vou colocar meu traje branco”, é preciso que ele tenha interiorizado um pouco da memória cultural da Índia, por exemplo, o que justificaria a aceitação da aparente incoerência entre argumento e conclusão.

Outro exemplo, em que se há de recorrer à exterioridade para compreensão (33) “É noite, porém o sol brilha”. Mesmo com o uso do operador “porém” que determinaria a justificabilidade entre argumento e conclusão, em nossa memória cristalizada, o sol não brilha à noite, a não ser numa região como a Escandinávia. Isso nos remete a um conhecimento externo, que permite estabelecer uma relação de coerência. Entretanto, se o mesmo enunciado (É noite, porém o sol brilha) fosse proferido na Escandinávia teríamos uma incoerência porque o operador vai de encontro à realidade factual dos países nórdicos.

Após todo esse percurso, Ducrot se assegura de que os pressupostos de uma lingüística “stricto sensu” não são capazes de responder a todos seus questionamentos. Evidencia-se que morfemas e construções sintáticas podem também marcar a presença da polifonia, mas eles não funcionam sozinhos. Eles são modos através dos quais o enunciado se constitui em uma qualificação da enunciação, enquanto materialidade. Ducrot não faz essa síntese, entretanto, de modo direto e linear. Realiza um percurso teórico controverso e repleto de indagações até a formulação do “Esboço de Uma Teoria Polifônica”. É o que analisaremos nas seções que seguem.

2.4.3.1 Um esboço inicial da Teoria Polifônica: a argumentação por autoridade, a ironia, a negação

A argumentação por autoridade, segundo Ducrot (1987:139) é uma espécie de virtualidade da língua, pois além de usar os dispositivos constitutivos do organismo gramatical, ela os desdobra. Numa caracterização geral, Ducrot (1987:140) afirma que se usa um argumento de autoridade quando, com relação a uma proposição P:

- a) *indica-se que P já foi, é ou poderia ser objeto de uma asserção;*
- b) *apresenta-se este fato como se valorizasse a proposição P, como se a reforçasse, como se lhe ajuntasse um peso particular.*

Embora reconheça a imprecisão de alguns termos utilizados para essa caracterização, segundo a alternativa escolhida, Ducrot distingue, pelo menos, duas formas de argumentação por autoridade⁸²: **autoridade polifônica** e **arrazoado por autoridade**.

Para Ducrot todo enunciado comporta sempre um dizer², ou seja, todo enunciado comporta um comentário sobre a enunciação- o que permite se alcançar o sentido do enunciado. Então, é nessa percepção do dizer² do enunciado que um ato se impõe à pessoa a quem esse enunciado é dirigido, suscitando-lhe uma obrigação. Por exemplo, um enunciado interrogativo mostra (diz²) que sua enunciação obriga a pessoa a quem a questão é endereçada a respondê-la; - uma ordem ou um pedido diz² que sua enunciação obriga a pessoa a quem tais atos são endereçados, a adotar outros comportamentos.

O dizer² mostra a enunciação, portanto é um ato de fala não passível de julgamento falso/verdadeiro. Ducrot (1972:18) julga, por exemplo, que a interjeição “atesta” a realidade da emoção que se declara, é um dizer² porque é um ato de fala auto-referencial, mostrativo, ao passo que uma asserção (dizer¹) somente apresenta a enunciação como

⁸² Para dar fundamentação teórica à argumentação por autoridade, Ducrot busca a distinção estabelecida por Wittgenstein no Tractatus, entre os dois sentidos possíveis de verbo dizer:

dizer¹ - asseverar (to tell, to say)

dizer² - mostrar (to show), - a fim de analisar nos enunciados a possibilidade de separar asserção (dizer¹) de comentário (dizer²).

engajando seu autor com relação à verdade – é um ato de fala cujo enunciado não atesta, de modo transparente, os sentidos produzidos pela enunciação.

Então, Ducrot reúne pressupostos teóricos dos Atos de Fala a princípios de Polifonia (embora esses princípios não tenham sido bem delineados por ele, o que só ocorrerá na sua Teoria Polifônica da Enunciação) para explicar a argumentação por autoridade, ao lançar mão, também, da distinção entre o locutor e o enunciador, ou seja, entre o responsável a quem o enunciado atribui sua enunciação e a perspectiva da enunciação.

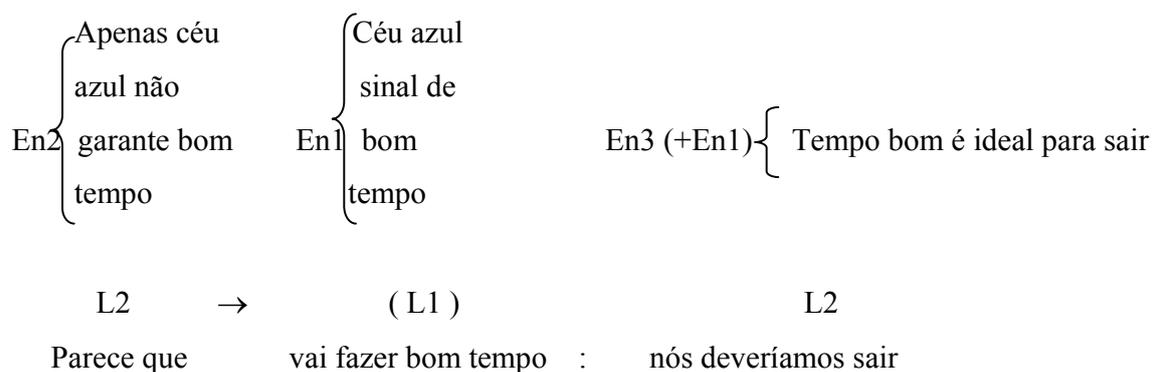
Assim, Ducrot considera que o locutor-L de um enunciado é o responsável pelo proferimento de um enunciado. “Então o enunciado mostra (diz²) em que consiste sua enunciação, apresentando-a, entre outras coisas, como obra de alguém que se considera ter pronunciado as palavras de que ele (o enunciado) se compõe.” Esse autor pretendido da enunciação é o ser a quem fazem referência o “eu” e as marcas de primeira pessoa (exceto no discurso relatado em estilo direto). Principalmente na conversação oral (mas nem sempre) o locutor pode ser identificado com o falante (pessoa que “efetivamente” produz o enunciado). A enunciação atribuída ao locutor (L) exprime seu ponto de vista, sua posição.

Na verdade, nesta fase, Ducrot já está trabalhando os princípios da Teoria Polifônica da Enunciação. Para o autor, os enunciadores (ou perspectivas da enunciação) não se confundem automaticamente com os locutores – o que Ducrot diz ser o paradoxo da polifonia. Então as perspectivas da enunciação são apresentadas pelo enunciado como oriundas dos atos ilocutórios (asseverar, prometer etc) e podem ser atestadas de forma transparente. Mas a perspectiva pode surgir tanto assimilada ao locutor, por uma identificação particular, como a identificação pode do mesmo modo, assimilar tal ou qual perspectiva com outras personagens que não o locutor, por exemplo, com o alocutário.

Ducrot (1987:144) trata, em primeiro lugar, da **argumentação por autoridade polifônica** que comporta duas etapas:

- a) o locutor L mostra uma perspectiva (que pode ser dele mesmo ou de outra pessoa), asseverando uma certa proposição P. Essa perspectiva de L é também responsável

Mas o enunciado é introduzido por “Parece que”, que mostra outra voz distanciada da perspectiva explicitada por L1. É o L2. Então a perspectiva de P- que está assimilada a L1 e se distancia de L2- desempenha o papel de uma autoridade, no sentido de que seu dizer é suficiente para justificar que L2, apesar de não muito convencido (L2= Parece que vai fazer bom tempo), se torne enunciador de Q (nós deveríamos sair), fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q, que é uma conclusão. Ou seja, para poder dizer Q, L2 precisa ter a mesma perspectiva de L1 assimilada à sua. Então na asserção Q temos um L2 que se assimila a uma perspectiva que engloba outra, a de L1. Isso mostra, neste caso, que em sua asserção conclusiva, L2 se curva à autoridade da perspectiva de L1, justificando-se daí, a denominação **argumentação por autoridade polifônica**. Numa formalização do enunciado teríamos:



Sintetizando o que foi explicado, podemos então dizer que L1 representa a voz do conhecimento popular, que faz a previsão do tempo pela observação do céu. L2, que é o responsável pela enunciação, embora distanciando-se dessa perspectiva de L1, a traz como autoridade na asserção P e L2 acaba concluindo Q por meio de uma outra asserção que mostra sua assimilação à perspectiva de L1.

Talvez P é outra modalidade de *Parece que*. Talvez P “mostra” (diz² uma asserção de P atribuída a uma perspectiva da qual o locutor se distancia. Ex.: Talvez faça bom tempo: deveríamos sair.

L2 (En1)

Ex.: (36) *Aristóteles afirma que (P).*

(X)

b) O enunciado mostra uma asserção de P por uma perspectiva igual à do locutor (locutor assevera- dizer¹- P), fundamentado na idéia de que X, tendo em vista sua situação ou competência, tem poucas probabilidades de se enganar quando diz ¹ P.

A premissa de um arrazoado por autoridade em um discurso seguido, deve basear-se na autoridade da qual emana uma asserção e não a simples mostração de uma asserção. Suponhamos uma situação em que um meteorologista (X) assegure a seu amigo (Y), a previsão do tempo (P). Então teríamos: X assegura a Y que P - (37) X- *Eu te asseguro que vai fazer bom tempo* corresponde a

(38) X- *Vai fazer bom tempo já que eu te asseguro.*

Neste caso, o locutor é a autoridade cuja própria perspectiva, introduzida por “já que” permite deslizar para a conclusão. Mas, além desse encadeamento argumentativo, Ducrot (1987:57) analisa o uso de *pois*, ao teorizar sobre o **arrazoado por autoridade**. Afirma que *pois* só pode introduzir uma asserção feita pelo próprio locutor, ou que o locutor seja, ao mesmo tempo, o seu enunciador. Pensemos no mesmo contexto sugerido para os enunciados (37) e (38). Vamos supor que Y (o amigo) retruque para X (o meteorologista):

P

(39) Y - *Tudo bem, devemos sair, pois vai, certamente, fazer bom tempo, já que você o diz.*

Em (39), o amigo (Y) do meteorologista (X) assevera (P) com base na perspectiva do especialista em previsão do tempo. Neste caso, (Y)- o amigo- fundamenta sua asserção de (P) na autoridade de (X)- o meteorologista, apoiando-se num raciocínio do tipo “se X- o meteorologista – disse isso sobre o tempo, portanto é verdade. Então, para ligar a asserção de P (*vai certamente fazer bom tempo*) à conclusão (*vamos sair*), Y usará *pois*- conjunção que introduz a causa de sua conclusão.

Formalizando teremos:

$$L^2 \qquad L^2 \leftrightarrow (L1) \qquad L^2 \rightarrow (L^1)$$

Y- *Tudo bem, devemos sair, pois, vai, certamente, fazer bom tempo, já que você o diz.*

Como se vê, L2 se identifica também à perspectiva de L1 (X). Então L2 (Y) faz por conta própria a asserção – *vai, certamente, fazer bom tempo* – embora isso aconteça com fundamentação na asserção de L1(X) – o meteorologista, daí se justifica o uso de “pois”.

Ducrot (1987:154) aponta a impossibilidade de “pois” introduzir uma retomada pelo locutor de uma asserção com cuja perspectiva não concorde. Em outras palavras, “pois” deve introduzir perspectivas assimiladas pelo locutor.

Mas, supondo o caso em que o amigo dissesse ao meteorologista:

$$L2 (En2) \qquad L2 \leftrightarrow (L1 - En1)$$

(40)Y- *Tudo bem, devemos sair, já que vai fazer bom tempo.* – o que significa o ato de retomar a enunciação introduzida pelo “já que”? Neste caso, o locutor retoma a previsão do tempo feita pelo alocutário após “já que”. Qual a diferença, se a conclusão de L2 é idêntica nos enunciados (39) e (40)?

Neste último enunciado(40), o que é mostrado (dito2), após “já que”, é uma asserção cuja perspectiva é diferente de L2, e L2, segundo o mecanismo geral da autoridade polifônica, tira dela uma conclusão da qual ele mesmo se faz enunciadador, apagando a outra voz que determina sua conclusão. No enunciado (40), em outras palavras, L2- o amigo- usa em sua enunciação a perspectiva de L1 (o meteorologista).

Revedo o enunciado (39), com base na análise proposta pelo próprio Ducrot (1987:156), podemos considerar os seguintes segmentos:

$$L2 \qquad L2 \leftrightarrow (L1 - En 1) \qquad L2 \rightarrow L1$$

(39) *Tudo bem, devemos sair (A), pois certamente vai fazer bom tempo (B), já que você o diz (C).*

Considerando (B) como a premissa (P), percebemos que também ela está contida no anafórico “o” do segmento (C). Por sua vez, em (C), o locutor L2 assevera o fato de ter o

alocutário (L1) asseverado (P), que está contido em (C). Com isso o locutor admite e assimila a perspectiva da premissa que, como sabemos, teve origem em L1/ o alocutário que tem a autoridade de dizer por ser meteorologista. Então, a conclusão de L2, contida em (A) parte de uma autoridade polifônica. Baseia-se em outra autoridade que é autorizada pelo campo da ciência.

Assim o **arrazoado por autoridade** e a **autoridade polifônica** não se confundem. Então, mesmo que sejam indissociáveis, já que todo arrazoado por autoridade é polifônico, funciona de modo diferente, conforme assevera Ducrot:

no arrazoado por autoridade parte-se do fato “X disse¹ que P” e, com base na idéia de que X (...) tem boas probabilidades de não ter-se enganado ao dizer o que disse, conclui-se da verdade ou verossimilhança de X. (...) Porém, como toda forma de prova, um arrazoado por autoridade pode, além do mais, ser recusado (Ducrot, 1987:157).

Já a autoridade polifônica não é uma forma discursiva particular, como o arrazoado por autoridade, mas é o próprio fundamento do encadeamento discursivo. Como se observa, temos nos exemplos um jogo polifônico. O **arrazoado por autoridade** é muito usado para dar legitimidade ao que se está afirmando, por exemplo, um jornalista em sua reportagem - pois a voz que ele incorpora à sua fala lhe dá credibilidade, ou um estudioso em seu trabalho científico, como respaldo teórico. No entanto, o **arrazoado por autoridade** é um procedimento facultativo, mas a **autoridade polifônica** é uma necessidade constitutiva da fala. O **arrazoado por autoridade** é uma espécie de explicação, de racionalização da **autoridade polifônica**.

Ducrot (1987:159) conclui que o arrazoado por autoridade é uma forma particular da autoridade polifônica que, por sua vez, legitima a autoridade do locutor. Também retoma sentidos, porque “o arrazoado por autoridade cria uma realidade original pelo fato mesmo de ao dizer² que alguma coisa já foi dita¹, diz-se¹ alguma coisa de novo”.

Além da comprovação por meio do estudo da argumentação por autoridade, o ponto de vista do enunciado é também mostrado como pertinente, por Ducrot, por meio da análise da ironia, que faz ouvir um discurso absurdo, mas que o faz ouvir como discurso de um outro,

como um discurso distanciado. Essa tese de Ducrot (1987:198) é uma versão da de Sperber–Wilson⁸⁴ (1978) segundo a qual “um discurso irônico consiste sempre em fazer dizer por alguém diferente do locutor, coisas evidentemente absurdas, a fazer ouvir, pois, uma voz que não é a do locutor e que sustenta o insustentável”. Resumindo, para Ducrot, “falar de modo irônico” é, para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador cuja posição não é assumida pelo locutor L e, mais que isso, ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação, L não é assimilado ao En, isto é, ao ponto de vista em um enunciado que é retomado. Isso explica o paradoxo da ironia, colocado em evidência por Berrendonner⁸⁵ (1981), também citado por Ducrot: a posição absurda é diretamente expressa na enunciação irônica e, ao mesmo tempo, ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras, atribuídos a uma outra personagem.

Tomando um exemplo do próprio Ducrot, com o uso da negação, temos uma situação do discurso irônico da seguinte forma:

Anunciei-lhes ontem, que Pedro viria me ver hoje, e vocês se recusaram a acreditar. Posso hoje, mostrando-lhes Pedro efetivamente presente, lhes dizer de modo irônico: (41) Vocês vêem, Pedro não veio me ver. (Ducrot, 1987:198).

Para uma formalização, vamos considerar que X, representado no enunciado por L1, seja a pessoa que anuncia a visita de Pedro, e Y, representado no enunciado por L2, os alocutários que descrevem da visita⁸⁶. Teremos então:



⁸⁴ SPERBER, D. & WILSON, D. “*Les ironies comme mentions*”, *Poétique*, nº 36, p 399-412, 1978.

⁸⁵ BERRENDONNER, A. “*Le fantôme de la vérité. Question sur l’assertion.*”. *L’ilocutoire. Linguistique et Semiologie*, 4, Lyon.

⁸⁶ As flechas implicam movimentos de sentido que podem ser contraditórios.

$$L1 (En1) \leftarrow (L2-En2) \rightarrow L1 (En1)$$

(41) X - Vocês vêm, Pedro não veio me ver.



No enunciado (41), (L¹) - o locutor “eu” - incorpora a voz das pessoas (L²) que se recusaram a acreditar que Pedro iria efetivamente vê-lo, e expressa um ponto de vista absurdo, neste caso atribuído às outras pessoas (outros locutores). Há, portanto, uma contradição entre pontos de vista que a enunciação coloca em cena. O locutor (L¹) não assimila o ponto de vista de (L²), há um paradoxo de perspectivas que não se assimilam, mostrando o funcionamento dos sentidos na ironia.

Segundo Ducrot, também os aspectos da negação podem ser diferenciados graças à análise da perspectiva da enunciação. Então ele distingue ainda três tipos de negação: **polêmica**, **metalingüística** ou apenas **descritiva**. Neste último tipo de negação, conforme Ducrot(1987:204) não é introduzida qualquer tipo de contestação ou dúvida – “um derivado delocutivo da negação polêmica”. Por exemplo, para responder a uma pergunta como : Que tal está o dia hoje? -para assinalar que hoje faz um tempo perfeitamente bom, tanto se pode recorrer a uma frase negativa - (42)“Não há qualquer nuvem no céu”, quanto a uma frase positiva (“O céu está totalmente limpo”). Essa seria a negação descritiva. Denomina-se também “litote”, quando se afirma pela negação (sem que haja um contexto em que o enunciado apareça para dar idéia de oposição a um determinado locutor), como por exemplo : “Ele não é nada feio”, para significar “ele é bonito”. Esse tipo de negação trabalha na superfície da materialidade lingüística. Realmente o que interessa para Ducrot é distinguir os enunciados em que a negação tem um valor conflitual. Trata-se da negação polêmica. O enunciado negativo, tomado em sua totalidade é aqui interpretado como sendo oposição ao que é dito em sua parte positiva. Por exemplo, (44) “Os filhos de Pedro não são grandes” serve para recusar um valor semântico associado a (43) “Os filhos de Pedro são grandes”. Formalizando, teríamos:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{En}^1 - \text{Pedro tem filhos. En2 - Os filhos de Pedro são grandes} \\ (43) \text{L}^1 - \text{Os filhos de Pedro são grandes.} \end{array} \right.$$

$$\left\{ \begin{array}{l} L^2 \rightarrow L^1(En^1) \leftarrow L^2(En^3 \text{ -Os filhos de Pedro são pequenos.}) \\ (44) \text{ -}L^2\text{- Os filhos de Pedro não são grandes.} \\ \longleftarrow \\ L^1 = En^1 \text{ e } En^2; \quad L^2 = En^1 \text{ e } En^3; \quad L^2 \neq En^2 \end{array} \right.$$

Ducrot nota que, às vezes, a negação conserva alguns pressupostos (que correspondem às perspectivas da enunciação) do enunciado positivo correspondente (caso acima- Pedro tem filhos)- essa é a **negação polêmica**. Mas, outras vezes, coloca os pressupostos em dúvida (por exemplo, (45) “Os filhos de Pedro não são grandes: ele não tem filhos”). Embora haja uma retomada da negativa de um alocutário, em (45), o locutor manifesta outra perspectiva da enunciação que não concorda com os pressupostos dos enunciados anteriores. Consideremos L2 como o locutor do enunciado (44) e também como o alocutário de alguém(L3) que lhe retruca com o enunciado (45). Formalizando teríamos:

$$\left\{ \begin{array}{l} (En^1) \quad (En^3) \\ L^2 \leftarrow (L^1) \quad L^2 \\ (44) L^2\text{- Os filhos de Pedro não são grandes.} \end{array} \right.$$

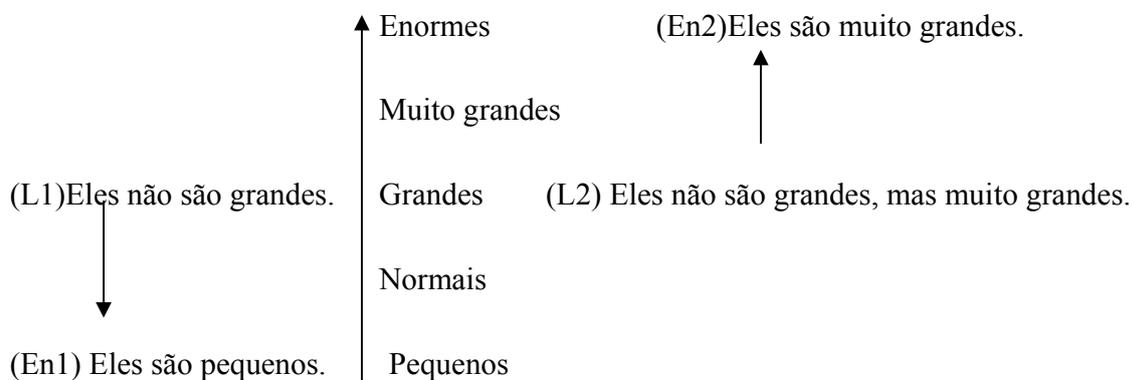
$$\left\{ \begin{array}{l} En^1\text{- Pedro tem filhos} \\ (En^3)\text{Os filhos de Pedro são pequenos.} \quad (En^4)\text{-Pedro não tem filhos.} \\ L^3 \rightarrow \quad (L^2) \quad \leftarrow \quad (L^3) \\ (45) L^3\text{- Os filhos de Pedro não são grandes: ele não tem filhos.} \\ \longrightarrow \quad \longleftarrow \end{array} \right.$$

$$L^3 \neq \left\{ \begin{array}{l} En^1\text{- Pedro tem filhos} \\ En^2\text{-Os filhos de Pedro são grandes} \\ En^3\text{- Os filhos de Pedro são pequenos.} \end{array} \right. \quad L^3 = En^4$$

Ao usar o argumento: *ele não tem filhos*, L3 apresenta uma perspectiva que, na verdade, contrapõe-se às duas perspectivas encadeadas de L2 (Pedro tem filhos e os filhos de Pedro são pequenos). Então, por que L3 retoma, no início do enunciado, a voz de L2? Simplesmente para evidenciar o absurdo do ponto de vista de L2, pois L3 apresenta uma argumentação que elimina as perspectivas de L2, por torná-las incoerentes, já que Pedro sequer tem filhos. Não deixa de ser uma forma sarcástica de asseverar algo por meio da negação.

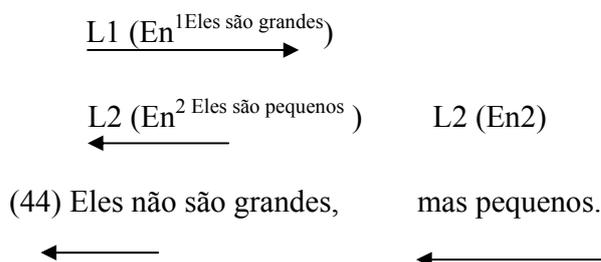
Por outro lado, quando a palavra sobre a qual a negação diz respeito pode se instalar dentro de uma gradualidade (como o adjetivo), o efeito da negação também pode ser o de assinalar um grau inferior àquele indicado pela negativa; é o caso de, ao responder-se a uma pergunta sobre a altura dos filhos de Pedro, dizer-se (44) “Eles não são grandes”. Isso é o que Ducrot (1987:204) chama de efeito “abaixamento”. Mas acontece também que a negação pode indicar um grau superior, como no enunciado (46) “Eles não são grandes, mas muito grandes”. Embora nos interesse apresentar a polifonia do enunciado, numa primeira tentativa de formalização, mostramos como, na primeira fase de Ducrot, numa escala gradual, poderia situar-se a diferença entre a negação polêmica e a metalingüística. Ducrot percebe que a negação tem efeitos variados sobre o grau e pode remeter a perspectivas diferentes (que ele denomina de pressupostos). Ducrot também denomina a negação de **metalingüística** quando o enunciado negativo aparece sempre como retificação de um enunciado positivo que o precede, como no caso do enunciado (46): Eles não são grandes, mas muito grandes. O efeito de elevação da negação corresponde à negação metalingüística. Por sua vez, a negação com valor de rebaixamento é considerada polêmica porque essa negação anula o pressuposto positivo subjacente à negação. Portanto a negação metalingüística pressupõe sempre um alocutário a quem o locutor nega a asserção positiva, não para dar um efeito de rebaixamento, mas de elevação. Exemplo:

(A¹) Qual a altura dos filhos de Pedro?

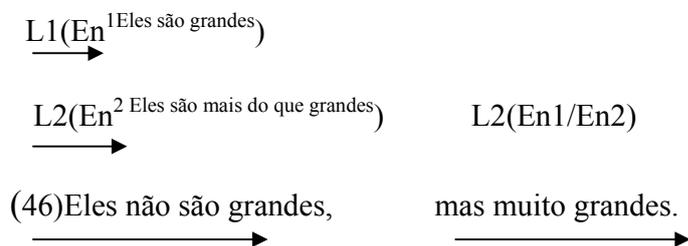
Negação polêmica**Negação metalingüística**

Com uma formalização diferente da anterior, para melhor diferenciação dos movimentos polifônicos argumentativos explicados com relação a esses dois tipos de negação, temos:

Negação polêmica: $En1 \neq En2$



Negação metalingüística: $En1/En2$



Mostra-se assim, a superposição de vozes que acontece a partir de perspectivas diferentes, do lugar da enunciação, o que constrói, realmente, o sentido do enunciado. Portanto, graças à noção de enunciador (como perspectiva da enunciação) se encontra uma solução que, ao

menos aparentemente, parece explicar o funcionamento da negação. Ela consiste em dizer que na negação polêmica, o locutor do enunciado toma partido em relação aos pontos de vista por intermédio dos enunciadores que lhe são ligados, a fim de rechaçar determinado ponto de vista. Mais concretamente, o locutor imagina ou considera alguém que sustentaria o ponto de vista, e toma partido contra essa pessoa virtual, suscetível de ser identificada a um grande número de pessoas reais, o interlocutor, um terceiro, o locutor mesmo (como “ser do mundo”) que sustentou ou seria tentado a sustentar ou tem medo de sustentar um dia... etc o ponto de vista em questão. Cabe salientar, entretanto, que o trabalho polifônico, nesta etapa, situa-se mais no nível descritivo. Não se produz uma relação direta entre o funcionamento da polifonia e um arcabouço teórico capaz de dar sustentação aos modos como os sentidos funcionam, no texto, sem que sejam atestados, de forma mais ou menos transparente.

2.4.3.2 A Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot

Em seu “Esboço de uma Teoria polifônica da enunciação”⁸⁷, Ducrot (1987:161), desde o começo, declara que seu objetivo é se contrapor à idéia da “unicidade do sujeito falante” que, segundo ele, seria o pressuposto dominante na lingüística daquele período⁸⁸. Ele busca provar que o conceito de polifonia elaborado por Bakhtin e cuja teoria foi aplicada a textos (seqüências de enunciados) pode ser aplicado também aos enunciados, quebrando, assim, por outro lado, o postulado de Banfield⁸⁹ (1979), segundo a qual, cada enunciado faz ouvir

⁸⁷ DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987. O texto em questão constitui o capítulo VIII- p. 161 a 218.

⁸⁸ Ducrot refere-se à “lingüística moderna”, termo que para o autor, recobre o comparativismo, o estruturalismo e a gramática gerativa

⁸⁹ BANFIELD, A. “Où l’épistémologie, le style et la grammaire rencontrent la théorie littéraire”, *Langue française*, 44, pp.9-26, 1979. Apesar de Banfield romper com a descrição habitual do estilo indireto livre (como uma das formas do discurso relatado), ao ver nele “a expressão de um ponto de vista, que pode não ser o da pessoa que é efetivamente, empiricamente, o autor do enunciado, e empregar o termo *sujeito de consciência* para designar a fonte desse ponto de vista”, ela não introduz a idéia de uma pluralidade de sujeitos no enunciado. E Ducrot (1987:162) critica: para Banfield, “quando o sentido de um enunciado comporta a indicação incontestável de um locutor (atestado pela presença do pronome de primeira pessoa), mas, que, no entanto, o enunciado exprime um ponto de vista que não pode ser identificado ao do locutor - por, exemplo, no caso de alguém tendo sido chamado de imbecil, responder “Ah, eu sou imbecil, muito bem, você vai

uma única voz: “um enunciado - um sujeito de consciência” e “se há um locutor, ele é igual ao sujeito de consciência”.

Segundo Ducrot (1987:161), para Bakhtin, “há toda uma categoria de textos (notadamente literários) para os quais é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma, dentre elas, seja preponderante, e julgue a outra” - o autor assume uma série de “máscaras diferentes”, originando uma literatura popular (ou carnavalesca), em oposição à literatura clássica ou dogmática. Mas a teoria de Bakhtin, aplicada a textos não partiu do enunciado, como Ducrot o faz, mas da enunciação que, por sua vez, remete às relações sociais, como vimos na seção 2.3. Além disso, Bakhtin não se preocupou com o descentramento do sujeito nos moldes de Ducrot. A dialogia explicitada por Bakhtin é estruturante do sujeito, de suas consciências simultâneas. O sujeito de Bakhtin não tem relação com o sujeito individual e a linguagem está determinada por processos sociais e históricos. “A própria palavra é sempre um ato de duas faces determinadas tanto por quem a fala como por quem a recebe” para Bakhtin. E é nessa concepção de linguagem e de “alteridade” concebida não como multiplicidade, mas como “unidade de interações de consciências múltiplas”, para explicar o descentramento do sujeito, que o conceito de polifonia, em Bakhtin, se desenvolve. Em Bakhtin, passado e possibilidades de futuro se fundem no presente da enunciação, instaurando efeitos de sentido. A subjetividade, em Bakhtin, existe imbricada no eu social, de acordo com os fundamentos do materialismo histórico. Então, segundo o posicionamento marxista de Bakhtin, são as tendências sociais que configuram a hegemonia de certas práticas de linguagem num determinado momento histórico. Eis porque é preciso esclarecer, desde já, que tomamos a crítica feita por Ducrot a Bakhtin, nesse caso, como superficial.

O que se pode perceber também, é que Ducrot (1987:161) pretende criticar Bakhtin por sua teoria ter sido aplicada somente a “seqüências de enunciados”, como se não tivesse percebido a polifonia do enunciado. Na verdade, parece que Ducrot, ao fazer a leitura dos pressupostos teóricos de Bakhtin, deles não se apropriou em toda sua profundidade, ou

ver...”, essa retomada é excluída do campo do discurso indireto livre pela autora e ela a considera como um dos modos do discurso relatado, para que seja mantida a unicidade do sujeito falante.

tentou redefinir o conceito de polifonia do filósofo russo, da melhor forma que se adaptasse aos seus próprios objetivos teóricos, ou quem sabe ainda, ambas as hipóteses.

Assim, contrariando posicionamentos fundamentais de Bakhtin, Ducrot dedicou-se ao estudo da questão do descentramento do sujeito desvinculada de práticas sócio-históricas. O semanticista francês situa sua pesquisa dentro do que denomina “Pragmática semântica”, considerando a pragmática da linguagem como as investigações que dizem respeito à ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance. Foi a partir de perguntas como: Por que certas palavras em certas circunstâncias são dotadas de eficácia? O que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz?- formuladas em estágios anteriores de sua Teoria polifônica, que ficou evidente a necessidade das análises dos efeitos da enunciação. Desse modo, ao tratar de questões de polifonia, Ducrot desenvolve suas hipóteses com base em uma proposta de formalização sobre como o enunciado abriga, ao mesmo tempo, um conjunto de vozes, de modo simultâneo. Eis o seu mérito. Mas abstrai de seus estudos questões concernentes às condições históricas que explicam as razões que determinam que certos conjuntos de vozes sejam assimiladas em detrimento de outras.

Para Ducrot (1987:164), “todo enunciado traz consigo uma qualificação da enunciação”, qualificação essa que constitui o sentido do enunciado. É preciso descrever as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado para que se possa dar conta do que, segundo esse enunciado, é feito pela fala. É preciso, no entanto, que se distinga, primeiramente, enunciado de frase e de enunciação, conceitos esses já definidos por ele, anteriormente, ainda na TAL, mas agora retomados.

A frase é considerada um objeto teórico da gramática. É uma unidade abstrata cuja significação está sempre presa ao que é “próprio” da língua.

A ocorrência de uma frase, considerada como uma manifestação particular e observável, constitui o enunciado. Portanto, a estrutura lexical e sintática de uma mesma frase dita em dois momentos diferentes constituirá dois enunciados diferentes. Logo, ao dizer que um discurso (fenômeno observável) é constituído por uma seqüência linear de enunciados,

levanta-se a hipótese de que o sujeito falante o apresentou como uma sucessão de segmentos em que cada um corresponde a uma escolha “relativamente autônoma” em relação à escolha dos outros. Ducrot (1987:164) fala em “autonomia relativa”, pois considera as condições de coesão e de independência dos segmentos como relativizadas por condições de uso. Isso significa que a independência é somente relativa: cria-se a ilusão de que há autonomia em cada enunciado, mas o que esta categoria faz é isolar proposições. Se os segmentos não têm independência, mas, ao contrário, participam da constituição de sentido de uma seqüência, farão parte de um único enunciado. Vê-se, portanto, que o enunciado é um fragmento de discurso e deve ser distinguido de frase, que é uma construção abstrata, criada para tratar também de questões não relacionadas como uso real da língua.

Então, para caracterizar semanticamente uma frase, usa a expressão “significação” e reserva a expressão - “sentido” - para caracterizar, semanticamente, o enunciado. Assim, o semanticista estudará o sentido, explicando que o fato semântico observado (enunciado) é suscetível de tais interpretações, construídas através de hipóteses. As hipóteses constitutivas do enunciado distinguem-se das que descrevem as frases para dar conta de fatos semânticos implicados na materialidade da língua, o que resulta na significação da frase.

A significação das frases encontra-se na estrutura léxico-gramatical e, a partir dessa significação, é possível explorar algumas instruções que auxiliem a encontrar pistas nos enunciados, mas que não se constituem suficientes, por outro lado, para dar conta dos sentidos. A diferença entre sentido e significação é apontada como de natureza, portanto. A significação é um conjunto de instruções dadas para descrever os enunciados a partir da base lingüística, como pistas. A natureza instrucional da significação aparece nitidamente quando Ducrot e Anscombe realizam estudos sobre variáveis argumentativas, já apresentados anteriormente na TAL, mas que não sustentam o sentido.

A fim de delimitar a concepção de enunciação da qual pretende servir-se, Ducrot (1987:168) apresenta três conceitos:

- a- O primeiro define a enunciação como atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado, acrescentando-lhe, eventualmente o jogo de influências sociais que a condiciona. Como Ducrot não trabalha com teorias fonéticas, psicolinguísticas e neurolinguísticas, ou, ainda, puramente estruturais, esse tipo de conceito não responderia às questões a que ele se propõe. Portanto, não será esse conceito que ele irá eleger.
- b- O segundo conceito vê a enunciação como produto da atividade do sujeito falante, um segmento do discurso - o que o autor chama, realmente, de enunciado; mas, no nível da formalização semântica. Como Ducrot trabalha a não unicidade do sujeito, a polifonia, também tal acepção não lhe interessa, pois enunciado e enunciação não são produto da ação de um sujeito falante. Essa seria uma visão mecanicista de enunciação.
- c- O último conceito entende a enunciação como “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”.Essa terceira opção é a escolhida pelo semanticista porque ele terá, dessa forma, a composição de um conceito de enunciação não remetido ao sujeito, o que lhe possibilita, como observa Guimarães (2002:60), “colocar-se na posição de construir toda uma teoria do sujeito da enunciação como representação daquilo que os enunciados fazem de sua enunciação”. É, pois, essa hipótese que libera a enunciação de seu caráter de transparência e a destitui de seu aspecto mostrativo.

Assim, segundo Ducrot (1987:168), a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico, mas no sentido de que “é dada existência a algo que não existia antes de se falar e não existirá mais depois”. Ducrot chama de “enunciação” a essa emergência momentânea de um enunciado que parece originar-se em um locutor e que comporta várias vozes. O sentido é uma qualificação da enunciação. E nesta

qualificação/representação da enunciação está em jogo um conjunto de vozes que se imbricam. Começam a definir-se os primeiros conceitos da Teoria polifônica de Ducrot.

Pode-se afirmar que Ducrot constrói uma teoria da enunciação como uma representação do que os enunciados fazem de sua enunciação e elabora uma metáfora, através da qual ele distingue, basicamente, dois tipos de personagens: o locutor- uma categoria empírica, mas que não se confunde com o falante empírico dos estudos pragmáticos; e o enunciador- uma categoria abstrata, não transparente. Na verdade, a palavra “enunciador” parece mal escolhida, pois dá a idéia do fabricante do enunciado, enquanto que enunciador é destinado por Ducrot a designar, no enunciado, uma forma de subjetividade: um ponto de vista. Os enunciadores (En) como seres discursivos, existem somente a partir do entendimento de que todo enunciado se produz conjugando um conjunto de vozes e determinados pontos de vista. Por outro lado, o locutor é a figura que a enunciação constrói como responsável pelo dito.

Além disso, Ducrot subdivide a figura do locutor em: (L) – “*locutor enquanto responsável pela enunciação*”, isto é, aquele que representa determinadas perspectivas em detrimento de outras, e (λ) ou (l) – “*locutor enquanto ser no mundo*”. Ou seja, (L) é representado pela enunciação, enquanto (λ) ou (l) é uma pessoa completa, que possui entre outras propriedades a de ser a origem, o signatário do enunciado, um ser empírico.

Portanto, o locutor (L) de Ducrot é uma categoria que se representa pelo dito, mas não se confunde com o falante empírico, porque o locutor (L) é um ser do discurso, representa o lugar da enunciação. Por outro lado, o locutor como pessoa do mundo (l), embora seja considerado a origem do enunciado, ainda é um ser do discurso, pois é o lugar do responsável pelo dito. Já o falante empírico é, para Ducrot, o autor, o produtor efetivo, exterior ao sentido do enunciado - com existência empírica, mas sobre qual não está interessado em tratar.

Por outro lado, o locutor tanto pode ser uma voz assimilável à perspectiva da enunciação, como uma voz não-assimilável a esta. Com relação à assimilação de “vozes consensuais”, Ducrot traz, como exemplo, os ditados populares, a fim de mostrar que o “senso comum”

não se organiza em torno de uma instituição definida, tal como a escola, a área jurídica etc., mas sim, em torno de uma ideologia representada por feixes de topoi, vigentes em determinado tempo e lugar, que fazem surgirem perspectivas enunciativas assimiladas pela maioria, o que apaga a referência a uma fonte, a um enunciador determinado.

Assim, assume, indiretamente, que o reconhecimento da fonte de sentido não é fundamental, embora seja ele, o enunciador, a figura que estabelece a perspectiva da enunciação. Agora, o que passa a comandar a teoria de Ducrot não são mais as idéias de escalas e movimentos argumentativos, mas as de perspectivas enunciativas (o que, no entanto, não deixa de ter imbricado o movimento da argumentação e os subentendidos).

Retomando o já explicitado, além dos locutores, o principal da polifonia, para Ducrot é a representação da enunciação pelo enunciado. O enunciador é a própria metáfora do estabelecimento da perspectiva da enunciação, é ele que representa o ponto de vista segundo o qual os acontecimentos são apresentados. Ao enunciador é atribuída a responsabilidade das condições de produção do enunciado. A noção de enunciador remete à condição estruturante dos sentidos, das perspectivas que são colocadas em jogo, através dos enunciados. A interpretação de um enunciado exige a percepção dos pontos de vista da enunciação e das possibilidades que temos de observar a posição dos locutores em relação à enunciação, seu funcionamento.

Por outro lado, Ducrot (1987:194) aproxima-se da teoria narrativa de Genette⁹⁰ (1972), em que aparecem dois tipos de instâncias narrativas, para explicar novamente a distinção entre locutor e enunciador. O correspondente do locutor é o narrador, que Genette opõe ao autor da mesma maneira que Ducrot opõe o locutor ao sujeito falante empírico, isto é, ao produtor efetivo do enunciado.

Como para Genette o narrador é um ser fictício, interior à obra, Ducrot assemelha o narrador ao locutor – um ser do discurso, pertencente ao sentido do enunciado e resultante dessa descrição que o enunciado dá de sua enunciação.

⁹⁰ GENETTE, G. **Figures III**, Seuil, Paris, 1972.

Quanto ao enunciador, igualmente o compara ao que Genette chama de “centro de perspectiva” (o sujeito de consciência dos autores americanos), ou seja, o ponto de vista a partir do qual são apresentados os acontecimentos. Diz Genette: - o narrador fala; o “centro de perspectiva” vê. Com essas comparações relativas à teoria de Genette, Ducrot mostra a existência e diferenças de um sujeito falante (romancista/autor); de um enunciador (perspectiva, ponto de vista); e de um locutor (narrador/personagem).

Disso tudo, fica claro que a percepção da apresentação dos pontos de vista da enunciação é o primeiro elemento para a apreensão do sentido de um enunciado. Mas há um segundo elemento: a indicação da atitude do locutor em relação à perspectiva da enunciação. Ducrot (1988) distingue pelo menos três atitudes⁹¹: ou o locutor se identifica com a perspectiva da enunciação, ou lhe dá sua aprovação, ou se opõe a ela. Como se percebe, na identificação das atitudes das vozes do enunciado, identifica-se, também, o movimento argumentativo dessas vozes.

Para exemplificar a primeira atitude - de identificação do locutor com a perspectiva da enunciação (enunciador) – podemos supor uma situação em que X, ao rever sua amiga Y- após um longo período de dieta de Y, que emagrecera o suficiente para enquadrar-se no padrão de beleza sugerido pela academia freqüentada por ambas-, exclama: (48) Como você está linda! O objetivo dessa exclamação é elogiar Y, uma vez que seu aspecto se enquadra no valorizado pela perspectiva de X, que representa o culto da corpolatria. O locutor se identifica com a perspectiva da enunciação cujo ponto de vista é o de que “Ser esbelto é essencial à beleza”.

$$L=En \quad \left\{ \begin{array}{l} En^1 - \text{Ser esbelto é essencial à beleza.} \\ L^1 - \text{Como você está linda} \end{array} \right.$$

⁹¹ Elaboramos a formalização abaixo com o objetivo de representar o locutor (L) em relação ao enunciador(EN) e o alocutário (Al):

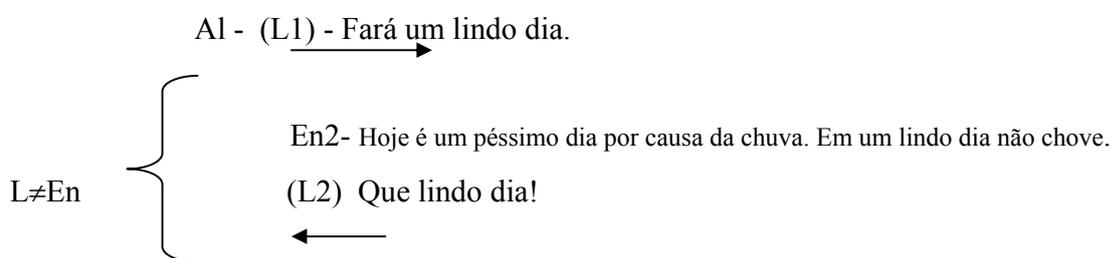
L=En –locutor se identifica com a perspectiva da enunciação;

L/En –locutor dá aprovação à perspectiva da enunciação;

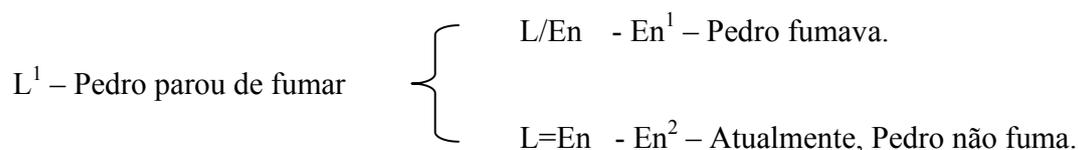
L≠En – locutor se opõe à perspectiva da enunciação;

Al - alocutário

Por outro lado, para Ducrot (1987:198), falar de modo irônico caracteriza uma situação em que o locutor se opõe à perspectiva da enunciação, recusando seu ponto de vista. É o que se verifica em um enunciado irônico, como (49) “Que dia lindo!”- dito pelo locutor – ao considerar a perspectiva do meteorologista (A1) que fizera uma previsão de bom tempo, e ao mesmo tempo em que se refere a um dia em que o céu está escuro e chove muito. Há nesse enunciado um ponto de vista absurdo, segundo o qual o dia está lindo. O locutor não se identifica com esse ponto de vista; ao contrário, opõe-se a ele, mas não o retifica (ironia do real). Na verdade, o locutor finge uma assimilação de sua perspectiva à outra já delineada - como a do alocutário (A1) do exemplo (49):



Outra atitude do locutor é a de concordância a uma das perspectiva da enunciação (assimilação de ponto de vista), ainda que seu enunciado não tenha por objetivo admitir o outro ponto de vista dessa enunciação. É o que se pode encontra na pressuposição. Pensemos numa situação em que Pedro está sendo acusado pelo sogro, de mau exemplo para os filhos e, além disso, de descuidado com a própria saúde por ter o hábito de fumar constantemente. Em sua defesa, a esposa de Pedro afirma: (50) “Pedro parou de fumar”. Tem-se no enunciado o *pressuposto* de que *Pedro fumava anteriormente* e um *posto* de que *atualmente Pedro não fuma*. Pela teoria da polifonia há aí duas perspectivas enunciativas, uma de que *Pedro fumava antes* e a outra de que *atualmente ele não fuma*. Portanto a esposa de Pedro admite a perspectiva crítica sobre o hábito do marido com relação ao passado, mas contrapõe-se a ela no presente. O locutor concorda com a primeira perspectiva (Pedro fumava antes), mas se identifica realmente com a segunda (Pedro atualmente não fuma).



Essas atitudes do locutor, postas em cena pela enunciação indicam as posições que convivem no interior do enunciado que, portanto, não tem sentido argumentativo “próprio”. Por isso, são importantes a representação e formalização, a fim de demonstrar mais concretamente, como esses pontos de vista diferentes convivem em um mesmo enunciado. A compreensão da relação entre o que é dito e a perspectiva da enunciação vai definir o sentido argumentativo do enunciado. Portanto, a constatação de que todo enunciado é polifônico obriga à análise do movimento argumentativo de locutores e enunciadores, da orientação de seus argumentos, da própria situação de enunciação.

Mas a compreensão desse fenômeno lingüístico-discursivo exige bastante atenção porque, conforme Zandwais (2002:59), *“a condição de consistência entre argumento e conclusão, básica para o funcionamento da argumentatividade, fica tensionada entre o que a estrutura lingüística pode suportar e o que autorizam os pontos de vista, a partir dos quais se enuncia”*. Ainda reportando-nos a Zandwais (ibid:59), constatamos que a autora evidencia *“a necessidade de investigar por que um conglomerado de vozes ressonantes/discordantes se articula no enunciado e, a partir de perspectivas, se instauram como dominantes, esvaziando como consequência a legitimidade de outras”*, para configurar o modo como os sentidos se movimentam na linguagem.

E é a noção de topoi, com base na exterioridade, que permite os movimentos de passagem dos argumentos às conclusões, assim como também responde - e essa seria a contribuição da polifonia para teoria dos topoi - pela multiplicidade desses movimentos, pois todo topoi passa a ser dialético. Diz Zandwais (2002:55-6):

Ao definir a realização do enunciado como um acontecimento cuja qualificação somente pode ser entendida a partir das condições em que a enunciação se produz, Ducrot (1987) passa a contar com uma nova possibilidade: a de que o enunciado somente adquire um estatuto semântico porque remete para um lugar de enunciação e para uma perspectiva que representa esse lugar. E, ao assumir, sobretudo, o postulado de que um enunciado se constitui como uma superposição de vozes que se imbricam em seu interior, paga o ônus de ter de assumir também que o sentido de um enunciado se produz como um efeito das relações que entram em jogo nessa composição de vozes que o constituem [...]. o enunciado fala, mas através de várias vozes dispersas e de perspectivas que podem ou não se conjugar, de tal sorte que as propriedades jurídicas, causais, argumentativas dessa fala não se definem

senão em relação ao modo como se produzem os enunciados; isto é, em *relação ao amálgama de vozes e de posições de que são ‘povoados’*. (Zandwais,2002:55-6).

Assim, o topos, ao ser considerado heterogêneo, pode abrigar diferentes perspectivas no interior dos enunciados. É essa visão enriquecida de topos que vai permitir explicar o funcionamento discursivo das operações argumentativas. É preciso explicitar que essa redefinição de topos vai contribuir para as análises dos textos do corpus de nossa pesquisa, uma vez que buscamos a contextualização das condições sob as quais foram produzidos, tendo em vista que é preciso relacionar a noção de topos a uma perspectiva também histórica para explicá-lo, pois ninguém assume um lugar de enunciação por “capricho” ou escolha “casual”.

Já, conforme Guimarães (2002:60) ao analisar a polifonia do enunciado a partir de Ducrot (1984), a relação entre locutores pode ser explicada da forma como segue, considerando o enunciado (51) “Você me trará o livro amanhã”?

o locutor-L é o que se apresenta como fonte da pergunta, é o responsável pela pergunta, enquanto que o locutor-l é a pessoa a que o ‘me’ se refere e que, como pessoa do mundo, receberá o livro ou não. É interessante ver como o você do enunciado, sob a aparência da unidade do interlocutor, representa duas figuras distintas, que chamaremos alocutório AL e alocutório-al. O primeiro é a figura para a qual a ação de perguntar é endereçada, enquanto que o segundo é a pessoa no mundo, na interlocução, e que poderá trazer ou não o livro. Esta distinção entre locutor-L e locutor-l (e seus correlatos) constitui um primeiro nível de polifonia. Ou seja, a enunciação de um enunciado representa papéis diferentes de sujeito, representação que é constitutiva de seu sentido. A enunciação de um enunciado não tem uma única figura de sujeito (Guimarães, 2002:60).

Por outro lado, para explicar a perspectiva enunciativa de Ducrot, Guimarães, traz o caso da negação (52) “*Sem dúvida, não teremos mais inflação no Brasil*”. Tal enunciado, segundo Guimarães (2002,60-1) explica,

...traz na sua significação duas perspectivas opostas, uma que afirma e outra que nega a possibilidade da inflação, sendo que a que nega, no caso, corresponde à posição de locutor, que se apresenta como o responsável pela negação. A perspectiva enunciativa, o enunciador, é uma figura de sujeito que não se dá como quem fala, mas simplesmente como um lugar do qual se fala, se enuncia. Esta é a questão mais importante para a polifonia, segundo Ducrot.(...) A perspectiva enunciativa é que convoca um topos, e de tal modo que uma mesma forma pode convocar topoi diferentes, segundo as perspectivas constituídas na enunciação de um enunciado.(Guimarães, 2002:61)

Guimarães (2002:61) então, tece críticas, ao lembrar que, para Ducrot, a enunciação do enunciado esgota a representação de seu sentido, por considerar também a enunciação como acontecimento no qual não são levadas em conta as determinações históricas. Isso significa que, em Ducrot, para Guimarães, a caracterização da enunciação diz respeito apenas à temporalidade – “a cada momento tem-se outro acontecimento”. Então Guimarães critica o corte ducrotiniano que exclui a historicidade da enunciação.

Como se observa, ao longo do estudo exposto, exemplos, contextualização e formalização desses exemplos têm sido uma busca contínua em nosso trabalho, tendo em vista que, justamente esses itens, que solidificam a compreensão da teoria são, por vezes, encontrados, ao nosso ver, de maneira pouco clara ou/e muito sucinta, ou, ainda, descontextualizada, isso se considerarmos a complexidade e possibilidades do imbricamento de vozes na constituição do sentido na enunciação. Por outro lado, mostramos, também, críticas e contrapontos à Teoria da Enunciação de Ducrot.

2.4.4 Concluindo o Capítulo

Todo enunciado constrói uma situação...carrega uma imagem do meio em que se produz, diz algo da ideologia em que se situa. (Ducrot, 1988:96)

Ao longo de nosso capítulo sobre a trajetória teórica de Ducrot, focalizamos fases encadeadas em que o semanticista buscava justificar a argumentação e a construção do sentido do enunciado. Na sua primeira fase, como vimos na Teoria da Argumentação na Língua (TAL), ele toma como ponto de partida do componente lingüístico, o enunciado, mas reconhece também a existência de encadeamentos argumentativos que precisam ser logicamente justificados, porque são “contrários ao espírito da língua”. Ducrot, desde o início, busca diferenciar enunciado/frase; sentido/significação. E no conceito de efeito de sentido reconhece que se impõe a enunciação. Mas isso o encaminha, nessa fase, para um reestudo dos implícitos e subentendidos, que no seu entender, inicialmente poderiam

funcionar como um segundo código superposto à língua descrita nas gramáticas e nos dicionários.

Crítico dos princípios do distribucionalismo, com relação à manutenção do sentido em paráfrases de “apagamento” e “transformação”, por exemplo, ele mostra a diferença de sentido, comparando pares de expressões como *–pouco* e *um pouco* –que permitem chegar a conclusões diferentes. Além disso, a mesma expressão, dependendo do lugar “moral” subentendido em que se instale o juízo de valor, também permite conclusões diversas. A esse lugar, denominou *topos* que, por sua vez, pressupõe *duas formas tópicas recíprocas e graduais*.

Nesta fase dos *topoi* na língua, Ducrot afirma que é possível determinar valores argumentativos diferentes para os enunciados, graças a operadores lingüísticos por ele estudados, tal como se viu na seção 2.4.2.1. Na verdade, após a descrição desses valores que os operadores argumentativos podem assumir, Ducrot não mais se satisfaz com a explicação das relações escalares que já propusera. Para Ducrot, então, o *topos* deixa de ser escalar e passa a ter características de heterogeneidade. A enunciação e a polifonia começam a tomar seu lugar no efeito de sentido do enunciado, embora Ducrot não explique isso claramente, ainda.

Já na seção 2.4.3.1, apresentamos uma fase intermediária, entre a TAL e a Teoria Polifônica da Enunciação, propriamente dita. Nessa progressão teórica, Ducrot, além dos princípios polifônicos, também se respalda nos pressupostos dos Atos de Fala de Austin, ao afirmar, por exemplo, que “todo enunciado comporta um comentário sobre a enunciação”. Assume aqui a questão de que o próprio sentido é um efeito de algo que é externo à língua, mas que, paradoxalmente, constitui a força jurídica da linguagem.

Além dessa fase, Ducrot identifica as vozes no enunciado e suas perspectivas, criando as figuras do discurso: locutor e enunciator, respectivamente. Ou seja, a perspectiva da enunciação como um lugar de determinação dos pontos de vista que dominam o texto. Também, para comprovar a perspectiva polifônica analisa atos de fala e focaliza, por

exemplo, a ironia, a negação polêmica cujos exemplos explicamos, formalmente desdobrados nas figuras de seus locutores e perspectivas, além de marcarmos o movimento argumentativo realizado, numa tentativa de rerepresentação mais concreta dos movimentos dos sentidos no funcionamento da argumentação.

Finalmente, em sua Teoria Polifônica da Enunciação, constrói dispositivos para análise, como comentamos na seção 2.4.3.2, de forma bem diferente da visão de Bakhtin, embora o cite como inspirador. Institui um sujeito cindido, descentrado, mas desvinculado das práticas sócio-históricas. Essa divisão do sujeito se manifesta por meio de um locutor polifônico, interpelado por “feixes de topoi”, ou seja, princípios que regulam sua argumentação. Então, agora, é inevitável que Ducrot mencione a ideologia na constituição do sentido e da argumentação. Mas cabe salientar que sua relação com os domínios da ideologia não abre uma perspectiva para a inscrição da ordem histórica na linguagem e essa parece a lacuna mais marcante de sua releitura acerca de topoi. Portanto, embora reconheça a importância da ideologia, ao apagar a inscrição da ordem histórica na linguagem, afasta-se de Bakhtin.

Trouxemos em nosso estudo, também a crítica de Guimarães (2002:60) que, ao sintetizar a Teoria Polifônica de Ducrot, explica as figuras de enunciação para além do locutor (L) – fonte do dito e do locutor (l) – pessoa do mundo, acrescentando o desdobramento interlocutor (alocutário). Denomina de alocutário AL – a figura para qual a ação do dito é endereçada (no exemplo corresponde a um “você” a quem a pergunta é endereçada); e de alocutário –al, a pessoa no mundo, interlocução. Considera esse um primeiro nível de polifonia, pois não se pode constituir locutor sem interlocutor/alocutário. Na verdade, Guimarães (2002:61) critica o sujeito de Ducrot, por considerá-lo “figura do acontecimento, figura de um presente que constitui o sentido”. Sendo assim, devido à exclusão da historicidade da enunciação, a polifonia deixa de ser uma questão de sujeito e sentido e passa a ser do enunciado no acontecimento, tomado em sua temporalidade.

Vamos, então, a seguir, no capítulo III, tentar pôr toda essa teoria e crítica em ação, para que nos orientem em nossas análises.

3 ANALISANDO O FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO E POLIFÔNICO DE MONOGRAFIAS DO CURSO DE DIREITO DA UCPel

3.1 Metodologia do Trabalho

Antes de retomar o percurso teórico, ainda que de forma breve, a fim de justificar o tipo de investigação que nos propomos a fazer nos textos desse corpus, é importante relembrar, mais uma vez, o problema inicial que inspirou essa trajetória. Por que há tantas dificuldades por parte dos alunos, na construção do texto da monografia apresentada no final do Curso? Foi esta a pergunta genérica que, de início, norteou essa pesquisa, tendo em vista a constatação disso, por parte dos professores orientadores dos alunos do curso de Direito da UCPel, durante a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso. E eu mesma, como professora de Letras, atuando também no Curso de Direito da UCPel, me perguntava o que deve um professor de português, no curso de Direito (tendo em vista que o problema com as monografias foi detectado ali, em primeiro lugar) ensinar, para que ele, o acadêmico desenvolva uma boa escrita argumentativa, básica para a elaboração desse gênero? Qual a complexidade para a escrita desse gênero discursivo?

Tal questionamento nos orientou, primeiramente, já no início desta Tese, para a leitura e análise do que dizem manuais que pretendem orientar a escrita do gênero monográfico. A escolha desses manuais foi feita com base na bibliografia dada aos alunos, para orientação, pelos professores, em geral, do curso de Direito, exceto o Manual analisado na seção 1.3 que foi inserido no trabalho para que se pudesse cotejar uma proposta diferente das demais, avaliando os pontos principais de sua abordagem teórica (na primeira parte, com base na semiótica). Mas precisávamos saber se os alunos realmente consultam tais manuais. Os

orientadores afirmaram que sim, embora a maioria se oriente também por alguma monografia já apresentada, como modelo de “como fazer”, o que, na prática, significa para o aluno, em geral, saber a seqüência das partes – o que deve constar em cada uma delas e qual sua metodologia para apresentação. E, como consta no capítulo 1, verificamos que a maior ênfase da teoria exposta nos manuais estava na observação da estrutura do texto, havendo pouca ou nenhuma fundamentação teórica sobre o funcionamento do discurso argumentativo.

O problema, então, era como explicar esse funcionamento argumentativo. Com base, notadamente na investigação do percurso teórico⁹² de Ducrot, bem como nos estudos de Bakhtin e Perelman, buscamos sedimentar nossa visão, mediante comparações, complementações, exemplificações e críticas, para que pudéssemos analisar o discurso acadêmico monográfico e seu movimento argumentativo e discursivo. E nossas questões continuavam: - Qual o grau de dialogismo apresentado no texto escrito pelos estudantes universitários em suas monografias? Supondo, inicialmente, que o conjunto de vozes que os acadêmicos de Direito mobilizam pode ser configurado como a presença de um dialogismo “intuitivo” – já que os alunos não recebem uma formação nessa área -, é que buscamos investigar de que modo diferentes vozes se imbricam em seus discursos, a fim de caracterizar as posições que se confrontam nas monografias. Afinal, qual o papel da polifonia na construção de sentidos no gênero monografia acadêmica?

Então, pensamos em analisar recortes de textos monográficos com base no princípio polifônico da linguagem (Bakhtin), o que pressupõe a alteridade como definidora do ser humano e suas relações com o outro, e os discursos caracterizados pelas diversidades de vozes que se reiteram, se contraditam, se afrontam. São considerados “recortes” os espaços de sentido que extrapolam as seqüências sintáticas ou a estrutura meramente interna do texto conforme ensina Orlandi⁹³ (1984:14). O recorte é a unidade discursiva por meio da

⁹² Serviram, em especial, como base para nossos estudos, as obras: Provar e dizer (1981), O dizer e o dito (1987), Polifonia y argumentación (1988) de Ducrot; Marxismo e Filosofia da Linguagem (1995), Estética da criação verbal (1997) de Bakhtin e o Tratado da argumentação: a nova retórica (1996) de Perelman e Olbrecht-Tyteca.

⁹³ ORLANDI, Eni. *Segmentar ou recortar?* In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Fiube, 1984. (9-26)

qual se busca determinar como são representadas as relações, textuais levando em consideração as condições em que os textos são produzidos. Portanto o recorte é um fragmento da situação discursiva. É por meio da análise desses “recortes” que poderemos chegar à significação como multiplicidade (efeitos de sentido) e não apenas como informação derivada do caráter linear atribuído à linguagem.

Assim, as monografias que por toda sua orientação nos manuais tradicionais, apesar das citações previstas, parecem ser textos monofônicos, no sentido de que há somente a voz do autor como preponderante, serão vistas (com base no conceito de polifonia desenvolvido por Ducrot, 1987) como “feixes de outras vozes” cujos pontos de vista orientam o movimento argumentativo, ao concordar e discordar, graças às estratégias enunciativas, para representar a voz do outro. Nossa análise focalizará os movimentos argumentativos de produção de sentido, os operadores argumentativos e a polifonia inscrita nesses movimentos. Por outro lado, tentaremos inserir nesse trabalho de análise, o caráter histórico-social, embaixador da visão da linguagem em Bakhtin, além de buscarmos sedimentação na Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot.

Efetivamente, como se constituiu o corpus dessa pesquisa? Primeiramente entramos em contato com a professora Coordenadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Direito da UCPel e expusemos nosso projeto, que foi muito bem acolhido. Perguntamos se havia temáticas recorrentes nestes trabalhos porque isso nos possibilitaria a comparação do percurso do conhecimento histórico dos alunos-escritores e suas possibilidades de formação de perspectivas diferenciadas. Assim com o auxílio da Coordenação e com a finalidade de realizar nosso estudo, selecionamos e lemos várias monografias que versavam sobre o mesmo tema: o regime constitucional da propriedade (em especial a rural) e sua função social. Interessava descobrir que vozes se sobressaem ou são abafadas nesses discursos nas monografias, ainda que com temática semelhante e como isso acontece. Tais monografias foram escritas por acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas-RS e apresentadas como trabalho de conclusão de curso, no término de 2003. Devido à extensão deste trabalho, selecionamos para apresentação, a análise qualitativa de recortes de duas delas, nos quais examinamos o papel da polifonia na construção de sentido dos

enunciados, à luz das teorias expostas, tentando revisar a visão da Teoria de Ducrot, ao buscarmos situar seus enunciadores e locutores, no tempo e no espaço sócio-histórico, próprios da visão bakhtiniana.

Isso porque, para Ducrot, o sentido é determinado pela instância do aparecimento do enunciado, tomado apenas em sua temporalidade, que não se equipara a uma concepção sócio-histórica. Tal escolha se deve a uma visão crítica sobre os limites da teoria de Ducrot. Para Ducrot, no momento dialógico entre enunciação e produção, os sentidos são construídos, respaldados por conjuntos de princípios, de convenções sociais próprias da comunidade em que o discurso foi produzido, princípios e convenções esses que remetem a um conjunto de topoi, ou seja, princípios de avaliação. Segundo Ducrot (1988:164) “a enumeração desses topoi, em uma época determinada de uma sociedade, seria a única descrição possível do que a palavra significa nessa sociedade, nessa época”. Já para Bakhtin, como vimos, os signos são ideológicos e estão em constante mutação, graças aos intermináveis embates sociais que se instauram através dos tempos, em todas as relações humanas. O sujeito de Bakhtin é social e histórico. Está afetado pelas lutas de classe, pelas divisões sociais. E por isso é dividido e, quanto mais consciente desses embates sociais, mais dividido. Já o sujeito para Ducrot é “descentrado”, mas ele não remete esse processo de descentramento às divisões sociais, às relações estratificatórias entre as classes e suas implicações nas tomadas de posição pelo sujeito.

Para a realização desse estudo, selecionamos duas monografias, relacionadas abaixo por seus títulos (sendo omitidos os nomes dos autores) e que passarão a ser indicadas, respectivamente, por M1, M2, como segue:

M1-“Função social da propriedade rural frente à reforma agrária”;

M2-“Regime constitucional da propriedade: função social, um princípio limitador?”;

Relataremos, em primeiro lugar, o percurso histórico que constitui o conhecimento do aluno-escritor acerca do tema, ou seja - o regime constitucional da propriedade (em especial a rural) e sua função social - e que se revela em cada uma das monografias. A seguir, será feita a seleção de recortes (três de cada monografia).

Na identificação dos recortes que serão analisados aparecerá, em primeiro lugar, o código da monografia à qual pertence o recorte, conforme a convenção acima. A seguir, virá a numeração do recorte que, por sua vez, será representado por R1, R2 ou R3. Finalmente, aparecerá a abreviatura de página (p) seguida do número correspondente em que está inserido o recorte da monografia - p1, p2...

Além dessa identificação dos recortes, ao longo de nosso trabalho, para descrever os elementos da análise, conforme a teoria, usaremos, basicamente, a seguinte codificação:

L- locutor - voz representativa de um lugar social e enunciativo, ou seja, o locutor não é uma pessoa, mas um sujeito que se configura no agenciamento político da enunciação e assume a responsabilidade pelo dito.

EN- perspectiva da enunciação – refere-se à predominância da orientação argumentativa de um lugar social, que pode ser assumida por vários Locutores, na enunciação.

Usaremos, então, um procedimento de formalização tomado de Ducrot, mas que não pode ser retratado como uma “réplica” da prática analítica desse lingüista, uma vez que as perspectivas da enunciação que estarão em jogo, através das vozes que se desdobram no discurso, não representam simplesmente perspectivas de indivíduos, mas perspectivas que emanam de lugares sociais e enunciativos⁹⁴ assumidos pelos acadêmicos da área de Direito. Assim, por exemplo, o Locutor aluno-escritor, que ocupa um determinado lugar social – o de acadêmico da área de Direito -, pode assumir em seu discurso uma perspectiva diferente daquela de seu lugar social e, como enunciator, ocupar um lugar de enunciação que coincide com a posição daqueles que pertencem às classes dominadas, exploradas, etc , ao defender os expropriados e não, o regime jurídico vigente.

⁹⁴ Guimarães (2002:18-24), ao falar sobre espaços de enunciação diz que esses são “*habitados por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento*”. [...] No acontecimento o que se dá é um agenciamento político da enunciação, por acontecer segundo os espaços de enunciação. Por sua vez, os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “*aquele que fala*” e “*aquele para quem se fala*”. Portanto os **lugares enunciativos** não são pessoas, mas uma **configuração do agenciamento enunciativo**, “**são lugares constituídos pelo dizer e não pessoas donas de seu dizer**”. Em nosso trabalho, o Locutor, é considerado como responsável pelo dito e pode ocupar diferentes lugares de enunciação no mesmo discurso isso porque é constituído como um lugar social.

O primeiro procedimento para a formalização da análise de um recorte será tentar perceber a manifestação de locutores, nomeando-os, além de numerá-los, para mais fácil identificação. Por exemplo:

L2 – aluno-escritor.

Após a nomeação dos locutores e identificação com números, essa identificação (L2, por exemplo) será colocada acima do enunciado de acordo com sua referência no recorte em análise. A síntese da superposição de vozes será marcada acima do enunciado, da seguinte forma, por exemplo: (L3) ← (L1)←L2. Isso significa que o locutor L2 apropriou-se das vozes de L1 e de L3. Abaixo dessa representação da síntese da superposição de vozes, uma flecha vertical apontará para o enunciado ao qual se refere. Ao longo do desenvolvimento textual do enunciado, na linha superior, serão indicados novamente os locutores, numa tentativa de maior pontualidade. Nessa primeira etapa da análise, então, mostraremos apenas a superposição de vozes, as apropriações.

Na segunda etapa, será marcado o movimento argumentativo de oposição ou concordância desses locutores, mediante a identificação de suas perspectivas (EN). Convencionamos que o primeiro movimento argumentativo apresentado por um locutor e observado no recorte será representado com flecha para a direita, colocada acima da indicação da perspectiva. A voz que apresentar argumentação contraditória ou antagônica a essa primeira, terá seu movimento argumentativo representado com flecha direcionada para a esquerda. Dessa forma, as flechas apresentarão uma direção para a direita ou para a esquerda, conforme se movimentar a argumentação das vozes no discurso do recorte. A caracterização da perspectiva será representada por EN, como já dissemos. Além disso, a perspectiva será numerada e colocada entre parênteses, após a identificação do locutor a que se refere. Por exemplo:

→
L1(EN1).

Mas pode acontecer de um locutor ocupar diferentes lugares de enunciação no mesmo discurso. No momento em que isso ocorre, é possível que mais de uma perspectiva esteja em jogo no discurso, e somente na relação entre as vozes que se assimilam ou antagonizam

se possam considerar as perspectivas do discurso. Sendo assim, se o locutor apropriou-se do dito de outro locutor também presente no recorte e assimila inclusive, a perspectiva deste outro, a formalização será indicada da seguinte forma, por exemplo:

$$\begin{array}{c} \rightarrow \\ (L2) \leftarrow L1 (EN1). \end{array}$$

Essa formalização significará, portanto, que a perspectiva EN1 do locutor L2 foi assumida por L1, ao apropriar-se da voz de L2 que também está no recorte.

Outra variante que poderá aparecer na formalização, com relação à perspectiva (EN), ocorre quando um locutor apropria-se da voz de mais de um locutor e também assume suas perspectivas. Por exemplo: $(L1) \leftarrow (L3) \leftarrow (L4) \leftarrow L2 (EN1)$. Tal formalização significará então, que o locutor L2, apropriou-se da perspectiva EN1 dos locutores (L1), (L3) e (L4) que deve, neste caso, ser apresentada pelos três, tendo a mesma direção em seu movimento argumentativo, indicado pela flecha colocada acima da indicação da perspectiva. Exemplo:

$$\begin{array}{c} \rightarrow \\ (L1) \leftarrow (L3) \leftarrow (L4) \leftarrow L2 (EN1) \end{array}$$

Por fim, marcando as direções dos movimentos argumentativos preponderantes no recorte, aparecerão grandes flechas colocadas abaixo do enunciado e assinaladas, em negrito, com as perspectivas (EN) correspondentes que as impulsiona.

Nossa expectativa é de que essas análises nos permitam conclusões sob aspectos pedagógicos a respeito dos quais tínhamos dúvidas. Procuraremos provar que é possível e necessário rever o modo de pensar as condições de produção desse gênero de texto, implicando isso uma reformulação das orientações dos manuais, tendo por meta o enfoque do discurso argumentativo. Mas, este trabalho não tem o objetivo de constatar procedimentos pedagógicos e de apontar faltas e necessidades. Queremos interferir, assumindo uma posição pedagógica (e, inegavelmente política) que vise à mudança das condições de produção do texto acadêmico, no seu cerne, na orientação de seu funcionamento argumentativo e, conseqüentemente, na proposta de sua leitura crítica. Não nos interessa, aqui, trazer os piores textos para julgá-los ou censurá-los. Queremos, isso

sim, que esses alunos os quais, ao longo de sua escolaridade, não lograram sucesso em seu desempenho escrito, não por problemas periféricos como ortografia e concordâncias, por exemplo, mas pela concatenação argumentativa, pela articulação coesiva adequada, pela falta de habilidade em pôr em jogo perspectivas ideológicas que representam lugares sociais distintos, possam repensar o processo discursivo do texto monográfico, graças a uma orientação que redefina as condições sob as quais os textos argumentativos devem ser refletidos e produzidos.

Por fim, com vistas a estabelecer um cotejo entre o que é apresentado nas monografias produzidas pelos alunos e os procedimentos adotados pelos professores, formulamos algumas questões aos orientadores, que lhes possibilitaram, inclusive, um posicionamento crítico sobre o trabalho de Conclusão de Curso. As perguntas são as seguintes:

- a) Qual o objetivo do professor com relação ao aluno, quando solicita um trabalho monográfico?
- b) Como os alunos conseguem um corpus para pesquisa?
- c) Como acontece o processo de orientação?
- d) Com qual problema o orientador mais se preocupa e sobre qual há maior necessidade de orientação?
- e) Quando acontece a orientação? Qual o tempo de orientação em geral?
- f) O aluno tem condições de discutir as idéias pesquisadas com o orientador ao longo da elaboração do texto monográfico? Qual o resultado disso?
- g) Que critérios são considerados pelo professor, no momento da avaliação do texto monográfico do aluno?
- h) Você julga que, nas monografias de seus alunos, há mecanismos discursivos de argumentação que caracterizam o aluno-escritor como sujeito do texto monográfico?
- i) Quais os autores fundamentais nas monografias em questão?

Tais entrevistas nos auxiliaram a entender melhor como as monografias desse corpus foram produzidas, partindo do ponto de vista dos orientadores sobre sua própria orientação e o trabalho realizado pelos alunos. A partir das respostas dadas por eles, teceremos, na abertura da seção seguinte, que tratará da prática das análises, algumas reflexões com

relação a esses pontos de vista apresentados pelos professores orientadores desses trabalhos monográficos de conclusão de curso.

3.2 A Prática das Análises

3.2.1 Reflexões sobre o Ponto de Vista dos Orientadores a respeito da Produção das Monografias

Para os orientadores das monografias deste corpus, o objetivo é *“treinar e testar o aluno de Direito, no final de seu curso, para que demonstre sua capacidade de discorrer sobre um tema jurídico de forma lógica, coerente, mesmo que sua tese não apresente originalidade”*. É importante, nesse trabalho monográfico pedido aos alunos, que eles realizem sua *“argumentação por escrito em termos jurídicos”*. Isto é, os docentes querem *“levar os alunos a ter condições de apresentar uma idéia e contextualizá-la dentro do ambiente científico e, se possível, apresentar conclusões próprias”*. Essa forma lógica de discorrer por escrito sobre um tema, anexando argumentação com pontos de vista diferentes, discutindo sobre essas posições de forma a chegar a uma conclusão amplamente respaldada no desenvolvimento desses raciocínios antagônicos, parece, então, ser o grande problema detectado pelos professores na escrita da monografia, e não a questão da compreensão de questões jurídicas isoladas.

Por outro lado, segundo os professores, as monografias analisadas são resultantes de pesquisa bibliográfica, com livros restritos, principalmente à biblioteca da UCPel e ao material do próprio professor. Os alunos pesquisam também na Internet e, em alguns casos, mais raros, compram livros específicos. Nesse ponto, parece-nos que cabem algumas reflexões e questionamento. Pelas respostas dos professores, o acervo bibliográfico é julgado razoável, mas cobrirá todas as áreas de interesse dos alunos, tendo em vista que afirmam ser livre a escolha do problema? Não serão os alunos induzidos a escrever sua monografia sobre, justamente, assuntos cuja bibliografia seja de mais fácil acesso?

Ainda, segundo os orientadores entrevistados, desde o pré-projeto de pesquisa, os alunos são orientados pelos professores. Mas, apesar de chegarem com um assunto escolhido, levam dois ou três encontros para ter mais clareza de onde querem chegar com seu trabalho, pois é a partir do primeiro encontro, em geral, que o orientador fornece uma bibliografia básica, dentro da área escolhida. Por outro lado, também é fornecida uma bibliografia sobre possíveis manuais, para orientação metodológica, mas há liberdade de escolha por parte do aluno. As bibliografias das monografias escolhidas, inclusive, citam manuais, como o da ABNT, no qual se apóiam outros autores. Os professores orientadores preocupam-se mais com a bibliografia de conteúdo específico- que abordem os problemas do Direito que serão problematizados na monografia -, sem a qual, segundo eles, será impossível desenvolver o tema escolhido.

Sabe-se, ainda pelas entrevistas, que, após a leitura de diversos textos, o estudante volta para discutir pontos interessantes, direcionados para o tema escolhido. É feito o pré-projeto, dividindo o tema em capítulos que abordarão fundamentos teóricos, históricos e lógicos. O aluno, após mês e meio, no mínimo de leituras e orientações, começa a escrever os primeiros textos. Embora a tese e a hipótese já estejam definidas, ainda que a três quartos (3/4) do andamento do trabalho, pode haver mudanças na ordenação dos capítulos, ou inserção de outros, com o auxílio do professor, visando à argumentação coerente, segundo a entrevista concedida pelo orientador.

O maior problema apresentado, segundo os orientadores, é a falta de disciplina para o estudo, além da “*dificuldade crucial com a língua portuguesa, de como colocar a idéia no papel*”. Mesmo quando apresentam oralmente sua idéia, ou questão a ser desenvolvida, a maioria dos alunos demonstra dificuldade de organização e análise lógica. Houve professor que confessasse que para alguns não há solução: o orientador precisa reorganizar o pensamento do aluno, chegando, inclusive, a reescrever parte do texto para ele, pois o aluno não percebe o “defeito”.

Será que essa dificuldade não se justifica exatamente na falta de sentido que aquele texto representa para o aluno? Até que ponto ele está realmente envolvido com o que ele quer

dizer? Além disso, tendo em vista que a bibliografia básica de leitura é entregue no primeiro encontro com o orientando, no final do curso, não seria interessante o aluno, desde o início, ser orientado para um programa de leituras básicas de áreas diferenciadas do Direito, em que, inclusive, ele tivesse oportunidade de debater as idéias, reconhecer os pontos de vista diferenciados e existentes no mesmo enunciado, posicionar-se e expor a sua argumentação, primeiro, oralmente, depois, por escrito?

Mas, segundo os orientadores, certamente há alunos cuja produção é boa e são mais rápidos, percebendo imediatamente o motivo das observações levantadas. Em geral, as sessões de orientação levam uma hora e cada aluno recebe em média, dezessete orientações. Mas há casos em que uma orientação leva uma manhã inteira, também. Dizem ainda os professores que de 40% a 70% dos alunos não conseguem discutir com o orientador, as idéias pesquisadas. Mas aqueles que o fazem, sentem-se estimulados e voltam sempre com novas questões.

Quanto à avaliação do texto produzido pelo aluno, os professores dizem que observam, principalmente, se o aluno conseguiu dizer o que se propôs em seus objetivos e comprovou suas hipóteses. Observam também a relevância do tema escolhido e como o grau de aprofundamento desse tema foi realizado.

Com relação a esse aspecto da avaliação feita pelos orientadores, parece-nos que conseguir negar hipóteses que supostamente se justificavam na teoria, num projeto de pesquisa, pode ser sinal de avanço, ao longo do trabalho, sinal de outros horizontes que ampliaram nossa perspectiva e não de erro, apenas. Os objetivos também podem ser ampliados, ou reduzidos, ou modificados ao longo dos estudos. Por outro lado, reescrever o projeto, depois de a pesquisa ter sido feita e de o texto monográfico estar sendo produzido de maneira satisfatória, apenas para que haja completa coerência entre o projeto e o texto monográfico, parece um acerto muito artificial e dispensável. No entanto, esse posicionamento dos orientadores se justifica em função da exigüidade do tempo (um mês e meio) para a elaboração da monografia, o que inviabiliza, nos parece, amadurecer e criticar

o projeto de pesquisa. Apesar disso, os professores dizem pretender também avaliar o grau de aprofundamento da pesquisa.

Outra observação feita pelos orientadores sobre os critérios de avaliação refere-se à qualidade de o “*texto ser embebido na linguagem jurídica*” sem ser apenas uma compilação de autores, discorrendo o autor da monografia de forma coerente sobre o foco jurídico, numa questão bem delimitada. Por fim, os orientadores julgam que muito poucas vezes, nas monografias de seus alunos, percebem o aluno escritor como sujeito do texto monográfico. Ao ler, diz um orientador, “*o aluno passa o texto pelo seu filtro e, ao escrever, se percebe o que é dele e o que não é*”.

Como se conclui, pelas próprias respostas dos orientadores, a leitura é básica para a pesquisa que dará origem ao texto monográfico escrito. E a leitura, para a universidade, é uma conduta orientada pela disciplina. Mas parece que o jovem compromete-se mais com o cronograma de leitura previsto por seu orientador do que, necessariamente, com o sentido do texto em si. Talvez, porque essa exigência de leitura de textos científicos da área jurídica ainda não tenha sido incorporada, ao longo do curso, como uma conduta própria do modo de vida do estudante de Direito, futuro advogado. Mas é importante que os professores orientadores não esqueçam de que lemos e compreendemos norteados por várias vozes que repercutem em nossa consciência, lemos acionando “janelas do que já vimos”, ouvimos ou falamos anteriormente. Que coro repercute na mente desses alunos? Através de que janelas eles enxergam e se comunicam? Quando e como são abertas essas janelas?

Nessa busca de entendimento do sentido do outro, estrutura-se também a compreensão e a produção dos enunciados. Produzir um texto argumentativo significa revelar um jogo de vozes que se conjugam ou se opõem. Espera-se que, na análise polifônica do funcionamento argumentativo, tenhamos possibilidade de mostrar um pouco desse imbricamento de vozes que deve constituir esse discurso monográfico, embora os manuais que orientam a produção desse tipo de texto muito pouco falem disso.

Como já dissemos, reunimos para análise, monografias com temática semelhante: todas versam sobre a reforma agrária, a disputa pela posse da terra. Dessa forma acreditamos poder reconhecer com mais facilidade pontos de vista divergentes. Interessante relembrar que no Capítulo 2, já tínhamos relacionado, através do mito sobre as origens da retórica, o primeiro tratado de argumentação (escrito por Córax e Tísias) a um processo sobre a reposição da legalidade de posse de terras confiscadas a seus legítimos donos em 467 a. C, após a derrubada de tiranos que governaram a Sicília. Coincidentemente, então, essas monografias que selecionamos para este trabalho tratam do mesmo tema – a posse da terra - que, ao longo da história, tem gerado lutas, acirrados debates, e inspirado até um tratado de argumentação, argumentação essa entendida aqui como a luta com o uso das palavras na defesa de um ponto de vista.

3.2.2 Embasamento Histórico do Aluno-escritor acerca do Tema na Monografia M1

A razão de trazermos, neste capítulo final, o percurso do conhecimento histórico do aluno-escritor acerca do tema das monografias analisadas – que gira em torno do problema da propriedade de terra-, relaciona-se com a importância que as idéias bakhtinianas-embadoras, em parte, da teoria dessa tese – dão à história, para a formação de um sujeito situado. Ter acesso aos conhecimentos históricos assimilados pelo aluno escritor da monografia e a forma como são relacionadas por ele, causas e conseqüências dos fatos que envolvem o desenvolvimento de sua temática, é um aspecto fundamental para que se justifiquem as perspectivas dos locutores que encenam o enunciado dos recortes selecionados para análise.

Durante a leitura do corpus que serviu para análise desse trabalho, observamos que o aluno-escritor, invariavelmente, buscou subsídios na história para descobrir justificativas e causas dos problemas discutidos nas monografias. No caso da monografia (M1), intitulada “Função social da propriedade rural frente à reforma agrária”, o aluno-escritor traz, no

primeiro capítulo, várias perspectivas do limite de posse, ao longo de épocas diversas. Ele reconhece que estabelecer os limites da propriedade parece ser um problema constante das relações sociais ao longo da História. Todos os governos têm tentado solucionar esse problema, de formas variadas, dentro da visão de seu tempo, da sua cultura e das possibilidades de seus espaços e enquadrados em fundamentos político-econômicos que os sustentam.

O aluno-escritor faz um breve histórico sobre a propriedade, síntese essa que embasa seu conhecimento sobre o tema. Relembra ele, que o reconhecimento da propriedade individual surgiu na Antiga Grécia, quando as terras foram divididas entre familiares e, embora houvesse latifúndios, eles deveriam respeitar e cumprir suas funções públicas sob pena de expropriações. Aborda a seguir o feudalismo, em que o senhor feudal mantinha o domínio direto, cedendo suas terras para os “vassalos” em troca de serviços e favores e estas castas se perpetuavam em suas funções por gerações. Avança pela Revolução Francesa que quebrou essa interdependência e ajudou aqueles que tinham a posse direta da terra (o domínio útil), fazendo valer a utilização correta da propriedade. Cita ainda Karl Marx e Frederich Engels como críticos das legislações semelhantes ao Código Civil francês de 1804 (o código de Napoleão), por afirmarem que, na prática, a propriedade rural era perpetuada nas mãos da burguesia. Entretanto, Marx e Engels julgavam que todo meio de produção deveria ser estatal. Desloca-se, então, o aluno - escritor à história do Brasil, com relação à história da propriedade imóvel que teve início no processo de colonização, com o sistema das capitanias hereditárias cujos donatários podiam conceder as terras em regime de sesmarias (que exigia ocupação com cultivo e desbravamento da terra, além da obrigatoriedade de tributos e rendas para a Coroa portuguesa e donatários). O aluno-escritor aborda também a independência do Brasil (1822) e a extinção do regime da sesmaria, prevalecendo, então, até 1850, o Instituto da Posse - a simples ocupação da terra garantia direitos ao ocupante. Em 1850, com a Lei de terras e Migração, proibiu-se a posse, aceitando-se apenas as já existentes e fazendo com que a compra fosse o único meio de adquirir terras no Brasil. Daí para a frente, segundo o aluno escritor, muitos movimentos e reformas têm sido propostos e feitos com o objetivos de minorar a difícil situação do

homem do campo que não é proprietário das terras em que trabalha. E até hoje, os desacertos são gritantes.

Sabe-se que o discurso desse locutor, o aluno-escritor, sobre o problemático tema da “Propriedade da Terra”, constrói-se, principalmente e na maioria das vezes, com base no conhecimento histórico adquirido pelo acadêmico de Direito durante as aulas, em seu Curso, e, também, graças aos textos de leitura indicados pelos orientadores. Esse conhecimento sobre a história põe o aluno-escritor em contato com diferentes locutores, ainda que distanciados dele no tempo e no espaço. Tais locutores terminam, no entanto, por constituir, também, a própria história do sujeito representado pelo locutor aluno-escritor e, a despeito de seu lugar social e histórico, ele acaba, muitas vezes, além de trazer essas vozes em seu discurso, por assumir perspectivas de tais locutores.

Ora, não resta dúvida de que, nos recortes do corpus desse trabalho, o locutor aluno-escritor, assume perspectivas de outros lugares enunciativos, que acabam por constituí-lo também.

Veremos então, na seção seguinte, com base nos conceitos de polifonia e orientação argumentativa de Bahktin e Ducrot, como podemos realizar as análises dos recortes enunciativos dos textos monográficos escritos pelos estudantes de Direito da UCPel.

3.2.2.1 Análise da Argumentação da Polifonia do Discurso na Monografia M1

Toda essa visão histórica da seção anterior (3.2.2) precede o capítulo em que se insere o recorte que vamos analisar e que faz parte da monografia (M1) que trata sobre a função social da propriedade rural frente à reforma agrária, como já dissemos anteriormente.

O autor⁹⁵, aluno do último ano de Direito da UCPel (turma de 2003), procura analisar, entre outros aspectos, no desenvolvimento do trabalho, a desapropriação de terras pelo lugar do expropriado, o proprietário rural. Eis o primeiro recorte⁹⁶, retirado da monografia M1⁹⁷ (p. 21):

Recorte (M1R1p21)

Não podemos deixar de analisar a desapropriação pelo lado do expropriado, que representa uma cláusula bastante severa, pois o fato de a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária **só** dar direito a uma indenização justa e prévia, contudo mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida por Lei. A indenização não é justa visto que tirar a terra, ou seja, um bem, de um proprietário e indenizá-lo de uma forma que não lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir um outro negócio para trabalhar, sem conseguir manter a si e sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e não sabem viver a não ser com sua terra. (M1R1p21)

Para fins de formalização, então, nomearemos a seguir, as vozes que, emanadas de lugares sociais e institucionais, se imbricam no discurso e aparecem como locutores numerados:

L1- Constituição

L2- aluno-escritor

L3- discurso superestrutural sobre Reforma Agrária

L4- expropriado

Vamos, então, por etapas, neste primeiro recorte (M1R1p21), localizar esses locutores identificados e numerados, sinalizando, acima das partes do recorte, seu processo de incorporação pelo uso de parênteses e flechas entre eles.

⁹⁵ A partir de nossos estudos, cabe considerar o lugar de autoria, além de um espaço de dizer, no qual se conjugam múltiplas vozes e posições em permanente tensão, como o espaço de interpretação que se constitui a partir de perspectivas assumidas na relação entre as vozes que povoam ou se imbricam no discurso, conforme Zandwais (2005).

⁹⁶ Considerando que o sentido dos textos não se constrói em segmentos que se sucedem linearmente, mas sim, no espaço discursivo da interlocução, do jogo polifônico e sua contextualização, parece mais adequado falar em “recorte” como a unidade de sentido que o todo organiza, conforme explica Orlandi (1987:160), em sua obra “A linguagem e seu funcionamento”.

⁹⁷ Trata-se da monografia intitulada “Função social da propriedade rural frente à reforma agrária”, apresentada como TCC por um acadêmico formando do Curso de Direito da UCPel.

Recorte (M1R1p21)

$$(L4) \leftarrow (L3) \leftarrow (L1) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

L2 L1 L3

L4

L2

Não podemos deixar de analisar a desapropriação pelo lado do expropriado, que representa uma cláusula bastante severa,

$$(L1) \leftarrow (L3) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

L3

L1

pois o fato de a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária só dar direito a uma indenização justa e prévia,

L2

L1

contudo mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida por Lei.

$$(L4) \leftarrow (L3) \leftarrow (L1) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

L2 L1

L4

L3

“A indenização não é justa visto que tirar a terra, ou seja, um bem, de um proprietário e indenizá-lo de uma

L2

L1

L4

forma que não lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir um outro negócio para trabalhar,

L2

L1

L2

L4

L1

sem conseguir manter a si e sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e não sabem viver a não ser com sua terra”.

Conforme se observa no recorte (M1R1p21), com a negativa, o aluno-escritor (L2) que diz analisar a desapropriação pelo lado do expropriado (L4), traz a voz da Constituição (L1), a qual se embasa em um discurso superestrutural sobre a reforma agrária (L3). Assim, o aluno escritor (L2) se opõe a (L1), a Constituição, que, por sua vez, legitima um discurso superestrutural (L3), em torno da expropriação da terra, pois tanto o discurso

superestrutural como a Constituição não julgam a expropriação da terra uma cláusula “severa”, mas justa e correta na forma em que está proposta pela lei e se realiza na prática. Continuando a análise da superposição de vozes, nesta primeira etapa, vemos a seguir, de novo a voz do discurso superestrutural da Reforma Agrária (L3) que se reflete na voz da Constituição (L1), sendo trazidas por (L2), o aluno-escritor: *“pois o fato de a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária só dar direito a uma indenização justa e prévia, contudo mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida por Lei”*. Na continuidade desse recorte (M1R1p21), temos novamente L2 (o aluno escritor) apropriando-se da voz de L4 (o expropriado), que contesta tanto L1 (a Constituição) como L3 (o discurso superestrutural da Reforma Agrária): *“A indenização não é justa visto que tirar a terra, ou seja, um bem, de um proprietário e indenizá-lo de uma forma que não lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir um outro negócio para trabalhar, sem conseguir manter a si e sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e não sabem viver a não ser com sua terra”*.

Identificados os locutores no enunciado ao analisarmos a superposição de vozes, passamos agora, a observar mais detalhadamente, os lugares enunciativos por eles assumidos realmente, à medida que as perspectivas se revelam e permitem caracterizar o movimento da argumentação.

Vamos então, rever esse recorte, incluindo na formalização, a repetição da sinalização das apropriações de vozes (cuja nomeação também repetimos para facilitar a identificação), além do aspecto principal desta segunda etapa da análise, que é a orientação do movimento argumentativo, o qual conduz a determinadas perspectivas (EN). Além disso, abaixo do enunciado aparecerá uma flecha maior para marcar a orientação do movimento argumentativo predominante.

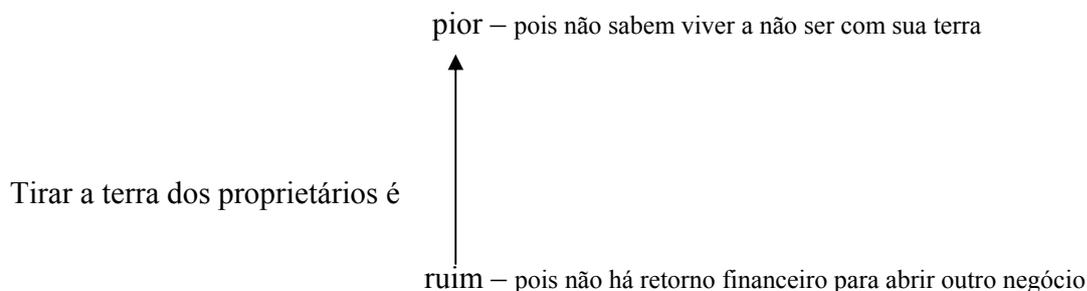
Recorte (M1R1p21)

	L1- Constituição
Locutores:	L2- Aluno-escritor
	L3- Discurso superestrutural sobre Reforma Agrária
	L4-Expropriado

uso do operador *contudo*, que introduz o argumento de que a indenização é paga “*mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida de valor real resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida em Lei*”. Portanto, para L2 (que assume a perspectiva do expropriado, ou seja, (L4)←L2 (EN2), a indenização não é realmente justa nem prévia porque a forma de pagamento não apresenta condições de liquidez (depende de definições da Lei) e pode ser feita a longo prazo .

Portanto, L2, assume a perspectiva de L4 e contrapõe-se à perspectiva de L1 (a Constituição) e de L3 (o discurso superestrutural da Reforma Agrária), ao dizer que a indenização não é justa e não lhe traz nenhum retorno financeiro. E L2 (o aluno-escritor), consolida seu lugar de enunciação que se identifica com o lugar de L4 (o expropriado), ao afirmar que “*não é justo tirar a terra, ou seja, um bem de um proprietário e indenizá-lo de uma forma que não lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir outro negócio para trabalhar, sem conseguir manter a si e a sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e não sabem viver a não ser com sua terra*”.

Vê-se que a argumentação de L2 vai num crescendo, marcado pela expressão “ainda pior”. Formalizando essa gradação argumentativa, poderíamos assim representá-la:

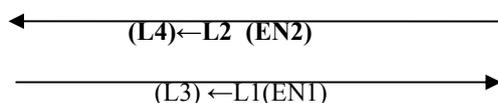


Além disso, L2 nega a perspectiva EN1 da Constituição (L1) pela qual, aqueles que têm suas terras desapropriadas (que são terras improdutivas, segundo o texto da lei) podem viver sem elas. L2 (o aluno-escritor), na verdade, está negando que a desapropriação tem sido feita em terras improdutivas, tendo em vista que L2 afirma que esses proprietários são homens do campo que vivem do trabalho em suas terras e com isso assimila, como já se afirmou, a perspectiva dos proprietários expropriados (EN2). Como vemos, ao longo deste recorte, a perspectiva dominante, a direção do movimento argumentativo preponderante

coincide com o lugar enunciativo de L4, ou seja, (EN2), a perspectiva do proprietário expropriado, defendida por L2..

Observando, então, o movimento do sentido argumentativo que se manifesta na polifonia deste enunciado, evidencia-se a preponderância da perspectiva assumida por L2 (o aluno - escritor do curso de Direito), marcada em negrito, e que está se contrapondo às perspectivas da Lei e/ou ao discurso superestrutural sobre a Reforma Agrária:

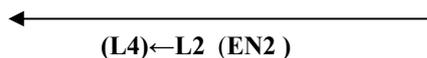
*“**Não** podemos deixar de analisar a desapropriação pelo lado do expropriado, que representa uma cláusula bastante severa,*



*pois o fato de a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária só dar direito a uma indenização justa e prévia, **contudo** mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida por Lei.*



*A indenização **não é justa** visto que tirar a terra, ou seja, um bem, de um proprietário e indenizá-lo de uma forma **que não** lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir um outro negócio para trabalhar, sem conseguir manter a si e sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e **não** sabem viver **a não** ser com sua terra”. (sic) (M1R1p21)*



Desse modo, vemos através do recorte (M1R1p21), que o aluno-escritor (L2) no jogo de apropriação de vozes, que não é transparente, nem simétrico às perspectivas, passa a ocupar, através de seu texto, a perspectiva EN2 de enunciação que assim se configura:

- a) - ao reportar-se ao discurso jurídico sobre a reforma agrária (de L1 e L3), contrapõe-se a ele com relação à adequação da forma de indenização proposta pelo aparelho jurídico;
- b) - ao reportar-se ao proprietário rural expropriado de suas terras, assimila-se a este, tanto ao julgar a desapropriação uma cláusula severa, como para defender sua posição

contrária ao critério de improdutividade e à forma de indenização, ambos estipulados pelo aparelho jurídico.

Concluindo, ao assumir essa posição argumentativa, o aluno escritor passa a identificar-se com o lugar social, a posição do expropriado. Para o aluno escritor a expropriação, com fins de reforma agrária, deve reformular seus critérios de improdutividade e a forma de indenização para que a justiça social aconteça para todos; portanto, essa posição representa uma assimilação aos interesses do proprietário rural expropriado. Por outro lado, caso L2 (o aluno escritor) houvesse se identificado a um outro lugar social, como o dos sem-terra, seu discurso poderia estar regulado por um topos, como: “Toda propriedade rural tem uma função social, que deve ser realizada, caso contrário, a propriedade deverá ser distribuída”. Então seus movimentos argumentativos seriam explorados em torno de um outro lugar de enunciação: o da defesa da função social da terra em primeiro lugar, e do direito à sua expropriação com a forma de indenização já prevista pela lei. Portanto, o que se pode concluir, através da presente análise, é que a posição assumida por L2, embora esse fale do lugar de acadêmico de Direito, é de contraditar os dispositivos jurídicos que tratam da expropriação, a forma como a lei tenta resolver o problema. A perspectiva de L2 assimila-se a de um outro lugar social com o qual ele se identifica como já foi analisado, ou seja, o lugar de proprietário expropriado de terra. E é esse lugar que acaba por determinar os movimentos argumentativos neste recorte.

Passemos, agora, para o recorte (M1R2p24). Pertencente à mesma monografia (M1), ele está inserido no capítulo que aborda especificamente a reforma agrária e pressupõe, portanto, o mesmo percurso histórico já explicitado anteriormente na seção 3.2.2, acerca do tema desse trabalho.

De acordo com os estudos feitos pelo aluno escritor para embasar sua monografia, ele conceitua a reforma agrária como um programa de governo que legitima a intervenção do Estado na propriedade privada e, por conseguinte, na propriedade rural. O aluno escritor aponta os objetivos da reforma agrária, quais sejam: em primeiro lugar, promover o acesso à propriedade rural mediante a distribuição e redistribuição de terras, e, em segundo, pretender a repartição da renda fundiária, na medida em que prima pela redistribuição da

propriedade desapropriada em favor das unidades de produção familiares. Ainda, segundo o aluno, a legislação, tendo por fim a reforma agrária, prevê a possibilidade de avaliação de produtividade de uma propriedade rural e pode autorizar a desapropriação do imóvel que não esteja cumprindo sua função social, segundo critérios estabelecidos. Objetiva com isso, atender à necessidade de modificação da estrutura da propriedade rural e de aumento da produção - dois elementos fundamentais para que se alcance o desenvolvimento agrícola. A contextualização do aluno-escritor explica, portanto, inicialmente a perspectiva legal das políticas agrárias. Vejamos, por outro lado, como o aluno escritor, a seguir, faz a leitura crítica do que é dito na lei e se posiciona ante a observação do processamento dessas políticas agrárias no país, mediante o recorte (M1R2p24) que vamos efetivamente analisar:

Recorte (M1R2p24)

De antemão, é válida a crítica de há muito desenvolvida por estudiosos da matéria de que a resolução da questão fundiária, no nosso país, envolve, necessariamente o aumento da produção. Entretanto, já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terras. Na verdade, não se põe termo ao desemprego no campo sem o implemento de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais. (M1R2p24)

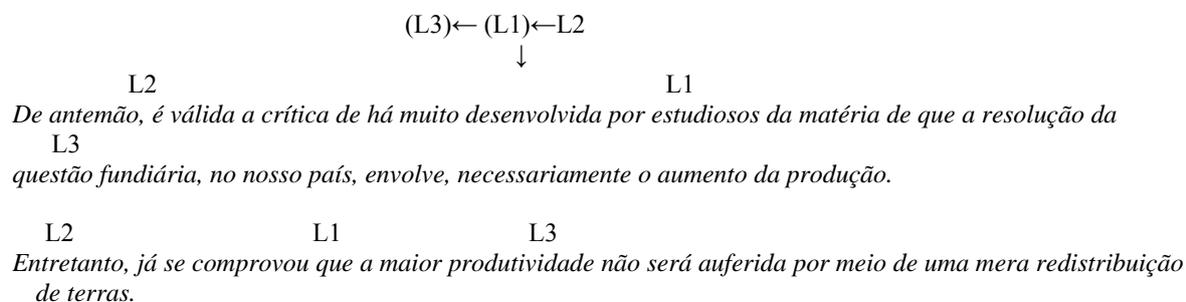
Neste recorte (M1R2p24) identificamos três locutores:

L1– os estudiosos (a voz da ciência);

L2– aluno-escritor;

L3 – políticas agrárias;

Localizaremos, a seguir, esses locutores e mostraremos, de acordo com a formalização proposta, as apropriações de vozes que acontecem nesse enunciado.



produtividade no campo deva ser auferida. E essa oposição entre as perspectivas (EN1) e (EN2) - assumidas pelo aluno-escritor (L2)- é sinalizada desde o início não somente pela expressão “de antemão”, como pelo uso do adjetivo “válida”, com relação à necessidade do aumento da produção para a resolução da questão fundiária. O uso desse adjetivo levanta um pressuposto que se confirma na seqüência do enunciado, ou seja, o aluno-escritor (L2) assume a perspectiva (EN2) dos estudiosos, que julgam *inválidas* as soluções postas em prática pelas políticas agrárias para alcançar tal produtividade. E tal oposição é marcada, inicialmente, com o operador “entretanto”.

L2	L1	L3
<i>Entretanto, já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terras</i>		

Explicitando o encadeamento da argumentação de movimento contrário, o operador “*entretanto*” é utilizado para fortalecer a posição contrária de L1- os estudiosos (assimilada por L2- o aluno-escritor) - às políticas do país, posição adotada pelos governos sob a proteção das legislações. E L2 (o aluno-escritor) passa a se manifestar em passivas pronominais, característica da tentativa de apagamento do sujeito (...*já se comprovou que...*; e na última parte - *Não se põe termo...*), à medida em que mais se apropria da perspectiva (EN2) que coincide com a posição dos estudiosos, ou seja, a voz da ciência.

Observa-se, portanto, que, com o operador argumentativo “*entretanto*”, L2 (o aluno escritor) assume a perspectiva dos estudiosos (EN2), contrapondo-se à perspectiva (EN1) das políticas agrárias com que se identificara inicialmente. Essa perspectiva (EN1), que se opõe à perspectiva EN2 de L1 (os estudiosos) é novamente trazida à tona mediante a negação feita: ...*a maior produtividade não será auferida por meio de mera distribuição de terra*. Ou seja, a perspectiva EN1 fica melhor esclarecida e afirma que, além de a resolução da questão fundiária envolver o aumento da produção, *a maior produtividade no campo será auferida por meio da distribuição da terra*. Então, nessa parte do recorte (M1R2p24), L2 (o aluno escritor) identifica-se à voz crítica da ciência sobre a questão fundiária no Brasil. Essa visão crítica semelhante que L1 e L2 apresentam sobre a baixa produtividade agrícola no país, gera uma dissidência com o perfil de uma política agrária assegurada por uma legislação que apóia as práticas políticas adotadas pelos governos.

Assim, L2, ao assumir a perspectiva dos estudiosos, concretiza um movimento argumentativo contrário à perspectiva de L3 (as políticas agrárias). Há, inclusive, muitas outras evidências inferenciadas que revelam essa orientação do movimento argumentativo de L2 além do uso do operador “entretanto” e da negação, nessa parte do recorte. Vejamos o que podemos constatar ainda.

Observa-se que, graças à polifonia e perspectivas dos locutores, L2-o aluno escritor-levanta pressupostos. Formalizando, teríamos:

p: *já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terra;*

pp1: há uma produtividade auferida por meio de terras;

pp2: há outros meios melhores do que uma mera redistribuição de terra para auferir uma maior produtividade.

O aluno escritor, para consolidar a posição contrária ao pressuposto de que a produtividade se auferia por meio de redistribuição de terras (considerado como um ponto de vista ultrapassado das políticas agrárias) usa o operador “já” que enfatiza o tempo passado do verbo “comprovou” - “já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terras”. Pode-se observar também o uso do adjetivo “mera”, como um operador que enfatiza a oposição da perspectiva EN2 dos estudiosos, assimilada pelo aluno escritor, à perspectiva (EN1). Isso porque a redistribuição não é simples, mas complexa, pois exige toda uma política fundiária de apoio para que seja bem sucedida. Além disso, no contexto do texto monográfico, a adesão de L2 (o aluno escritor) à perspectiva de L1 (os estudiosos) surte uma poderosa força argumentativa, porque a voz da ciência representa um consenso de voz de autoridade nesse gênero de discurso. Como se comprova, L2 (o aluno-escritor) assume o lugar de enunciação de L1 (os estudiosos, a voz da ciência), ao contraditar as práticas das políticas agrárias. Portanto, L2 (o aluno-escritor) assume aqui, a perspectiva (EN2) de que - *a mera redistribuição de terras é insuficiente para gerar produtividade* (assim como os estudiosos que representam a voz da ciência), com o objetivo de contrapor-se à política do Estado e do aparelho jurídico, no que se refere às políticas agrárias, representadas por L3, cuja perspectiva (EN1) afirma que: “*a questão fundiária se resolve com o aumento de produção e a redistribuição de terras.*”

Portanto, sintetizando o que se disse até aqui sobre a movimentação argumentativa desse recorte (M1R2p24), num primeiro momento, a perspectiva EN1 (apresentada por L2- o aluno-escritor, que assimila tanto L1- os estudiosos, quanto um posicionamento de L3 - as políticas agrárias) parece afirmar apenas que *o aumento da produção é inerente à resolução da questão fundiária*. Surge, a seguir, a perspectiva EN2 (de L1 e L2) pela qual a *mera redistribuição de terra é insuficiente para gerar produtividade*, contrapondo-se parcialmente à perspectiva EN1 (que engloba L3), que afinal se revela plenamente- *a questão fundiária se resolve com a redistribuição de terras*.

Confirmando esse embate de perspectivas, na continuidade da análise do recorte, observa-se que há uma reafirmação e justificativa da perspectiva EN2 dos estudiosos, assimilada pelo aluno escritor, e explicitada através de alguns operadores:

L2 L1 L3
Na verdade, não se põe termo ao desemprego no campo sem o implemento de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais. (M1R2p24)

A expressão “na verdade” (que antecede “*não se põe termo ao desemprego*”) é um articulador que manifesta a valoração atribuída por L2 ao que ele próprio, com base na perspectiva dos estudiosos, nega, ou seja, L2, assimilando essa perspectiva de L1, se opõe às formas como as políticas agrárias julgam que se possa pôr termo *ao desemprego no campo*. Sendo assim, L2, assimila a perspectiva (EN2) de L1, segundo a qual, *a mera redistribuição de terras é insuficiente para gerar produtividade, pois a empregabilidade no campo depende de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais*. Além disso, os adjetivos “efetiva” e “grandes” também surgem como operadores contrários à perspectiva (EN1), pois levantam os pressupostos de que as políticas agrárias do governo são paliativas no que se refere à reforma agrária, uma vez que não prevêm um suporte econômico e financeiro que viabilizem uma produtividade real, pondo fim ao desemprego dos camponeses sem-terra.

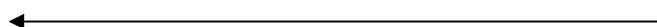
Vejamos novamente o recorte (M1R2p24), agora com a representação da direção dos movimentos argumentativos (abaixo do enunciado), de acordo com a perspectiva (EN) dos locutores e a identificação do movimento predominante (indicado em negrito, abaixo da

perspectiva das políticas agrárias que julga *ser possível, mediante à redistribuição de terras pôr termo à questão fundiária no país, pois isso acabará com o desemprego no campo, e aumentará a produtividade*. Logo, EN2, a perspectiva dominante, põe em destaque o fato de que *a mera redistribuição de terras é insuficiente para gerar produtividade, pois a empregabilidade no campo depende de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais*. Em síntese, mostramos abaixo, apenas a formalização das perspectivas - (EN1), (EN2) - e seus movimentos no recorte (M1R2p24), mantendo em negrito a perspectiva dominante:

De antemão, é válida a crítica de há muito desenvolvida por estudiosos da matéria de que a resolução da questão fundiária, no nosso país, envolve, necessariamente o aumento da produção.


(L3) ← (L1)←L2 (EN1)

Entretanto, já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terras. Na verdade, não se põe termo ao desemprego no campo sem o implemento de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais. (M1R2p24).


(L1)←L2 (EN2)

Nesse impasse de movimentos argumentativos no funcionamento polifônico do texto monográfico, L2 (o aluno-escritor), ao assimilar à voz da ciência, precisa silenciar as vozes com cujos pressupostos não concorda, mas que não pode ignorar, porque se concretizam nos discursos sobre políticas agrárias, no contexto da realidade brasileira. Vamos ver como ele tenta fazer isso na continuidade da monografia (M1), analisando o recorte (M1R3p24-5), que integra o mesmo capítulo sobre Reforma Agrária no Brasil de onde foi retirado o recorte anterior.

Recorte (M1R3p24-5)

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta. Muito pior do que administrar legítimos conflitos de interesses - de um lado os fazendeiros que aspiram conservar a riqueza; do outro os sem-terra que aspiram distribuí-la – é enfrentar a hipocrisia com que o tema é tratado, bem como o oportunismo daqueles que querem fazer de questões jurídicas, questões políticas. (M1R3p24-5) ⁹⁸

Para formalizarmos, devemos considerar os seguintes locutores:

L1 – os estudiosos;

L2 – aluno escritor;

L3 - os fazendeiros;

L4 – os sem-terra;

L5 – os parlamentares;

L6 – a legislação;

L7 – a política nacional.

Eis, então, novamente, o recorte (M1R3p24-5), com a localização de seus locutores e a formalização das apropriações de vozes:

Recorte (M1R3p24-5)

(L7) ← (L1) ← L2

↓

L2

L1

L7

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta.

⁹⁸ Achamos importante reproduzir o enunciado que segue o recorte (M1R3p24-5) ao longo do texto monográfico M1, para que seja consultado, pois ele justifica algumas expressões analisadas: “A população tem assistido, ultimamente, a organizadíssimos movimentos de invasões de terra, liderados por pessoas cada vez mais “profissionalizadas”, a ponto de manterem escritórios de coordenação, munidos, inclusive, de telefonia celular. O Movimento dos Sem-Terra, MST, como é conhecido, há muito extrapolou as fronteiras da mobilização espontânea para a justa reivindicação, enveredando para o terreno das incursões com indisfarçáveis objetivos políticos de retomada de poder” (p. 25).

$$(L4) \leftarrow (L3) \leftarrow (L7) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

L2

L7

L3

Muito pior do que administrar legítimos conflitos de interesses - de um lado os fazendeiros que

L4

aspiram conservar a riqueza; do outro os sem-terra que aspiram distribuí-la -

$$(L5) \leftarrow (L7) \leftarrow (L6) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

L2

L6

L7

L5

- é enfrentar a hipocrisia com que o tema é tratado, bem como o oportunismo daqueles que

L6

L7

querem fazer de questões jurídicas, questões políticas. (M1R3p24-5)

Analisando a superposição de vozes, vemos que o aluno-escritor (L2) continua apropriando-se de L1 (a voz dos estudiosos que analisam a questão fundiária) ao dizer “*Também é sabido*”. Isso porque a expressão “*também é sabido*” faz a ligação com a voz da perspectiva dominante do recorte (M1R2p24), analisado anteriormente, que pertencia aos estudiosos, ainda que o dito fosse de L2, uma vez que esse a assimilara. Nesse novo recorte (M1R3p24-5), L2 – o aluno escritor, ao apropriar-se da voz dos estudiosos (L1), traz também a voz da política superestrutural (L7), ao julgar a questão agrária *tormentosa e turbulenta*. Apresenta, a seguir, a voz dos fazendeiros (L3) e a dos sem-terra (L4), considerando essa relação *um legítimo conflito de interesses*. Por último, L2 (o aluno escritor) traz, novamente, as vozes da legislação e da política nacional (L6 e L7)-condenando-as por sua hipocrisia, além da voz de parlamentares (L5), julgados pelo aluno escritor (L2), como oportunistas por tentarem usar a voz da legislação (L6), para manipular, por meio da política nacional(L7), os interesses das partes envolvidas na questão agrária em benefício dos próprios interesses deles.

Observa-se que L2 (o aluno escritor), apesar de conhecer a história da posse e propriedade da terra no Brasil, sempre marcada por lutas e desacertos - que ele mesmo mostrou conhecer na introdução de sua monografia, além de ter assumido a perspectiva dos

estudiosos -, refere-se à questão agrária, como “*tormentosa e turbulenta nos últimos tempos*”. A expressão “*últimos tempos*”, no entanto, se justifica na continuidade da leitura do capítulo, ao se perceber que L2 se refere especificamente, ao MST (o Movimento dos Sem-Terra – L4) - “*organizadíssimos movimentos de invasões de terra, liderados por pessoas cada vez mais profissionalizadas, a ponto de manterem escritórios de coordenação, munidos inclusive de telefonia celular*” (este enunciado completo da p.25 da monografia (M1) encontra-se reproduzido em nota de rodapé referente à primeira apresentação do recorte M1R3p24-5).

Começaremos agora, a caracterizar as perspectivas (EN) que orientam os locutores identificados no recorte, e, portanto, seus movimentos argumentativos, formalmente representados, além de mantermos a formalização da apropriação de vozes, conforme metodologia explicitada.

Recorte (M1R3p24-5)

Locutores

L1 – os estudiosos;
L2 – aluno-escritor;
L3 - os fazendeiros;
L4 – os sem-terra;
L5 – os parlamentares corruptos;
L6 – a legislação;
L7 – a política nacional.

(L7) ← (L1) ← L2

↓

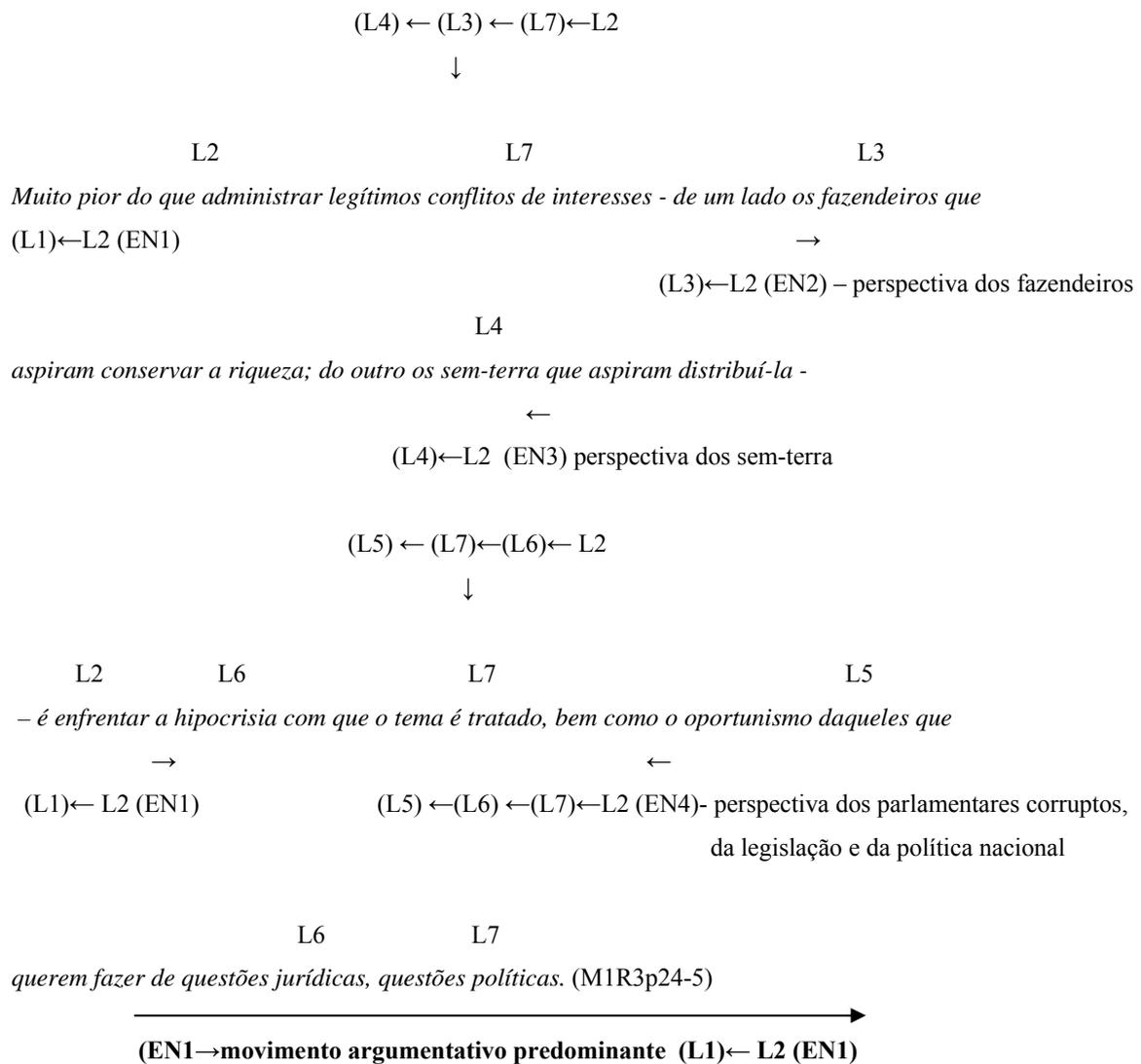
L2

L1

L7

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta.

—————→
(L1)←L2 (EN1) –perspectiva dos estudiosos e do aluno-escritor



Retomando a análise com o objetivo de explicitar as perspectivas, vê-se inicialmente, que L2 – o aluno escritor - assume a perspectiva (EN1) dos estudiosos (L1) sobre a realidade atual dos movimentos da reforma agrária no Brasil. A perspectiva EN1, nessa abertura do enunciado parece resumir-se à idéia de que a questão agrária tem sido tormentosa e turbulenta nos últimos tempos. Portanto, nessa primeira parte do recorte há um movimento argumentativo numa única direção, embora na sobreposição de vozes, como se pode rever na formalização dessa parte do recorte, haja L7- a política nacional, à qual será atribuída, mais adiante, uma perspectiva oposta à EN1:

$$(L7) \leftarrow (L1) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

$$L2 \qquad L1 \qquad L7$$

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta.

$$\xrightarrow{\hspace{15em}}$$

$$((L1) \leftarrow L2) (EN1)$$

Na seqüência do enunciado, L2- o aluno escritor- amplia a perspectiva EN1 numa gradação argumentativa que tem como índice lingüístico expressão “muito pior”, e que se desenvolve ao longo do recorte, à medida que, ao acoplar vozes com perspectivas opostas entre si, L2 estabelece um jogo de divisão de perspectivas avaliadas por ele (L2). Vamos tentar explicar essa relação de escalaridade, reproduzindo, em primeiro lugar, a formalização da análise que representa os locutores, as apropriações de vozes, as perspectivas que se pressupõem, com os movimentos argumentativos que acarretam nesta parte do recorte (M1R3p24-5):

$$(L4) \leftarrow (L3) \leftarrow (L7) \leftarrow L2$$

$$\downarrow$$

$$L2$$

$$L7$$

$$L3$$

Muito pior do que administrar legítimos conflitos de interesses - de um lado os fazendeiros que

$$(L1) \leftarrow L2 (EN1)$$

$$\rightarrow$$

$$(L3) \leftarrow L2 (EN2)$$

$$L4$$

aspiram conservar a riqueza; do outro os sem-terra que aspiram distribuí-la -

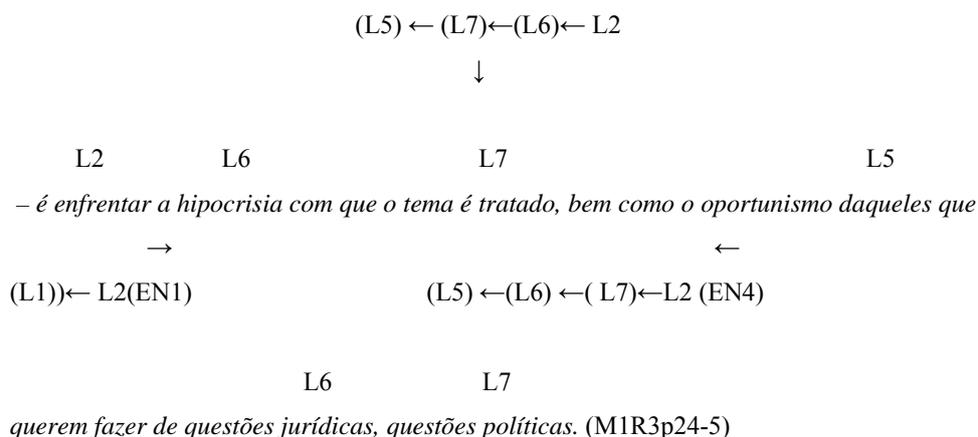
$$\leftarrow$$

$$(L4) \leftarrow L2 (EN3)$$

A conclusão básica que fundamenta a perspectiva EN1 do aluno-escritor, e que começa a se delinear nessa parte do recorte, deve ser comentada desde o início dessa análise, apesar de ela ter, somente no final do recorte, o seu movimento argumentativo complementado, para que se possa entender, também, porque essa perspectiva se constrói numa relação de escalaridade. Sendo assim, a perspectiva EN1, de L2 parece afirmar, nessa primeira etapa, que “*administrar conflitos de interesses é ruim, mesmo que sejam legítimos*”. E L2 justifica isso, apresentando locutores que têm perspectivas que se opõem, ou seja, a dos fazendeiros (EN2) para quem *a propriedade rural é um bem jurídico, o que lhes dá o direito de conservar a riqueza*; e a perspectiva dos sem-terra (EN3)- que julgam *a propriedade rural*

um bem social pelo qual têm o direito de lutar, para que o governo distribua a terra. Nesse jogo de perspectivas que se opõem e que estão sendo avaliadas pelo aluno-escritor como *legítimos conflitos de interesses*, embora contraditórios, L2 antecipa, pelo uso do adjetivo *legítimos*, o pressuposto de existência de outros conflitos de interesses ilegítimos e, dessa forma, vai construindo a gradação na qual se complementa a perspectiva EN1.

Por outro lado, ao dizer “administrar conflitos de interesses”, L2 traz a voz superestrutural da política nacional (L7) a quem responsabiliza por tratar desse tema, ou seja, *os conflitos de interesses dos envolvidos na Reforma agrária* e a cuja perspectiva irá se opor. Portanto a perspectiva EN1 vai se revelando ao longo do enunciado, num encadeamento argumentativo em que L2 (o aluno-escritor) traz outras vozes como a da legislação (L6), a da política nacional(L7) e a dos parlamentares corruptos (L5), todas elas sob uma perspectiva semelhante que será representada por EN4.



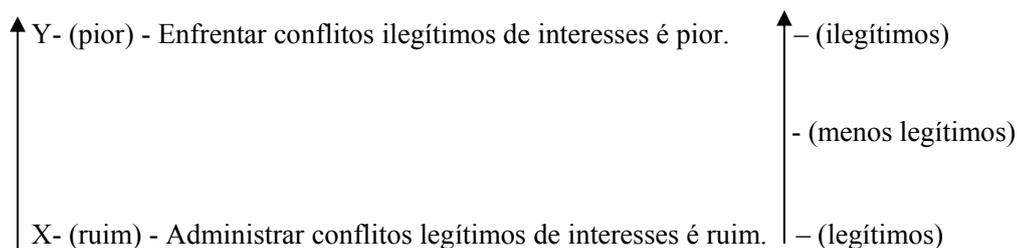
—————→
(EN1→movimento argumentativo predominante) (L1)←L2 (EN1)

Essa parte do recorte é o fechamento da idéia de relação escalar apresentada por L2 em sua perspectiva (EN1). Considerando a expressão “muito pior do que X é Y” usada por L2 ao longo do recorte (M1R3p24-5), veremos que:

X= administrar conflitos de interesses é ruim (difícil), mesmo que sejam legítimos;

Y= enfrentar a hipocrisia com que a reforma agrária é tratada e o oportunismo político é pior.

Pode-se apresentar essa gradação de perspectiva de L2 também da seguinte maneira:



Portanto, a perspectiva EN1 do aluno escritor (L2) se completa no final do recorte com o fechamento dessa relação escalar: *administrar conflitos legítimos de interesses é ruim e enfrentar conflitos ilegítimos de interesses é pior*. Sendo assim, podemos dizer que, segundo a perspectiva EN1, *a questão agrária tem sido tormentosa e turbulenta não só por conflitos de interesses legítimos, como, principalmente, por questões e elementos políticos oportunistas que geram conflitos ilegítimos de interesse*.

Voltando para a análise das vozes dessa última parte do recorte e sua perspectiva, vê-se que L2 avalia a legislação (L6) como hipócrita, assim como a forma com que a Reforma Agrária é tratada pela política nacional (L7). Ao mesmo tempo aponta para o oportunismo de parlamentares (L5), que buscam transformar questões jurídicas relacionadas à Reforma agrária, em questões políticas. Parece então, que a perspectiva (EN4) que sintetiza o movimento argumentativo da política nacional (L7), da legislação (L6) e de parlamentares (L5) afirma que *os conflitos de interesses na Reforma agrária podem ser dissimulados e manipulados pela legislação, uma vez que a política nacional permite que parlamentares administrem tais interesses, independentemente de sua legalidade ou legitimidade do conflito*. E é contra essa perspectiva (EN4) que se realiza o movimento argumentativo da perspectiva EN1 do aluno-escritor, segundo a qual, conforme já mencionamos, é mais difícil administrar a hipocrisia e o oportunismo do que legítimos conflitos de interesse, como os da reforma agrária.

Sintetizando o movimento da argumentação preponderante ao longo deste recorte, podemos dizer que, primeiramente, se norteia pela perspectiva (EN1) de L2 (o aluno escritor), ao apropriar-se das vozes e perspectiva dos estudiosos (L1), segundo a qual a questão agrária no Brasil, atualmente, tem sido tormentosa e turbulenta (referindo-se ao MST). E esse aspecto negativo da questão agrária (tormentosa e turbulenta) se comprova, em primeiro

lugar, graças à apresentação das perspectivas (EN2) e (EN3) – dos fazendeiros e dos sem-terra, respectivamente, e que se opõem entre si. Mas o aluno-scritor (L2) amplia a gradação de seus argumentos, mostrando que se opõe, verdadeiramente, à perspectiva (EN4) que reflete a forma de desenvolvimento da política agrária pela própria política nacional vigente, pela legislação, assim como pelos parlamentares corruptos: e é esse conjunto que representa o maior problema para a realização da Reforma Agrária. Como síntese dessa análise, numa apresentação formal do movimento argumentativo preponderante, teremos:

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta .

—————→
(L1)←L2 (EN1)

Muito pior do que administrar legítimos conflitos de interesses - de um lado os fazendeiros que aspiram conservar a riqueza; do outro os sem-terra que aspiram distribuí-la – é enfrentar a hipocrisia com que o tema é tratado, bem como o oportunismo daqueles que querem fazer de questões jurídicas, questões políticas. (M1R3p24-5)

←—————
(L5) ←(L6) ←(L7)←L2 (EN4)

—————→
(L1)← L2(EN1)

Com essa visão polifônica do enunciado, quebra-se o conceito de unicidade do sujeito da enunciação e evidencia-se a subjetividade do locutor, como por exemplo, L2 (o aluno-escritor), quando, por meio dele, falam outras vozes ou lugares sociais que ele refuta (como a constituição, o discurso superestrutural sobre reforma agrária, os parlamentares, as políticas agrárias, que debatem sobre o tema), ou com os quais ele se identifica, tais como:

- o lugar do expropriado - em relação aos julgamentos de inadequação da indenização proposta pela lei e do que seja propriedade improdutiva;
- a voz da ciência - quanto à necessidade de uma política de infra-estrutura para a questão fundiária que não pode ser resolvida com a mera redistribuição de terras;
- os fazendeiros e os sem-terra - ainda que antagônicos, por considerar seus conflitos um direito legítimo.

Vê-se, portanto, que análise do movimento polifônico da argumentação vem ilustrar como podemos trabalhar ao mesmo tempo com a base lingüística do enunciado e analisar o funcionamento do texto desde a perspectiva de lugares que podem ser assumidos pela enunciação, preenchendo a relação entre as tensões e conflitos de ordem social, que é lacunar na teoria de Ducrot.

3.2.3 Embasamento Histórico do Aluno – escritor acerca do Tema na Monografia M2

Na monografia M2 –“ Regime Constitucional da Propriedade: Função Social, um Princípio Limitador?”- o aluno-escritor apresenta a evolução histórica do direito de propriedade, ligando-a com a própria história da humanidade. Segundo ele, a Antropologia ensina que entre os grupos pré-históricos, o conceito de propriedade limitava-se a objetos móveis, que mantivessem uma ligação pessoal com o homem que os detinha. Para o homem primitivo a terra era sagrada, assim como todos os elementos da natureza e, como os clãs e as tribos não cultivavam o solo, eram comunidades errantes em busca de alimento.

Mas com o início de desenvolvimento de técnicas agrícolas de cultivo da terra e a domesticação de animais, as tribos começaram a se estabelecer em determinadas regiões, embora não houvesse a idéia de propriedade da terra. Havia a posse de uso comum de um povo e as glebas eram possuídas em rodízio, evitando que um grupo familiar possuísse sempre a melhor parte e outro, a pior. Com a evolução das técnicas agrícolas, a terra fértil – capaz de produzir mais e propiciar àquele que a possuísse, a coleta de maior excedente – passa a ser disputada e o mais forte começa a impor seu domínio, e o valor da terra, por sua vez, que era apenas de uso, passa a ser de troca.

O aluno-escritor comenta então, sobre o surgimento do comércio, com as primeiras cidades formadas às margens dos chamados “rios civilizatórios” que garantiam também fertilidade à terra. O trabalho humano passa a ser um bem de troca e quem já possuía terras podia deter esse tipo de mão de obra. Através de convenção social cria-se a moeda e o dinheiro torna-se

o bem mais precioso, junto com a propriedade da terra. Nesse momento, a propriedade que nascera como uma imposição de força, passa a ser considerada como um direito.

Referindo-se à Era Romana, o aluno-escritor relembra que a organização social existente outorgava a propriedade da terra ao chefe do grupo familiar (séc. II a.C.). Mas com o gradual fortalecimento do Estado, a antiga formação social centrada nas comunidades familiares começa a se desfazer. A propriedade familiar, considerada absoluta, perpétua e exclusiva (portanto, nada democrática), sofre, então, algumas modificações em seus direitos, que passam a ser mais limitados. E no período pós-clássico, se o proprietário não cultivasse seu terreno, perderia a propriedade sobre ele em favor de quem o tivesse cultivado por mais de dois anos.

Já na Idade Média, segundo o aluno-escritor, a organização econômica e social do feudalismo determinou uma repartição dos poderes inerentes à propriedade, entre os senhores e os servos da gleba (vassallos), o que não proporcionou que se firmasse uma propriedade de cunho individualista, como aconteceu com o advento da revolução burguesa, defensora das idéias de igualdade e de liberdade no sentido de romper com as estruturas feudais existentes.

É interessante notar que o aluno-escritor relaciona com a Revolução Francesa, a idéia de que a propriedade privada passa a ser o pilar da sociedade (o valor do homem passa a ser determinado por seu patrimônio e não pelos seus títulos de nobreza) além de ser considerada inerente à natureza humana. Refere-se também ao Código de Napoleão, no qual a propriedade foi colocada como o núcleo do ordenamento jurídico. E o aluno-escritor considera que a Europa entra em um período de grande expansão econômica (Liberalismo Econômico) com o advento da Revolução Industrial, justamente por ter como sustentáculo jurídico essa idéia de propriedade privada. Por outro lado, reconhece que tal processo de acumulação de riqueza, com todas as injustiças por ele engendradas, faz com que surja um conjunto de idéias políticas e filosóficas que se contrapõem à ordem então vigorante. E, no percurso do conhecimento histórico trilhado pelo aluno-escritor, ele cita o movimento que se opõe aos postulados da economia liberal e da propriedade absoluta e ilimitada, apontada

como a raiz das diferenças sociais gritantes que se instauraram. Trata-se da ideologia comunista de Karl Marx e Engels (1848) segundo a qual a propriedade não é da natureza humana, servindo apenas de exploração do homem pelo próprio homem. O Manifesto Comunista propaga a necessidade de uma revolução proletária, dirigida contra a classe dominante. Seu objetivo é a construção de uma nova sociedade, sem a propriedade privada dos meios de produção, vista como a matriz de toda desigualdade social. Tal ideário se concretiza mais tarde, na Revolução Russa de 1917.

Por essa razão, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, constituíram-se, na esfera agrária, as fazendas coletivas administradas, respectivamente pelo Estado ou pelos próprios camponeses, em forma de cooperativa. Ocorre, assim, o nascimento de um novo sistema econômico e social, tendo em princípio a superação da propriedade privada dos bens de produção, inclusive a agrária. Este estado comunista soviético durou até o final do séc. XX, quando acontece a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a queda dos regimes de orientação sócio-econômica semelhante, nos países dela dependentes.

Entre essas posições extremadas (a propriedade privada como direito individual e a negação da propriedade privada como direito individual), surge uma terceira posição: a concepção da função social da propriedade. E o aluno-escritor passa a falar sobre os ensinamentos do jusnaturalismo clássico da Doutrina Social da Igreja, segundo a qual a propriedade é garantia de liberdade e dignidade humana, embora, a partir dos ensinamentos de Santo Tomás de Aquino, se pregue, por outro lado, a idéia de limitação do direito de propriedade com base em sua função social. Mais adiante, o aluno-escritor traz o pensamento de Leon Duguit⁹⁹ que propunha o fim dos direitos subjetivos clássicos e a sua substituição por direitos-deveres, tendo em vista que a concepção do direito de propriedade estabelecida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e no Código Civil Francês não respondia mais ao estágio de evolução da sociedade da época.

⁹⁹ A limitação do direito de propriedade com base na função social foi tema sobre o qual dissertaram muitos positivistas da época, entre eles, Leon Duguit (1859-1928), elaborador da teoria da propriedade como função. Jurista francês, especializado em Direito público, professor da Universidade de Bordeaux, estabeleceu, também, a noção de serviço público como fundamento do Estado.

No Constitucionalismo moderno, conforme cita o aluno-escritor, observa-se a adoção do princípio da função social em quase todos os países, como na Constituição do México, de 1917 (precursora da inclusão dessa lei) e a de Weimar, em 1919 na qual se lê: “A propriedade obriga. O seu uso deve ser igualmente feito no interesse geral”.

Por fim, o aluno traça uma relação entre o que dizem as constituições brasileiras, desde 1824 até 1998, sobre a função social da propriedade.

Começa o aluno-escritor a falar sobre os lotes cedidos a donatários, sesmarias essas que deveriam ser efetivamente utilizadas ou, em caso contrário, seriam devolvidas à Coroa portuguesa, por meio da Ordem de Cristo, como terras devolutas. E reconhece que, na verdade, a primeira Constituição a garantir o direito de propriedade de forma absoluta, no Brasil, foi a Constituição Imperial de 1824. Mas os direitos do proprietário, segundo um prisma marcadamente liberal, só irão aparecer de forma mais objetiva no Código Civil de 1916.

Esse entendimento de uma propriedade totalmente absoluta é rompido pela Constituição de 1934, a primeira a relativizar o direito de propriedade, conforme relata o aluno-escritor, ao citar a lei:

“É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior”.

O aluno-escritor tece comentários, também, sobre a Constituição de 1937, no que diz respeito à regularização das desapropriações, as quais teriam como única motivação legal, a utilidade pública, e sobre o Código das Águas que tratou do regime hídrico nacional, classificando o que seriam águas públicas, comuns e particulares, além de regulamentar o seu uso.

Reporta-se ainda à Constituição de 1946, e à de 1964 que, na fase do golpe militar no Brasil, abre espaço efetivo para a intervenção do Estado na propriedade privada agrária,

com a Emenda Constitucional nº 10/64, ensejando a edição do Estatuto da Terra, elaborado sob a idéia de função social da propriedade.

Vê-se, portanto, que o aluno-escritor dessa segunda monografia, (M2):“*Regime Constitucional da Propriedade: Função Social, um Princípio Limitador?*”, também se embasa na História para abordar a evolução do direito de propriedade. Mostra o “papel do Estado como ente legitimador do direito de propriedade” e aborda as razões históricas que determinaram a criação da doutrina da função social da propriedade que se justifica como “um modo de democratização dos meios de produção, notadamente a propriedade rural”. Segundo ele, no Brasil, em termos constitucionais, a expressão função social só surgiu com a Constituição de 1967 a qual passou, como elenca o aluno escritor, por inúmeras reformas e alterações, de acordo com as mudanças no contexto social do país. O aluno-escritor observa, ainda, que na Carta Magna de 1988, o poder constituinte almejou proteger a propriedade, mas, ao referir-se ao art.5, § XXII em que “*a propriedade atenderá ao seu fim social*”, não há como escapar do sentido de que só se garante o direito de propriedade que atenda sua função social. Defende, então, em sua monografia, um ponto de vista que encara a propriedade e sua função social não como um princípio limitador, mas como um rompimento da tradicional visão individualista, pois o direito pleno de “usar, gozar e dispor” deverá ampliar seus deveres, na busca, também, de uma benesse social.

Se formos analisar o próprio título da monografia (M2) - “Regime Constitucional da Propriedade: Função Social, um Princípio Limitador?”, observaremos que o aluno escritor - já se divide em perspectivas diferentes que são enfatizadas pelo sinal de interrogação. Isso é, refere-se à discrepância entre os dois pressupostos sobre o regime constitucional da propriedade, quais sejam, uma função social - que acarreta a idéia de benefício a todos -, e, em contraposição, a idéia de que também possa ser considerado o regime constitucional da propriedade como um princípio limitador - que considera a possibilidade de exploração da propriedade pelo dono, de modo absoluto e ilimitado. Portanto, desde o título, o aluno escritor já sinaliza para a divisão de perspectivas que possivelmente nortearão seu texto monográfico.

Podemos ainda observar neste título - *Regime Constitucional da Propriedade: Função Social, um Princípio Limitador?* - algumas marcas formais, como o uso de dois pontos (:), que sinalizaram a introdução de características de definição do conceito de Regime Constitucional de Propriedade, justapondo-se, a seguir, como já vimos, perspectivas diferentes que aparecem separadas por vírgula, ao representarem alternativas de vozes diferentes – talvez diferentes códigos e constituições que representam a orientação política das épocas em que foram redigidas e que, provavelmente, terão relevo ao longo da monografia. Isso mostra bem a própria pontuação, funcionando como índice de operações argumentativas. Os dois pontos sinalizam a possível definição do Regime Constitucional de Propriedade como Função Social, enfatizando a semelhança da orientação argumentativa do aluno- escritor que propõe a discussão do tema “regime constitucional da propriedade”, à perspectiva que define a propriedade como função social. Já o uso da vírgula, antes de “um Princípio Limitador”, que poderia ser substituída por “ou”, articula outra perspectiva com movimento argumentativo contrário (é a perspectiva que levanta uma dúvida sobre a possibilidade da função social da propriedade, por considerar essa função como um princípio limitador, prejudicial ao proprietário). Essa dúvida que instaura um antagonismo polifônico é marcada pelo ponto de interrogação, como já tínhamos observado antes, e, sem ele, esse título seria incoerente, pois as perspectivas justapostas têm movimentos argumentativos contrários, o que impede que façam parte de uma definição única. Espera-se, portanto, pelo título, que o aluno escritor (outro acadêmico do Curso de Direito) questione o discurso de códigos e constituições brasileiras. Parece que o aluno escritor verá a propriedade privada como responsabilidade social, graças à função social do detentor da riqueza. Será que essa visão, a partir da análise do título se confirma pela análise de recortes dessa Monografia 2?

3.2.3.1 Análise da Argumentação da Polifonia do Discurso na Monografia M2

Após a leitura da Monografia 2, vê-se mesmo que o aluno-escritor defende a idéia de propriedade privada como responsabilidade social. Observa-se, no entanto, que, na maioria das vezes, limita-se a citar códigos ou constituições e identificar as mudanças que surgiram neles. Na página 32 da Monografia 2, por exemplo, o aluno-escritor comenta que, no Brasil, o entendimento de uma propriedade totalmente absoluta é rompido pela Constituição de 1934, mas não justifica a razão disso. Acreditamos que a contextualização histórica é indispensável para o seu entendimento. Sendo assim, seria bom lembrar que a chamada República Velha estava em crise devido à mobilização do operariado insatisfeito, além de, em 1929, o Brasil sofrer as conseqüências da quebra da Bolsa de Nova Iorque que afetou a cafeicultura em São Paulo. Com a intenção de defender os interesses do seu estado, o paulista, então presidente da República, Washigton Luis, lança como seu sucessor ao poder, outro paulista, Júlio Prestes, rompendo o acordo da política do café-com-leite, pelo qual deveria ser indicado, desta vez, um mineiro para a presidência. Em represália, Minas passa para a oposição e entra para a Aliança Liberal com oligarquias de outros Estados, liderando com o Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930 que depôs Washigton Luis. Com a Revolução de 1930, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, terminou o período denominado pelos historiadores de República Velha e Vargas foi eleito, indiretamente, Presidente do Brasil, havendo a suspensão da constituição de 1891. Mas o estado de São Paulo não se resignou à perda de poder e encabeçou a Revolução Constitucionalista de 1932, visando à derrubada do governo provisório de Vargas. Essa revolução, embora perdendo, forçou a Câmara a elaborar a Constituição de 1934. Tal Constituição institucionalizou a reforma da organização político-social brasileira, pois, ainda que não tenha excluído as oligarquias rurais, incluiu, no jogo do poder, tanto os militares, quanto os industriais e a classe média urbana. Mas foi suspensa, após um ano, pela Lei de Segurança Nacional, sendo substituída em 1937, quando se instala o período denominado Estado Novo, sob a ditadura de Getúlio Vargas.

E é essa voz da Constituição de 34 que o aluno-escritor traz em citação direta, comentando apenas que “*o entendimento de uma propriedade radicalmente absoluta é rompido pela Constituição de 1934, a primeira a relativizar o direito de propriedade, por entender que a propriedade deveria cumprir uma função social.*”(p.32). Poder-se-ia pensar que esse rompimento é entendido em relação à Constituição anterior à de 1934, ou seja a Constituição que foi promulgada em 1891, após a proclamação da República (a segunda Constituição do Brasil). Mas, pelo texto do aluno-escritor, em página anterior (p.31), percebe-se que esse entendimento de *uma propriedade radicalmente absoluta* remete ao Código Civil de 1916, de caráter marcadamente liberal - a propriedade tem uma feição de *direito absoluto, individual e ilimitado*. Isso porque na codificação de Beviláqua, pertencente à corrente científica do positivismo, a propriedade era definida como *o direito de usar, gozar e dispor dos bens e reavê-los de quem quer que injustamente os possua* (art.524 do Código civil de 1916). Como se sabe, o Código civil tem por função regular os direitos e obrigações de ordem privada, concernente às pessoas, aos bens e suas relações. Com a proclamação da República, em 1889, o jurista, filósofo e historiador Clóvis Beviláqua foi chamado para elaborar um projeto do Código Civil Brasileiro, mas tal Código foi promulgado somente em 1916, embora a própria Constituição tenha sido promulgada em 1891. Tal revisão dos fatos históricos é necessária para que se entenda o porquê da inserção do código de 1916, como locutor, na análise do recorte (M2R1p32-3) que versa sobre a Constituição de 1934, numa citação feita pelo aluno-escritor.

Mas, dando continuidade à sua argumentação, o aluno-escritor, após a citação da Constituição de 1934, no que diz respeito à propriedade privada (recorte que efetivamente analisaremos a seguir) observa, somente, que *a Constituição seguinte, a de 1937, não seguiu os passos revolucionários da Carta anterior*. Seria interessante se o aluno-escritor tivesse explicado também o porquê disso. Na verdade, tal Constituição (1934) era bem mais liberal e menos centralizadora do que julgava o presidente Vargas necessário para a situação do país. Por isso, ao instalar-se, por meio de um golpe de Estado, uma ditadura denominada “Estado Novo”, surgiu uma nova Constituição (1937).

Apesar dessa falta de contextualização na produção da monografia 2, achamos interessante analisar o texto citado e reproduzido pelo aluno escritor, como se comprova nos anexos desta Tese, e que diz respeito à Constituição de 1934:

Recorte (M2R1p32-3)

Dizia em seu texto: “ A Constituição assegura [...] 17 – É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o direito social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.” (M2R1p32-3).

Para formalizar a representação das vozes desse recorte (M2R1p32-3), usaremos:

- L1- a Constituição de 1934;
- L2- aluno-escritor;
- L3- o Código Civil de 1916;
- L4- as autoridades competentes;
- L5- o Bem público.

Formalizando esse processo de apropriação de vozes, realizada pelo aluno- escritor ao fazer a citação do artigo da Constituição de 1934, temos:

Recorte (M2R1p32-3)

- L1- a Constituição de 1934;
- L2- aluno escritor;
- L3- o Código Civil de 1916;
- L4- as autoridades competentes;
- L5- o Bem público.

(L5)←(L4)←(L3)←(L1)←L2

↓

L2

L1

L3

Dizia em seu texto: “A Constituição assegura [...]17 - É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o direito social ou coletivo, na forma que a lei determinar.

L1

A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa

L4

indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades

L5

L1

competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior. (M2R1p32-3).

Percebe-se que, ao negar a possibilidade do exercício de propriedade contra o interesse social ou coletivo, a voz da Constituição de 1934 (L1), traz à tona ao mesmo tempo em que se opõe a ela, a voz da Lei anterior vigente (L3), o Código civil de 1916 pelo qual se tem uma regulamentação mais estrita do direito de propriedade, segundo um prisma marcadamente liberal, a exemplo do Código civil alemão e do Código francês de Napoleão. A propriedade fora marcada aí com uma feição de direito absoluto, individual e ilimitado¹⁰⁰. Além disso, L1 invoca a voz das autoridades competentes (L4) e a voz do Bem público (L5), como legalidade e justificativa da desapropriação, respectivamente. Portanto, nesse recorte (M2R1p32-3), L2-o aluno-escritor, ao fazer a citação, apropria-se de L1-a voz da Constituição de 1934. Imbricada na voz de L1, está a voz de L3 - a lei anterior à Constituição de 34 que legisla sobre o Direito Civil (ou seja, o Código civil de 1916) e a voz de L4 - as autoridades competentes, aliada a L5- o Bem público. Mas L1(a Constituição de 1934) opõe-se à perspectiva de L3 (a lei anterior à Constituição de 1934 que legisla sobre o direito civil- o código civil de 1916) e isso, gera uma proposição negativa no texto da Lei.

Vejamos agora, como representar e analisar o movimento argumentativo deste recorte, tendo em vista as perspectivas apresentadas:

¹⁰⁰ Segundo art.524 do Código Civil de 1916 – A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua.

Recorte (M2R1p32-3)

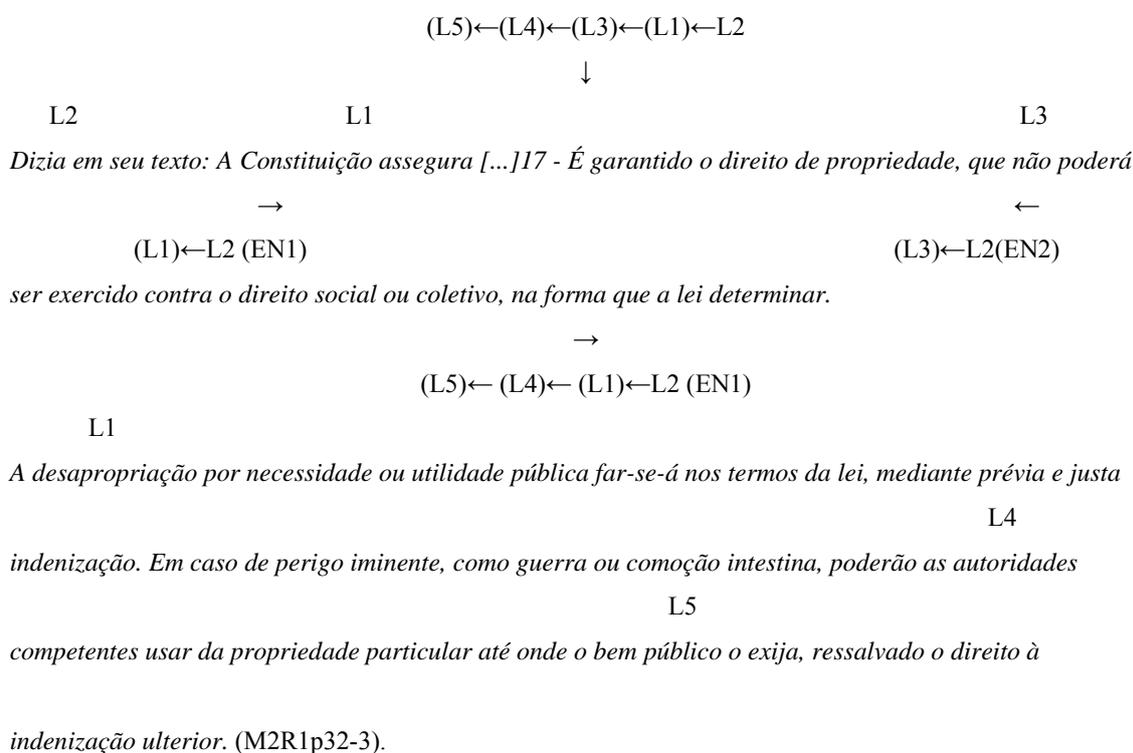
L1- a Constituição de 1934;

L2- aluno escritor;

L3- o Código Civil de 1916;

L4- as autoridades competentes;

L5- o Bem público.



Observa-se que a perspectiva EN1(da Constituição de 1934), apresentada por L2, afirma que o direito de propriedade do cidadão, do proprietário rural, mesmo sendo garantido pela lei, não se traduz como uma garantia total, pois subordina-se ao direito social ou coletivo do bem público, também garantido pela lei. Mas L1 (a Constituição de 34) formula seu enunciado com uma negativa- “o direito de propriedade não poderá se exercido contra o direito social ou coletivo”- o que revela a perspectiva EN2 da lei vigente anteriormente que legitimava totalmente a propriedade privada, como se vê pelo texto do Código Civil de 1916, segundo o qual, “a lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de

seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua. Portanto, essa perspectiva EN2 de L3 (o código Civil de 1916) opõe-se à perspectiva EN1 (da Constituição de 1934) que, ao colocar o direito social acima do direito de propriedade, projeta a possibilidade de desapropriação com vista ao bem público embora, por outro lado, amplie o poder daqueles que detêm postos de comando e cuidam dos interesses do governo: *as autoridades competentes podem usar a propriedade particular em caso de perigo iminente que atinja a todos.*

Numa síntese dos movimentos argumentativos, baseada nas perspectivas do recorte (M2R1p.32-3) sobre a Constituição de 1934, temos:

Dizia em seu texto: “ *A Constituição assegura [...]17 - É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o direito social ou coletivo, na forma que a lei determinar.*

—————→
(EN1→movimento argumentativo predominante) (L1)←L2 (EN1)

←—————
 (L3)←L2(EN2)

A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior”. (M2R1p32-3).

—————→
(EN1→movimento argumentativo predominante) (L5)← (L4) ← (L1)←L2 (EN1)

O próximo recorte, ao contrário do anterior, não é uma citação direta da Lei, pois traz o comentário do aluno-escritor, além de uma leitura analítica, feita por um docente do Curso de Direito, autor de obra¹⁰¹ citada pelo acadêmico, sobre a Constituição de 1946. Sendo assim, o aluno-escritor refere-se à Constituição de 1946, em seu artigo 141§16, que retoma a idéia de que a propriedade devesse atender ao interesse público, e se respalda em citação de autoridade para se posicionar. Para que possamos analisar o recorte a seguir, vejamos,

¹⁰¹ PROENÇA, Alencar Mello. **Direito Agrário**. Porto Alegre: Editora Síntese, 1999.

antes, o que diz o texto do artigo 141 § 16 da Constituição de 1946 - “É garantido direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra e comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior”.

Recorte (M2R2p34-5)

Nos termos acima¹⁰², a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária, mas não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:

“Abre-se aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, embora disso não se fale na Constituição. Ademais, o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados”. (M2R2p34-5).

Nesse recorte (M2R2p34-5) percebemos as seguintes vozes que serão assim formalizadas e localizadas :

L1- a Constituição de 1946;

L2- o aluno- escritor;

L3- o professor Alencar.

(L3)←(L1)←L2

↓

L1

L2

L3

Nos termos acima, a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária, mas

L3

não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:

“Abre-se aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária,

L3

L1

L3

L1

embora disso não se fale na Constituição. Ademais, o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a

L1

L3

indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados”. (M2R2p34-5).

¹⁰² Refere-se ao parágrafo 16 do artigo 141, da Constituição de 1946.

Abrindo esse recorte (M2R2p34-5), a expressão “nos termos acima”, trazida por L2, o aluno escritor, remete à voz da Constituição (L1), pois se refere ao § 16 da Constituição de 1946. Ao dizer que “a grande evolução da Constituição (de 1946) se dá em razão da abertura para uma reforma agrária”, L2, o aluno escritor, apropria-se da voz de L3, o professor Alencar que, por sua vez, critica a voz da Constituição de 1946, a qual fala em “desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”, embora não trate sobre a Reforma agrária, nem de onde serão captados os recursos para a indenização.

Vejamos como podemos formalizar os movimentos argumentativos orientados pelas perspectivas mostradas pelos locutores neste recorte (M2R2p34-5), mantendo, também, a formalização dos locutores:

Recorte (M2R2p34-5)

L1- a Constituição de 1946

L2- o aluno- escritor

L3- o professor Alencar

(L3)←(L3)←L2

↓

L1

L2

L3

Nos termos acima, a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária,

→

(L3) ←(L1)←L2 (EN1)

L3

mas não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:

←

(L3)←L2 (EN2)

L3

“Abre-se aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária,

→

(L3)←(L1)←L2 (EN1)

L1 L3 L1

embora disso não se fale na Constituição. Ademais, o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a

←

(L1)← (L3)←L2 (EN2)

←

(L1) ← (L3)←L2 (EN2)

L3

indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados”. (M2R2p34-5).

←

(EN2←Movimento argumentativo preponderante) (L1) ← (L3)←L2 (EN2)

A perspectiva EN1 diz respeito à Constituição, pela qual “*É garantido direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro*”. Retomando essa perspectiva da lei, L3, o professor Alencar, levanta a perspectiva EN2, também assumida por L2, o aluno escritor, pela qual há possibilidade de se entender os termos da lei que diz poder-se realizar desapropriação “*por necessidade ou utilidade pública ou interesse social*”, como abertura para implementação da reforma agrária mas nega tanto a intenção da reforma agrária pela lei como a real viabilidade da perspectiva EN1, criando um movimento argumentativo contrário à perspectiva da Constituição, ao reconhecer que a Constituição de 1946 não faz qualquer menção explícita à Reforma Agrária. Sendo assim, a perspectiva EN2 afirma que *inexiste a referência à reforma agrária e a implementação da desapropriação, prevista na Constituição, seria muito difícil, porque a lei ordenava a indenização em dinheiro, sem prever recursos orçamentários a isso destinados.*

É interessante observar a retomada dos mesmos movimentos, argumentativo entre a introdução do recorte e a citação, comprovando que o aluno escritor, L2, assimila, totalmente as perspectivas de L3 (o professor Alencar), embora mostre isso antes da própria citação:

Nos termos acima, a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária,

→

(L3)←(L1)←L2 (EN1)

mas não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:

←

(L3)←L2 (EN2)

“Abre-se aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária,

→

(L3)←(L1)←L2 (EN1)

embora disso não se fale na Constituição. Ademais, o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a

←

(L1) ← (L3)←L2(EN2)

←

(L1) ← (L3)←L2 (EN2)

indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados”. (M2R2p34-5).

←

(EN2←movimento argumentativo predominante) (L1)← (L3)←L2 (EN2)

Pode-se observar que a perspectiva preponderante, EN2, pela qual *inexiste a referência à reforma agrária além de a implementação da desapropriação prevista na Constituição, ser muito difícil, porque a lei ordenava a indenização em dinheiro, sem prever recursos orçamentários a isso destinados*, é introduzida pelo operador *embora*, pelo qual a perspectiva EN2 contradita EN1 (com a qual concorda parcialmente o próprio L3- o professor Alencar- quando afirma que os termos da lei podem ser entendidos *como abertura para implementação da reforma agrária*). Mas esse argumento sobre a omissão explícita da lei, introduzido por *embora*, não impede que a perspectiva EN1, sobre a possibilidade de interpretação da lei, predomine. Por isso L3, o professor Alencar, retoma seu argumento com o operador *ademais* que reforça a contra-argumentação EN2, agora refutando a possibilidade de indenização em dinheiro que a perspectiva EN1- da Constituição, afirma.

De acordo com a análise dessa parte final do recorte (M2R2p34-5), podemos assim sintetizar os movimentos argumentativos expressos pelas perspectivas:

Recorte M2R2p34-5

Nos termos acima, a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária,



(L3)←(L1)←L2 (EN1)

mas não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:



(L3)←L2 (EN2)

“Abre-se aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária,



(L3)←(L1)←L2 (EN1)

embora disso não se fale na Constituição. Ademais, o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados”. (M2R2p34-5).



(EN2← Movimento argumentativo predominante) (L1)←(L3)←L2 (EN2)

Tudo isso mostra um locutor dividido e a existência de enunciados com locutores imbricados, assumidos por outros locutores, que são trazidos à cena apenas para possibilitarem um contraponto lógico que permita o movimento da argumentação. Na análise desses recortes percebemos, a partir da polifonia, os movimentos argumentativos que se manifestam, graças às estratégias linguísticas cujos efeitos de sentido se alicerçam na exterioridade, como já tínhamos observado anteriormente.

Analisamos até aqui, com relação à monografia M2, recortes que falaram, em primeiro lugar sobre a Constituição de 1934 e, em segundo, de uma leitura crítica da Constituição de 1946, no que se refere à propriedade privada. A Monografia 2 tenta abranger o percurso da legislação brasileira sobre o entendimento a respeito dos direitos à propriedade privada e sua legalização perante a sociedade, que se materializaram na elaboração e reelaboração do

Código Civil e da Constituição, de acordo com os períodos históricos, fundamentação filosófica e políticas sócio-econômica adotadas que determinam as ações governamentais. O aluno-escritor busca mostrar como se dá a superação do conceito de propriedade individualista, a partir da tendência doutrinária de afirmar a relativização do direito de propriedade com a inclusão do princípio da função social. Ele compartilha da idéia de que a função social é um elemento constitutivo do conceito jurídico da propriedade, um elemento interno do direito de propriedade. E julga que a mudança desse conceito se deve à evolução da própria sociedade. Diz o aluno-escritor:

A relação de sujeito e coisa passa a ser considerada como uma relação obrigacional de dois sujeitos: o sujeito ativo (proprietário ou proprietários) e um sujeito passivo universal, no qual se inserem todas as pessoas da sociedade. Assim a coletividade passa a poder interferir no direito de propriedade (p.45).

Ao afirmar, que “o proprietário tem seu direito submetido ao interesse social” (p.45), o aluno-escritor, cita a Constituição de 1988, e considera que segundo ela “a propriedade é o direito do proprietário de usar, gozar e dispor de seus bens e reavê-los de quem injustamente os possua, fazendo deste bem um uso e gozo socialmente responsável, conforme paradigmas constitucionais” (p.46).

Sabe-se, na verdade, que a Constituição de 1988, denominada de Constituição Cidadã-possivelmente em oposição à Constituição anterior, de 1967, que era um documento autoritário e repleto de emendas ditatoriais oriundas do governo militar, que visava combater os inimigos ditos subversivos dentro do país (ou seja, militantes de esquerda), tem como uma de suas características o conceito de propriedade da terra com função social. Isso começa a se delinear desde o Art. 5 em que a lei protege o direito à propriedade privada desde que atenda sua função social; reaparece no Art.170, que diz: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios: [...] princípio II –da propriedade privada; princípio III- da função social da propriedade [...]”.

Além disso, há na Constituição de 1988 o Cap. III- Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária cujos artigos 184, 185 e 186 definem as condições de realização da Reforma Agrária e os critérios de avaliação do cumprimento da função social da propriedade rural. Mas foi no período de ditadura militar (iniciado em 1964) que realmente se abriu espaço para a intervenção do Estado na propriedade privada agrária com a edição do Estatuto da Terra, Lei nº4.504/64, elaborado todo ele sob a luz da idéia de função social da propriedade. Por outro lado, a Constituição de 1946, já fazia a defesa da idéia de que a propriedade devesse atender ao interesse público, em seu artigo 141, e ao bem-estar social, em seu artigo 147, prevendo por isso sua ‘desapropriação’ em caso contrário, além de consagrar liberdades expressas na Constituição de 1934, como, por exemplo, a liberdade de opinião e expressão, o direito à greve e à livre associação, e que tinham sido suprimidas em 1937, com a Constituição do Estado Novo.

Visão geral e semelhante a essa, lembrada no parágrafo anterior, é historiada mais detalhadamente pelo aluno-escritor no capítulo III de sua monografia em que focaliza, na primeira seção, as Constituições desde 1824 até 1967 e o Código Civil de 1916. Na seção seguinte, ele focaliza a Constituição Federal de 1988 e seus artigos relacionados à propriedade privada; finalmente encerra o capítulo com a seção 3 em que aborda a “Superação do conceito de propriedade – Função social elemento constitutivo”.

Apesar de já termos traçado o percurso do conhecimento histórico do aluno-escritor da Monografia 2, na seção 3.2.3 neste mesmo capítulo da Tese, achamos importante essa recapitulação, tendo em vista que nos encaminhamos para a última análise de um recorte que remete aos conceitos explanados anteriormente por ele. No recorte M2R3p49, que constitui o parágrafo final da Conclusão desta Monografia 2, o aluno escritor, acadêmico de Direito, leva em consideração a nova concepção de propriedade-função ao tratar do conceito de propriedade, respaldado pela Constituição de 1988 da qual traz várias citações em sua monografia. Por exemplo:

Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII- é garantido o direito de propriedade;

XXIII- a propriedade atenderá sua função social;

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

II- propriedade privada (p.37-8)

Art.184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos de dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida por lei.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos por lei, aos seguintes requisitos:

- I- aproveitamento racional e adequado;
- II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (p.40).

Vejamos, a seguir o recorte M2R3p49:

Recorte (M2R3p49)

Por fim, é pela nova concepção de propriedade-função que poderemos fazer uma reforma agrária e social, desenvolvendo uma nova sociedade mais justa e comunitária. E, certamente, é da competência dos proprietários promover o adequado aproveitamento de suas propriedades, para o bem da sociedade. (M2R3p49)

Antes de formalizarmos a representação das vozes, parece interessante explicar que uma delas se levanta a partir de um pressuposto que surge da expressão “*nova concepção*”:

pp- houve outras concepções de propriedade. Que locutor representa a *antiga* concepção que esse recorte pressupõe ter existido, já que nele é mencionada “a nova concepção” de propriedade? Para responder a isso, vamos observar como podemos formalizar as vozes emanadas dos lugares institucionais e sociais e encontradas nesse recorte:

L1- a Constituição de 1988;

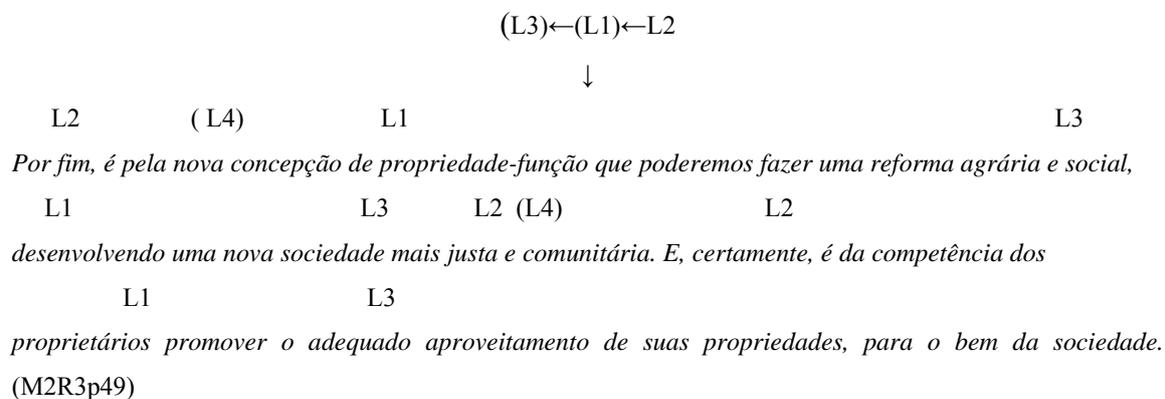
L2- o aluno escritor;

L3- discurso superestrutural sobre Reforma agrária;

L4- Constituições que não reconhecem ou não explicitam a função social da propriedade privada e as condições de realização da Reforma Agrária.

Vamos agora formalizar as apropriações de vozes e a localização dos locutores no recorte.

Recorte (M2R3p49)



Como se comprova pelo recorte (M2R3p49), ao final de sua monografia, L2, o aluno escritor incorpora as vozes de L1 (Constituição de 1998) a qual por sua vez, remete à de L3 (o discurso superestrutural da Reforma Agrária) que vê na legalização da Reforma Agrária a forma para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e comunitária, uma vez que julgava injusta a propriedade de latifúndios improdutivos. Na verdade, a Constituição de 1998 considera o direito de propriedade um direito absoluto, mas com responsabilidade de beneficiar a coletividade, e, em caso contrário, esse direito perde toda a proteção legal. Assim, são reconhecidas limitações ao direito de propriedade, pois o caráter absoluto é atingido pelas restrições às faculdades de fruição, modificação e alienação da coisa; o caráter exclusivo é atingido pelas servidões; e o caráter perpétuo é atingido pelas desapropriações.

Ao incorporar a voz superestrutural da Reforma Agrária (L3), o aluno escritor (L2) aponta para as benesses sociais que esse conceito de propriedade-função da Constituição propicia para o desenvolvimento de uma nova sociedade mais justa. Portanto, o princípio da função social da propriedade, para L2, não pode ser entendido como um sistema de limitação da propriedade, mas como uma nova estruturação do direito à propriedade, tendo em vista a superação de seu conceito antigo, de visão individualista de Constituições anteriores (L4), que não reconhecem ou não explicitam a função social da propriedade e as condições de realização da Reforma Agrária. Assim, de forma indireta, por meio do adjetivo *nova*, que

L1

L3

proprietários promover o adequado aproveitamento de suas propriedades, para o bem da sociedade.
(M2R3p49)

—————→
(EN2→movimento argumentativo predominante) (L3)←(L1)←L2 (EN2)

Vemos que o movimento argumentativo se realiza em torno da oposição entre a perspectiva EN1 (de Constituições anteriores a 1988 sobre o conceito de propriedade) e a perspectiva EN2 que representa o ponto de vista da Constituição de 1998, aprovado pelo discurso superestrutural da Reforma Agrária e pelo aluno escritor. Segundo a perspectiva EN1, o *direito de propriedade estabelece uma relação de caráter absoluto entre uma pessoa e uma coisa*. Sabe-se que esse caráter absoluto do direito de propriedade (oriundo da concepção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789), foi sendo superado pela evolução da lei, até chegar-se à concepção da propriedade como função social e, ainda, à concepção da propriedade socialista, hoje, no entanto, em crise, haja vista o direito de propriedade assegurado na China, nos últimos tempos. De tudo isso, fica como perspectiva EN2, assumida pela Constituição brasileira de 1998, pelo discurso superestrutural da Reforma Agrária e pelo aluno escritor, acadêmico do Curso de Direito, a idéia de que *o proprietário tem seu direito submetido ao interesse social, de forma tal que pode perdê-lo pelo uso inadequado, possibilitando, assim a desapropriação para reforma agrária, por exemplo, da terra que não cumpra os elementos da função social*.

Para sintetizar, podemos apresentar a seguinte formalização da movimentação argumentativa neste recorte M2R3p49, que evidencia a predominância da perspectiva EN2, explicitada no parágrafo anterior, e assumida pelo aluno-escritor:

Por fim, é pela nova concepção de propriedade-função que poderemos fazer uma reforma agrária e social, desenvolvendo uma nova sociedade mais justa e comunitária. E, certamente, é da competência dos proprietários promover o adequado aproveitamento de suas propriedades, para o bem da sociedade.
(M2R3p49)

←
(L4) ← L2(EN1)

—————→
(EN2→movimento argumentativo predominante) (L3)←(L1)←L2 (EN2)

Responde-se, portanto, por essas análises apresentadas, a questão feita ao final da seção 3.2.3. Efetivamente, conforme indicou a análise do título da monografia M2 – “*Regime Constitucional da Propriedade: Função Social, um Princípio Limitador?*”- o aluno escritor (acadêmico do Curso de Direito) mostrou o discurso de códigos e constituições brasileiras com suas controvertidas perspectivas a respeito da propriedade privada. Por fim, o aluno escritor posiciona-se e vê a propriedade privada como responsabilidade social, graças à função social que o detentor da riqueza dá à propriedade, e não como um princípio limitador.

Enfim, ao longo desse capítulo, tentamos mostrar possibilidades de analisar o discurso argumentativo em recortes de monografias produzidas no Curso de Direito da UCPel. Resta-nos, agora, tecer as conclusões possíveis.

AS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Esta Tese buscou investigar como se constitui e sustenta a argumentação e, teoricamente, como funciona, além de tentar explicar como se produz conhecimento acerca da argumentação. Para tanto, servimo-nos de um corpus constituído por monografias apresentadas como Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Direito da Universidade Católica de Pelotas, no ano de 2003. Sendo assim, esta Tese apresentou uma análise do funcionamento da argumentação no discurso do texto monográfico, por ser esse gênero o mais constantemente solicitado nas universidades para avaliar acadêmicos em final de curso, não só em relação ao domínio de conhecimentos, mas também com relação às qualidades discursivas de “argumentação em termos jurídicos”, conforme está registrado no capítulo final, na seção 3.2.1 que traz reflexões sobre o ponto de vista dos orientadores a respeito da produção das monografias.

As reflexões teóricas realizadas determinaram que optássemos pela escolha das teorias enunciativas de Oswald Ducrot, que constrói um arcabouço teórico e descritivo acerca do funcionamento da polifonia na linguagem, e da teoria de Mikhail Bakhtin, tendo em vista toda sua base conceitual materialista - histórica que justifica a enunciação pelas posições sociais e ideológicas assumidas pelo sujeito.

Assim, na medida em que a teoria de Ducrot não respondeu a nossa necessidade de contextualização da exterioridade que permeia a produção dos textos que são objeto de análise de nossa pesquisa, buscamos inscrever em nossos procedimentos de análise, um espaço para abordar as condições externas que determinam as perspectivas. Deste modo, privilegiamos não somente os movimentos argumentativos e os lugares de enunciação ocupados pelos locutores identificados nos recortes das monografias, mas também o contorno contextual que permeia os temas escolhidos. Isso porque nosso objetivo é investigar o modo como funciona a polifonia nestes textos não como uma mera descrição,

mas como um jogo de vozes que aponta para as tensões e coloca em conflito lugares da enunciação e pontos de vista determinados pela realidade histórica que os constitui.

Acreditamos ser este trabalho uma proposta que avança no campo da aplicabilidade, inovando, porque busca aproximação de modos de formalização da linguagem com a enunciação ao mesmo tempo em que enfatiza a constituição polifônica do enunciado com seus movimentos argumentativos. Leva em consideração as perspectivas assumidas na enunciação e as relações sociais que alimentam o uso da linguagem e marcam os enunciados com vozes ressoantes e dissonantes articuladas por recursos lingüísticos. Portanto, foi nossa constante busca, explicar a linguagem como representação e trabalho polifônico e social, para que a argumentação possa ser interpretada como heterogeneidade que permeia os espaços enunciativos.

Esta é uma proposta de estudo da linguagem em movimento nos enunciados em que os enunciados são apresentados como qualificações da enunciação. Pretende ser, por isso mesmo, uma teoria semântica aberta, em constante construção, como a linguagem e a vida em seu dia-a-dia. Uma teoria semântica argumentativa baseada na relação entre a enunciação e o enunciado e que, fundamentada na polifonia, permite ao analista apreender outras vozes, de espaços e tempos diferentes, que se amalgamam na construção do sentido. O que se quer dizer aqui é que o social e o individual não são estanques. O primeiro aspecto - o social- reflete-se no sentido da ideologia, da construção histórica, no descentramento do sujeito e na polifonia; e o segundo, na possibilidade de escolha dos elementos lingüísticos que refletem as perspectivas dos locutores diante dos fatos sociais, ou seja, a escolha de operadores argumentativos para alcançar um sentido e direção argumentativa. É importante reconhecer a centralidade da enunciação na constituição do discurso dos enunciados para que se possa interpretá-los. Essa Lingüística da Enunciação tem por objeto investigar como as estruturas da língua podem significar diferentemente em situações de enunciação concretas.

Isso significa que, nas análises semântico- enunciativas, a interpretação acontece graças à busca da identificação dos traços da enunciação no enunciado, que é seu produto, por isso

mesmo, intrinsecamente polifônico. Entram aqui, tanto os estudos sobre os operadores argumentativos quanto os do movimento de todo esse processo desencadeado pela polifonia, ao se mostrarem os locutores do enunciado. Além de precisar desenvolver essa capacidade de interpretação, o sujeito que escreve uma monografia, precisa também desenvolver competências e habilidades tais como recortar temas e encaixá-los em situações de ação e/ou espaço e/ou tempo, à medida que usa recursos argumentativos apoiado em perspectivas por ele assumidas e usando uma norma lingüística compatível ao gênero discursivo utilizado (a monografia). Por isso o sujeito que escreve (ou fala) precisa envolver-se e ser envolvido pelo caráter tanto social quanto polifônico da linguagem que, por sua vez são constitutivos dos gêneros discursivos. Um gênero discursivo surge da necessidade de estabelecimento de relações de sentido entre enunciados em determinado contexto social, em esferas de atividades humanas distintas, embora as temáticas de um mesmo gênero e até de gêneros diferentes, se entrecruzem na heterogeneidade discursiva do próprio discurso, como vimos na seção 2.3.2 do segundo capítulo desta Tese, quando abordamos a idéia de gêneros do discurso (com base em Bakhtin), como reflexo de práticas sociais.

Por esse motivo, o escritor da monografia, antes de mais nada, precisa estabelecer relações entre os discursos dos textos a que foi exposto ao longo de sua vida, recortá-los, adequá-los à situação, imprimir valor à palavra, ao enunciado que, então, julga ser seu (do escritor), numa troca verbal que também julga ser honesta, ética. Por outro lado, há regras de coerção cultural e psicológica que o escritor, por viver em sociedade, transfere para seu enunciado. Isso tudo envolve o processo enunciativo que se manifesta num espaço semântico que se concretiza no enunciado.

Quanto a todo esse aspecto enunciativo, da polifonia e dos encaixamentos de movimentos argumentativos constitutivos dos enunciados, quando são escritas as monografias, e que também precisam ser compreendidos no momento de leitura dos textos para as pesquisas, nada disso é falado nos manuais que tentam descrever e ensinar a usar o gênero “monografia”. Mas falam em como fazer citações, por exemplo, orientando para um trabalho linear, que parece excluir do texto da área científica toda a plurivocidade e o jogo

argumentativo de perspectivas que se sobrepõem no enunciado, sem que haja marcas explícitas de tais processos. Acreditamos na importância da inserção desses estudos de semântica enunciativa tanto no aspecto curricular dos cursos de graduação, quanto nos manuais que orientam quer a leitura como a produção de textos. No caso específico desta tese, como nos ativemos à análise de manuais que orientam a produção de monografias nos cursos superiores, verificamos neles, apesar de enfatizarem a importância de antepor opiniões e harmonizar pontos de vista, a total ausência de estudos de argumentação e de como os movimentos argumentativos se produzem e se direcionam, buscando sua força muito além da superfície do texto. Acreditamos que nenhum trabalho monográfico pode subsistir sem a compreensão desses recursos argumentativos, aspecto esse não encontrado nas observações dos professores orientadores, para quem, em muitos casos, o maior problema do aluno é *“a dificuldade crucial com a língua portuguesa, de como colocar a idéia no papel”*, *“a dificuldade de organização e análise lógica”*.

Mas, voltando às reflexões que tecemos sobre as entrevistas com os orientadores, percebemos que há uma idéia na universidade de que o texto monográfico, como trabalho de conclusão de curso, começa a surgir, em média, após *um mês e meio de leituras com bibliografia direcionada para o tema proposto especificamente*. Sabemos que os gêneros discursivos surgem das necessidades de comunicação dentro de determinadas esferas de atividades humanas, conforme a teoria bakhtiniana. Parece, então, problemático, considerar o texto monográfico como um trabalho de conclusão de curso, tendo em vista que um curso leva, em média, cinco anos de estudos, leituras e reflexões na área acadêmica, e a monografia começa a ser pensada e constituída apenas no último semestre e seu objetivo principal é a avaliação com ênfase na coerência entre o projeto inicial e produção escrita realizada pelo acadêmico de Direito. Inclusive, esse processo de elaboração acelerado parece opor-se à possibilidade de surgimento do gênero “monografia”, se levarmos também em consideração a conceituação encontrada em manuais analisados no cap. 1¹⁰³, ainda que o objetivo de avaliação possa ser previsto.

¹⁰³Por exemplo, para Lakatos e Marconi (1992:152) a monografia é *“um trabalho escrito, sistemático e complexo que focaliza um tema específico de uma ciência ou parte dela”*; é, também, *“um estudo pormenorizado, exaustivo, abordando vários ângulos do caso”*; *“usa sempre uma metodologia científica e deve trazer uma contribuição importante, original e pessoal para a ciência”*.

O texto monográfico, ao pretender que o acadêmico se expresse de forma impessoal, como se o seu interlocutor fosse o mundo abstrato, não está, na verdade, exigindo dele um certo “*horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertence*” (apropriando-me aqui de termos de Bakhtin, 1995:112). Como se percebe, a utilização de qualquer gênero, em nosso caso, da monografia, exige um processo de reflexão do sujeito em interação com outros interlocutores de sua área de atividade, para que esse indivíduo tenha seu mundo interior com base em um *auditório social* próprio e bem estabelecido. E isso deve ser construído desde o começo de um curso de graduação que pretenda habilitar seus alunos a escreverem monografias. Além disso, parece, que as monografias devem exigir ainda, o uso de um “*estoque social de signos disponíveis*” daquela esfera de atividade científica, o que vem a coincidir com a idéia expressa pelos professores orientadores, ao se referirem à necessidade de os acadêmicos realizarem sua argumentação por escrito, *em termos jurídicos*. Mas ouvir sobre temas relacionados à área jurídica, durante as aulas, ou até mesmo ler alguma bibliografia indicada é bastante diferente de falar sobre um tema do Direito, o que, por sua vez, difere dos recursos exigidos para a produção de um texto escrito cujas qualidades argumentativas são essenciais como no texto monográfico.

Constata-se, portanto, uma lacuna tanto nas orientações dos manuais, como no tratamento que a universidade vem dando à produção de gêneros discursivos característicos de sua área de atuação, como a monografia - foco de nossa pesquisa - que deveria ser um dos gêneros melhor orientado e produzido na área acadêmica, por refletir, preponderantemente, um percurso de pesquisa, aprendizagem e prática, essencial e característico da vida universitária.

Por outro lado, voltando a refletir sobre a forma de trabalho e visão dessa teoria semântica argumentativa que propusemos, pode-se propor restaurar o lugar de autoria como um lugar de dizer, no qual se conjugam múltiplas vozes e posições em permanente tensão. Mas não somente isso, porque, graças à visão da polifonia que se instaura no enunciado que, por sua vez, reflete as qualificações históricas e sociais da enunciação, constrói-se um sujeito o

qual, embora cindido, consegue manifestar seu movimento argumentativo predominante, a perspectiva que ele assume. Julgo que, nessa brecha de possibilidade de definição por um determinado movimento argumentativo, se instala o lugar da autoria.

Enfim, conforme nossas análises comprovam, a polifonia revelada no texto acarreta a descentralização do sujeito e a polifonia da própria enunciação. E nessa enunciação polifônica, se materializam relações de forças argumentativas com orientações diferentes que se instalam no discurso como perspectivas que dialogam incessantemente. Essa heterogeneidade constitutiva, nem sempre claramente mostrada, acontece porque o sujeito descentralizado assume a perspectiva, o lugar do outro. E assim o texto se constrói como um “mosaico” de discursos, repleto de vozes sociais com seus valores, que se encaixam e desencaixam no jogo polifônico de vozes que se contrapõem ou se apóiam ou se sobrepõem, dando sentido e movimento argumentativo ao enunciado.

Acredita-se que essa releitura e aplicação das teorias estudadas ao longo dessa Tese, ajudariam muito na metodologia de ensino aprendizagem da leitura, interpretação e escrita, pois essas análises são importantes e, sem elas, é impossível a apreensão dos efeitos de sentido dos discursos, uma vez que elas nos possibilitam a percepção das vozes, dos movimentos argumentativos, das perspectivas dominantes e das possibilidades de conclusão a que encaminham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- ARISTÓTELES. **A arte retórica e a arte poética**. (trad. de Antônio Pinto de Carvalho). Rio de Janeiro: Ediouro, 1975.
- _____. **Organon**.(tradução de Pinharanda Gomes). Lisboa: Guimarães Editores, Lda., 1986, v. 1, 2,3,4,5. (Coleção de Filosofia & Ensaio).
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7 ed. São Paulo:Hucitec, 1995 (original russo 1929).
- _____. **Estética da criação verbal**. 2 ed. São Paulo:Martins Fontes, 1997
- _____. *The Problem of Speech Genres*. In: EMERSON e HOLQUIST (eds.) **Speech Genres and other late Essays**. Austin University of Texas Press, 1986. pp.60-102.
- BARBISAN, Leci. **Por uma abordagem argumentativa da linguagem** (artigo no prelo da UNISINOS), 2003.
- BARQUERO, R.. (1979:16-25)**Como se realiza um trabalho monográfico**. EUNIBAR.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I** (trad. NOVAK, M. da G.;NERI, M.L.). 4ª ed.-Campinas, São Paulo: Pontes, 1995.
- BRAIT, Beth. (Org.). **Estudos enunciativos no Brasil – Histórias e Perspectivas**. Campinas,S.P:Pontes,2001.
- _____. *As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso*. In: BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, J. L.(orgs). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2 ed. São Paulo:EDUSP, 2003.
- BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica: ciência das significações**. trad. Aída Ferraz et al. São Paulo: EDUC, 1992.
- CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail BAKHTIN**. (trad. J.Guinsburg). São Paulo:Perspectiva, 1998.

CONSTITUIÇÃO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/Constituição>. Acesso EM 22/05/2007.

DUCROT, O. **Princípios da semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo. Cultrix: 1997.

_____. **Provar e dizer**. São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y argumentación**. Cali, Universidad del Valle, 1988.

_____. *Argumentação e “topoi” argumentativos*. In: GUIMARÃES, E.(org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, São Paulo: Fontes, 1989.

_____. *Os topoi na Teoria da Argumentação na Língua*. In: **Revista Brasileira de Letras**. Vol. 1, nº1. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (SP). inverno de 1999. (1-11).

_____. *Quelques raisons de distinguer “locouters” et “énonciateurs”*. In: **Polyphonie-linguistique et littéraire-document de travail - Les Polyphonistes scandinaves**, nº III, Mai 2001 (19-41).

_____. *Topoi e formas tópicos*. Trad. BIRCK, C .In: ZANDWAIS, Ana (org.) **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre:Ed. Sagra Luzzatto , 2002. (Coleção Ensaios, n. 17), p. 10-21.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977

ENCICLOPÉDIA Simpozio- versão em Português do original em Esperanto. **O grande Aristóteles**. Redator chefe: Evaldo Pauli. http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Megahist-filos/ARISTOTE/0485y027html#top_of_page em 09 set.2004.

FREGE, G. (1892) “Sobre o Sentido e a Referência”. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo:ed. Loyola, 1998

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. São Paulo: Pontes, 2002.

LACERDA, Bruno Amaro. **O pensamento de Aristóteles e as reflexões jusfilosóficas atuais**. Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2046>>. Acesso em: 07 set. 2004.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

MAINGUENAU, D. *Os conectivos argumentativos. Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. (159-184).

MARTINS, Moisés de Lemos. **O ponto de vista argumentativo da comunicação**. Universidade do Minho. Disponível em: <<http://ubista.ubi.pt/~comum/Martins-mois-es-lemos-argumentativo.html>>. Acesso em 02 de set. de 2004.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000.

NUNES, L. A. Rizzato. Manual da monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2000.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Discurso fundador**. Campinas: ed. Pontes, 1993

_____. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E.P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Vozes e contrastes. Discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989 (capítulo 2- Enunciação e formas de indeterminação, p. 45-77)

PÊCHEUX, M. **Analyse Authomatique du Discours**, Paris: Dunot, 1969

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.

PERELMAN, C.; OLBRECHT-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SIMÕES, Darcília; HENRIQUES, C.(org.) **A redação de trabalhos acadêmicos: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. *L'ideologème comme procédé ou la querelle de Bakhtine*.

In: **Histoire, épistémologie, langage**. Paris: PUV, 2001.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000 (Normas para a apresentação de documentos científicos; 2).

ZANDWAIS, Ana. *A heterogeneidade do conceito de paráfrase*. In: LIMA, M. dos S.; GUEDES, P. C. **Ensaio** – Estudos de linguagem, v. 10. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996 (11-18).

ZANDWAIS, Ana. *As noções de aceitabilidade/justificabilidade na descrição do funcionamento argumentativo da linguagem*. In: **Organon**. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 16, Nº 32 e 33, 2002.

ZANDWAIS, Ana (org.) **Mikhail Bakhtin** – Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

ANEXOS

ANEXO I – MONOGRAFIA 1

UCPEL

**FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL
FRENTE À REFORMA AGRÁRIA**

PELOTAS
2003



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
Rua Félix da Cunha, 412 - Caixa Postal 402
96010-000 PELOTAS - RS

**A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL
FRENTE À REFORMA AGRÁRIA**

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pelotas, como exigência para a obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Marcos Cunha

**PELOTAS
2003**

Título:

A função social da propriedade rural frente à Reforma Agrária.

Autor:**Resumo:**

O direito de propriedade sempre esteve presente na vida do homem, representando sempre riqueza e produção, contudo com o passar dos tempos ficou provado durante a história que o proprietário, mesmo que individual, deveria respeitar e utilizar a terra de maneira que não ofendesse o interesse público. Assim chega-se na função social da propriedade que é buscada até hoje no Brasil. A Reforma Agrária é baseada na busca da função social da propriedade rural, que às vezes não é interpretado da mesma forma pelos latifundiários e trabalhadores sem-terra. Essa divergência é que acaba originando os conflitos rurais, que são no momento um dos maiores problemas sociais brasileiros.

Palavras chaves:

Direito de propriedade

Função social da propriedade rural

Conflitos sociais

Interesse social

Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 HISTÓRIA DO DIREITO DE PROPRIEDADE	4
2 A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL NA LEI BRASILEIRA	7
3 FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL	13
4 DA SANÇÃO PUNITIVA	19
5 REFORMA AGRÁRIA	24
6 CONFLITO ARMADO	27
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32

sentido, inicialmente adotado pelo Código Tributário Nacional, leva-se em conta a mera localização.

A Lei .º 5.868/72 contribui intensivamente para o fim dessa celeuma, haja vista ter abraçado o critério da destinação, ao estabelecer que para fim de incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural é considerado imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial. A bem da verdade, quer nos parecer que a significação adotada pelo legislador constitucional tem a ver com o critério topográfico, tendo em vista que a definição de imóvel rural tem de ser perquirida no contexto do presente artigo que cuida também da reforma agrária.

Partindo-se da premissa de que a reforma agrária incide no campo, irrefutavelmente chegamos à conclusão de que será rural todo aquele imóvel que se encontre no campo, isto é, que não seja urbano, conforme definido pelo próprio município, segundo diretrizes da União. Obviamente, se um imóvel encontrar-se em área urbana, ainda que com destinação agrária, a ele não se lhe aplicará a expropriação para fins de reforma agrária. Nas áreas urbanas, cabe a desapropriação de que cuida o Art. 182, parágrafo 4º, III da Carta Magna, como instrumento da política urbana. Assim, as áreas rurais serão compostas de imóveis rurais com exclusão das porções de terra que, porventura, tenham uma destinação não-agrária.

Não podemos deixar de analisar a desapropriação pelo lado do expropriado, que representa uma cláusula bastante severa, pois o fato de a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária só dar direito a uma indenização justa e prévia, contudo mediante títulos da dívida agrária com cláusula de dívida do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos e cuja utilização será definida em Lei. A indenização não é justa visto que tirar a terra, ou seja, um bem, de um proprietário e indenizá-lo de uma forma que não lhe traga nenhum retorno financeiro para que possa abrir um outro negócio para trabalhar, sem conseguir manter a si e sua família, e ainda pior, alguns são homens do campo e não sabem viver a não ser com sua terra.

5 REFORMA AGRÁRIA

A Reforma Agrária corresponde a um programa de governo, plano de atuação estatal, que legitima a intervenção do Estado na propriedade privada e, de conseguinte, na economia rural. Tem como objetivo maior promover o acesso à propriedade rural, mediante à distribuição ou à redistribuição de terras. Outrossim, almeja a repartição da renda fundiária, na medida em que prima pela redistribuição da propriedade desapropriada em favor das unidades de produção familiares.

Desta forma, ao autorizar a desapropriação do imóvel que não esteja cumprindo a sua função social, para fins de reforma agrária, entende-se que o legislador constituinte objetivou atender a dois elementos fundamentais a fim de alcançar o desenvolvimento agrícola, quais sejam, a modificação da estrutura da propriedade agrícola e o aumento da produção.

De antemão, é válida a crítica de há muito desenvolvida por estudiosos da matéria de que a resolução da questão fundiária, no nosso país, envolve necessariamente o aumento da produção. Entretanto, já se comprovou que a maior produtividade não será auferida por meio de uma mera redistribuição de terras. Na verdade, não se põe termo ao desemprego no campo sem o implemento de uma política fundiária e agrícola efetiva, com grandes incentivos governamentais.

Também é sabido que a questão agrária no Brasil, nos últimos tempos, tem sido tormentosa e turbulenta. Muito pior do que administrar legítimos conflitos de interesses – de um lado, os fazendeiros que aspiram conservar a riqueza; do outro, os sem-terra que aspiram distribuí-la – é enfrentar a hipocrisia com que o tema é

tratado, bem como o oportunismo daqueles que querem fazer de questões jurídicas questões políticas.

A população tem assistido, ultimamente, a organizadíssimos movimentos de invasões de terra, liderados por pessoas cada vez mais "profissionalizadas", a ponto de manterem escritórios de coordenação, munidos, inclusive, de telefonia celular. O Movimento dos Sem-Terra, MST, como é conhecido, há muito extrapolou as fronteiras da mobilização espontânea para a justa reivindicação, enveredando para o terreno das incursões com indistigáveis objetivos políticos, de retomada de poder.

Os defensores da reforma agrária alinham sucessivamente justificativas pontuais: a reforma agrária para aumentar a produção, para assegurar o abastecimento alimentar, para introduzir tecnologia moderna, para aumentar a produtividade e eliminar a pobreza. Já os opositores dedicam-se a colecionar estatísticas e a construir argumentos para destruir essas justificativas.

Segundo Plínio de Arruda Sampaio e Danilo Prado G. Filho:

Para enfocar a questão adequadamente, é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do estado para solucionar uma "questão agrária", que entrava o desenvolvimento da Nação. Portanto, o primeiro passo para discutir racionalmente a necessidade dessa decisão consiste em definir claramente essa "questão agrária". Diz-se que o desenvolvimento de um país está entravado por uma "questão agrária" quando a trama das relações econômicas, sociais culturais e políticas no meio rural produz uma dinâmica perversa que bloqueia tanto esforço de aumentar a produção e a produtividade, como as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e sua participação ativa no processo político democrático.

Essa dinâmica perversa é a resultante de uma cadeia causal que deriva, em última instância, da concentração da propriedade da terra, porque é esta que determina a concentração do poder econômico e do poder político, criando estruturas de sujeição da população rural e gerando uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra compatível com o desenvolvimento nacional. Este enunciado basta para mostrar que a "questão agrária" não envolve apenas aspectos agronômicos, econômicos e sociais. Na verdade, trata-se de um problema de ordem institucional, ligado aos mecanismos jurídico, políticos e culturais que se formam e se automatizam, no meio rural, em decorrência de dois processos interligados: a concentração da propriedade no pólo superior da pirâmide dos proprietários que provoca extrema fragmentação nos níveis inferiores dessa pirâmide; e a existência de uma grande população rural destituída de terra. Esses mecanismos produzem efeitos perversos – agronômicos (sistemas agrícolas pouco produtivos e devastadores da natureza); econômico (baixa rentabilidade, dualidade tecnológica); sociais (pobreza, êxodo rural); políticos (mandonismo, clientelismo, violência) e culturais (analfabetismo) – que operam automaticamente, criando um

ANEXO II – MONOGRAFIA 2

UCPEL

REGIME CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL, UM
PRINCÍPIO LIMITADOR ?

PELOTAS - 2003



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
Rua Félix da Cunha, 412 - Caixa Postal 402
96010-000 PELOTAS - RS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
ESCOLA DE DIREITO

REGIME CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL, UM
PRINCÍPIO LIMITADOR ?

Monografia apresentada para como
requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Direito, tendo
como orientador: Prof. José L.
Marasco Cavalheiro Leite

Pelotas

2003

RESUMO

O trabalho apresenta a evolução histórica do direito de propriedade, ligando-a com a própria história da humanidade. Aborda, ainda, o papel do Estado, como ente legitimador do direito de propriedade e descortina as razões históricas que determinaram a criação da doutrina da função social da propriedade, que se justifica como um modo de democratização dos meios de produção, notadamente a propriedade rural. Referindo-se a diversos modos de encarar a função social da propriedade, o trabalho defende a formação de um conceito novo de propriedade, onde o princípio da função social se insira, e onde seja possível dizer que este deixe de ter um entendimento limitador e passe a ser entendido como diretriz a ser seguida pelo proprietário para o alcance pleno de seu direito de usar gozar e dispor, rompendo com a tradicional visão individualista e ampliando este conceito, para a busca de uma bem-estar social.

SUMÁRIO.

RESUMO	06
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES DE PROPRIEDADE NO DECURSO DA HISTÓRIA	10
1.1 - Era Primitiva.....	10
1.2 - Era Romana.....	13
1.3 - Na Idade Média e Revolução Francesa.....	16
1.4 - No Período Liberal, Na Idéia Negativista e Função Social.....	18
Capítulo II - FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	21
2.1 - Origem.....	21
2.2 - Conceituação de Função Social.....	26
CAPÍTULO III - A PROPRIEDADE E A FUNÇÃO SOCIAL NO BRASIL	28
3.1 - Da Constituição de 1824 à de 1967.....	28
3.2 - Na Constituição de 1988.....	36
3.3 - Superação do Conceito de Propriedade: Função Social, Elemento Constitutivo.....	43
CONCLUSÃO	47
BIBLIOGRAFIA	50

b) Direito absoluto. Trata-se da oponibilidade *erga omnes*, mas também pelo fato de o detentor desse direito poder agir conforme seu desejo. Esta característica não é mais tão aceitável pela inclusão da função social no conceito de propriedade, como será abordado mais adiante neste trabalho.

c) Direito exclusivo. Trata-se da impossibilidade de um bem de pertencer com exclusividade e simultaneamente a duas pessoas, esclarecendo ao autor que no condomínio, os condôminos são conjuntamente titulares do direito.

d) Direito irrevogável e perpétuo. Estas características se baseiam na impossibilidade da perda pelo não uso, desta forma só se perde a propriedade pela vontade do proprietário. É perpétuo pela sua possibilidade de transmissão.

e) Direito elástico. Pela flexibilidade do seu exercício pelo proprietário, ou seja, conforme o acréscimo ou subtração de poderes. Temos como exemplo o aluguel.

f) Direito limitado. As leis vão delimitar a forma de uso do direito de propriedade, tendo como exemplos o direito de vizinhança e atualmente a função social inserida.²⁴

Definido como um direito real, relação de uma pessoa com um bem, a propriedade teria o seu absolutismo fundado no seu efeito *erga omnes*.

O entendimento de uma propriedade radicalmente absoluta é rompido pela Constituição de 1934, a primeira a relativizar o direito de propriedade, com o entendimento de que a propriedade deveria cumprir uma função social.

Dizia em seu texto:

²⁴ Entendimento de CHEMERIS, Ivan Ramon. A Função Social de propriedade: o papel do Judiciário diante das invasões de terras, p. 31-36.

"A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual, e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

17 - É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior."

A Constituição de 1937, todavia, não seguiu os passos revolucionários da Carta anterior, desta forma não dispôs em seu texto qualquer elemento de funcionalização social da propriedade.

Mesmo sem um vínculo definido com o interesse social, a Constituição de 37 alinha limites à propriedade, os quais deveriam ser regulamentados em legislação complementar.

Também é importante lembrar que, sob a égide da Constituição de 1937, foi editado o Decreto lei n 3.365/1941, pelo qual foram disciplinadas as desapropriações, as quais tinham como única motivação legal a utilidade pública.

Nesta época, também, foi editado o Decreto 24.643, conhecido como Código das Águas, o qual ampliou algumas restrições ao proprietário.

Neste sentido fala Luciano Godoy.

"... Interferiu no regime da propriedade privada, como previsto no Código Civil, a partir do momento em que determinou, classificou e regulamentou o regime hídrico nacional - águas públicas, comuns e particulares....)

Regulamentou ainda, em interferência direta no regime do pleno usar e gozar da propriedade privada, o uso das águas, a navegação, a desobstrução, as águas subterrâneas, as águas pluviais, a servidão legal de aqueduto."²⁵

Já a Constituição de 1946, retoma a idéia de que a propriedade deve atender ao interesse público, disposto no artigo 141 da mesma:

"A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§16. É garantido direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra e comocão intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior."

Nos termos acima, a grande evolução se dá por conta da abertura para uma reforma agrária, mas não plenamente viável, como salienta com perspicácia o professor Alencar:

GODOY, Luciano de Souza. Direito Agrário Constitucional - O regime da propriedade, p. 50.

"Abre-se, aqui, claramente, espaço para a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária, embora disso não se fale na Constituição. Ademais o componente financeiro do dispositivo, exigindo que a indenização da desapropriação fosse feita em dinheiro, tornava sua implementação bastante difícil, face à inexistência de recursos orçamentários a isso destinados."²⁶ [grifo do autor]

Mas além da previsão do artigo anterior, estava previsto também, no artigo 147, o uso da propriedade condicionado ao bem-estar social. Previsão esta na parte que tratava da Ordem Econômica e Social.

Todavia, além de retornar ao texto constitucional, importante foi também a edição da Lei 4132/62, a qual veio complementar o artigo 147 da Constituição de 1946, no sentido de prever a desapropriação por interesse social. Assim sendo "seu fundamento é o princípio da função social da propriedade, que vem prescrito na Constituição e que distingue essa modalidade de desapropriação. Dessa forma permitia ao Poder Público desapropriar para realizar a justiça distributiva, como, por exemplo, utilizar terrenos para a construção de casas populares."²⁷ [grifo do autor]

Mais adiante, já na fase do golpe militar de 1964, a Emenda constitucional n° 10/64 abre espaço efetivo para intervenção do Estado na propriedade privada agrária, ensejando, logo depois, a edição do Estatuto da Terra, Lei n° 4.504/64, elaborado todo ele sob a luz da idéia de função social da propriedade, como se entrevêem nos seus artigos abaixo transcritos.

²⁶ PROENÇA, Alencar de Mello. Direito Agrário, p. 57.

²⁷ GODOY, Luciano de Souza. Direito Agrário Constitucional - O regime da propriedade, p. 51.

relativizados. Atualmente, o seu conceito incorporou a função social. A mesma deu uma nova modelagem ao tradicional conceito. Ocorrendo, portanto a publicização da propriedade.

Pelo mais, não podemos considerar a propriedade individualmente, pois sabemos de todo o contexto social em que ela se insere e que sua detenção sem restrições proporciona.

Por fim, é pela nova concepção de propriedade-função que poderemos fazer uma reforma agrária e social desenvolvendo uma nova sociedade mais justa e comunitária. E, certamente, é da competência dos proprietários promover o adequado aproveitamento de suas propriedades, para o bem da sociedade.

